

Do sucesso para novos desafios

RELATÓRIO & CONTAS 2008
GALP ENERGIA





RELATÓRIO & CONTAS 2008
GALP ENERGIA

A **Galp Energia** é um operador integrado presente em toda a cadeia de valor do petróleo e do gás natural e cada vez mais activo nas energias renováveis. As suas actividades estão em forte expansão à escala global e desenvolvem-se predominantemente em Portugal, Espanha, Brasil, Angola, Venezuela, Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Suazilândia, Gâmbia e Timor-Leste.

+ INDICADORES DE PERFORMANCE EM 2008

15.062 M€

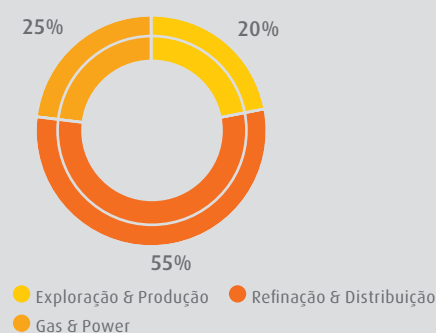
+ 20% Volume de negócios RCA

2007: 12.557 M€

693 M€

+ 12% Resultado operacional RCA

2007: 620 M€





478 M€

+ 14% Resultado líquido RCA

2007: 418 M€

RCA: Replacement cost ajustado
(Não auditado)

RELATÓRIO & CONTAS 2008 GALP ENERGIA

01	A Galp Energia	6
	Mensagem do conselho de administração	9
	Estratégia	14
	Indicadores operacionais e financeiros	18
02	Actividades	20
	Envolve de mercado	22
	Exploração & Produção	26
	Refinação & Distribuição	42
	Gas & Power	54
03	Análise financeira	64
04	Riscos principais	76
05	Corporate governance	88
	Estrutura accionista	90
	Modelo de <i>governance</i>	92
	Informação ao accionista	96
06	Responsabilidade empresarial	100
	Capital humano	102
	Segurança, saúde e ambiente	104
	Sociedade	106
	Inovação	108
07	Anexos	
	Informação adicional	111
	Proposta de aplicação de resultados	112
	Contas consolidadas	115
	Relatórios, opiniões e pareceres	182
	Glossário e abreviaturas	184

01

A Galp Energia no mundo

Somos uma empresa de energia. Exploramos, desenvolvemos e produzimos petróleo e gás natural em quatro continentes. Fornecemos energia diariamente a milhões de pessoas.

Fazemos o mundo andar + um pouco.



Exploração & Produção

44

 projectos em carteira

O segmento de negócio de Exploração & Produção tem projectos em todo o mundo. A actividade de exploração está em rápida expansão, especialmente em Angola e no Brasil, com as recentes descobertas muito relevantes na bacia de Santos. A produção está actualmente concentrada em Angola.

Principais activos, actividades e mercados

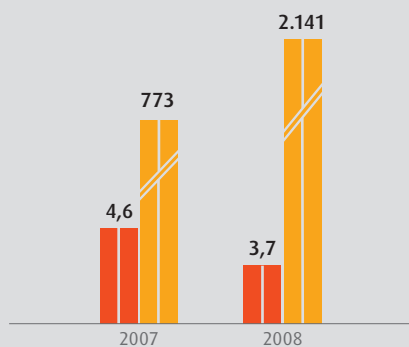
As actividades de exploração e produção da Galp Energia têm um elevado perfil a nível mundial. Em 2 anos a Galp Energia conseguiu multiplicar por 18 as suas reservas e recursos contingentes, que agora totalizam 2.141 milhões de boe. Esta base de recursos tem capacidade para suportar a produção durante 388 anos, aos níveis de 2008. A carteira de 44 projectos é o suporte do ambicioso objectivo de longo prazo de se atingir uma produção de 150 mil barris por dia.

Exploração: Angola, Brasil, Venezuela, Moçambique, Timor-Leste e Portugal

Desenvolvimento: Brasil e Angola

Produção: Angola

Performance



● Produção net entitlement (Mbbl)
● Reservas e recursos contingentes (Mbbl)



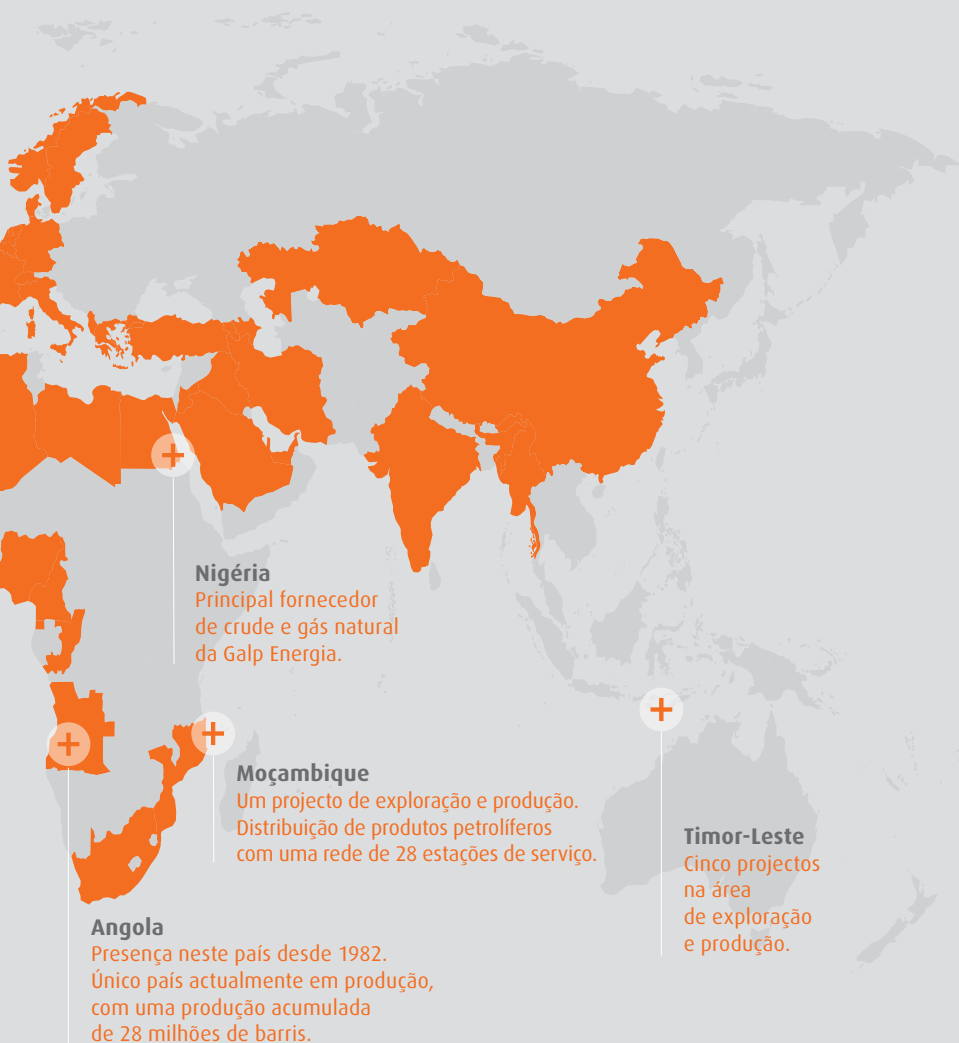
Refinação & Distribuição

1.509

 estações de serviço

O segmento de negócio de Refinação & Distribuição transforma petróleo em produtos refinados que a Galp Energia distribui maioritariamente na sua rede própria, em grande parte na Península Ibérica. A Galp Energia tem também uma presença crescente na área dos biocombustíveis, uma actividade que considera perfeitamente integrada no seu

As nossas actividades chegam a mais de 50 países



Gas & Power

5.638^{Mm³}

vendas de gás natural

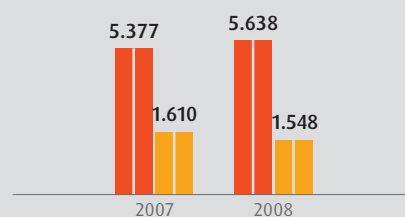
As actividades do segmento de negócio de Gas & Power da Galp Energia concentram-se na importação, distribuição e venda de gás natural e na produção de electricidade através de centrais de cogeração.

Principais activos, actividades e mercados

As actividades de venda de gás natural estão concentradas em mercados com elevado crescimento, onde a Galp Energia espera duplicar as suas vendas de 6 bcm para 12 bcm, alicerçadas nos projectos consumidores de gás natural da área de power.

Aprovisionamento de gás natural: Argélia, Nigéria
Distribuição de gás natural: Portugal
Venda de gás natural: Portugal e Espanha
Produção de electricidade: Portugal

Performance



● Vendas de gás natural (Mm³)
 ● Geração de energia (GWh)

Principais activos, actividades e mercados

Única empresa refinadora em Portugal, com uma capacidade de refinação de 310 mil barris por dia.

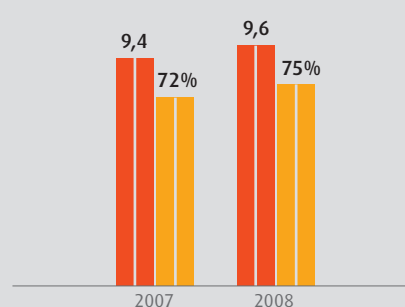
Em breve, o projecto de conversão do aparelho refinador irá permitir à Galp Energia responder melhor à procura de diesel na Península Ibérica e valorizar o seu perfil de produção. A rede de distribuição atingiu mais de 1.500 estações de serviço no final de 2008 após as aquisições dos negócios Ibéricos da Agip e da ExxonMobil e constitui um elo importante na

integração dos negócios de refinação e de distribuição.

Principais países

Aprovisionamento de crude: Nigéria, Brasil, Arábia Saudita, Argélia e Líbia
Exportação de produtos: Espanha, EUA, Grã-Bretanha, Grécia e Países Baixos
Refinação: Portugal
Distribuição de produtos petrolíferos: Portugal, Espanha, Angola, Moçambique, Suazilândia, Cabo Verde, Guiné-Bissau e Gâmbia

Performance



● Vendas a clientes directos (Mton)
 ● Cobertura da actividade de refinação (%)



RELATÓRIO & CONTAS 2008
GALP ENERGIA



Performance exemplar

“2008 foi novamente um ano de excelente *performance* operacional e financeira, com novos projectos, *records* de vendas e o empenho de todos os colaboradores. Os resultados de 2008 levam-me a encarar o futuro da Galp Energia com optimismo.”

O desempenho conseguido em 2008 só foi possível com o envolvimento de todos, uma visão de futuro bem definida e uma elevada ambição

2008 foi novamente um ano de excelente *performance* operacional e financeira, com um resultado líquido de €478 milhões a custos de substituição. O desempenho conseguido só foi possível com o envolvimento de todos, uma visão de futuro bem definida e uma elevada ambição – para além de continuar a ser líder claro em Portugal, a Galp Energia aspira a posicionar-se, de forma sustentada, como um *player* relevante do sector energético, mantendo e reforçando as suas parcerias de sucesso com companhias nacionais e internacionais de petróleo e gás, em grandes projectos a nível mundial.

Este ano, prosseguimos a nossa estratégia de crescimento sustentado nas áreas *core*.

Na área de Exploração & Produção, acrescentámos novos projectos à nossa carteira, no Brasil e na Venezuela – regiões de elevado potencial petrolífero – que, em conjunto com Angola, constituem as três áreas geográficas chave para a execução da estratégia da Galp Energia.

Na área de Refinação & Distribuição, são de destacar o início da execução do projecto de conversão das refinarias de Sines e Matosinhos, que visa adaptar o perfil de produção à crescente procura de gasóleo no mercado Ibérico e a aquisição dos negócios de distribuição da Agip e da ExxonMobil na Península Ibérica. Dois marcos fundamentais na prossecução do objectivo estratégico de acelerar a integração entre as actividades de refinação e distribuição reduzindo, desta forma, a volatilidade dos resultados deste segmento de negócio.

No negócio do Gás Natural, 2008 foi novamente um ano *record* de vendas e de alargamento da base de clientes, que ultrapassa já os 860 mil. Foi ainda o ano que marcou a entrada da Galp Energia em projectos de *midstream*, em Angola e na Venezuela, aproximando-nos do objectivo de integração vertical na cadeia de valor.

Sei que no futuro, tal como no passado e no presente, todos os que aqui trabalham diariamente – equipa de gestão e colaboradores – continuarão a demonstrar a forte ambição, a competência e a determinação que sempre os caracterizaram, provando ser merecedores da confiança dos nossos accionistas. Os resultados de 2008 levam-me a encarar o futuro da Galp Energia com optimismo, acreditando que estamos no rumo certo para fazer ainda mais e melhor, consolidando o posicionamento da nossa Empresa a nível internacional.



Francisco Murteira Nabo
Presidente do conselho de administração
Galp Energia



RELATÓRIO & CONTAS 2008 GALP ENERGIA



● André Palmeiro
Ribeiro

● Claudio De Marco

● Fernando
Gomes

● Manuel Ferreira
De Oliveira

● Fabrizio
Dassogno

● Carlos Gomes
da Silva



Comissão executiva
da Galp Energia, nomeada
em Maio de 2008

Desafios conquistados

Tudo o que ambicionámos fazer está em curso; passámos da fase de conceitos e planeamento à fase de execução. Tudo isto acontece num contexto difícil que nos obriga a sermos prudentes e rigorosos; daí a necessidade de nos adaptarmos a uma realidade em permanente evolução.

A actividade da Galp Energia ao longo de 2008 foi repleta de eventos que marcaram a concretização da nossa estratégia de crescimento. Em termos de resultados podemos sentir-nos satisfeitos com o fecho do exercício de 2008

Senhores Accionistas,

Todos sabemos bem que o ano de 2008 ficará na história económica como um ano de ruptura com o passado e como o epicentro de uma crise cuja amplitude e duração são ainda desconhecidas. Vivemos um ano repleto de eventos impensáveis e, não tenhamos dúvidas, seremos confrontados com um futuro imediato a exigir muito de nós e a impor-nos um contexto exógeno que nos obriga a um extremo rigor na priorização das opções de crescimento que temos sabido desenvolver.

O volume de negócios da nossa Empresa atingiu, em 2008, os €15.062 milhões; a custos de substituição dos *stocks*, o excedente bruto de exploração (EBITDA) atingiu os €975 milhões, o resultado operacional foi de €693 milhões e o resultado líquido alcançou os €478 milhões (€0,58/acção) traduzindo um incremento de 14% em relação ao ano anterior.

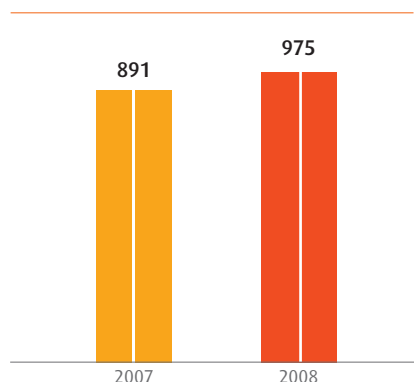
Em termos de resultados podemos sentir-nos satisfeitos com o fecho do exercício de 2008; o mesmo não podemos afirmar em relação à evolução do valor da nossa acção, a qual foi penalizada pela dramática queda de todo o mercado e, em particular, pela desvalorização das empresas com um valor relevante associado a projectos de longo prazo.

Antes de qualquer referência à actividade da Galp Energia ao longo de 2008 e ao que são as suas perspectivas futuras, permito-me referir um facto que considero de extrema relevância. Ao longo de 2008 foram-nos atribuídos vários prémios relacionados com a qualidade da informação que prestamos ao mercado de capitais, culminando com a atribuição, já em 2009, da primeira posição a nível europeu, da segunda na indústria de Oil & Gas e da terceira a nível mundial na categoria “Melhores práticas de divulgação financeira”, na 11.ª edição do “*Investor relations global rankings 2009*”. A atribuição destes prémios ocorreu no evento anual organizado pela MZ Consulting NY, com os apoios da KPMG, Bloomberg, The Bank of New York Mellon, NYSE Euronext, Arnold & Porter, Demarest & Almeida e Corporate Asia Network. Aqui fica o meu agradecimento a todos os que na Galp Energia contribuíram para que esta premiação fosse possível, sabendo bem quão importante é a qualidade da informação que divulgamos, em particular, para os pequenos accionistas. Queremos manter este atributo não só porque esta é a nossa cultura, mas também porque é uma forma de criarmos valor sustentável para todos os accionistas.

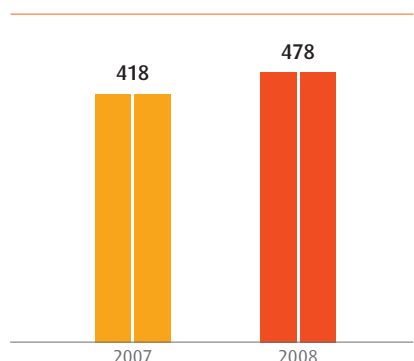
A actividade da Galp Energia ao longo de 2008 foi repleta de eventos que marcaram a concretização da nossa estratégia de crescimento.

Na actividade da Exploração & Produção anunciamos a descoberta do reservatório Júpiter no bloco BM-S-24, em águas profundas da bacia de Santos; trata-se de uma jazida com óleo leve e gás natural em quantidades tecnicamente recuperáveis semelhantes às do reservatório Tupi. A descoberta do reservatório Bem-te-vi, no bloco BM-S-8, confirmou o alto potencial do pré-sal da bacia de Santos; este potencial foi ainda demonstrado com a descoberta do reservatório Iara, no bloco BM-S-11, com recursos recuperáveis de 3 a 4 mil milhões de barris. Ainda no Brasil, na décima rodada de exploração de blocos exploratórios, a nossa Empresa adquiriu participações em mais oito blocos, dos quais três na bacia do Amazonas.

EBITDA RCA (M€)
2008: 975



Resultado Líquido RCA (M€)
2008: 478



Ao longo do ano concluímos a aquisição das operações ibéricas de distribuição da Agip e da Esso. Tratou-se da maior transacção jamais realizada pela nossa Empresa

Em Angola prosseguiu o desenvolvimento do campo Tômbua-Lândana, esperando-se a entrada em operação das novas instalações de produção no último trimestre de 2009. A nossa produção no bloco-14 situou-se ao nível dos 15 mbopd, uma redução em relação ao ano anterior como consequência de alguns problemas operacionais no campo BBLT.

Na Venezuela assinámos os acordos de participação em dois projectos de GNL, tendo-se iniciado os estudos necessários à preparação da decisão final de investimento; temos vindo também a participar na avaliação das reservas do bloco Boyacá-6, na faixa petrolífera do Orinoco.

No *offshore* de Timor-leste, Moçambique e Portugal continuámos os trabalhos de recolha e interpretação sísmica, de acordo com o planeamento dos contratos assinados.

O sucesso da actividade de Exploração, particularmente a dimensão das descobertas Júpiter e Iara, permite-nos reportar a titularidade de Reservas e Recursos Contingentes de Petróleo e Gás num total de 2.141 milhões de barris (boe), 2,8 vezes o valor reportado em 2007; trata-se de um resultado verdadeiramente excepcional que em muito contribuirá para o sucesso, a longo prazo, da nossa Empresa.

No que se refere à actividade de Refinação & Distribuição de Produtos Petrolíferos vivemos, também, um ano verdadeiramente excepcional. Obtivemos todas as autorizações necessárias ao início da construção do projecto de conversão das refinarias de Sines e Matosinhos; foram colocadas as encomendas de todos os equipamentos críticos para este projecto, continuámos o desenvolvimento da engenharia de detalhe e iniciaram-se os trabalhos *on site*. Pela frente temos o desafio da execução do maior projecto industrial do nosso país. A execução deste projecto no tempo e com o nível de investimento planeado é, agora, a nossa grande prioridade.

Ao longo do ano concluímos todas as etapas associadas à aquisição das operações ibéricas de distribuição da Agip e da Esso; tratou-se da maior transacção jamais realizada pela nossa Empresa com a qual alcançámos uma cobertura distributiva ibérica com uma quota de mercado de 16% e com um volume de vendas em Espanha a representar 45% dos volumes comercializados pela Galp Energia.

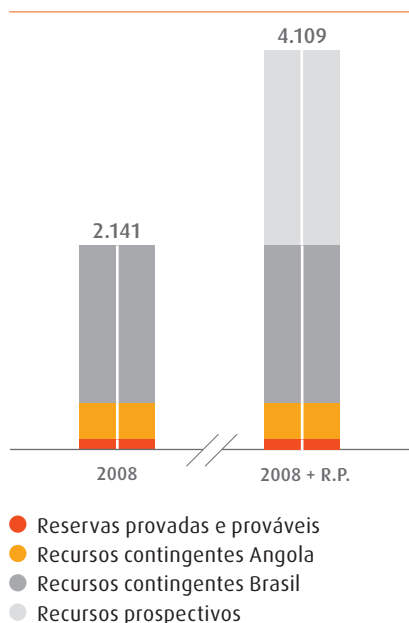
O ano de 2008 não foi fácil para a actividade de distribuição de combustíveis; a escalada de preços do petróleo ao longo do primeiro semestre, que inevitavelmente teve que afectar os preços dos produtos petrolíferos, causou justificadas tensões no mercado, particularmente no sector dos transportes e no retalho, o que em muito afectou a imagem do sector e, em particular, da marca Galp; tudo fizemos para demonstrar a racionalidade da nossa actuação, embora tenhamos consciência que os nossos clientes e, em particular, alguns meios de comunicação, nem sempre entenderam a inevitabilidade da nossa política de preços.

Na área dos Biocombustíveis, continuámos a adquirir a produtores nacionais o FAME necessário para as nossas operações e demos início ao projecto de desenvolvimento da produção de óleo vegetal em Moçambique e no Brasil, ancorado em parcerias estratégicas.

No segmento de negócio Gas & Power, referenciamos a assinatura com o Estado português dos contratos de concessão, com uma duração de 40 anos, que regulam as nossas actividades de distribuição e comercialização de gás natural; demos início à comercialização de gás natural em Espanha e, em Junho de 2008, a Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE) publicou pela primeira vez tarifas e preços para o gás natural, no contexto do novo quadro legislativo aplicável ao sector. Ao longo do ano a rede de distribuição operada por empresas do grupo Galp Energia atingiu os 10.462 Kms, mais 704 Kms que no ano anterior tendo incorporado mais 60.000 novos clientes.

Durante o ano actuámos, pela primeira vez, no mercado de electricidade participando nos leilões de capacidade virtual de produção de electricidade promovidos pelo OMIP. Adicionalmente, foi concluída a construção da unidade

Recursos de hidrocarbonetos (Mbbl)



de cogeração de Sines e completado o processo de adjudicação da central de cogeração de Matosinhos, ambas com uma capacidade aproximada de 80 MW.

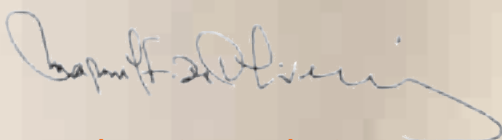
O que acima se descreve mostra a intensidade do processo transformacional em curso na nossa Empresa. Continuámos a trajectória para atingirmos níveis de produção sustentáveis de 150 mbopd; queremos que as nossas refinarias sejam eficientes, competitivas e com níveis de conversão adaptados à estrutura dos mercados; que a nossa capacidade distributiva, focalizada na Ibéria, seja capaz de comercializar volumes equivalentes à nossa capacidade de refinação; queremos que as nossas operações de distribuição em África sejam eficientes, competitivas e que representem uma oportunidade de crescimento numa óptica de longo prazo; queremos diversificar e incrementar as nossas fontes de abastecimento de gás natural e continuar a crescer o número de clientes ligados à nossa rede de distribuição; pretendemos um *portfolio* de produção de electricidade que seja capaz de permitir a construção de uma oferta dual competitiva de gás/ electricidade atractiva para os nossos clientes.

Tudo o que ambicionámos fazer está em curso; passámos da fase de estratégia, planeamento e contratação à fase de execução. Tudo isto acontece num contexto difícil que nos obriga a sermos prudentes e rigorosos; daí a necessidade de adaptarmos a evolução e o alcance dos projectos em curso a uma realidade em permanente evolução. Estaremos atentos à dinâmica do contexto exógeno para podermos assegurar a sustentabilidade e a atractividade do nosso crescimento.

Pela frente confrontamo-nos com dois grandes desafios: capacidade de execução dos projectos em curso e financiamento competitivo do nosso balanço; muito do valor que queremos criar depende da excelência da concretização destes desafios. A estratégia que temos definida é clara e simples; da nossa capacidade de focalização no essencial depende muito do nosso sucesso. Queremos uma Empresa unida, focalizada no seu programa de crescimento, capaz de atrair e reter os melhores talentos para os seus quadros e de lhes oferecer oportunidades de desenvolvimento profissional inigualáveis no sector em que actuamos.

O potencial crescimento que a nossa Empresa encerra no seu plano de negócios, oferece à nossa acção grande visibilidade e atractividade no sector; é nosso dever exceder as expectativas de todos os que confiam em nós. Em nome de todos os que integram o grupo Galp Energia, afirmo-lhes o nosso compromisso com a ambição espelhada na estratégia que temos em execução.

Nada do que acima referi teria sido possível sem o apoio dos órgãos sociais da nossa Empresa, nem sem o trabalho e dedicação de todos os que connosco trabalham. Para todos aqui ficam os meus agradecimentos por tudo o que fizeram e pelo apoio que me ofereceram.



Manuel Ferreira De Oliveira
Presidente executivo
Galp Energia

Nada do que referi teria sido possível sem o trabalho e dedicação de todos os que connosco trabalham



A Galp Energia está a pôr em prática uma estratégia ambiciosa que irá desenvolver o seu potencial de operador integrado de multi-energia, criando valor a longo prazo para os seus accionistas

Estratégia

A estratégia da Galp Energia visa desenvolver o seu potencial de operador integrado de multi-energia e assim criar valor a longo prazo para os seus accionistas, sujeito a condicionantes ambientais, económicas e sociais. Para isso, a Galp Energia pretende crescer nos negócios em que está presente e, através de uma integração crescente das suas actividades, capitalizar as oportunidades que a sua carteira diversificada de activos e projectos lhe oferece.

Esta estratégia traduz-se nas seguintes prioridades para os diversos segmentos de negócio:

- Melhorar a eficiência e a rentabilidade dos seus activos;
- Aumentar a capacidade de concorrer nos mercados em que actua;
- Intensificar os esforços de inovação, qualidade e segurança.

A qualidade da sua carteira de negócios e as competências dos seus profissionais conferem à Galp Energia vantagens competitivas que lhe permitem afirmar-se nos mercados onde está presente.

A revisão do plano estratégico em 2008 não alterou a estratégia da Empresa e, pelo contrário, reafirmou a aposta da Galp Energia nos seus projectos transformacionais.

Exploração & Produção

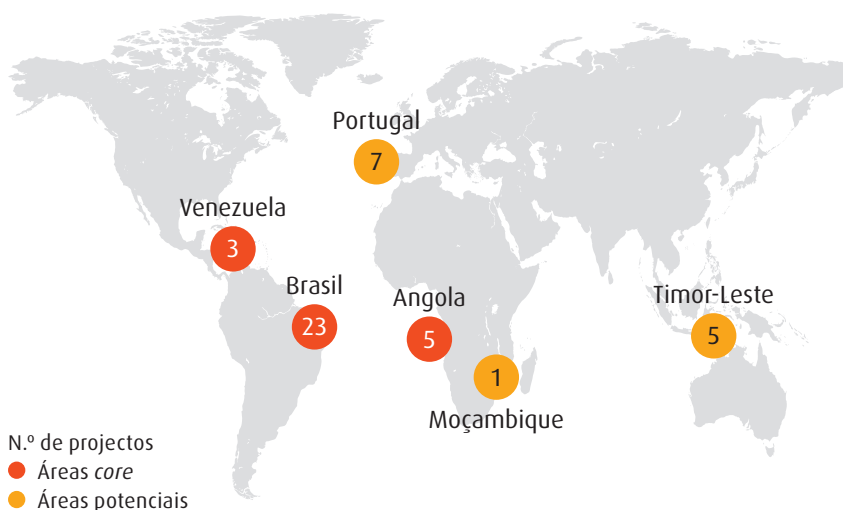
Na actividade de Exploração & Produção desenvolveram-se acções com o objectivo de atingir um nível sustentado de produção de 150 mboepd – 10 vezes o volume de produção em 2008 – e cobrir metade da sua capacidade de refinação futura com produção própria. Para atingir este objectivo, a Empresa tem vindo a expandir a sua carteira diversificada de activos de exploração e de produção.

Com um historial reconhecido de parcerias de sucesso com as companhias nacionais de petróleo em países produtores que têm um relacionamento histórico com Portugal, a Galp Energia assume-se como porta-estandarte do nosso país e como uma das charneiras entre as companhias nacionais e internacionais do

sector do petróleo e do gás para a realização de importantes projectos na área da energia.

Nestas actividades, em que os projectos têm um período de execução longo, a procura constante de novas oportunidades é uma condição essencial para o crescimento a

Portfolio de Exploração & Produção





PETROBRAS

longo prazo. O aumento significativo das reservas e dos recursos da Empresa na sequência das descobertas de importantes reservatórios de petróleo e de gás natural na bacia de Santos, ao largo da costa do Brasil, é um bom exemplo do êxito desta estratégia. Só no campo Tupi, na bacia de Santos, a Galp Energia poderá vir a alcançar uma produção de 100 mil barris de petróleo por dia. Paralelamente, e como sinal da necessidade de estar sempre a adicionar projectos, a participação na 10.^a rodada de licitação acrescentou oito novos blocos à carteira de exploração e produção no Brasil.

Os 44 projectos em curso em diferentes partes do mundo vão suportar a estratégia de exploração e desenvolvimento que irá conduzir à realização do objectivo de produção traçado. O Brasil, Angola e a Venezuela serão, na sequência das descobertas recentes e dos

acordos firmados, países chave na execução desta estratégia. A base actual de recursos de hidrocarbonetos superior a 2.000 milhões de barris, identificada através de trabalhos exploratórios intensivos, é um fundamento sólido em que assenta a estratégia da Galp Energia no segmento produtivo.

A Galp Energia tem vindo a estudar também diversas oportunidades no *upstream* e *midstream* de Gás Natural Liquefeito (GNL), das quais as mais importantes são o projecto Delta Caribe LNG na Venezuela, sobre o qual deverá ser tomada uma decisão até ao final de 2010 e o Angola LNG II, em parceria com a empresa local Sonagás. Espera-se que estes projectos contribuam significativamente para o aumento da capacidade de aprovisionamento de gás natural da Galp Energia, um dos objectivos do segmento de negócio Gas & Power.

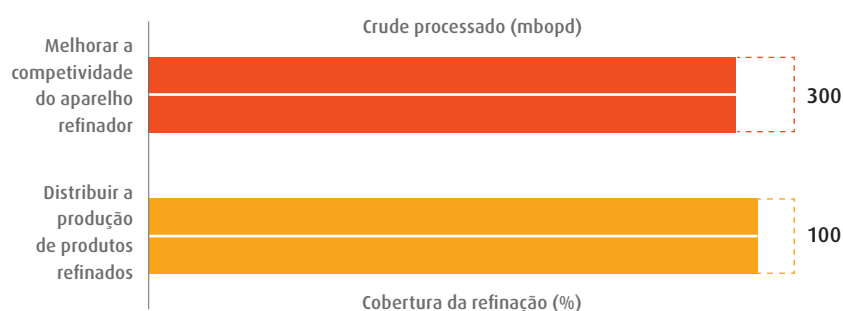
44 projectos em curso em todo o mundo vão suportar a estratégia de exploração e desenvolvimento que irá conduzir ao objectivo de produção traçado – 150 mboepd



Plataforma a operar no *offshore* da bacia de Santos

Refinação & Distribuição

Na Refinação & Distribuição, a ambição da Galp Energia está concentrada em extrair mais valor dos seus activos, nomeadamente das suas duas refinarias e da rede ibérica de distribuição de produtos petrolíferos, que foi expandida significativamente em 2008 com a aquisição das plataformas de distribuição da Agip e da ExxonMobil na Península Ibérica.



Objectivo

Nota: Crude processado e produção com base na média dos últimos três anos. Cobertura da refinação inclui aquisições da Agip e da ExxonMobil.

em curso e permitirá diminuir a volatilidade dos resultados deste segmento.

A Galp Energia está também presente na distribuição de produtos petrolíferos no mercado africano nos pólos de desenvolvimento África Ocidental, África Austral-Índico e África Austral-Atlântico. Além de desenvolver as boas relações com África, baseadas em laços culturais centenares, esta presença capitaliza parcerias nos biocombustíveis e em projectos de exploração e produção.

A Galp Energia tem actualmente em curso um projecto de optimização da capacidade e de aumento da complexidade das suas duas refinarias, o que irá permitir-lhe processar maiores volumes de crudes mais pesados, reduzir o peso da produção de fuelóleo, incrementar a produção de gasóleo em linha com a evolução da procura do mercado e assim melhorar as margens de refinação

Os grandes objectivos da Galp Energia na distribuição de produtos petrolíferos são maximizar o retorno da rede ibérica – a sua plataforma de distribuição por excelência – através de aumentos de eficiência e do alargamento da oferta de produtos *premium* e *non fuel*, assim como igualar a capacidade de distribuição à capacidade de refinação que resultará da expansão

Sendo os biocombustíveis uma extensão natural do seu negócio principal, a Galp Energia pretende produzir e abastecer o mercado europeu com biodiesel de óleo hydrogenado e estabelecer contratos de aprovisionamento de óleo vegetal a médio e longo prazo, de modo a garantir o acesso a matéria-prima a preços competitivos e estáveis, um factor competitivo determinante desta actividade.



Vista aérea da refinaria do Porto. Esta refinaria entrou em funcionamento em 1969 e tem uma capacidade instalada de 90 mbopd



Gas & Power

Neste segmento, a prioridade estratégica é integrar os negócios do gás e da geração de energia eléctrica e térmica (power). Paralelamente, a Galp Energia pretende duplicar a sua capacidade de aprovisionamento de gás natural de 6 para 12 bcm por ano através dos projectos em desenvolvimento no segmento de negócio de Exploração & Produção.

A expansão da Galp Energia no mercado ibérico, nomeadamente no mercado industrial espanhol, dez vezes superior ao português, vai permitir-lhe aproveitar as oportunidades de aumento das vendas de gás natural com base na experiência e no *know-how* adquiridos em dez anos de actividade no mercado nacional, que continua a oferecer excelentes oportunidades de crescimento.

Com a conclusão em 2008 do processo de transição para o negócio regulado da distribuição e comercialização de gás natural, a Galp Energia garantiu o valor deste negócio e assegurou uma fonte estável de *cash flow*.

A aposta no power como forma de extrair a margem *gas to power* dos contratos de aprovisionamento de gás natural levou à composição de uma carteira de projectos – CCGTs e cogerações – que irá contribuir para aumentar a capacidade de produção de energia de 160 MW para 1.200 MW, incrementar o consumo próprio de gás

natural e assim incentivar o crescimento do mercado português.

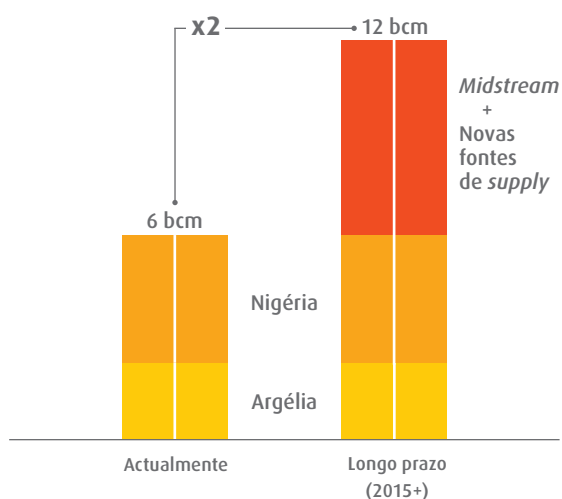
Outra prioridade estratégica da Galp Energia na área da geração é o desenvolvimento da sua carteira de parques eólicos e a entrada no sector hídrico, com o objectivo de diversificar o seu *portfolio* de geração, tornando-o mais competitivo.

Uma das actuais preocupações da Galp Energia é gerir a sua exposição futura ao risco de CO₂. Os investimentos na geração de energia eléctrica a partir de fontes renováveis, eólica e hídrica, bem como os investimentos nos biocombustíveis, para além da sua lógica económica, irão criar actividades mitigadoras da exposição das suas actividades ao risco de emissão de CO₂.

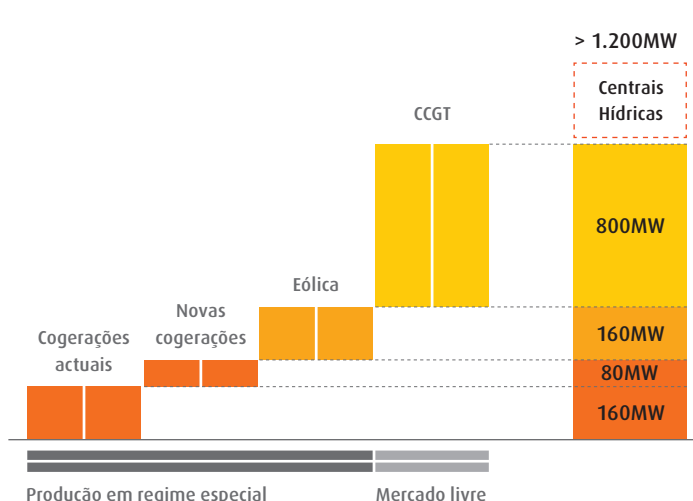
A Galp Energia está, neste momento, a construir bases sólidas de sustentação da sua estratégia ambiciosa e exigente para se transformar num operador integrado de energia com uma presença relevante em toda a cadeia de valor.

A Galp Energia está, neste momento, a construir bases sólidas de sustentação da sua estratégia ambiciosa e exigente para se transformar num operador integrado de energia com uma presença relevante em toda a cadeia de valor

Base de fornecimento de gás natural



Um portfolio gas to power



Indicadores operacionais

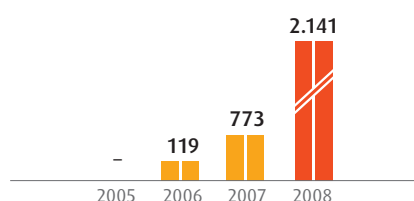
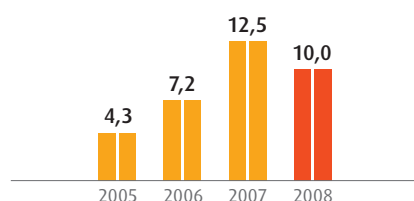
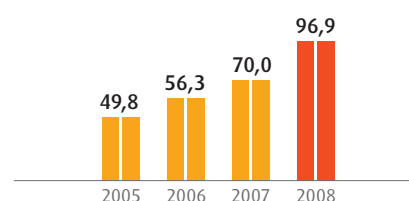
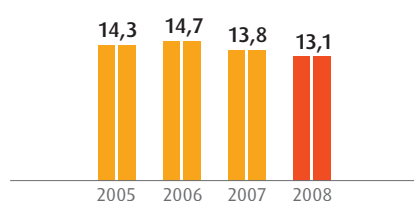
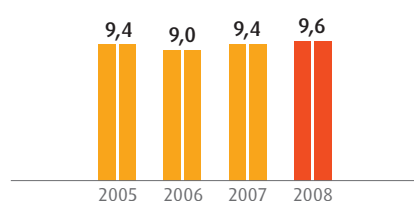
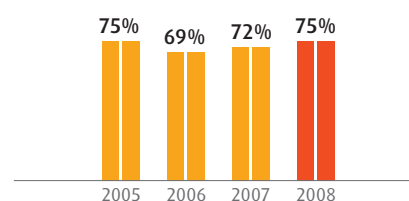
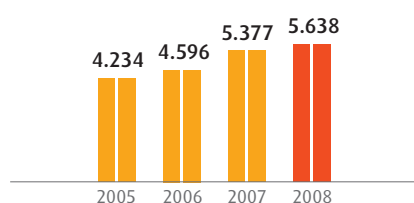
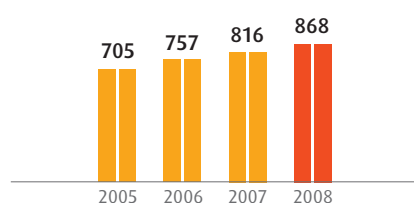
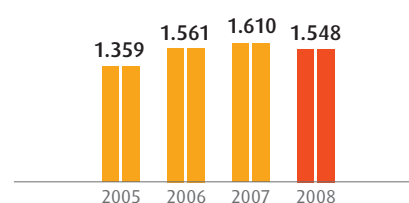
	2005	2006	2007	2008
Exploração & Produção				
Reservas provadas e prováveis (Mbbbl)	–	50	31	28
Recursos contingentes (Mbbbl)	–	68	742	2.113
Produção média <i>working interest</i> (mbopd)	5,0	9,5	17,0	15,1
Produção média <i>net entitlement</i> (mbopd)	4,3	7,2	12,5	10,0
Preço médio de venda (Usd/bbl)	49,8	56,3	70,0	96,9

Refinação & Distribuição

Matéria-prima processada (Mton)	14,3	14,7	13,8	13,1
Vendas de produtos refinados (Mton)	15,9	16,2	16,0	16,0
Vendas a clientes directos (Mton)	9,4	9,0	9,4	9,6
Cobertura da actividade de refinação (%)	75%	69%	72%	75%

Gas & Power

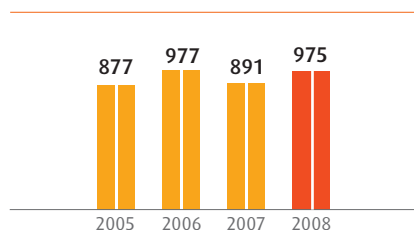
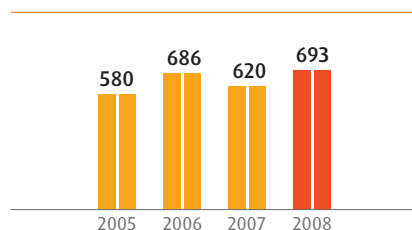
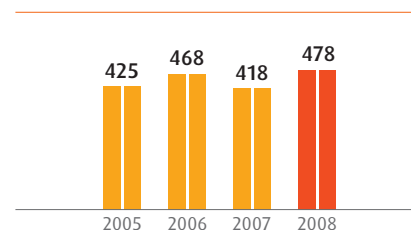
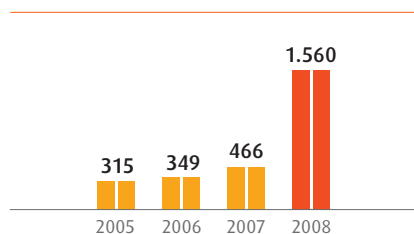
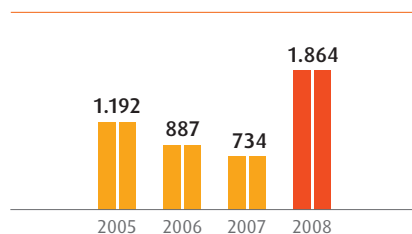
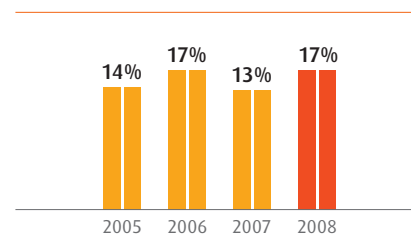
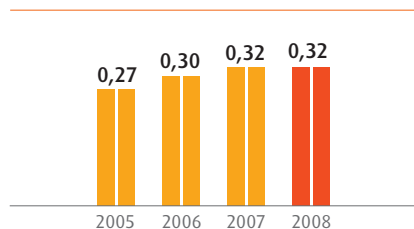
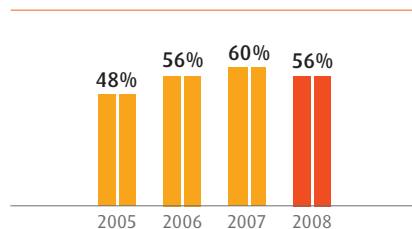
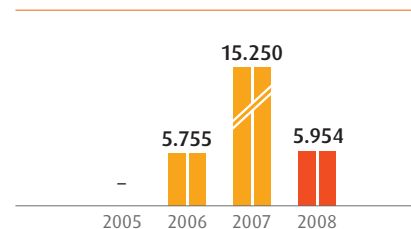
Vendas de gás natural (Mm³)	4.234	4.596	5.377	5.638
Rede de distribuição de gás natural (Km)	8.761	9.014	9.758	10.462
Número de clientes de gás natural ('000)	705	757	816	868
Geração de energia eléctrica e térmica (GWh)	1.359	1.561	1.610	1.548

Reservas e recursos contingentes (Mbbbl)
2008: 2.141Produção média *net entitlement* (mbopd)
2008: 10,0Preço médio de venda (Usd/bbl)
2008: 96,9Matéria-prima processada (Mton)
2008: 13,1Vendas a clientes directos (Mton)
2008: 9,6Cobertura da actividade de refinação
2008: 75%Vendas de gás natural (Mm³)
2008: 5.638Número de clientes de gás natural ('000)
2008: 868Geração de energia (GWh)
2008: 1.548

Indicadores financeiros

Milhões de euros (excepto indicação em contrário)	2005	2006	2007	2008
Vendas e prestações de serviços RCA	11.134	12.090	12.557	15.062
EBITDA IFRS	1.192	1.260	1.213	449
EBITDA RCA	877	977	891	975
Resultado operacional IFRS	863	968	936	167
Resultado operacional RCA	580	686	620	693
Resultados financeiros IFRS	(75)	(28)	(43)	(61)
Resultado líquido IFRS	701	755	720	117
Resultado líquido RCA	425	468	418	478
Free cash flow	311	305	153	(1.129)
Investimento	315	349	466	1.560
Capital próprio	2.386	2.037	2.370	2.219
Dívida líquida	1.192	887	734	1.864
Dívida líquida/Capital próprio (%)	50%	44%	31%	84%
Margem EBITDA RCA (%)	10%	10%	9%	8%
ROACE RCA (%)	14%	17%	13%	17%
Resultado por acção RC (€/acção)	0,56	0,54	0,53	0,57
Rácio de payout (%)	48%	56%	60%	56%
Dividendo por acção (€/acção)	0,27	0,30	0,32	0,32
Capitalização bolsista a 31 de Dezembro	–	5.755	15.250	5.954

RCA – Replacement cost ajustado. RC – Replacement cost.

EBITDA RCA (M€)
2008: 975Resultado operacional RCA (M€)
2008: 693Resultado líquido RCA (M€)
2008: 478Investimento (M€)
2008: 1.560Dívida líquida (M€)
2008: 1.864ROACE RCA (%)
2008: 17Dividendo por acção (€/acção)
2008: 0,32Rácio de payout (%)
2008: 56%Cap. bolsista a 31 Dez (M€)
2008: 5.954

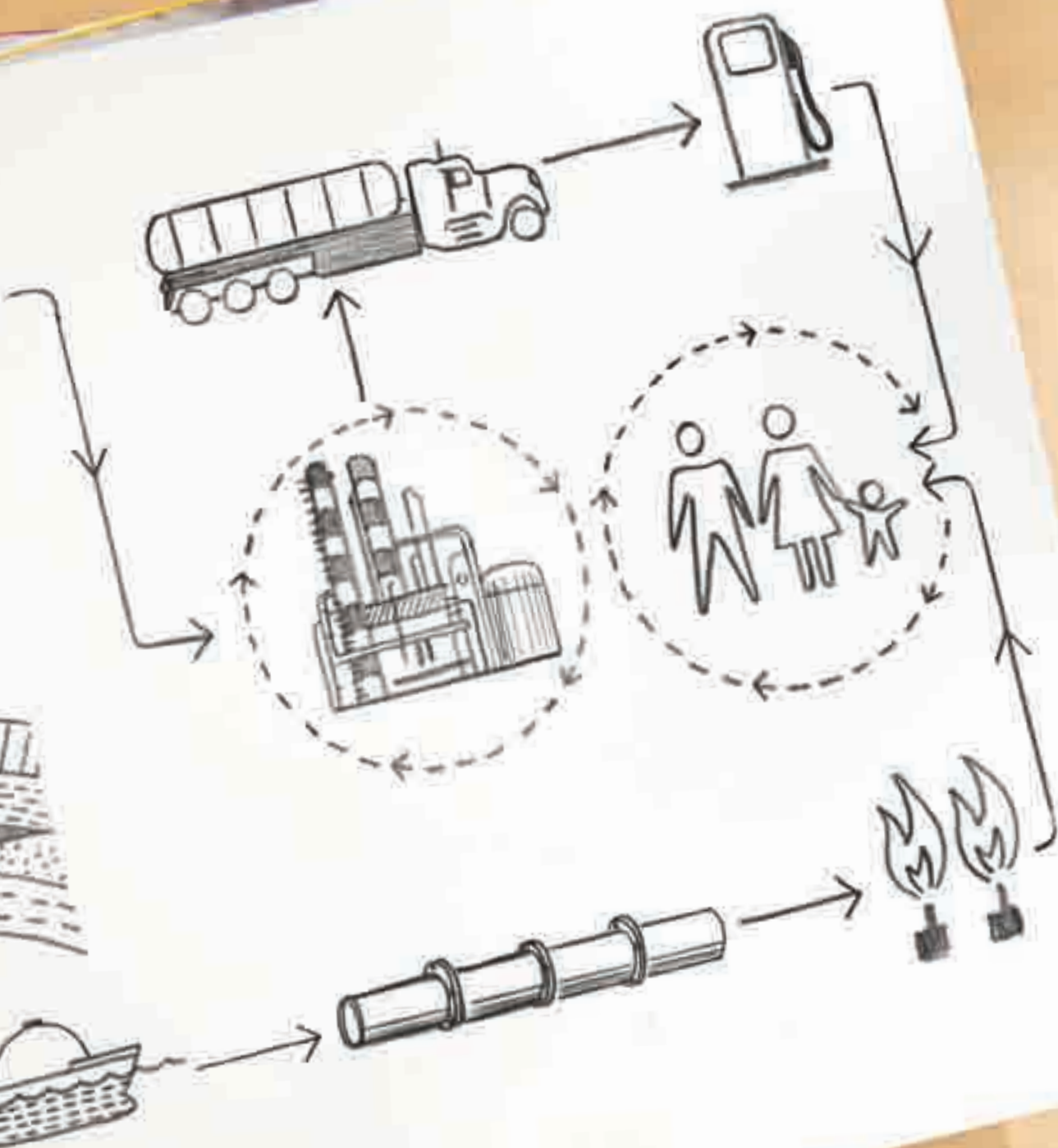
Nota: Os resultados apresentados neste relatório identificados como replacement cost ajustado (RCA) ou replacement cost (RC) excluem ganhos ou perdas com efeito stock e eventos não recorrentes, e não foram sujeitos a auditoria.

02

Actividades

Ao longo de 2008 a actividade da Galp Energia foi repleta de eventos que marcaram a concretização da nossa estratégia de crescimento. Tudo o que ambicionámos fazer está em curso; passámos da fase de conceitos e planeamento à fase de execução.





Envolvente de mercado

O acontecimento dominante da indústria do petróleo e do gás em 2008 foi a volatilidade extrema das cotações do petróleo nos mercados internacionais.

De facto, depois duma escalada de mais de 50% em sete meses, desde os 96 dólares por barril no princípio do ano até aos 147 dólares por barril no final de Julho, o *Brent dated* caiu continuamente até Dezembro, mês em que estabilizou antes de fechar o ano abaixo dos 40 dólares por barril, o fecho anual mais baixo desde 2003.

Outro factor que teve um efeito importante no desempenho da indústria foi a quebra pronunciada da actividade económica a partir do segundo semestre de 2008, que se seguiu à crise financeira que começou a alastrar a partir dos

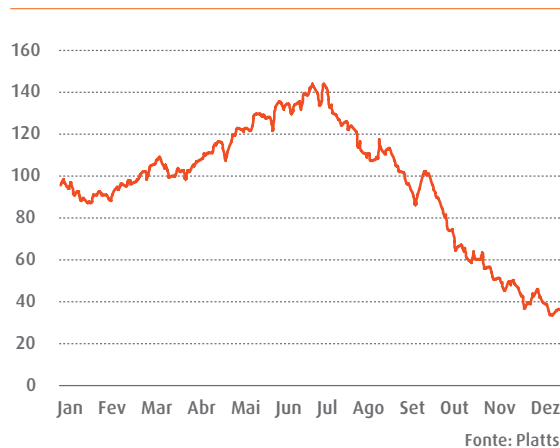
Estados Unidos da América (EUA) em Agosto de 2007 e que teve um efeito marcante na procura de produtos refinados, especialmente de gasolina no mercado americano. Habitualmente uma época de grande consumo deste combustível, a *driving season* estival nos Estados Unidos deu origem a um aumento muito menos acentuado do que o habitual no consumo sazonal de gasolina, o que viria a ser um prenúncio da quebra da procura de combustíveis, atenuada apenas pela queda das cotações do petróleo na segunda metade do ano, que voltou a tornar mais acessível aquele combustível automóvel.

Depois de ter crescido 3,5% em 2007, a economia mundial não conseguiu mais em 2008 do que uma taxa de crescimento de 1,8% em resultado da contracção da economia dos Estados Unidos, onde a actividade no sector da habitação, um indicador chave do nível da procura, mostrava sinais de apatia na sequência da crise no sector do crédito hipotecário de alto risco. Ainda assim, a economia americana conseguiu crescer 1,2%, melhor do que a economia japonesa, que sofreu uma contracção de 0,2%, a lembrar a década perdida dos anos noventa.

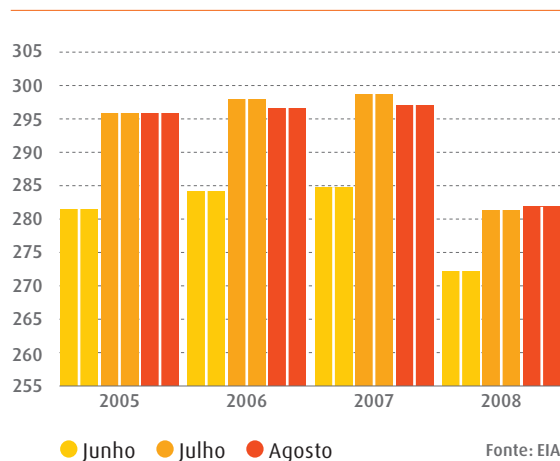
Mesmo as economias de elevado crescimento da China e da Índia, apesar de mais uma vez terem excedido largamente os ritmos de crescimento das economias industrializadas, não foram além dos 9,2% e 6,2%, respectivamente, em comparação com os 13% e os 9% do ano anterior.

O crescimento na zona do euro não foi além dos 0,8% enquanto que a Europa

Evolução do Brent dated em 2008 (Usd/bbl)



Consumo de gasolina nos EUA durante a driving season (Mbbbl)



Em 2008 a *driving season* estival nos Estados Unidos deu origem a um aumento muito menos acentuado do que o habitual no consumo sazonal de gasolina, o que veio a ser um prenúncio da quebra da procura de combustíveis que se observou durante o ano.



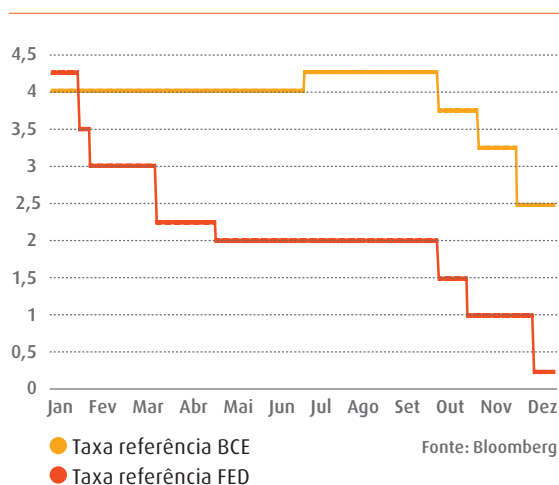
Nos Estados Unidos, a taxa de referência do sistema bancário abriu o ano de 2008 nos 4,25% e fechou entre os 0% e os 0,25%

emergente – essencialmente os países do leste europeu – teve um crescimento mais rápido, de 4,7%.

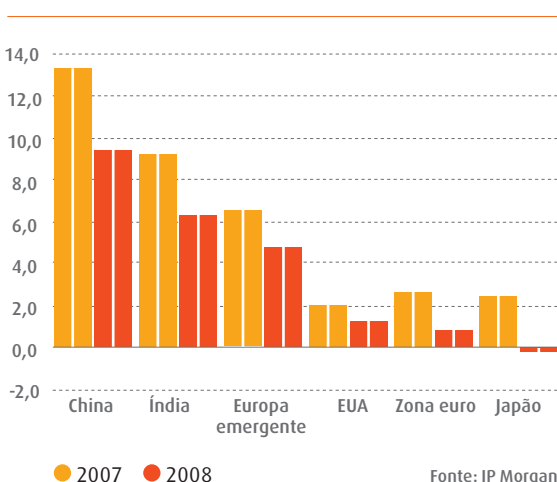
Na Península Ibérica, a economia portuguesa apresentou um crescimento nulo, enquanto que a economia espanhola, depois dos anos de forte crescimento, começou a contrair rapidamente no segundo semestre para acabar o ano com uma taxa de crescimento de 1,1%, muito abaixo dos 3,8% de 2007.

O estado anémico da economia mundial, e em particular das economias mais desenvolvidas da América do Norte e da Europa Ocidental, suscitou a reacção dos bancos centrais, que tiveram um ano muito activo na condução da política monetária, que se reflectiu primariamente na redução continuada das taxas de juro. Nos Estados Unidos, a taxa de juro de referência do sistema bancário abriu o ano a 4,25% mas viria a ser ajustada progressivamente em baixa ao ritmo do enfraquecimento da actividade económica até atingir o inédito intervalo de referência – por se tratar duma taxa-alvo – de 0% a 0,25%. Na zona do euro, o Banco Central Europeu (BCE) foi mais lento na tarefa de reduzir as taxas de juro para contrariar a desaceleração da actividade económica. Assim, a diminuição da taxa de referência do BCE durante 2008 foi de 1,5%, de 4% no início para 2,5% no final do ano.

Taxas de referência na Europa e nos EUA em 2008 (%)



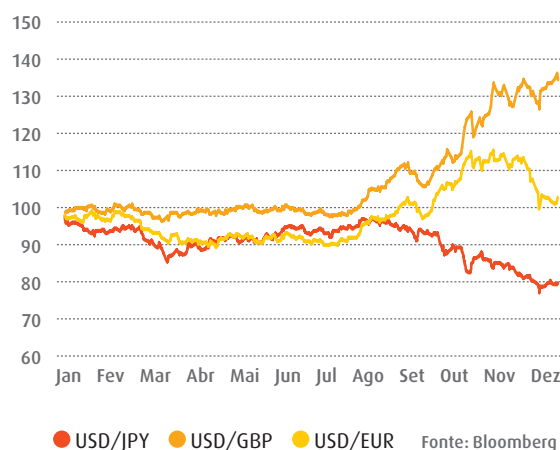
Taxas de crescimento anual do PIB em 2008 (%)



Em 2008 a economia mundial apresentou uma taxa de crescimento de 1,8%, com a contracção da economia dos Estados Unidos que cresceu 1,2%.

O acontecimento dominante da indústria do petróleo e do gás em 2008 foi a volatilidade das cotações do petróleo nos mercados internacionais. Depois de uma escalada de mais de 50% nos primeiros sete meses do ano, desde 96 dólares por barril até aos 147 dólares por barril, o *Brent dated* acabou o ano abaixo dos 40 dólares por barril, o fecho anual mais baixo desde 2003

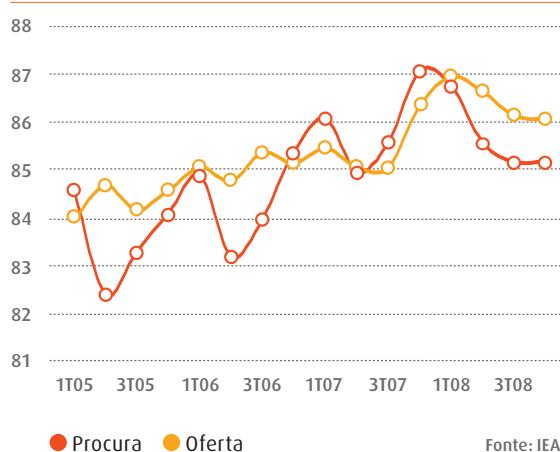
Evolução das taxas de câmbio em 2008 (%)



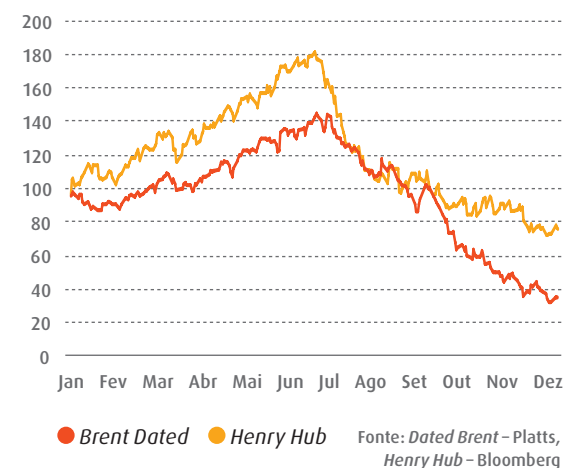
Nos mercados cambiais, o dólar evidenciou grande volatilidade em relação às outras moedas principais – o euro, a libra e o iene. Em relação à moeda única, a divisa americana atingiu o seu valor mais baixo de sempre (1,599) no terceiro trimestre do ano, após o que recuperou significativamente até atingir 1,395 no final do ano, em alta relativamente à cotação de 1,461 no início do ano, apesar de uma forte desvalorização em Dezembro.

A volatilidade das cotações do petróleo durante 2008 foi sem precedentes. No entanto, mais do que as variações de curto prazo ao longo do ano, o aspecto mais importante foi a escalada contínua das cotações nos primeiros sete meses do ano, impulsionada pela queda dos *stocks* nos Estados Unidos e pela preferência dada às matérias-primas – nomeadamente o petróleo – nas carteiras dos investidores. As cotações culminaram no final de Julho e, a partir daí, com o aumento da produção dos países da OPEP e, principalmente, com os primeiros sinais de recessão económica, iniciaram uma rápida trajectória descendente – acentuada pela subida dos *stocks* nos Estados Unidos – até ao final do ano. Com as cotações em queda, a reflectirem a quebra da procura, de pouco serviram os cortes de produção da OPEP em Setembro, Outubro e Dezembro, que mais não fizeram do que confirmar os receios de colapso da procura. Entre o princípio e o final do ano, a cotação do petróleo caiu mais de 60%.

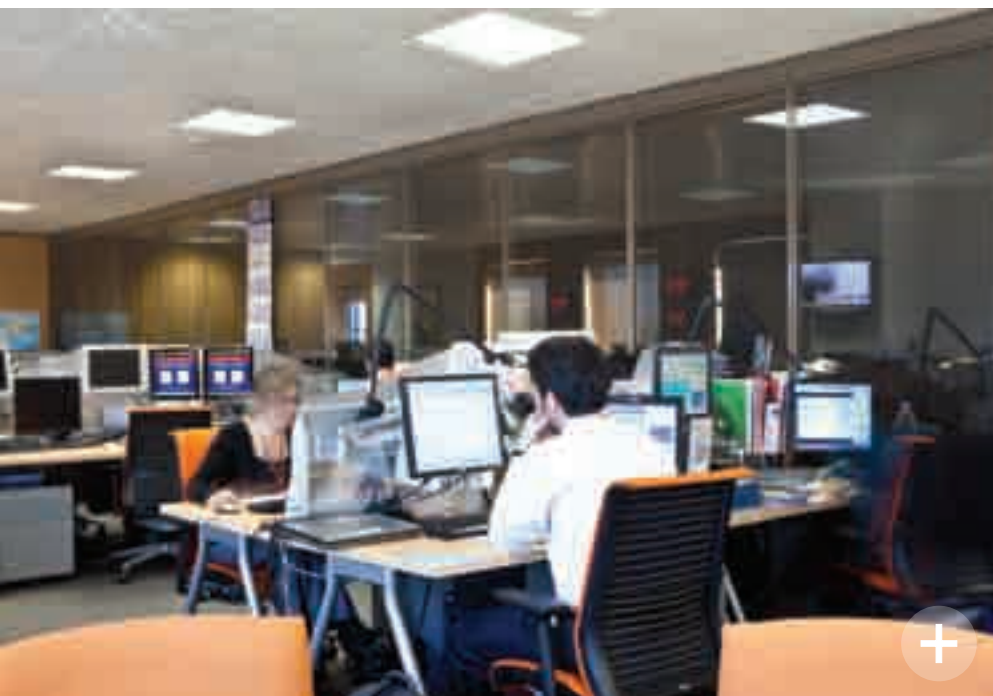
Evolução da oferta e da procura de petróleo (Mboepd)



Evolução comparativa Brent Dated vs Henry Hub em 2008



O Henry Hub, preço de referência do mercado de gás natural, terminou o ano nos 5,63 dólares por mmbtu, cerca de 20% abaixo da cotação de abertura em Janeiro.



Tanto em Portugal como em Espanha, o mercado de gás natural apresentou volumes *records* de vendas, confirmando uma vez mais o seu potencial de crescimento

A procura global de petróleo diminuiu ligeiramente (0,29%) relativamente a 2007 para 85,8 milhões de barris por dia, com a quebra de 3,5% na procura dos países da OCDE a ser compensada por um aumento equivalente dos países fora da OCDE. A oferta global subiu 1,1% para 86,6 milhões de barris diários, dos quais 50,6 milhões, ou 59%, provenientes de países exteriores à OPEP.

Tanto as margens *hydroskimming* como as margens *cracking* continuaram sob pressão durante o ano, embora a queda das cotações do petróleo no segundo semestre do ano e a diminuição da oferta de produtos refinados, na sequência do fecho de algumas refinarias para prevenir o aumento de *stocks*, tivessem influenciado positivamente as margens *cracking*.

As cotações do gás natural seguiram, em larga medida, a queda dos preços do petróleo e o *Henry Hub*, preço de referência do mercado que funciona como um *floor* para a cotação do gás natural, terminou o ano nos 5,63 dólares por mmbtu, cerca de 20% abaixo da cotação de abertura em Janeiro.

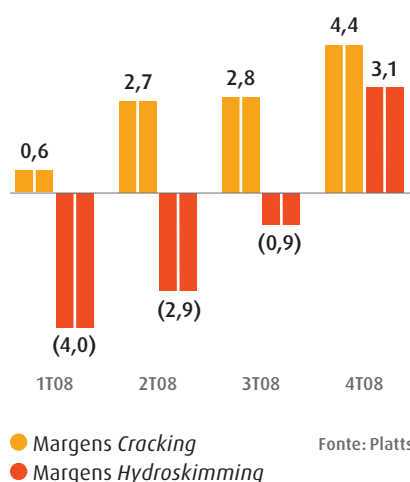
Na Península Ibérica o mercado dos combustíveis continuou em contracção, no primeiro semestre do ano devido aos preços elevados, no segundo semestre devido à quebra acentuada do poder de compra que acompanhou a estagnação – e depois a retracção – da actividade económica.

Também na Península Ibérica ficou demonstrado o potencial do gás natural, um mercado em expansão que é capaz de absorver o aumento das quantidades fornecidas.

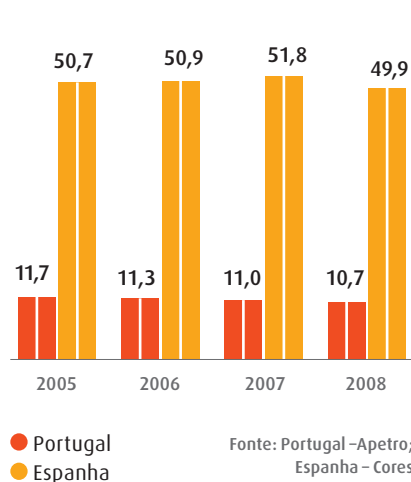


Sala de *trading* de petróleo bruto e produtos petrolíferos

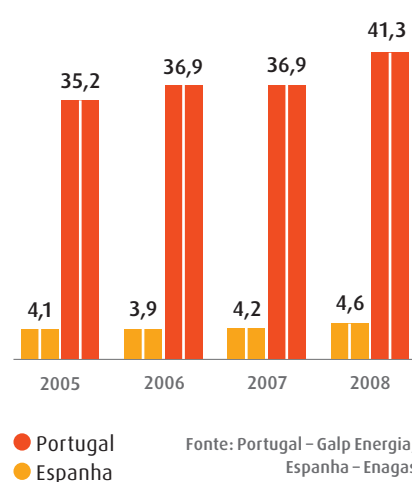
Margens benchmark *cracking* e *hydroskimming* de Roterdão (Usd/bbl)



Mercado de produtos petrolíferos (Mton)



Consumo de gás natural (bcm)

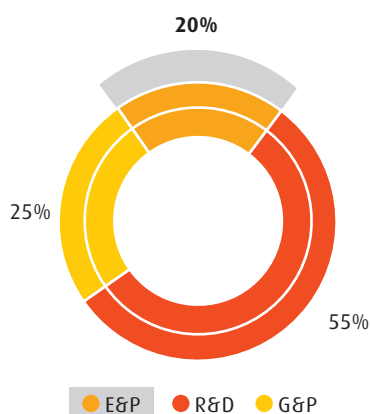


Exploração & Produção

O segmento de negócio Exploração & Produção explora e produz petróleo e gás natural. A Galp Energia iniciou a sua actividade em Angola em 1982, no campo Safueiro e desde então tem adicionado ao seu *portfolio* outros projectos em Angola, no qual se destaca o bloco 14, actualmente em produção. Já em 1999 dá-se a entrada em projectos no Brasil, através da participação na 2.ª rodada de licitações de direitos exploratório.

A actividade de exploração da Galp Energia está assim em rápida expansão, especialmente no Brasil, onde a dimensão das descobertas na bacia de Santos colocou a Galp Energia no círculo restrito de operadores com programas de exploração de elevado êxito. A produção de petróleo está concentrada ao largo da costa angolana, área onde existem fortes expectativas de crescimento.

Peso do segmento de negócio E&P no resultado operacional RCA da Galp Energia em 2008



Principais indicadores

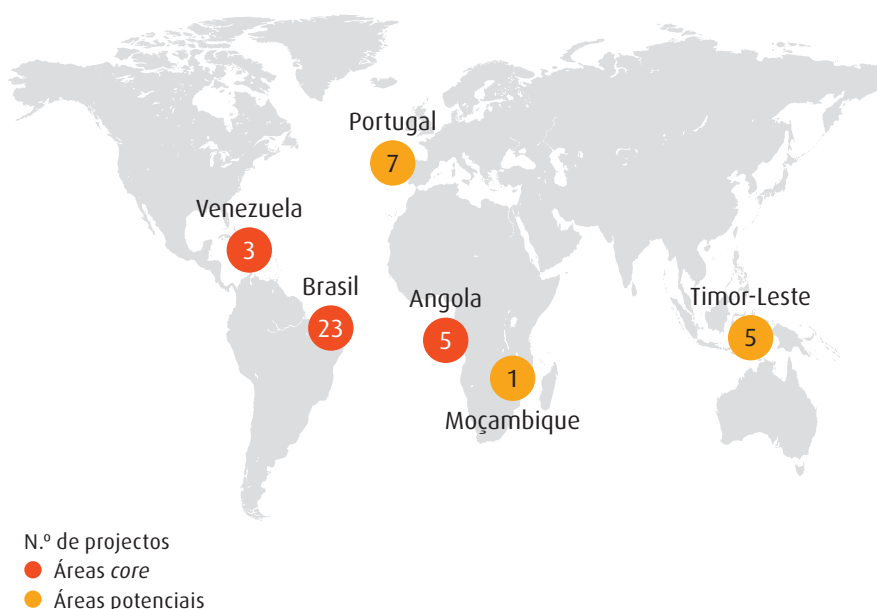
	2005	2006	2007	2008
Produção média <i>working interest</i> (mbopd)	5,0	9,5	17,0	15,1
Produção média <i>net entitlement</i> (mbopd)	4,3	7,2	12,5	10,0
Preço médio de venda (Usd/bbl)	49,8	56,3	70,0	96,9
Custos operacionais (Usd/bbl)	7,6	5,6	5,9	9,0
EBITDA RCA (M€)	40	100	206	208
Resultado operacional RCA (M€)	18	66	150	141
Investimento (M€)	82	106	193	196

Nota: Custos operacionais por barril calculados com base na produção *net entitlement*.
Preço médio de venda considerando as vendas efectuadas e os empréstimos concedidos ou recebidos.

Principais acontecimentos em 2008

- + O poço de exploração Iara confirmou a existência de uma jazida de petróleo leve no bloco BM-S-11, no pré-sal da bacia de Santos, com um volume recuperável estimado entre três e quatro mil milhões de barris de petróleo e gás natural;
- + O poço de exploração Júpiter confirmou a existência de uma grande jazida de petróleo leve e gás natural no bloco BM-S-24, no pré-sal da bacia de Santos; as análises de fluidos prosseguem para estimativa dos volumes recuperáveis;
- + O poço de exploração Bem-te-vi comprova a existência de petróleo no bloco BM-S-8, no pré-sal da bacia de Santos.

Portfolio de Exploração & Produção da Galp Energia



Estratégia

Para cumprir o seu objectivo de médio prazo de atingir uma produção sustentada de 150 mboepd e assegurar o aprovisionamento a longo prazo de petróleo e de gás natural para refinação e comercialização nos mercados onde actua, a Galp Energia pretende desenvolver o seu *portfolio* de 44 projectos, privilegiando três áreas geográficas, que denominou áreas *core*: o Brasil, especialmente a promissora bacia de Santos; Angola, onde já se iniciou a produção no bloco 14; e a Venezuela, cujos projectos, embora numa fase embrionária, têm o potencial de darem um contributo importante para o nível de produção projectado.

Pela dimensão das descobertas recentes na bacia de Santos – o Tupi e o Iara com 8 a 12 mil milhões de barris de volumes recuperáveis de petróleo e gás natural e o Júpiter, o Bem-te-vi e o Caramba, ainda por quantificar – a Galp Energia considera esta região o suporte de referência da sua estratégia de longo prazo.

A Galp Energia pretende ainda explorar novas oportunidades de diversificação da sua carteira de projectos, nomeadamente em países lusófonos, onde tem vantagens competitivas pela afinidade e laços culturais existentes.

Para diversificar as suas fontes de fornecimento de gás natural, a Galp Energia irá dar especial atenção a projectos de exploração e produção de gás, como o Angola LNG II, os projectos de liquefacção de gás na Venezuela e o desenvolvimento das descobertas de gás natural na bacia de Santos. No início de 2009, a Galp Energia assinou um memorando de entendimento com a Sonagás GE (empresa nacional de gás da Guiné Equatorial), com a E.ON Ruhrgas e com a Unión Fenosa Gas, para um projecto de exploração de gás natural no *offshore* da Guiné Equatorial, actualmente em fase de análise.

O nosso objectivo é atingir uma produção de 150 mil barris de petróleo por dia, cerca de metade da capacidade de refinação da Galp Energia



Os pilares de fundação da plataforma do campo Tómbua-Lândana são os mais compridos de sempre instalados até hoje

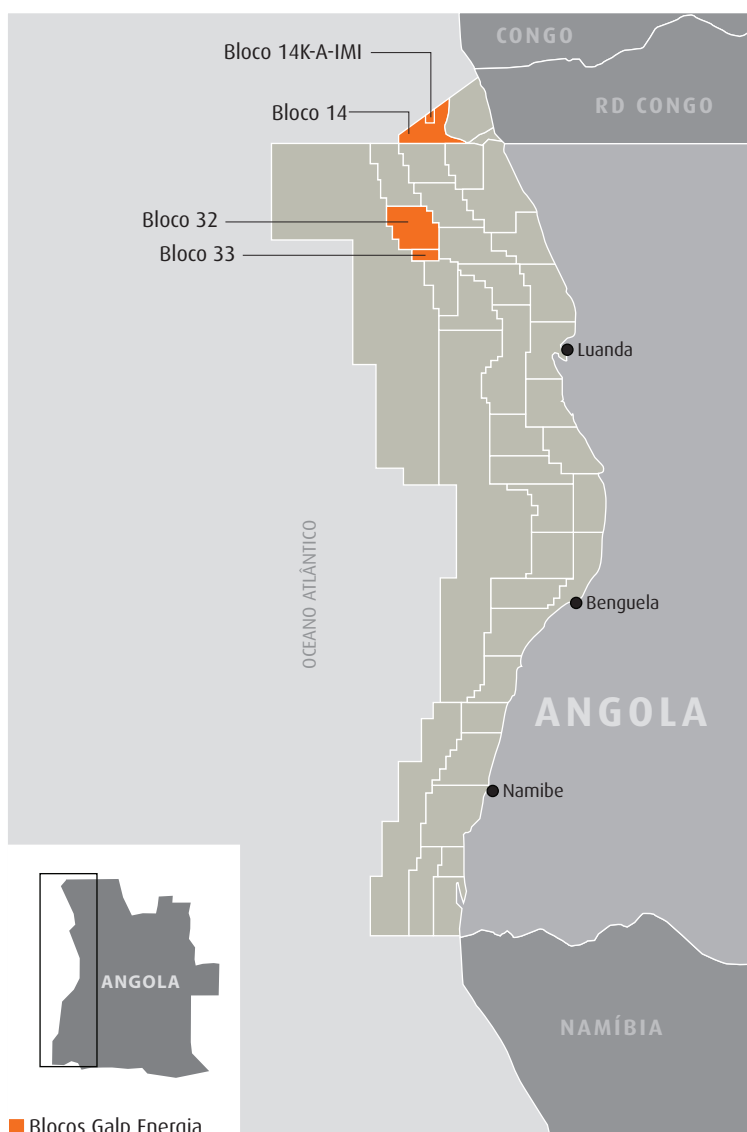


Angola

A presença da Galp Energia em Angola remonta a 1982

A Galp Energia está presente em cinco projectos em Angola com as mais prestigiadas empresas do sector petrolífero a nível mundial. Destes cinco projectos *offshore*, destaca-se o bloco 14, actualmente em fase de produção e ainda com perspectivas de crescimento, e os projectos ainda em fase de exploração/desenvolvimento no bloco 14K-A-IMI e bloco 32. Em 2008 a Galp Energia iniciou os trabalhos de exploração do primeiro projecto integrado de gás em Angola, o Angola LNG II, no qual detém uma participação de 10%. Angola reveste-se assim de particular importância para a Galp Energia, dado o seu historial e as perspectivas de médio e longo prazo.

Concessões de petróleo em Angola



Principais acontecimentos

- + Presença desde 1982 com a entrada no consórcio do bloco 1/82, onde foi feita a descoberta Safueiro que esteve em produção até 2002;
- + Participação em parceria com a Chevron, Eni, Sonangol, Total, entre outras, em cinco projectos, incluindo quatro blocos *offshore* e um projecto de exploração de gás, o Angola LNG II;
- + Área total dos blocos: 14.806 km²;
- + Mais de 25 descobertas efectuadas em Angola, das quais 11 no bloco 14 e 14 no bloco 32;
- + Participação no consórcio que descobriu o primeiro poço produtor em águas profundas em Angola, no campo Kuito, em 1997;
- + Produção *working interest* acumulada, desde 1991, de 28 milhões de barris;
- + Investimento acumulado: €708 milhões.



Bloco 14

A Galp Energia tem uma participação de 9% no consórcio que explora o bloco 14. Actualmente este é o único bloco em produção dos projectos que a Galp Energia tem em carteira.

Produção

A actividade de produção da Galp Energia está actualmente concentrada neste bloco, em três campos produtores – BBLT, Tômbua-Lândana e Kuito. Em 2008, a produção *working interest* foi de 15 mbopd, maioritariamente proveniente do campo BBLT, que contribuiu com 12 mbopd.

A diminuição da produção do campo de Kuito em 2008 em relação a 2007 deveu-se sobretudo ao declínio natural do campo.

A produção do campo BBLT também diminuiu em relação a 2007. Para além de estar em declínio natural por exaustão dos reservatórios, a produção deste campo foi afectada por restrições nas condutas no final de 2007 e início de 2008 e por atrasos na campanha de sondagem.

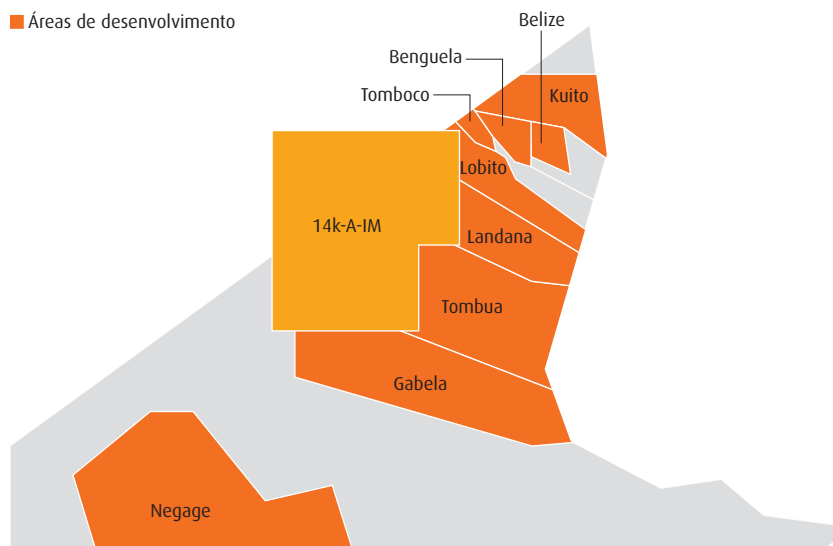
A produção *net entitlement* teve uma quebra mais acentuada do que a produção *working interest* devido à subida do preço



Sala de controlo da plataforma do campo BBLT em Angola onde são controlados os níveis de produção de cada poço



Mapa do bloco 14 e do bloco 14K-A-IMI

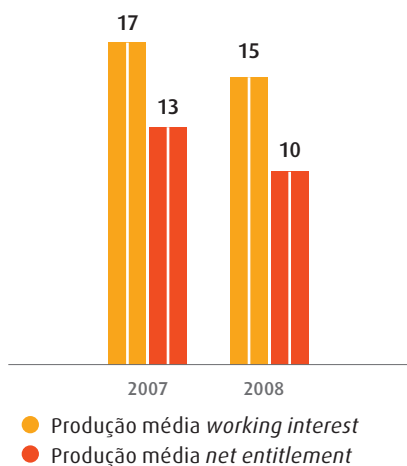


do petróleo durante grande parte de 2008 e ao consequente efeito do contrato de partilha de produção.

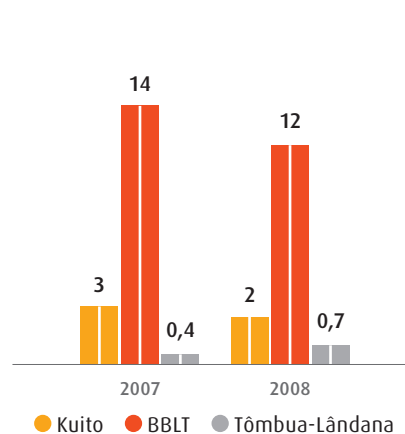
No campo de Tômbua-Lândana, a fase de EPCI (*Engineering Procurement Construction and Installation*) decorreu de acordo com o planeado. Os trabalhos de preparação da torre CPT (*Compliant Piled Tower*), que têm como objectivo o incremento da produção em 2009, decorreram a bom ritmo e culminaram

com a instalação da torre em Dezembro. A conclusão desta fase foi um marco de grande importância, sobretudo por ter ocorrido segundo o calendário previsto e sem incidentes, apesar da complexidade operacional e técnica do projecto. A capacidade de produção total deste campo poderá atingir os 70-80 mil barris diários já no final de 2009 e culminar no final de 2010 com uma produção diária de 130 mil barris, o que irá compensar o declínio natural da produção do BBLT.

Produção (mbopd)



Produção *working interest* por campo (mbopd)





Plataforma de produção do campo BBLT, no bloco 14 em Angola. A primeira descoberta neste campo ocorreu em 1997

Em 2008 foram perfurados em Angola quatro poços de avaliação e dois de exploração



Exploração & Desenvolvimento

Os trabalhos de exploração do bloco 14 decorreram durante o ano de 2008 em áreas já demarcadas. A descoberta Pinda começou a ser avaliada pelo poço Malange-1, com o poço de avaliação Malange-2 ainda em análise.

No campo BBLT continuaram os trabalhos de desenvolvimento, com o objectivo de sustentar a produção. Durante 2008 foi desenvolvido um programa de prevenção de depósitos sólidos nas condutas de produção, que tinham afectado a produção no final de 2007 e no início de 2008. Depois de posto em prática, este programa aumentou de novo a produtividade dos poços. A campanha de sondagem de desenvolvimento, que prosseguiu com a execução de quatro poços produtores e de três injectores, sofreu atrasos na execução que resultaram de imprevistos operacionais. Foram também efectuados trabalhos de melhoramento na plataforma para otimizar o seu funcionamento e maximizar a capacidade de processamento de fluidos.

O projecto de desenvolvimento de Lândana Norte prosseguiu em 2008 com a perfuração e a entrada em funcionamento de um par de poços produtor/injector. Durante

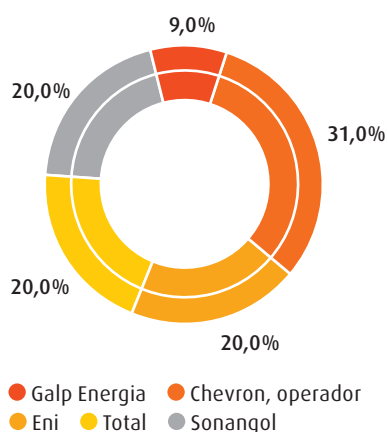
o ano foi também iniciada a perfuração de cinco poços em Tômbua Sul.

No Kuito foram efectuados trabalhos de manutenção em dois poços com o objectivo de otimizar a injeção de água e de aumentar a recuperação de petróleo, embora não tivessem sido obtidos os resultados previstos. Durante o ano foram iniciados estudos de engenharia para identificação da solução mais adequada ao prolongamento da vida do campo de Kuito após 2009, ano em que expira o contrato de aluguer da estrutura flutuante de produção, armazenagem e descarga (FPSO).

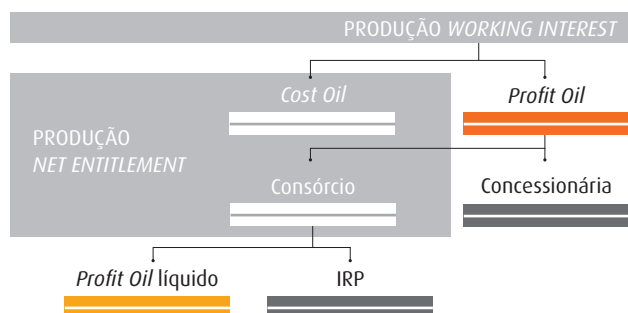
No campo de Lucapa, que foi declarado comercial em Agosto, foram perfurados três poços, dois de exploração, o Lucapa-3 e o Lucapa-4, e um de avaliação, o Lucapa-5. Ainda em 2008, foi submetida às autoridades angolanas a proposta de designação de área de desenvolvimento do campo. No final do ano, o consórcio aprovou o plano conceptual de desenvolvimento para ser submetido à concessionária. Alguns estudos continuam a ser desenvolvidos de modo a otimizar o plano de desenvolvimento deste campo. Entre os cenários que estão a ser contemplados está um *tie-back* do campo de Gabela do bloco 14.

Nos campos de Negage e Gabela prosseguiram os estudos técnicos de viabilidade. Pelas suas características, subsistem nestes projectos algumas dificuldades para se encontrar uma solução técnica de desenvolvimento economicamente atractiva. No caso do Gabela, o *tie-back* ao Lucapa poderá representar uma oportunidade de viabilização a ser estudada no futuro. No caso do Negage, a solução autónoma estudada durante 2008 não foi conclusiva, pelo que também continuam a ser avaliadas oportunidades de *tie-back* a campos ou blocos adjacentes.

Consórcio do bloco 14



Contrato de partilha de produção



Cost Oil: Parte da produção alocada para cobertura dos custos do consórcio, normalmente entre 50% - 65%.

Profit Oil: Partilhado entre o consórcio e a concessionária nos termos acordados no contrato. Varia entre 10% a 70% dependendo da taxa de retorno.

IRP: Imposto sobre o Rendimento do Petróleo.

Bloco 32

Em toda a área do bloco continuaram os trabalhos com processamento sísmico 3D. Foram ainda perfurados três poços de avaliação em áreas de pré-desenvolvimento: Louro-3, Mostarda-2 e Louro-4.

Durante 2008 o consórcio realizou progressos significativos na determinação de um conceito técnico de desenvolvimento para o pólo denominado CSE (*Center South East*). No final do ano o CDP (*Conceptual Development Plan*) do pólo CSE encontrava-se na fase final de aprovação pelo consórcio. A aprovação do CDP pelo consórcio e pela concessionária irá reduzir o leque de alternativas e possibilitar o avanço do projecto com base num conceito único.

Outras participações

Em 2008 o bloco 14K-A-IMI foi objecto de um trabalho intenso com vista a antecipar o início da produção ao mesmo tempo que as negociações dos acordos fiscais, em fase de aprovação pelos governos, foram concluídas com sucesso. Em termos de engenharia de

desenvolvimento, as soluções tecnológicas propostas colocam este projecto na linha da frente da indústria. No final do ano o consórcio aprovou as condições para início da fase de FEED (*Front-End Engineering & Design*) do projecto, que desenvolverá em maior detalhe o CDP.

No bloco 33 não houve actividade de sondagem em 2008 e os trabalhos na área pré-demarcada de Calulu continuam a ser de reavaliação de dados sísmicos e outros. Para 2009 está prevista uma sísmica 3D de *Long Offset*.

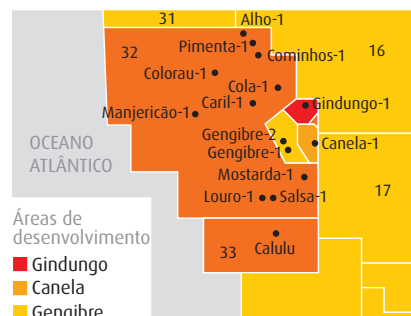
No projecto de exploração de gás natural no *offshore* de Angola (operador Sonagas 40%, Eni 20%, Gas Natural e Repsol 20%, Exem 10% e Galp Energia 10%), o poço de avaliação em Garoupa, no bloco 2, que estava previsto para 2008 foi transferido para 2009 após a realização e interpretação de sísmica. Deste modo, os trabalhos de exploração deste projecto restringiram-se, durante o ano de 2008, a uma aquisição sísmica 3D de 866 km² actualmente em curso, e a estudos geológicos e geofísicos.



Operadores do FPSO do campo Kuito, no bloco 14 em Angola

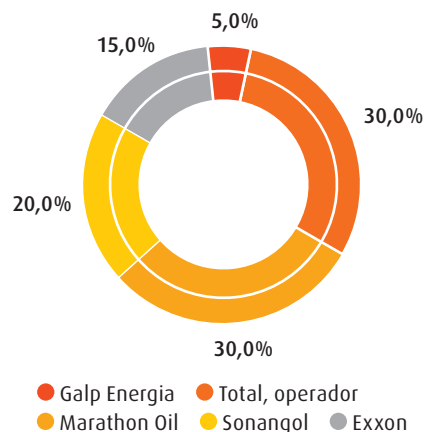


Mapa do bloco 32 e bloco 33

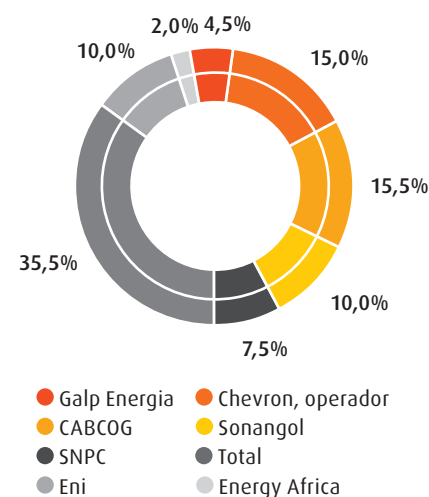


No bloco 32 foram já realizadas 14 descobertas. A sua dispersão geográfica obriga à determinação de um conceito técnico de desenvolvimento que permita agregar várias descobertas

Consórcio do bloco 32



Consórcio do bloco 14K-A-IMI



O Brasil irá tornar-se, nos próximos anos, uma das áreas chave do *portfolio* de projectos da Galp Energia em termos de produção

Brasil

A Galp Energia está presente no Brasil em mais de 20 projectos, privilegiando em todos eles a parceria com a empresa petrolífera Petrobras. Estes projectos dividem-se em projectos *offshore*, que incluem, entre outros, as participações na bacia de Santos e no famoso Tupi, que levarão o Brasil a tornar-se num dos principais países em termos de reservas a nível mundial, e projectos *onshore*, de dimensão mais reduzida, nos quais a Galp Energia dá os primeiros passos como operadora.

Principais acontecimentos

- + Presença desde 1999, através da participação na segunda rodada para atribuição de direitos exploratórios;
- + Participação em parceria com a Petrobras, em 23 projectos, 17 *offshore* e seis *onshore*, num total de 56 blocos dispersos por sete bacias;
- + Área total dos blocos: 20.760 km²;
- + Operação de 21 blocos, concentrados no *onshore* das bacias de Potiguar, de Sergipe-Alagoas e de Espírito Santo;
- + Participação em cinco das oito descobertas na bacia de Santos, uma zona com elevado sucesso exploratório;
- + Investimento acumulado: €127 milhões.

Identificação das bacias onde a Galp Energia está presente

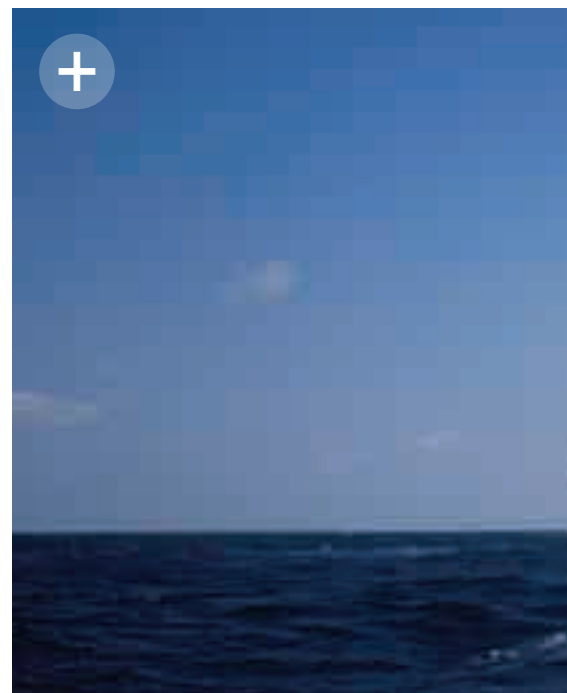


Elevado sucesso de exploração no Brasil até ao final de 2008

	ONSHORE	OFFSHORE
Poços de exploração perfurados	41	5
Descobertas realizadas	15	5
Taxa de sucesso	37%	100%
Poços de avaliação perfurados	4	1
Programa de perfuração (2009)	12	5

1,9

mil milhões de barris de petróleo e gás natural já certificados como recursos contingentes



© PETROBRAS

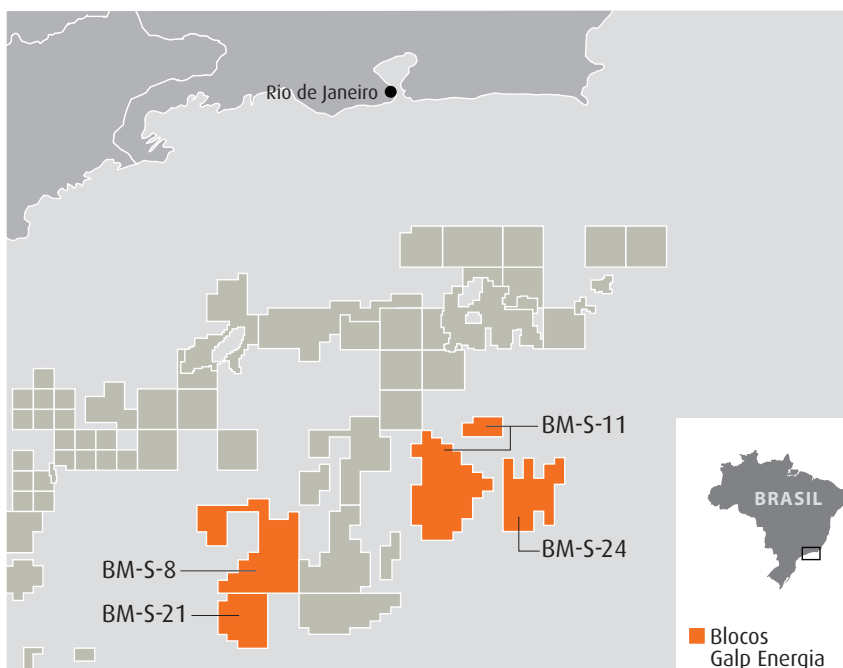
Bacia de Santos

Os trabalhos realizados durante o ano vieram confirmar a importância das descobertas no bloco BM-S-11, localizado ao largo da costa brasileira na bacia de Santos, onde o poço Tupi Sul já tinha indicado em 2007 a existência de cinco a oito mil milhões de barris de petróleo e gás natural recuperáveis. Em 2008, um plano de avaliação para uma área de cerca de 1.974 km² foi aprovado pela ANP, a entidade reguladora brasileira dos sectores do petróleo, do gás natural e dos biocombustíveis.

Durante o ano, foram intensificados os estudos de engenharia para a viabilização técnica do plano de trabalhos previsto no plano de avaliação, nomeadamente a execução de um teste de longa duração, a execução de um projecto-piloto na proximidade dos poços descobridores Tupi e Tupi Sul e a construção do gasoduto Tupi-Mexilhão para evacuação do gás produzido no módulo piloto.

No princípio do ano de 2008, os membros do consórcio de exploração acordaram as linhas principais de execução do projecto, como a escolha do sistema flutuante de produção, armazenagem e carregamento (FPSO) e a contratação de serviços e

Bacia marítima de Santos



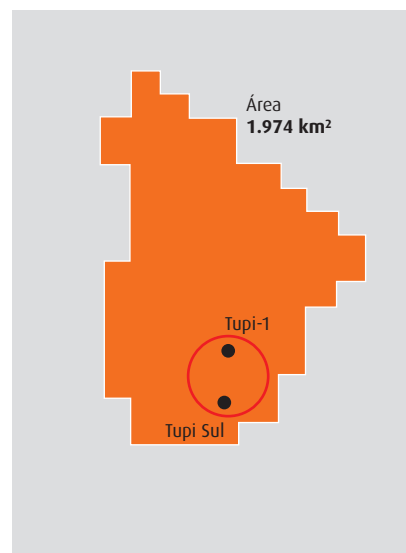
equipamentos, com longos prazos de entrega, com o objectivo de iniciarem um teste de longa duração no segundo trimestre de 2009.

Os estudos para a execução do projecto-piloto prosseguiram ao longo do ano. Em Agosto o consórcio aprovou o conceito de engenharia base do projecto que consiste em cinco poços produtores, dois poços injectores de água e um poço injector de gás ligados a uma unidade de FPSO ancorada em sistema de *spread mooring*. Na sequência da aprovação do conceito de engenharia base foi também aprovada a contratação de uma unidade de FPSO com capacidade de processamento de 100 mil barris de petróleo e de cinco milhões de m³ de gás por dia. A contratação dos serviços e dos equipamentos com prazos de execução ou de entrega mais longos visou preparar a produção do primeiro petróleo em Dezembro de 2010. Para além da resolução dos aspectos técnicos, o consórcio negociou acordos comerciais sobre a produção, o transporte e a comercialização dos hidrocarbonetos.

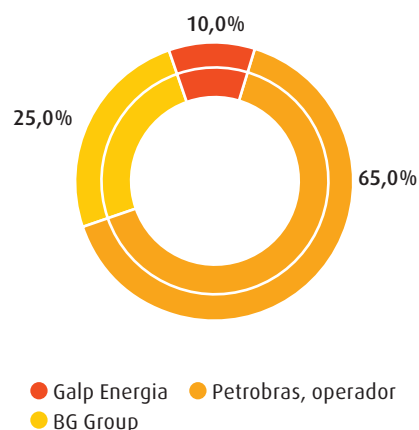
Os resultados obtidos no teste de longa duração e no projecto-piloto serão determinantes para as fases de desenvolvimento subsequentes.

No bloco BM-S-11 foi também perfurado o poço exploratório Iara, que descobriu hidrocarbonetos em reservatório situado a 6.000 metros de profundidade e onde se estima que os volumes recuperáveis possam situar-se entre os três e os quatro mil

Área de Tupi no bloco BM-S-11



Consórcio do bloco BM-S-11



Plataforma semi-submersível SS-11 a operar num campo da bacia de Santos

Projecto Tupi

Características geológicas do reservatório e propriedades do petróleo

Reservatórios carbonatados situados a cerca de 5.000 metros de profundidade;

Lâmina de água com cerca de 2.200 metros;

Sequência de camadas de sal com espessuras da ordem dos 2.000 metros;

Área do Plano de Avaliação: 1.974 km²;

Volumes recuperáveis – cinco a oito mil milhões de barris de petróleo e gás natural;

Densidade do petróleo: 28-30° API;

Viscosidade do petróleo: 1 cP;

Razão Gás/Petróleo – 230 m³/m³;

Pressão inicial – 550-560 kgf/cm²;

Baixo TAN (*Total Acid Number*);

CO₂ no gás associado: 8 a 12%.

Características do teste de longa duração

Primeiro petróleo previsto para o segundo trimestre de 2009;

Instalação de produção: FPSO BW Cidade de São Vicente;

Poços produtores – Poço Tupi Sul e poço produtor P1 alternadamente;

Produção esperada: 14 mboepd;

Gás associado a queimar de acordo com as autorizações obtidas, nos organismos reguladores ANP e IBAMA;

Prevista uma duração de 15 meses em três fases:

Fase 1 – Produção a partir do poço Tupi Sul: seis meses;

Fase 2 – Produção a partir do poço P1: seis meses;

Fase 3 – Produção a partir do poço Tupi Sul: três meses.

milhões de barris de petróleo de densidade entre 26° e 30° API. O plano de avaliação para esta descoberta, com cerca de 300 km², foi já aprovado pela ANP.

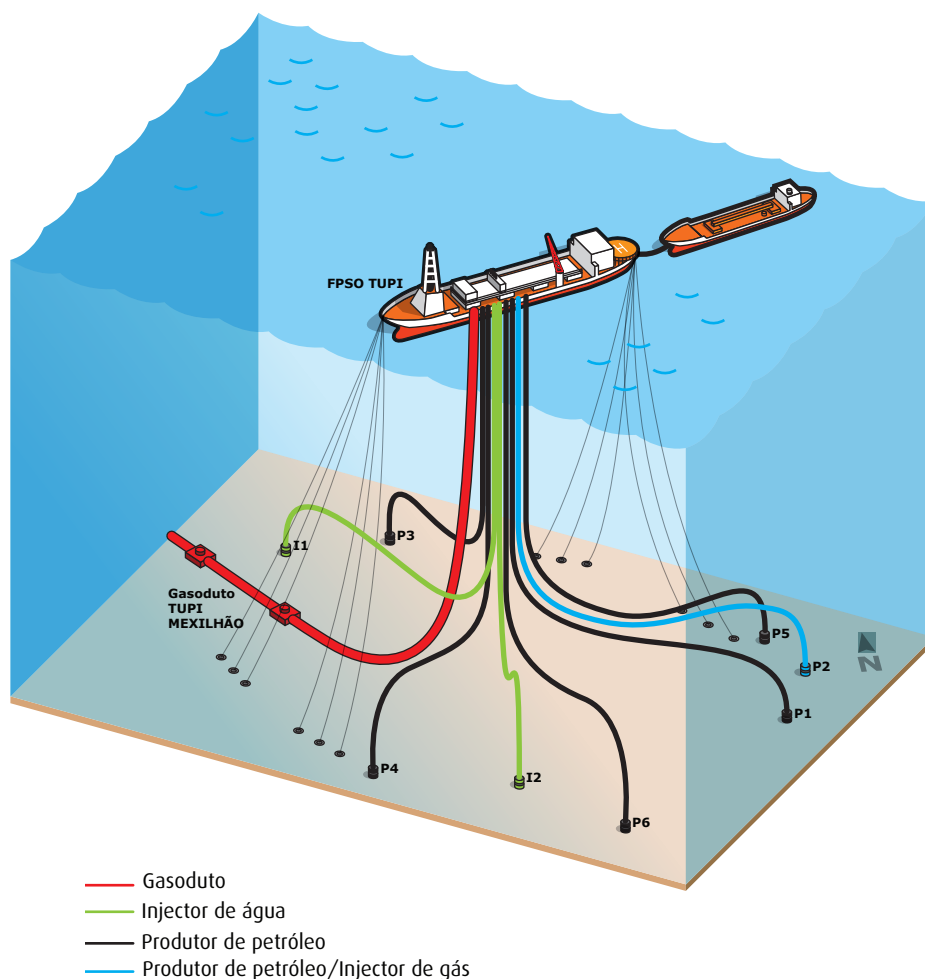
Nas águas profundas da bacia de Santos outros projectos avançaram em 2008.

No bloco BM-S-8, em que a Galp Energia tem uma participação de 14%, a operadora Petrobras 66% e a Shell 20%, foi perfurado o primeiro poço exploratório, denominado Bem-te-vi, que foi classificado como descobridor de petróleo, estando o plano de avaliação em discussão com a ANP. O consórcio para exploração deste bloco prevê a perfuração de um poço de avaliação durante o ano de 2009. No bloco BM-S-21, em que a Galp Energia tem 20% e a operadora Petrobras os restantes 80%, prosseguiu o plano de avaliação da descoberta Caramba realizada em 2007, tendo sido planeada uma nova campanha sísmica 3D para 2009.

No bloco BM-S-24, em que a Galp Energia também tem 20%, a perfuração de um primeiro poço exploratório, o Júpiter, resultou numa descoberta relevante de petróleo e de gás. O respectivo plano de avaliação de descoberta está em fase de preparação para ser submetido à ANP.

A abertura em Agosto de um *side track* do poço iniciado em Janeiro, cuja perfuração tinha sido interrompida por razões operacionais, confirmou a descoberta anunciada no início do ano.

Projecto Tupi – 1



Área: 115 km²

Início da produção: Dezembro de 2010

Profundidade da lâmina de água: ~ 2.145m

Unidade de produção: FPSO Tupi

Capacidade de processamento: 100 mbopd

Capacidade de compressão de gás: 5 Mm³/d

CO₂ produzido: separado e reinjectado no reservatório

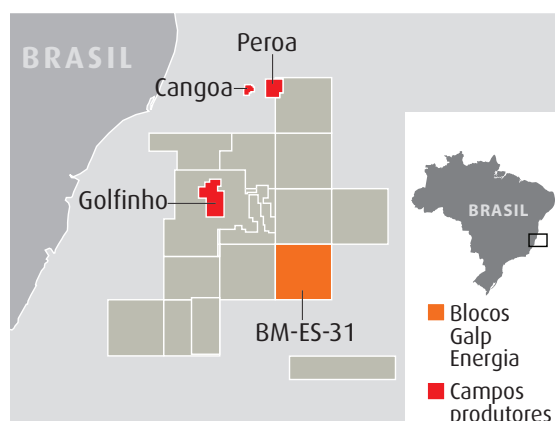
Gás produzido: evacuado para a plataforma Mexilhão através do pipeline Tupi- Mexilhão com cerca de 216km de extensão

Número de poços produtores: cinco com opção de quatro adicionais

Número de poços injectores de água: dois com opção de três adicionais

Número de poços injectores de gás: um com opção de um adicional

Bacia marítima de Espírito Santo



Outros projectos no Brasil

Nos blocos dos contratos BM-POT-16 (operador Petrobras 60%, EnCana 20% e Galp Energia 20%) e BM-POT-17 (operador Petrobras 80% e Galp Energia 20%), situados nas águas profundas da bacia Potiguar, no nordeste brasileiro, realizaram-se trabalhos de reprocessamento sísmico e de interpretação e modelação geológica assim como estudos de detecção remota.

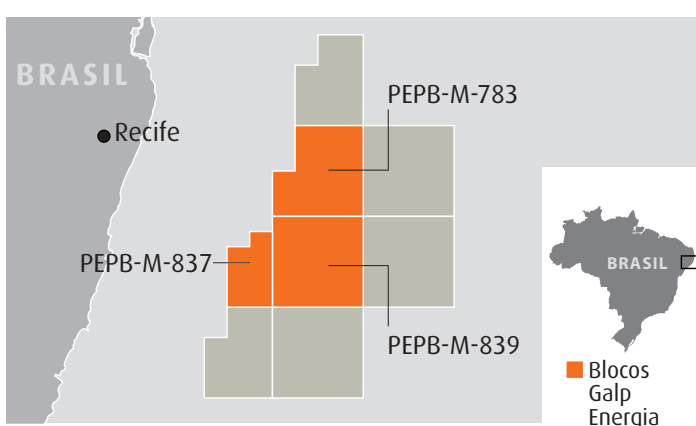
No bloco BM-ES-31 (operador Petrobras 80% e Galp Energia 20%), na bacia de Espírito Santo, ao largo da costa do estado com o mesmo nome, foram realizados trabalhos de interpretação e modelação geológica e iniciados estudos ambientais para licenciamento da perfuração de um poço de exploração prevista para o terceiro ou quarto trimestre de 2009.

Nos contratos BM-PEPB-1, BM-PEPB-2 e BM-PEPB-3, onde a Galp Energia detém igualmente 20% de participação e a Petrobras 80%, o consórcio irá realizar até 2013 um programa sísmico. Caso se opte por passar ao segundo período exploratório, será assumido o compromisso de perfurar um poço exploratório em cada bloco até 2015. Até agora o consórcio já iniciou trabalhos de reprocessamento de sísmica 2D e estudos preliminares de preparação de um novo programa sísmico 3D.

Para o BM-C-44 (operador Petrobras 47,5%, Ecopetrol 37,5% e Galp Energia 15%), nas águas rasas da bacia de Campos, junto à costa do Estado do Rio de Janeiro, o consórcio assumiu realizar um programa sísmico 3D até 2012 e perfurar um poço exploratório até 2013.

Para os blocos BM-S-75, BM-S-76 e BM-S-77 (operador Petrobras 60%,

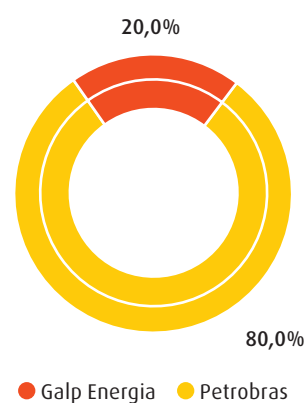
Bacia marítima de Pernambuco



Q. Galvão 20% e Galp Energia 20%), nas águas rasas da bacia de Santos, foram assinados compromissos considerando um programa sísmico e um total de poços exploratórios até 2012. Caso o consórcio entre no segundo período exploratório, terá de perfurar um poço adicional em cada bloco. Para estes blocos está prevista a realização de uma campanha sísmica 3D em 2009 e 2010.

Nos blocos *onshore* da bacia Potiguar, da bacia do Espírito Santo/Mucuri e da bacia de Sergipe-Alagoas prosseguiu a cooperação entre a Petrobras e a Galp Energia. Dos 19 blocos na bacia Potiguar incluídos nesta parceria no final do ano, a Galp Energia era operadora de 13 e a Petrobras de seis. Durante 2008 foram entregues seis blocos à ANP. Durante o ano foram também realizados dois levantamentos de sísmica 3D e foram perfurados 10 poços, sendo oito de exploração e dois de avaliação. Foram efectuadas três novas descobertas de petróleo em 2008 e foram submetidos

Consórcio do bloco BM-ES-31



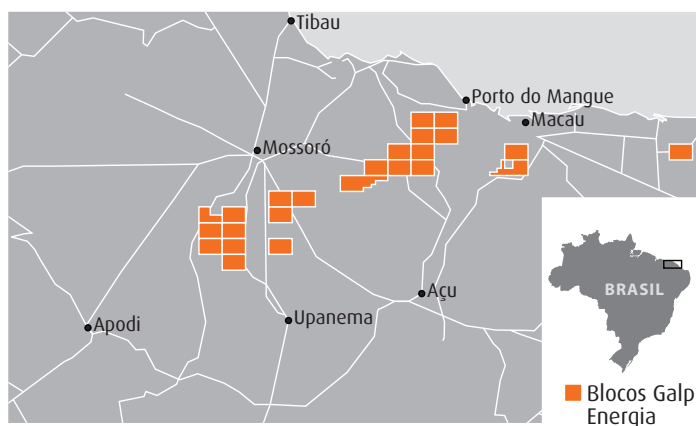
Operadores de uma sonda de perfuração *onshore* na bacia de Potiguar. Nesta bacia foram perfurados, em 2008, oito poços de exploração



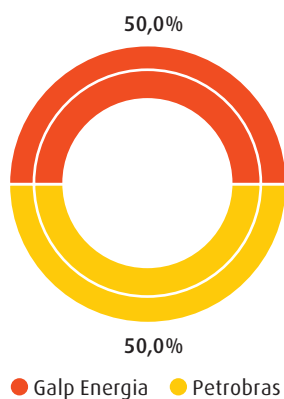


Operadores de uma sonda de perfuração *onshore* na bacia de Potiguar, onde a Galp Energia tem uma participação de 50%

Bacia terrestre de Potiguar



Consórcio da bacia terrestre de Potiguar



planos de avaliação de duas à ANP – a terceira já estava na área de avaliação da descoberta 1-Galp-2 RN. Na sequência dos resultados obtidos na campanha exploratória, foram devolvidos à ANP cinco blocos já depois do final do ano.

Na bacia de Espírito Santo/Mucuri foram perfurados 10 poços de exploração – que conduziram a quatro descobertas de petróleo pesado – e dois de avaliação. Até Dezembro de 2008 foram submetidos à ANP dois planos de avaliação, estando um terceiro em fase final de preparação para ser submetido no início de 2009. Face aos resultados obtidos na campanha de perfuração, quatro blocos foram devolvidos à ANP durante o ano de 2008. No final de 2008 a carteira de interesses nesta bacia era composta por oito blocos, dos quais quatro estavam incluídos nos dois planos de avaliação já aprovados pela ANP.

Durante 2008, na bacia de Sergipe-Alagoas, a parceria Petrobras-Galp Energia manteve interesses em quatro blocos. Durante o ano de 2008 foram feitos reprocessamentos e levantamentos de sísmica que cobriram grande parte dos blocos. A perfuração de três poços exploratórios resultou

em duas descobertas de petróleo que foram objecto de um plano de avaliação submetido à ANP. Durante o mês de Janeiro de 2009, foi devolvido à ANP um bloco nesta bacia.

Leilão de direitos exploratórios

A parceria Petrobras-Galp Energia participou em Dezembro na décima rodada para atribuição de direitos exploratórios, tendo sido obtidos direitos em cinco blocos da bacia Potiguar num total de 159 km². A Galp Energia será a operadora de três blocos e a Petrobras a operadora dos outros dois. Nesta bacia, as duas empresas detêm cada uma 50% do consórcio.

Também na bacia do Amazonas foram adquiridos direitos sobre três blocos com uma área total de 5.718 km², em que a operadora Petrobras tem uma participação de 60%. A probabilidade de estes blocos, situados na proximidade do pólo industrial de Manaus, conterem acumulações de condensado e gás de valor comercial é considerada elevada.

Os contratos com a ANP decorrentes desta rodada, em que a Galp Energia dispendeu cerca de €4,5 milhões em bónus, deverão ser assinados em Abril de 2009.

Venezuela

Na sequência da assinatura de acordos com a companhia estatal PDVSA, a Venezuela afirmou-se em 2008 como um país privilegiado pela Galp Energia para o aumento da sua produção de petróleo a médio-longo prazo.

Os acordos assinados com a PDVSA em Maio reforçaram a parceria estabelecida nos acordos de Outubro de 2007, que definiram as áreas de cooperação entre as duas empresas, nomeadamente na certificação das reservas de petróleo no Boyacá 6, na Faixa do Orinoco.

Projecto da faixa petrolífera do Orinoco

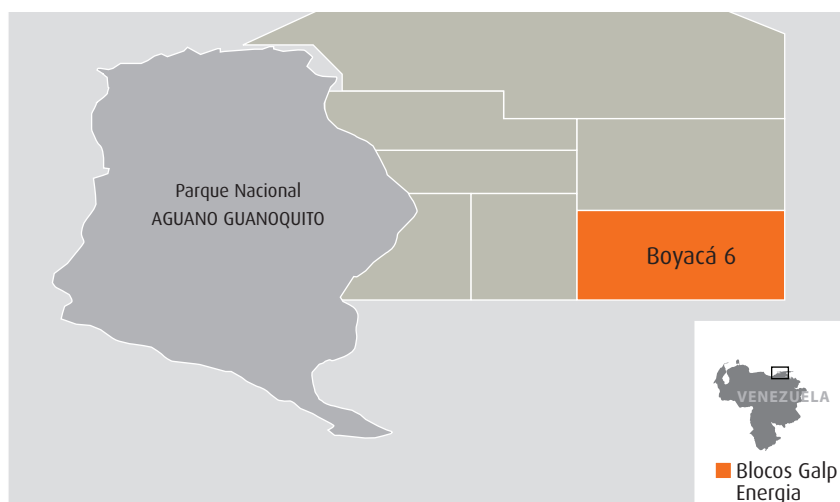
No bloco 6 de Boyacá, após uma primeira fase de validação de informação e produção de modelos preliminares, os estudos efectuados indicaram valores de *oil in place* da ordem dos 70-80 mil milhões de barris de petróleo. A segunda fase dos estudos iniciou-se no final do ano com a perfuração do primeiro de seis poços de avaliação, destinados a obter uma avaliação mais precisa dos volumes de petróleo existentes no bloco. A conclusão da Fase 3 está prevista para meados de 2009 e incluirá a elaboração de modelos estáticos e dinâmicos assim como a escolha da tecnologia adequada. A quarta e última fase, prevista para Dezembro de 2009, consistirá na certificação das reservas, a que se seguirá um acordo para o estudo da viabilidade de se desenvolver, produzir e melhorar o petróleo pesado de Boyacá 6. A eventual passagem a uma fase de desenvolvimento do projecto e a constituição de uma empresa conjunta (Empresa Mixta) para o executar estará dependente dos resultados do estudo de viabilidade.

Projectos de GNL

Os projectos de GNL, em que a Galp Energia terá uma participação de 15%, consistem no transporte por gasoduto e na liquefacção do gás proveniente dos campos de exploração da Plataforma Deltana (Trem-1) e Mariscal Sucre (Trem-2). A capacidade de cada trem será de 4,7 milhões de toneladas por ano.

Estes projectos vão permitir à Galp Energia a aquisição de 2 mil milhões de m³ de gás natural por ano e assim expandir as suas fontes de fornecimento de modo a poder realizar o seu objectivo estratégico de duplicar o aprovisionamento contratado de 6 bcm para 12 bcm por ano. A decisão final de investimento nos projectos está prevista para o final de 2010. Os primeiros volumes de GNL deverão ser recebidos em 2014.

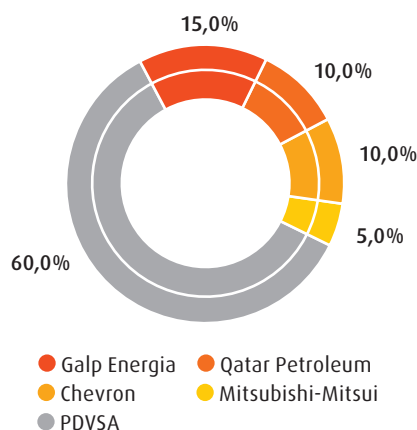
Faixa petrolífera do Orinoco



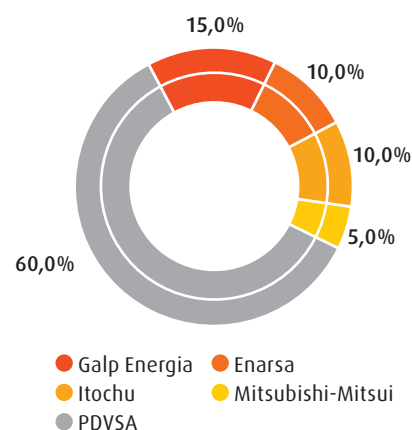
Projectos de GNL



Consórcio para exploração do Trem - 1



Consórcio para exploração do Trem - 2

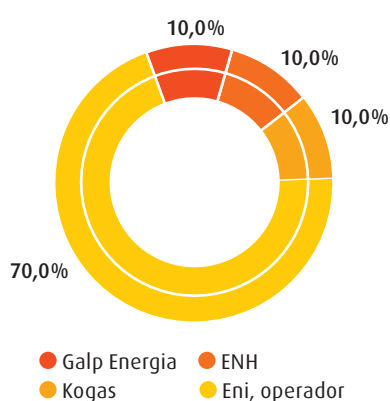


A área 4 da
bacia de Rovuma,
encontra-se numa
área geologicamente
inexplorada, denominada
de nova fronteira

Moçambique

A Galp Energia está presente em Moçambique desde 2007, através da assinatura do contrato de *farm-in* com a Eni e com a Empresa Nacional de Hidrocarbonetos (ENH) para a exploração da área 4, localizada nas águas ultra-profundas da bacia de Rovuma. O bloco tem uma área total de 17.646 km² e o primeiro período exploratório termina em 2011.

Consórcio da área 4



Em Moçambique, a exploração das áreas concessionadas pelo Estado moçambicano é regulada através de contratos de partilha da produção, assinados entre o Estado e o consórcio. Relativamente à área 4 da bacia de Rovuma, o consórcio no qual a Galp Energia tem uma participação de 10%, é operado pela Eni.

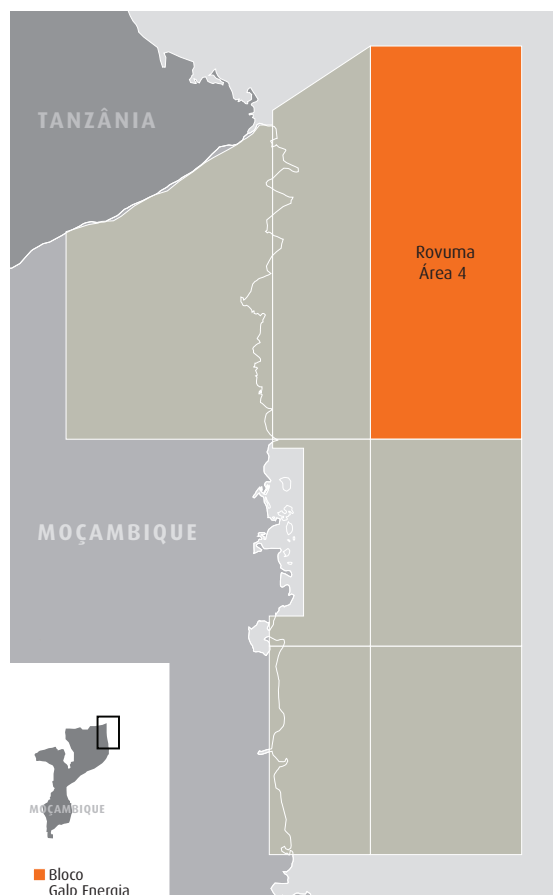
Campanhas sísmicas em 2008



Em 2008 foram realizadas, sem incidentes, campanhas para a aquisição de dados sísmicos 2D (2.320 km), 3D (1.047 km²) e gravimétricos. Para 2009 estão previstos o processamento de dados e a realização de estudos geológicos e geofísicos

Mapa da bacia de Rovuma

O *offshore* da bacia de Rovuma, na costa moçambicana a 2.000 km de Maputo, está dividido em seis áreas, cuja operação se encontra atribuída a várias empresas petrolíferas internacionais, nomeadamente a Anadarko, a NorskHydro, a Petronas e a Eni. Com profundidades de água até aos 2.600 metros, estes projectos de águas ultra profundas, estão localizados numa área denominada de nova fronteira, com um grande potencial mineral de acordo com estudos já efectuados.



Portugal

A Galp Energia reiniciu as suas actividades de exploração e produção em Portugal no ano de 2007 com a assinatura de dois contratos de concessão com o Estado português para exploração de sete blocos com uma área total de 21.258 km², divididos em duas bacias: a bacia de Peniche e a bacia Alentejana.

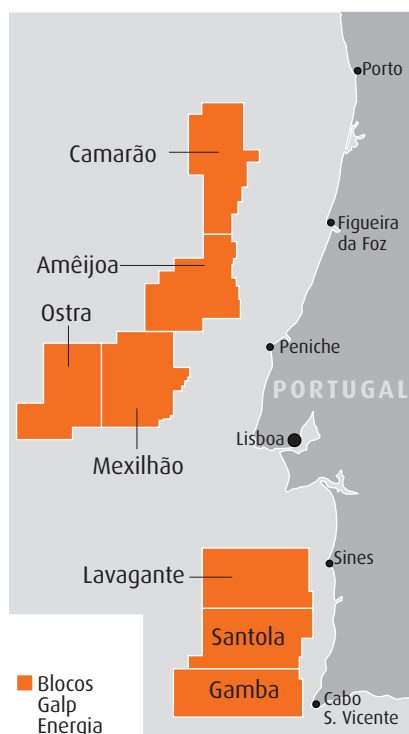
Nos quatro blocos *offshore* de Peniche, operados pela Petrobras, foi realizada uma campanha de aquisição de dados sísmicos 2D (8.400 km) e foi concluído o reprocessamento sísmico de 5.859 km de sísmica 2D SPEC. O primeiro período exploratório destes blocos expira em Abril de 2010.

Nos três blocos *offshore* da bacia do Alentejo (operador Tullow Oil 80%, Galp Energia 10% e Partex 10%) foi realizada uma campanha de aquisição de dados sísmicos 2D (3.307 km) e concluído o seu processamento. O primeiro período exploratório desta bacia termina em Janeiro de 2010.

Em Portugal a exploração e produção de petróleo não é regulada por nenhum acordo de partilha de produção, baseando-se no modelo adoptado noutros países, nomeadamente no Brasil, que contempla o pagamento de *royalties* e de impostos sobre a produção de petróleo

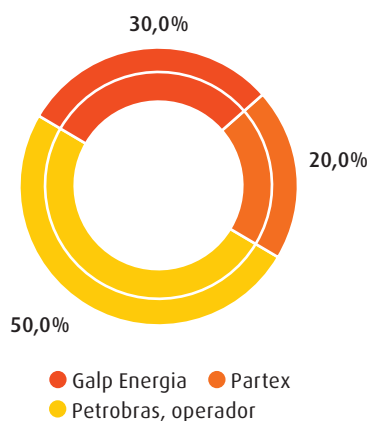
Tanto em Portugal como no Brasil a Galp Energia mantém a sua parceria com a Petrobras

Mapa das bacias de Peniche e Alentejana

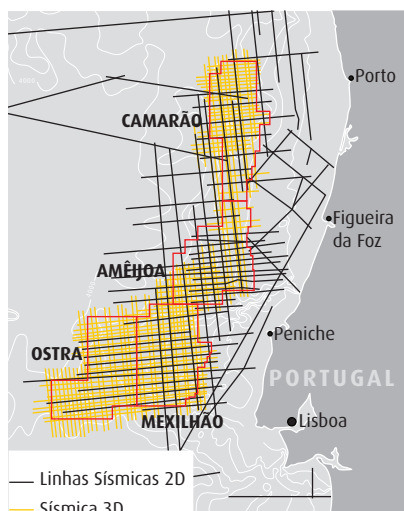


Os sete blocos *offshore*, das bacias de Peniche e Alentejana, situados na costa ocidental portuguesa, têm profundidades de água entre 200 e 3.500 metros e estendem-se por uma área de mais de 20 mil kms. Ambas as bacias são consideradas áreas de nova fronteira, ou seja, onde estão a ser dados os primeiros passos nas actividades de exploração.

Consórcio da bacia de Peniche



Campanhas sísmicas em 2008



Campanha de aquisição de dados sísmicos 2D de 8.400 km.

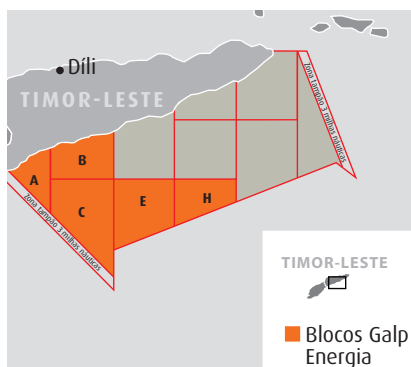


Nova sala de visualização estereoscópica (3D). A solução de visualização torna as tomadas de decisão num processo mais dinâmico

Timor-Leste

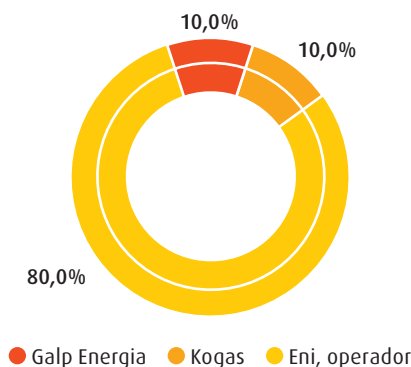
A Galp Energia está presente em Timor-Leste desde 2007, onde entrou por *farm-in* no consórcio constituído pela Eni, o operador, e pela Kogas, que detinha os direitos de exploração de cinco blocos no *offshore* do país, com uma área de 12.183 km².

Mapas dos blocos em Timor-Leste



A exploração e produção de petróleo em Timor-Leste, está associada, como em muitos países africanos, a contratos de partilha de produção com o governo local.

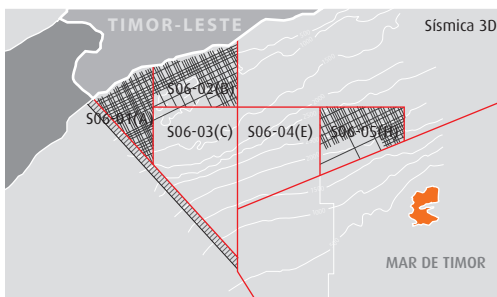
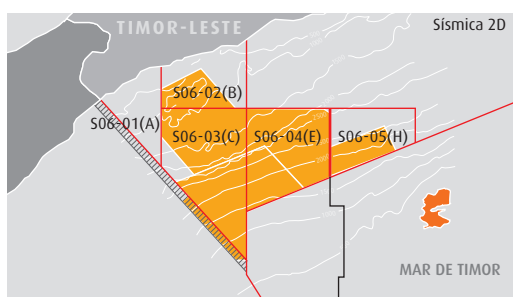
Consórcio blocos Timor-Leste



Durante o ano de 2008 foram realizadas campanhas de aquisição de dados sísmicos 3D (8.400 km²), iniciadas em 2007 e sísmica 2D (3.174 km²).

O processamento de dados sísmicos 3D por áreas ficou concluído em Dezembro 2008, mas a aquisição sísmica 2D, os estudos geológicos e geofísicos e a maturação de prospectos prosseguiram para além do final do ano. As condições de exploração prevêem a obrigação contratual de realização em 2009 de dois poços exploratórios num dos blocos, sujeito à disponibilidade de sonda. O primeiro período exploratório de três anos termina em Outubro 2009.

Campanhas sísmicas em 2008



As campanhas sísmicas realizadas ao longo de 2007 e 2008, depois de interpretadas e reprocessadas, irão ser fundamentais para obter a informação necessária para identificar mais prospectos, mas também para decidir a realização ou não de poços exploratórios.

Reservas e recursos contingentes

As reservas e recursos petrolíferos associados à carteira de exploração e produção foram objecto de uma análise independente pela DeGolyer and MacNaughton (DeMac).

O desenvolvimento de grande relevo foi o resultado das actividades de exploração na bacia de Santos, no Brasil, que fez com que a base de recursos da Galp Energia se multiplicasse por 18 em dois anos, para os 2.141 milhões de barris de petróleo e gás natural.

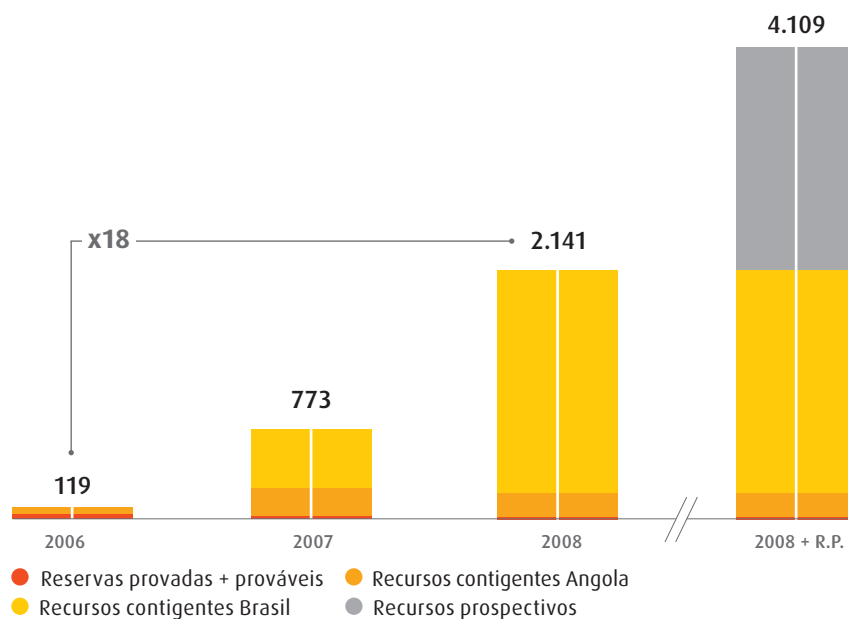
Em 2008, tal como no ano anterior, os volumes de reservas estavam situados em Angola. O declínio do volume de reservas traduz, de um modo geral, a redução resultante do volume de petróleo produzido durante o ano de 2008 e também o efeito do preço associado às condições do PSA.

Os volumes de recursos contingentes recuperados indicados referem-se à classificação 3C (conforme definição SPE/WPC/AAPG). Por definição, os volumes indicados representam o *working interest* da Galp Energia.

Os resultados obtidos no Brasil resultam essencialmente da incorporação de novas descobertas no *offshore* do Brasil. O sucesso exploratório na bacia de Santos permitiu que os recursos contingentes no Brasil aumentassem de 500 milhões de barris em 2007 para 1.907 milhões de barris no final de 2008, uma taxa de crescimento de 281%, um feito verdadeiramente notável para uma empresa com a dimensão da Galp Energia.

Os resultados obtidos em Angola incorporaram os dados obtidos com os trabalhos de avaliação realizados em descobertas que já tinham sido declaradas anteriormente. Os dados adicionais obtidos durante 2008 indicaram a necessidade de revisão em baixa das expectativas sobre o potencial daquelas descobertas.

Reservas e recursos contingentes da Galp Energia (Mbbl)



Principais Definições

Reservas provadas (P90)

De acordo com as definições aprovadas pela SPE e pelo WPC, as reservas provadas são as quantidades de petróleo que, por análise dos dados geológicos e de engenharia, podem ser estimadas com uma certeza razoável como sendo, a partir de uma determinada data, comercialmente recuperáveis de jazidas conhecidas e nas actuais condições económicas, métodos operacionais e regulamentos governamentais. Utilizando uma metodologia probabilística, deverá existir uma probabilidade mínima de 90% de as quantidades recuperadas de facto serem iguais à estimativa ou excederem-na. A definição das condições económicas actuais deve incluir preços históricos do petróleo e os custos associados. Normalmente, as reservas são consideradas provadas se a capacidade de produção da jazida for suportada pela produção actual ou por testes

de formação. As reservas podem ser classificadas como provadas se as instalações de processamento e transporte dessas reservas para o mercado se encontrarem operacionais no momento da estimativa ou se houver uma expectativa razoável de essas instalações virem a ser criadas.

Reservas prováveis (P50)

De acordo com as definições aprovadas pela SPE e pelo WPC, as reservas prováveis são uma categoria de reservas não provadas. As reservas não provadas baseiam-se em dados geológicos ou de engenharia semelhantes aos utilizados nos cálculos das reservas provadas, mas em relação aos quais incertezas técnicas, contratuais, económicas, ou regulamentares impedem que essas reservas sejam classificadas como provadas.

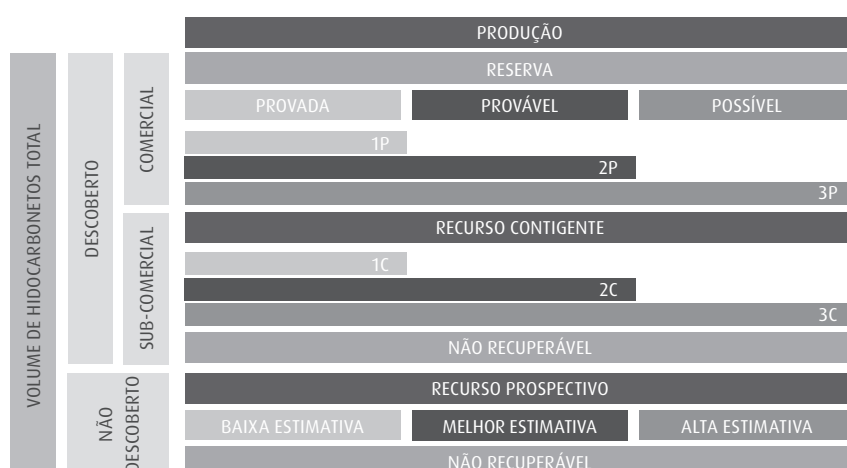
Recursos contingentes

Recursos contingentes referem-se a quantidades de petróleo estimadas, numa determinada data, como sendo potencialmente recuperáveis a partir de jazidas conhecidas, mas que ainda não são comercialmente recuperáveis. Tal pode verificar-se por várias razões, como, por exemplo, as relacionadas com a maturidade do projecto (a descoberta precisa de mais avaliações no sentido de apoiar o plano de desenvolvimento), as tecnológicas (é necessário desenvolver e testar nova tecnologia que permita explorar comercialmente as quantidades estimadas), ou as de mercado (os contratos de venda ainda não estão em vigor ou é necessário instalar infra-estruturas para levar o produto até aos clientes). As quantidades classificadas nesta categoria não podem ser consideradas reservas.

Recursos prospectivos

Recursos prospectivos referem-se a quantidades de petróleo estimadas, numa determinada data, como sendo potencialmente recuperáveis a partir de jazidas desconhecidas, pela aplicação de projectos de desenvolvimento futuro. A estimativa dos volumes de determinado prospecto está sujeita a incertezas comerciais e tecnológicas. As quantidades classificadas nesta categoria não podem ser classificadas reservas nem recursos contingentes.

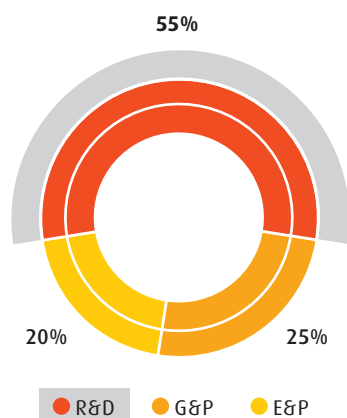
Classificação dos volumes de hidrocarbonetos



Refinação & Distribuição

O segmento de negócio Refinação & Distribuição processa matéria-prima em duas refinarias, no Porto e em Sines, distribui produtos refinados predominantemente na Península Ibérica mas também em África, vende a terceiros e exporta para diversos países da Europa e da América do Norte o que não distribui directamente. Melhorar a rentabilidade do aparelho refinador, aumentar a quota de produtos refinados distribuída em rede própria, racionalizar a estrutura de distribuição e aumentar a presença no mercado dos biocombustíveis são objectivos estratégicos deste segmento de negócio.

Peso do segmento de negócio R&D no resultado operacional RCA da Galp Energia em 2008



Principais acontecimentos em 2008

- + Início da execução do projecto de conversão das duas refinarias, que visa adaptar o perfil de produção à "dieselização" do mercado ibérico;
- + Início do desenvolvimento de um projecto agro-industrial em Moçambique para a produção e comercialização de biocombustíveis;
- + Fecho da aquisição dos negócios de distribuição da Agip e da ExxonMobil na Península Ibérica;
- + Aquisição do negócio de distribuição da Royal Dutch Shell em Moçambique, na Suazilândia e na Gâmbia.



Refinaria do Porto com uma capacidade de 90 mbopd e um índice de complexidade de Nelson de 9,4



Indicadores operacionais

	2005	2006	2007	2008
Crude processado (mbopd)	267	270	252	245
Margem de refinação Galp Energia (Usd/bbl)	7,2	5,4	5,5	4,4
Vendas de produtos refinados (Mton)	15,9	16,2	16,0	16,0
Custos operacionais líquidos das refinarias (€/bbl)	1,2	1,3	1,5	1,5
Vendas a clientes directos (Mton)	9,4	9,0	9,4	9,6
Número de estações de serviço	1.060	1.045	1.038	1.509
Vendas por posto ('000 m³)	3,1	3,0	2,9	2,8
Número de lojas de conveniência	178	201	210	428
EBITDA RCA (M€)	552	557	435	540
Resultado operacional RCA (M€)	338	356	261	373
Investimento (M€)	142	131	168	1.245

Estratégia

O objectivo dominante do segmento de negócio Refinação & Distribuição é racionalizar as condições de exploração de modo a alcançar níveis superiores de rentabilidade e eficiência. A conversão das refinarias do Porto e de Sines para uma produção mais alinhada com o aumento relativo da procura de diesel, o alargamento da rede de distribuição por aquisição das operações da Agip e da ExxonMobil e o aumento da taxa de cobertura dos volumes refinados pela distribuição sob marca própria são iniciativas em curso que convergem para tornar este segmento de negócio numa actividade geradora de resultados cada vez mais sólidos e estáveis.

Aprovisionamento, refinação e logística

A Galp Energia tem uma capacidade refinadora de 310 mil barris diários, repartida pelas suas duas refinarias localizadas no Porto e Sines, no litoral ocidental português.

Em 2008 a Galp Energia processou 90 milhões de barris, o equivalente a uma taxa de utilização da capacidade de destilação de 79%. A diminuição da taxa de utilização nos últimos dois anos está relacionada com as paragens para manutenção das refinarias do Porto e de Sines em 2007 e 2008. A taxa de utilização deverá aumentar para 95% após a conclusão dos projectos de conversão, que irão aumentar a complexidade do aparelho refinador e, consequentemente, a sua capacidade de processamento.

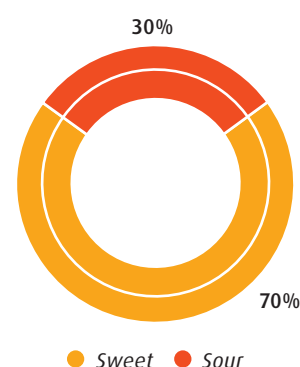
Para além de crude, que representou 92% dos 13,1 milhões de toneladas de matéria-prima processada em 2008, a Galp Energia processou ainda um milhão de toneladas de outros produtos, maioritariamente nafta e gasóleo pesado.

Origem das ramas processadas

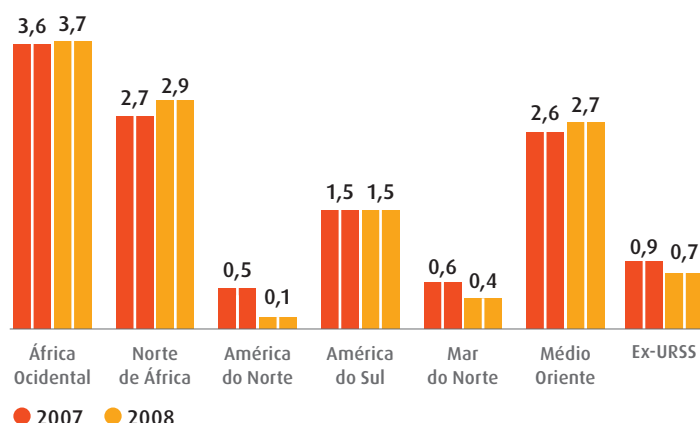
Em 2008 as ramas importadas tiveram origem principalmente na África Ocidental, no Norte de África e no Médio Oriente, regiões que representaram 77% do total. O principal país fornecedor foi a Nigéria, com 20% do total, seguido da Líbia e da Argélia. Durante 2008 a Galp Energia adquiriu crude de 14 países diferentes, o que evidenciou a diversificação das suas fontes de fornecimento.

Aumentar a rentabilidade do aparelho refinador através da captura de uma margem superior de refinação e da adaptação da produção às tendências do mercado, aumentar a eficiência da estrutura de distribuição, racionalizando a rede e aumentando a venda de produtos *non oil*, e acelerar a integração entre as actividades de refinação e distribuição com o objectivo de reduzir a volatilidade dos resultados deste segmento de negócio

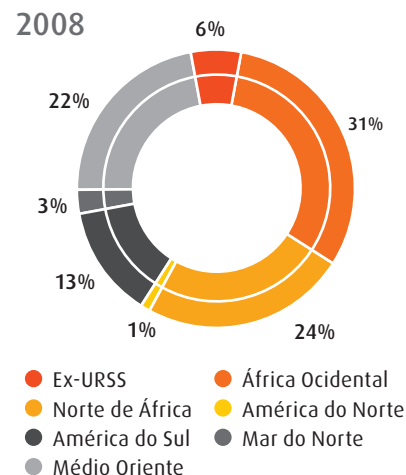
Tipos de ramas adquiridas em 2008



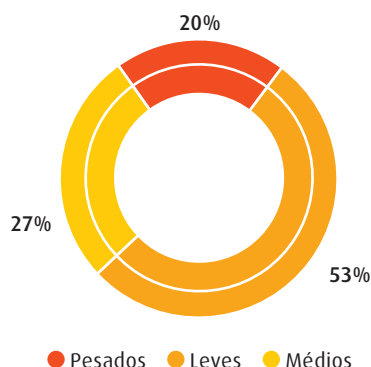
Origem do crude (Mton)



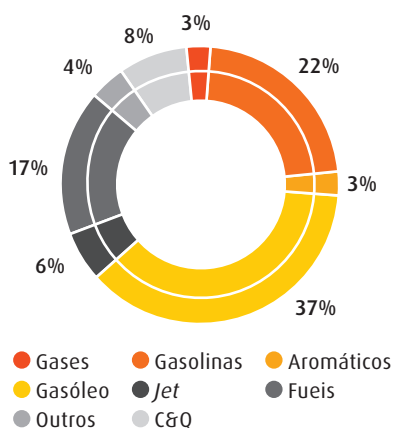
2008



Tipo de crudes processados em 2008



Perfil de produção em 2008



Tipos de crude processado

Os tipos de crudes processados durante o ano mantiveram-se estáveis relativamente a 2007, com predomínio do crude leve. O aumento da complexidade do aparelho refinador, que implicará o aumento da capacidade de processamento de crudes pesados, permitirá tirar partido da diferença entre o preço dos crudes pesados e o preço dos crudes leves.

As ramas *sweet* continuaram a dominar em 2008 em consequência do modelo de optimização da produção que mensalmente calcula o *mix* de crudes necessários para maximizar a margem de refinação.

Perfil de produção

Os gasóleos, as gasolinas e os fuelis – seguidos dos *jets*, dos aromáticos e de outros produtos – mantiveram o predomínio na estrutura de produção e representaram 76% do total.

O peso dos consumos e quebras manteve-se estável e representou 8% do total de matérias-primas processadas. A entrada em funcionamento das cogerações que estão a ser instaladas junto das duas refinarias da Galp Energia irá permitir, para além de uma maior fiabilidade no fornecimento de energia eléctrica e térmica, uma maior eficiência energética, o que contribuirá para uma redução dos consumos e quebras para valores próximos de 7%.

Paragens para manutenção

No dia 10 de Setembro iniciou-se a paragem geral da refinaria de Sines, que se prolongou até 27 de Outubro – e até ao princípio de Dezembro, no caso das unidades de *cracking* catalítico e de alquilação, pela necessidade que se detectou de se realizarem trabalhos adicionais. Ainda que representem necessariamente uma perda de produção, as paragens para manutenção são importantes para assegurar a integridade dos activos, repor a eficiência dos processos e aumentar a fiabilidade do aparelho refinador. Esta paragem teve um custo de €11 milhões e exigiu um investimento de €59 milhões, dos quais €57,5 milhões em 2008.

Além da manutenção, foram realizados durante a paragem geral projectos importantes de melhoria das unidades. Em particular, na unidade de *Fluid Catalytic Cracking* (FCC) foi instalado um novo reactor com tecnologia mais moderna que permitirá aumentar os rendimentos e flexibilizar a qualidade da carga. Simultaneamente, foi realizada a primeira etapa do plano de redução de consumo de fuelóleo, o que irá diminuir as emissões para a atmosfera de CO₂ e aumentar a eficiência energética da refinaria.

Conversão das refinarias

Com vista a optimizar e a maximizar a utilização da capacidade do seu aparelho refinador, a Galp Energia iniciou em 2008 o processo de conversão das suas duas refinarias com recurso à mais recente tecnologia. O projecto de conversão visa ajustar o perfil de produção às necessidades do mercado ibérico, onde actualmente existe um défice de gasóleo, maximizando a produção anual de diesel já a partir de meados de 2011 e diminuindo a produção de fuelóleo, dependendo da dieta de crudes. A maior utilização de crudes pesados, disponíveis no mercado a preços mais baixos, irá reduzir os custos com matéria-prima.

A conversão de fuelóleo para gasóleo impõe-se não só pela transferência, que se prevê duradoura, da procura de gasolina para a procura de diesel (dieselização do mercado) como pelo diferencial de preço nos mercados internacionais entre o gasóleo e o fuelóleo, a favor do primeiro. Ao mesmo tempo, o consumo do fuelóleo tem tendência a diminuir por ser menos amigo do ambiente.

Aparelho refinador completamente integrado após o projecto de conversão



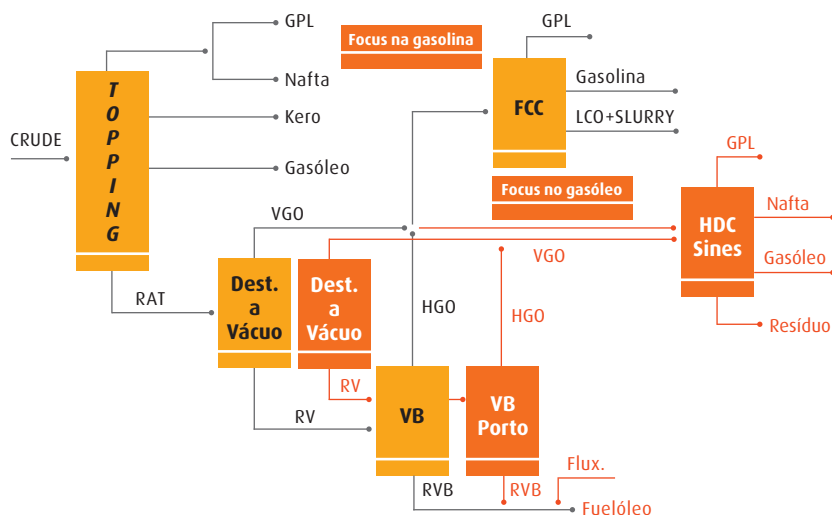
O projecto de conversão, que implicará um investimento de cerca de €1.300 milhões, irá reduzir as importações de gasóleo, de naftas e de propano e trazer mais valor acrescentado à produção da Galp Energia.

A reconfiguração processual irá, por um lado, reforçar a complementaridade operacional das duas refinarias e criar um sistema refinador plenamente integrado, com trocas de produtos entre as duas refinarias e, por outro, dotar de uma maior flexibilidade as unidades do aparelho refinador, permitindo alterações do perfil de produção para uma resposta mais rápida a alterações da procura de produtos refinados.

O projecto de conversão da refinaria do Porto, que implicará um investimento de €315 milhões, iniciou a fase de construção em Dezembro de 2008. O projecto consiste na construção de uma nova unidade de destilação de vácuo para obtenção de gasóleo de vácuo (VGO) e de uma unidade de viscorredução destinada ao craqueamento térmico suave do resíduo de vácuo resultante. Ao mesmo tempo, serão feitos investimentos de protecção ambiental como a construção de novas unidades de tratamento de água e de remoção de enxofre.

Paralelamente, a construção de uma unidade de cogeração irá satisfazer as necessidades de optimização do sistema refinador, designadamente em vapor e energia eléctrica. Com uma potência de 80 MW, a central de cogeração da refinaria do Porto entrará em funcionamento em 2011. O projecto de conversão da refinaria de Sines, que terá um custo de investimento de cerca de €1.000 milhões, iniciou a fase

Esquema do aparelho refinador da Galp Energia após o projecto de conversão



de construção em Dezembro de 2008. O projecto consiste na construção de uma nova unidade de hidrocrackeamento de gasóleo pesado (*Hydrocracker*) para a produção de gasóleo e de *jet*. Esta unidade permitirá um aumento da produção de gasóleo através da conversão profunda de fracções mais pesadas das ramas. Esta tecnologia irá tornar mais flexível a escolha do tipo de rama a tratar e permitirá que sejam adquiridas ramas mais pesadas para processamento na coluna de destilação. A nafta produzida na refinaria de Sines será enviada para o Porto como matéria-prima da fábrica de aromáticos, o que será mais um elemento de integração entre as duas unidades.

Para além desta unidade principal, será construída uma unidade de *Steam Reformer* para produção de hidrogénio e uma unidade de recuperação de enxofre dos gases produzidos, ambas necessárias para o funcionamento do *hydrocracker*.

A construção de uma cogeração em cada refinaria irá satisfazer as necessidades de optimização do sistema refinador, designadamente em vapor e energia eléctrica



Refinaria de Sines com uma capacidade de 220 mbopd e um índice de complexidade de Nelson de 6,3

Estas unidades irão implicar a construção de sete novos tanques e a adaptação dos sistemas de utilidades (água, vapor, energia eléctrica e ar comprimido), bem como do sistema de efluentes para recepção e envio para a ETAR em condições ambientalmente adequadas. As novas instalações

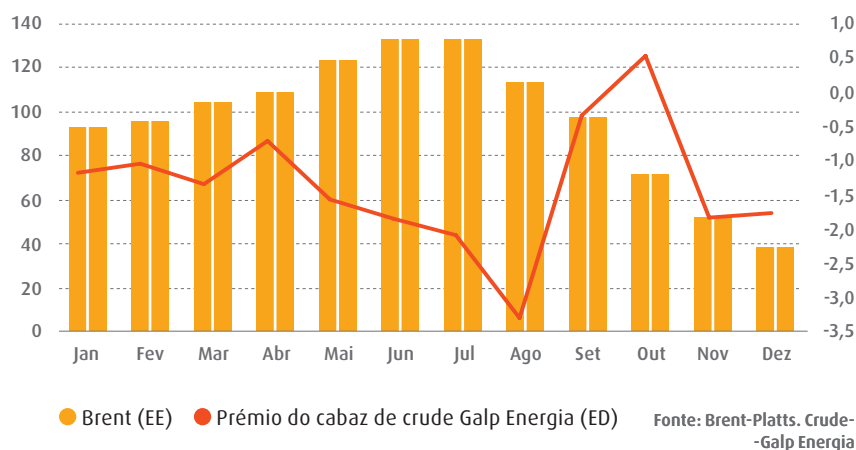
irão ocupar uma área de 28 hectares nos novos terrenos do complexo de Sines.

Em 2008 a central de cogeração da refinaria de Sines ficou ligada à rede eléctrica e à rede de gás natural e foram iniciados os testes antes da sua entrada em funcionamento.

Análise do mercado em 2008

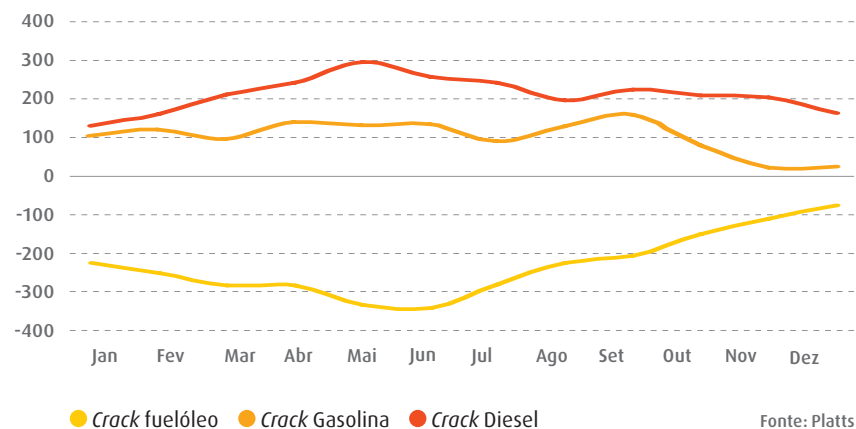
Preço do crude (Usd/bbl)

O preço do cabaz de crude da Galp Energia acompanhou a evolução do Brent ao longo do ano, tendo mantido o seu diferencial negativo (cerca de -1,4 Usd/bbl), ou seja, beneficiando de um desconto face ao Brent, um crude mais leve. O API do cabaz de crude da Galp Energia é de 35,5° face ao API do Brent de 38,9°.



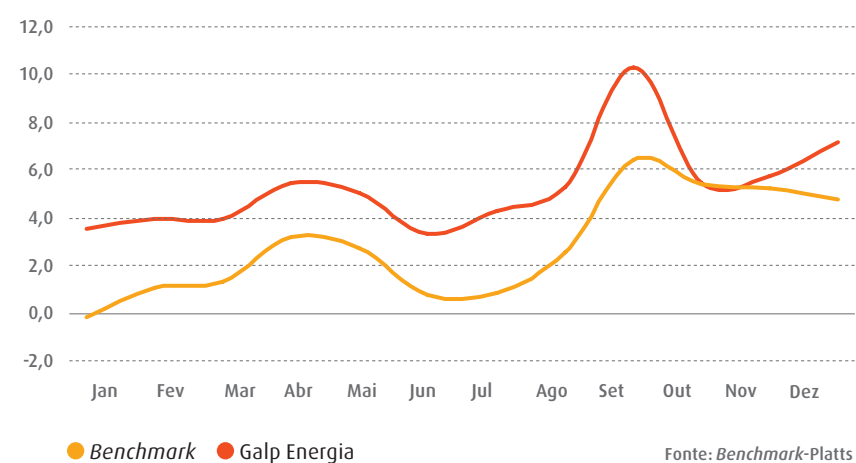
Margens dos produtos petrolíferos (Usd/ton)

Durante o ano de 2008, observaram-se diferenças na evolução das margens (*crack spreads*) dos produtos petrolíferos. Enquanto que na gasolina o diferencial face ao Brent teve uma evolução negativa, no fuelóleo a tendência foi a inversa, com a diferença de preço entre este produto e o Brent a diminuir no final do ano devido a alguns estrangulamentos do lado da oferta e também à suspensão do gás russo, este último a potenciar a substituição para fuelóleo.



Margens de refinação (Usd/bbl)

A margem de refinação da Galp Energia esteve quase todo o ano de 2008 acima do *benchmark* de Roterdão, com um prémio médio de 2,6 Usd/bbl, excepto durante parte do quarto trimestre, fruto da paragem para manutenção da refinaria de Sines.



Durante o ano foram também encomendados todos os principais equipamentos das novas unidades das duas refinarias, estruturas complexas que precisam de prazos de fabricação muito longos, até 24 meses.

Eficiência energética

Um dos objectivos da Galp Energia no âmbito da eficiência energética é reduzir os consumos nas unidades actualmente instaladas no complexo refinador, cerca de 12,5% entre 2009 e 2013. Para atingir este objectivo será necessário realizar um conjunto de acções, como a optimização operacional e processual, de investimento reduzido ou nulo, que incorpora nomeadamente a revisão dos purgadores, investimentos a curto prazo de média dimensão que englobam, entre outros, mecanismos de recuperação de vapor e condensados e aumento da área de permuta de vapor para aumentar a eficiência da coluna de destilação e de outros equipamentos e investimentos de maior dimensão, a médio e longo prazo, nomeadamente a instalação de centrais de cogeração nas duas refinarias e a substituição de algumas unidades do aparelho refinador, como turbinas e permutadores.

Logística

A Galp Energia tem em curso um plano de optimização dos activos logísticos

e da cadeia de transporte, marítimo e terrestre, que inclui a renegociação de contratos com as empresas prestadoras de serviços de transporte, a renovação da frota de navios da Empresa e a gestão e exploração dos terminais, nomeadamente a recente integração do Terminal de Granéis Líquidos (TGL) do Porto de Sines.

O contrato de concessão do TGL, com a duração de 30 anos, assinado entre a Administração do Porto de Sines e a Galp Energia foi definitivamente aprovado pela autoridade da concorrência e a exploração iniciou-se a 1 de Agosto. Com esta concessão, a Galp Energia passou a explorar o maior terminal de graneis líquidos do país, que recebeu 877 navios em 2007 e movimentou 17 milhões de toneladas de carga. O terminal é uma infra-estrutura essencial para o funcionamento da refinaria de Sines.

O plano de optimização e reestruturação de activos logísticos foi já desenvolvido tendo em conta as necessidades de fornecimento definidas para o negócio ibérico após a integração das operações da ExxonMobil e da Agip. Em 2008, os contratos de troca (*swap*) de produtos foram renegociados com vista à optimização da cadeia ibérica de fornecimentos.

Venda de produtos refinados

Em 2008 foram vendidos 16,0 milhões de toneladas de produtos refinados, mais 1% do que no ano anterior. Por grupo de clientes, o volume de vendas distribuiu-se por clientes directos (60%), exportações (16%) e outros operadores (24%).

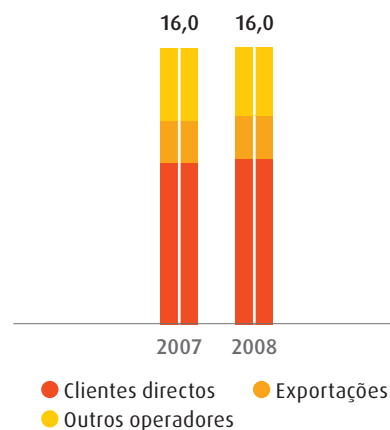
As alterações mais significativas nas vendas observaram-se no segmento de outros operadores, com uma redução de 0,3 milhões de toneladas, dada a diminuição que se observou no mercado português de produtos petrolíferos, e nas vendas a clientes directos, com um aumento de 0,2 milhões de toneladas, devido à incorporação no último trimestre de 2008 das vendas das filiais Ibéricas da Agip, cujo processo de aquisição ficou concluído a 1 de Outubro de 2008.

As exportações mantiveram-se estáveis em comparação com o ano anterior, nos 2,5 milhões de toneladas.

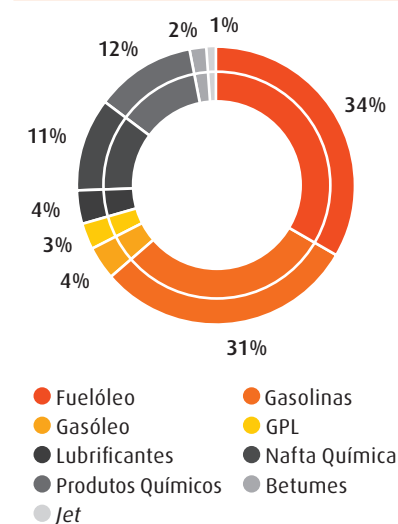
A gasolina e o fuelóleo mantiveram a sua posição dominante nos produtos mais exportados, com 31% e 34% do total, respectivamente, apesar de as exportações de gasolina, em particular para os Estados Unidos, terem caído em relação a 2007. Esta diminuição está relacionada, por um lado, com uma redução do consumo em resultado da crise económica e, por outro, com o facto de 2007 ter sido um ano em que as exportações foram anormalmente elevadas devido ao impacto dos furacões, nomeadamente do *Dean*, no aparelho refinador dos Estados Unidos.

Embora tivessem baixado a sua quota de 35% para 22% do total, os Estados Unidos continuaram a ser o principal destino das exportações da Galp Energia. As exportações para este país continuaram a ser maioritariamente de gasolina, apesar da diminuição das exportações deste produto em 2008.

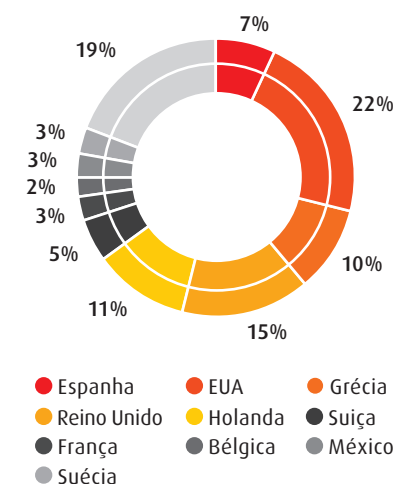
Vendas de produtos refinados (Mton)



Exportações por produto em 2008



Exportações por país em 2008



Portugal fixou a meta de 10% de incorporação de biocombustíveis a partir de 2010, antecipando 10 anos a meta da União Europeia para a redução da utilização de combustíveis de origem fóssil. Ao fixar aquela meta, o Governo comprometeu-se a assegurar a sustentabilidade da produção e o início da comercialização de biodiesel hidrogenado

Biocombustíveis

A necessidade de cumprir com as políticas ambientais e de prolongar a cadeia de valor do sector da energia levou a Galp Energia a apostar na produção de biocombustíveis. A estratégia da Empresa é conquistar uma posição relevante na área das energias renováveis, tornando-se num operador de referência no mercado europeu de biocombustíveis através da incorporação até 10% deste produto biológico antes do final de 2010 e da utilização de processos inovadores com base num programa coerente de investigação e desenvolvimento.

A Galp Energia posicionou-se, desde o início, como o parceiro privilegiado para o cumprimento daquele objectivo nacional, no quadro dos compromissos que assumiu para o desenvolvimento sustentável. Sendo o sector dos biocombustíveis uma aposta de futuro para a Galp Energia, foi iniciado um projecto ambicioso para a produção de biodiesel para incorporação nos seus combustíveis, passando pela presença em toda a cadeia de produção, desde a matéria-prima até à comercialização.

Deste modo, será possível garantir a sustentabilidade ambiental e social dos projectos agrícolas e maximizar a redução de emissões ao longo do ciclo de vida do produto. Este projecto contribuirá igualmente para aumentar a segurança do abastecimento através da diversificação das origens da matéria-prima.

Em cumprimento da estratégia definida para a área dos biocombustíveis – produzir e comercializar biodiesel hidrogenado em Portugal e na Europa a partir de óleo vegetal competitivo e sustentável produzido em África e no Brasil – a Galp Energia assinou em 2008 um memorando de cooperação para o desenvolvimento de um projecto agro-industrial em Moçambique para

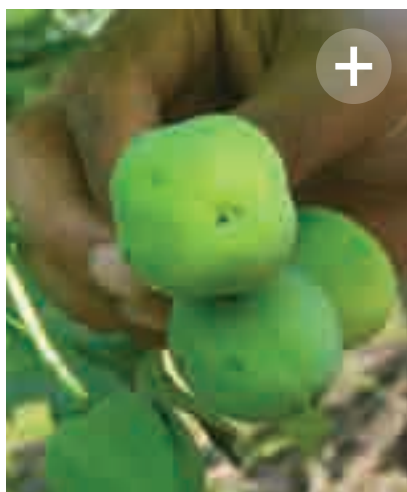
a produção, comercialização e distribuição de biocombustíveis, quer para exportação para Portugal, com vista ao seu processamento em unidades de biodiesel da Galp Energia, quer para produção em Moçambique deste combustível, destinado ao mercado local.

Este projecto inovador prevê o investimento na produção de jatrofa e palma em Moçambique, duas culturas energéticas que não concorrem com a cadeia alimentar e permitem o aproveitamento de solos pobres com menor potencial agrícola.

A empresa constituída para a exploração desta actividade vai ainda construir uma unidade industrial para a produção de óleo vegetal que terá em parte, em médio e longo prazo, como destino, a exportação para Portugal, para processamento nas refinarias da Galp Energia, com vista à incorporação em combustível rodoviário como biodiesel hidrogenado. O restante será destinado à produção de biodiesel numa unidade industrial moçambicana para abastecimento local.

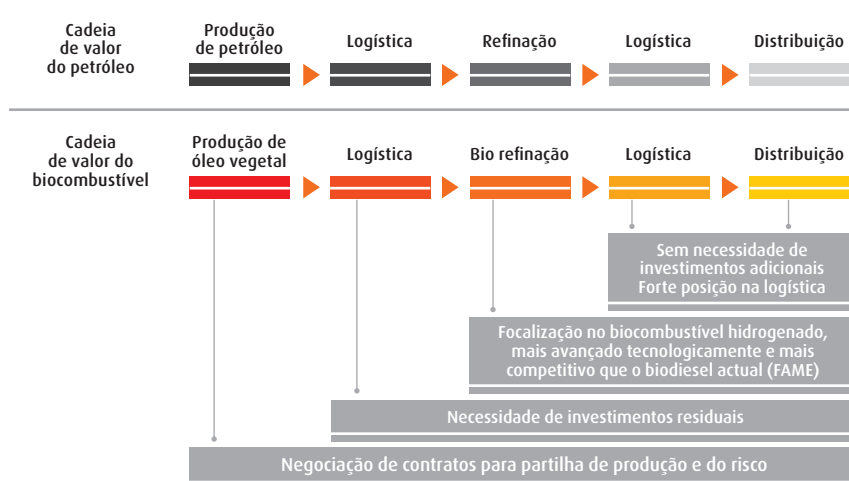
O controlo da cadeia de fornecimento que o projecto permite desde a produção da matéria-prima diminui tanto o risco operacional como o risco de mercado, além de dar à Galp Energia uma vantagem competitiva importante.

Planta para produção de óleo vegetal



A jatrofa será uma das plantas utilizadas na produção de óleo vegetal

Cadeia de valor dos biocombustíveis

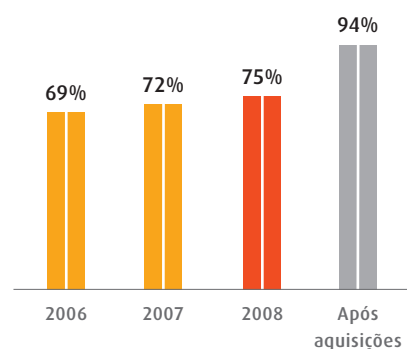


No total, a Galp Energia tem acordos, em Moçambique e no Brasil, para o fornecimento de 400 mil toneladas de óleo vegetal por ano. Estão em curso estudos e projectos necessários ao desenvolvimento de uma unidade de biodiesel com uma capacidade de 250 mil toneladas, com utilização de tecnologia *Ecofining*, em Sines.



Carros tanque para transporte de produtos petrolíferos até aos nossos clientes

Taxa de cobertura das actividades de refinação



Distribuição de produtos petrolíferos

O principal objectivo da Galp Energia para a actividade de distribuição de produtos petrolíferos é a maximização do retorno da rede através de ganhos de eficiência e de sinergias operacionais.

A taxa de cobertura dos volumes refinados pelos volumes distribuídos directamente a clientes finais aumentou em 2008 para 75%, para o que contribuiu o aumento significativo das vendas no mercado espanhol, que incluíram pela primeira vez a rede ibérica da Agip, a partir do quarto trimestre de 2008.

Após a completa integração das actividades de distribuição de produtos petrolíferos das filiais Ibéricas da Agip e da ExxonMobil, prevê-se que esta taxa atinja os 94%.

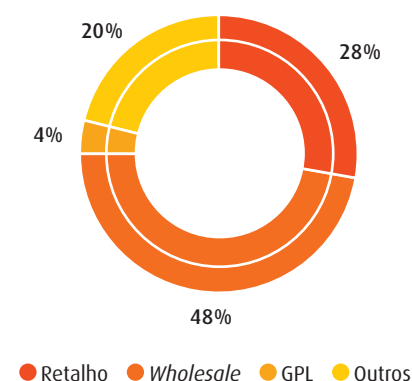
As vendas de produtos petrolíferos na Península Ibérica a clientes directos atingiram os 9,6 milhões de toneladas, um crescimento de 2,5% em relação ao ano anterior. A estratégia de crescimento em Espanha foi consolidada em 2008 com as aquisições da Agip e da ExxonMobil durante o ano, ainda que esta última não esteja incluída nas vendas de 2008. Enquanto as vendas em Portugal tiveram uma diminuição de 3,7%, acompanhando a tendência do mercado, as vendas em Espanha aumentaram 16,1%, o que aumentou o peso de Espanha nas vendas totais para 35,7% de 31,5% em 2007. Prevê-se que após a integração dos negócios da Agip e da ExxonMobil a Galp Energia distribua uniformemente

pelos dois países as vendas de produtos refinados, o que lhe permitirá diversificar geograficamente a sua base de clientes.

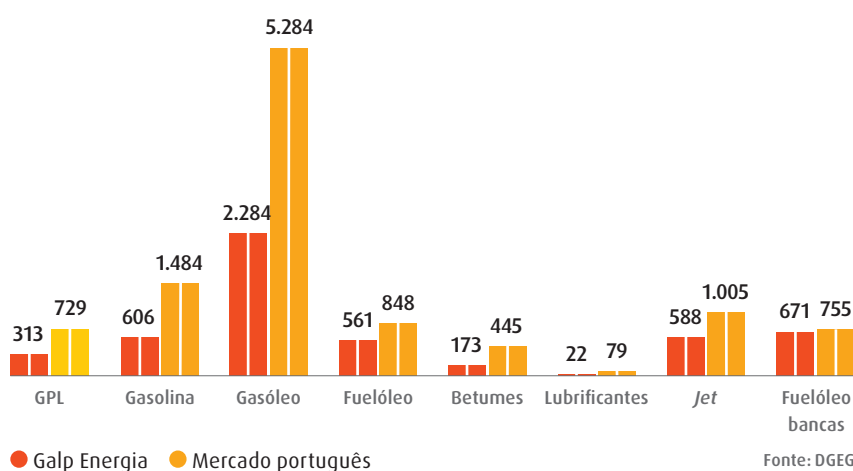
Por segmentos, as vendas da Galp Energia no espaço ibérico continuaram a ser marcadas pela importância do segmento *wholesale*.

O peso do gasóleo no mercado de distribuição de produtos petrolíferos continuou a aumentar e representou 50%, percentagem semelhante à observada nas vendas da Galp Energia no mercado nacional.

Vendas por segmento em 2008



Mercado português de distribuição de produtos petrolíferos ('000 ton)



28%
As vendas do
segmento de retalho
representam 28%
das vendas a clientes
directos da Galp Energia

Retalho

As vendas no segmento de retalho aumentaram 2,7% em relação ao ano anterior, apoiadas na compra da rede da Agip em Portugal e Espanha.

Em Portugal as vendas baixaram 4,7%, em resultado da crise económica e dos preços dos combustíveis, que afectaram negativamente a procura.

O negócio do retalho em Espanha sofreu o impacto da crise que afectou a economia espanhola e resultou na contracção da procura de gasolina e de gasóleo.

O aumento de 29,8% das vendas em Espanha neste segmento, por via da aquisição da rede da Agip, resultou no aumento do peso de Espanha nas vendas da Galp Energia no mercado ibérico de retalho de 21% em 2007 para 27% em 2008.

Durante o ano, o mercado ibérico de retalho contraiu 3,6% para 36,8 milhões de m³, o que acentuou a necessidade de os esforços de gestão se concentrarem na rentabilidade e na eficiência da rede de distribuição.

A aquisição das redes da Agip e da ExxonMobil, que de um modo geral completaram e não se sobrepuseram à rede existente, veio aumentar a cobertura geográfica da Península Ibérica, especialmente em Espanha.

O aumento do número de estações de serviço na rede ibérica de 1.038 para 1.509 deveu-se à inclusão de 497 estações da Agip e da ExxonMobil. As medidas de racionalização e de aumento de eficiência resultaram no fecho de 16 estações da rede pré-existente.

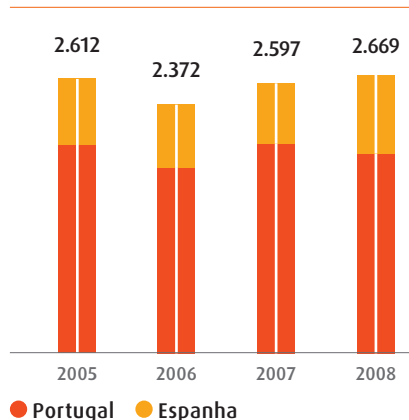
As vendas por posto da Galp Energia em Portugal mantiveram-se em 2008 superiores à média do mercado. Embora tenham baixado de 2.907 m³ para 2.707 m³ com a quebra generalizada do mercado, este também registou uma descida de 2.400 m³ em 2007 para 2.100 m³ em 2008. Em Espanha as vendas por posto estiveram um pouco abaixo da média do mercado, 3.059 m³ contra 3.400 m³, o que deverá mudar em 2009 com a incorporação das redes da Agip e da ExxonMobil, que têm vendas por posto superiores à média do mercado.

No final de 2008, o regime de propriedade e de exploração das estações de serviço diferia significativamente entre Portugal e Espanha. Enquanto o modelo DO's, ou seja, postos explorados por revendedores, representava 87% das estações de serviço em Portugal, em Espanha representava apenas 49%. Pelo contrário, nas estações que a Galp Energia assegurava a exploração (CO's), a percentagem do total em Espanha era 51% e em Portugal apenas 13%.

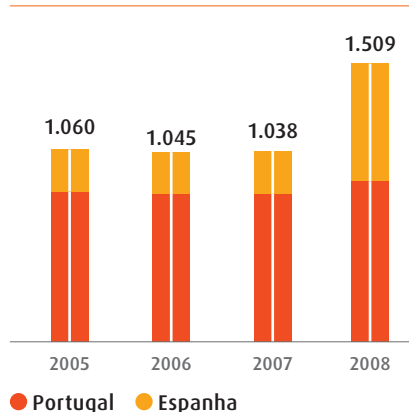
Para mitigar os efeitos da quebra generalizada no mercado de distribuição de produtos petrolíferos, foram desenvolvidas diversas acções para ampliar a oferta de serviços, entre os quais os de reparação e de lavagem rápida, de hotelaria, restauração e o alongamento da oferta nas lojas de conveniência.

Enquanto em Portugal se conseguiu contrariar a tendência negativa do mercado e estabilizar as vendas *non fuel* nos €70 milhões, em Espanha, a contracção do poder de compra contribuiu para que as vendas da Galp Energia baixassem 8%, de €25,4 milhões para €23,4 milhões.

Vendas do segmento de retalho (Mton)

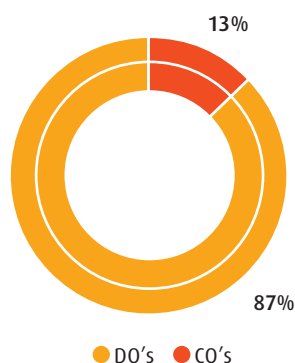


Evolução do número de estações de serviço

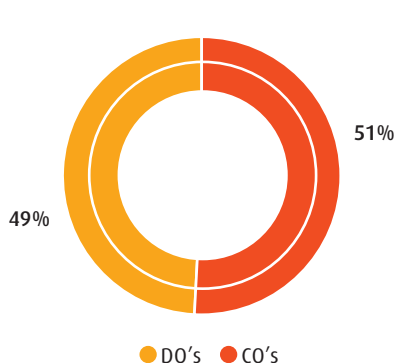


Estações de serviço ibéricas por tipo de operação

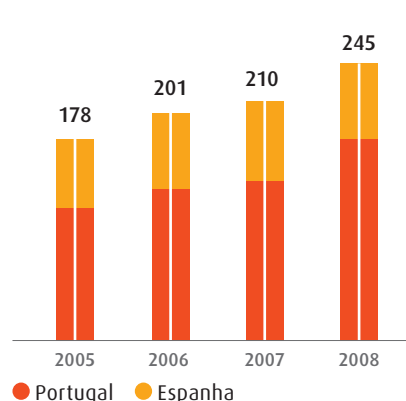
Portugal



Espanha



Número de lojas de conveniência na Península Ibérica



Nota: Exclui as estações de serviço associadas às transacções da Agip e da ExxonMobil.

Se analisarmos as vendas *non fuel* por litro de combustível vendido, verifica-se um aumento de 12% em Portugal.

Paralelamente, o número de lojas aumentou de 210 em 2007 para 245 em 2008 devido ao sucesso do projecto Orange, que visa o alargamento da insígnia Tangerina às lojas M24 e a pequenas lojas de revendedores, aumentando a rede de lojas geridas sob a mesma marca. Estas lojas, exploradas pela Galp Energia, constituíram uma aposta forte na remodelação da gama de produtos oferecidos, com especial incidência nos produtos alimentares prontos a comer. As aquisições das filiais ibéricas da Agip e da ExxonMobil vieram juntar mais 183 lojas de conveniência às lojas da rede Galp Energia, que passou assim a contar com um total de 428 lojas.

Entre os factores que contribuíram para a manutenção da quota da Galp Energia no mercado nacional contam-se a disponibilização dos produtos *premium* em 95% da rede de abastecimento, a percepção positiva pelos clientes dos melhoramentos nas lojas de conveniência, a qualidade do atendimento ao cliente e, num mercado em contracção, o reforço da política de vendas com desconto.

Wholesale

As vendas no segmento de *wholesale* (venda por grosso) aumentaram 5,8%, com a descida das vendas em Portugal a ser mais do que compensada pelas vendas em Espanha. O aumento das vendas em Espanha, que atingiu os 20,2%, deveu-se à inclusão das vendas da Agip já a partir de 1 de Outubro de 2008.

No mercado nacional continuaram a predominar os subsegmentos da marinha, aviação e indústria, e a Galp Energia manteve a sua posição de liderança, com uma quota de mercado de 51%.

No segmento da marinha, a Galp Energia consolidou a sua posição de mercado, acompanhando a tendência de expansão do comércio marítimo nos portos portugueses.

O mercado da aviação cresceu 2,5% em 2008 apesar de logo a partir do primeiro trimestre se ter notado uma quebra da procura e, posteriormente, uma contracção a partir de Setembro. Esta evolução resultou das medidas adoptadas – redução de frequências, eliminação de rotas – pelas companhias de aviação para enfrentarem a crise no transporte aéreo.

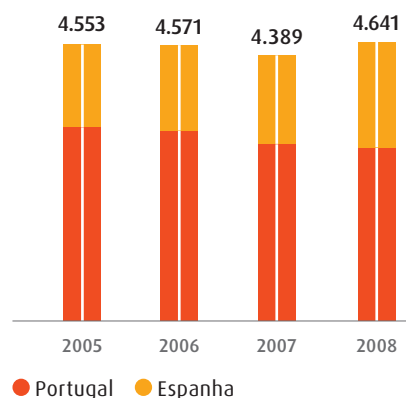
As vendas da Galp Energia neste subsegmento aumentaram 6,1%, o que levou a um incremento na quota de mercado de 56,6% em 2007 para 58,5% em 2008.

No negócio dos lubrificantes, a quota de mercado da Galp Energia aumentou em 2008 de 26,0% para 27,4% com a conquista da liderança no mercado das grandes superfícies, a angariação de novos clientes e a renegociação de contratos com as marcas de automóvel.

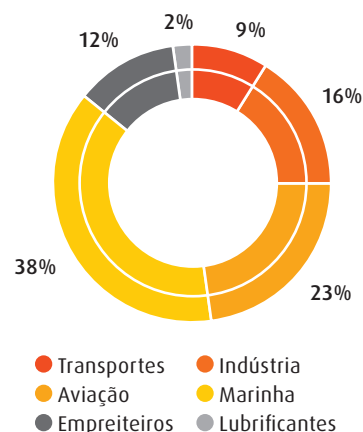
Em Espanha, a Galp Energia manteve a sua posição de operador de referência na comercialização de gasóleo para transportes, agricultura e aquecimento, bem como na venda de fuelóleo a diferentes tipos de indústrias, para utilização como combustível ou na cogeração. No entanto, a crise económica em Espanha influenciou negativamente os consumos de gasóleo, de gasolinas e de fuelóleo.

Por segmento, foi o dos transportes e revendedores que teve o maior peso nas vendas, seguido da Serviexpress, a marca da Galp Energia para comercialização de gasóleo à pequena indústria, agricultura e clientes domésticos.

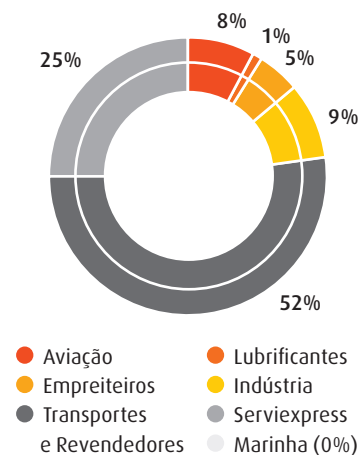
Vendas do segmento de wholesale (Mton)



Vendas por segmento em Portugal em 2008

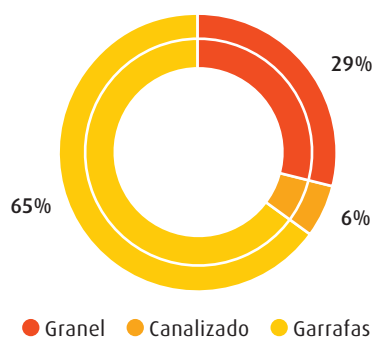


Vendas por segmento em Espanha em 2008

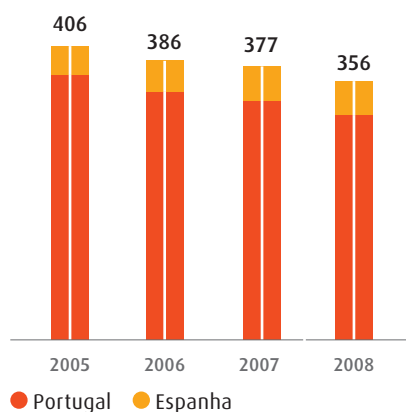


Nova loja Tangerina na estação de serviço do Oeiras Parque onde os nossos clientes podem encontrar tudo o que precisam

Vendas por segmento em Portugal em 2008



Vendas do segmento de GPL (Mton)



GPL

A quota de mercado do GPL atingiu os 41,9% em Portugal. O lançamento em 2007 de produtos inovadores de cozinha, de aquecimento e de iluminação conduziram à angariação de novos clientes mas não foram suficientes para compensar o declínio deste mercado.

No mercado nacional, as vendas de GPL em garrafa mantiveram a sua posição preponderante, com 65% das vendas totais.

Neste segmento, observou-se o aumento da importância da garrafa Pluma nas vendas de garrafas de gás butano, para os 7%. No gás canalizado, foi ultrapassada a fasquia dos 65 mil clientes, quando em 2007 eram perto dos 56 mil, o que premiou a aposta da Galp Energia neste segmento, como forma de aumentar a rentabilidade deste negócio.

Em Espanha, a actividade comercial concentrou-se no desenvolvimento das vendas de GPL a granel, que representam 49% das vendas totais, e na manutenção das vendas de GPL canalizado e em garrafa.

Aquisições Agip e ExxonMobil

Em 2008, ficou concluída a aquisição das actividades da Agip e da ExxonMobil no mercado ibérico de distribuição de produtos petrolíferos. Esta operação enquadrou-se na estratégia de aumento da dimensão das operações da Galp Energia na Península Ibérica, o seu principal mercado de distribuição de produtos petrolíferos.

Estas aquisições foram muito importantes porque aumentaram a capacidade de colocação dos produtos das refinarias, criando mais estabilidade nas vendas e diminuindo a dependência das exportações, cujos padrões de procura e de preços são mais erráticos.

Em 1 de Outubro de 2008 ficou concluída a aquisição das actividades de distribuição de produtos petrolíferos da Agip em Portugal e Espanha, incluindo a rede de estações de serviço exploradas nos dois países sob a marca Agip assim como o de *wholesale*, com exclusão do negócio dos lubrificantes. Em 1 de Dezembro foi concluída a aquisição dos negócios de distribuição de combustíveis e de parte do negócio dos lubrificantes das afiliadas da ExxonMobil em Portugal e Espanha, que actuam sobre a marca Esso. Após estas duas operações, a Galp Energia comercializará, na Península Ibérica, mais três milhões de toneladas de produtos petrolíferos, atingindo os 12 milhões de toneladas. Cerca de metade deste volume, ou seja 45%, será vendido em Espanha. As aquisições envolveram um montante de €752 milhões e estima-se que venham a ter um impacto positivo de cerca de €120 milhões no EBITDA anual da Galp Energia a partir de 2011, valor que inclui a captação de economias de escala e sinergias que se traduzirão em custos unitários mais baixos de logística e de aprovisionamento.

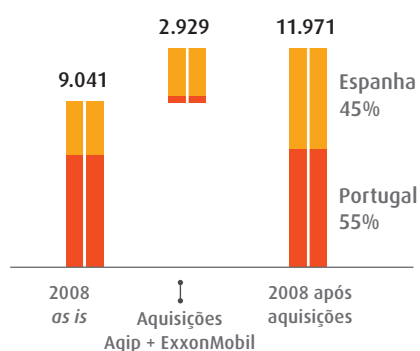
A aprovação pela Comissão Europeia da aquisição das operações da ExxonMobil foi condicionada à alienação de activos em Portugal nos negócios de GPL, aviação e lubrificantes, incluindo activos logísticos, cujo processo de venda está previsto para 2009.

Após a tomada de controlo das empresas adquiridas, a prioridade foi a constituição de órgãos directivos onde se integraram gestores da Galp Energia, de forma a garantir a gestão dessas empresas de acordo com as políticas de gestão da Galp Energia.

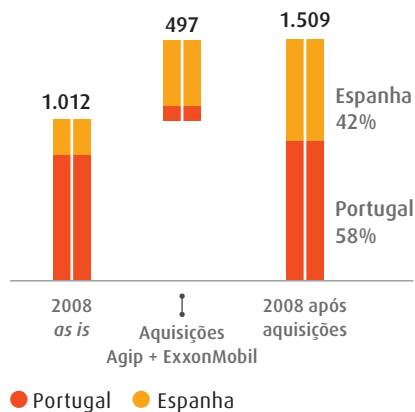
Em 2009 iniciou-se o processo de captação das primeiras sinergias em termos de aprovisionamento de produtos finais, em particular na importação de gasóleo, na migração de clientes para o cartão Galp Frota, que permitiu aumentar a cobertura do cartão a nível ibérico e de oportunidades de compras conjuntas.

Principais indicadores após aquisições da Agip e da ExxonMobil

Vendas de produtos refinados ('000 ton)



Estações de serviço





Estação de serviço em Moçambique, recentemente adquirida à Shell

Mercado africano

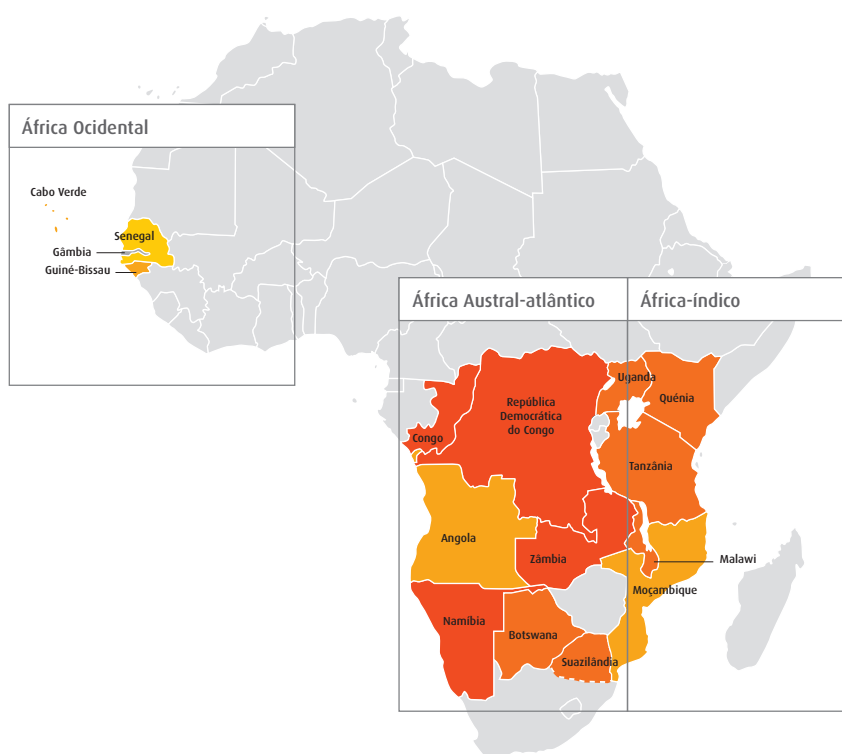
Os factos mais relevantes em 2008 no mercado africano foram a aquisição das participações da Shell em Moçambique, na Suazilândia e Gâmbia assim como o aumento para 47,5% da participação da Galp Energia na Enacol, em Cabo Verde. Em 2008 a Galp Energia esteve presente na distribuição de produtos petrolíferos em África através de 12 empresas participadas que operavam em seis países nos segmentos retalhista, *wholesale* e do GPL.

A aposta em África tem três pólos de desenvolvimento: África Ocidental, que inclui Cabo Verde, a Gâmbia e a Guiné-Bissau, África Austral – Índico, que inclui Moçambique e a Suazilândia e África Austral – Atlântico, centrado em Angola, onde as vendas de combustíveis e lubrificantes cresceram 90% em 2008 face a 2007.

Além de permitir a realização de sinergias no fornecimento, na logística e na gestão das operações, a estratégia de distribuição no mercado africano visou igualmente desenvolver os negócios da Galp Energia em Portugal, através das exportações de combustíveis e de lubrificantes.

Embora não tenham uma dimensão elevada – 0,5 milhões de toneladas – as operações da Galp Energia no continente africano geram um *cash flow* positivo e permitem à Galp Energia capitalizar nas boas relações que a Empresa mantém nas suas actividades de exploração e produção em África, assim como promover investimentos em outras áreas de negócio, nomeadamente nos biocombustíveis.

Eixos de crescimento



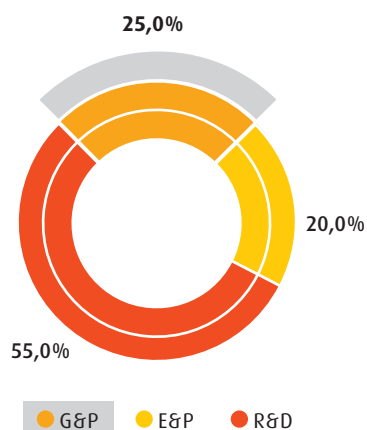
Principais indicadores da actividade no continente africano

País	Vendas ('000 ton)	# de estações de serviço	Parques de armazenagem
Moçambique	69	28	1
Angola	210	9	-
Guiné-Bissau	22	8	3
Cabo Verde	129	24	4
Gâmbia	32	9	-
Suazilândia	68	18	1
Total	531	96	9

Gas & Power

O segmento de negócio Gas & Power agrupa as actividades de aprovisionamento, distribuição e comercialização de gás natural e de geração de energia eléctrica e térmica da Galp Energia. A actividade de gás natural consiste na compra de gás natural – presentemente à Argélia e à Nigéria – para comercialização na Península Ibérica, onde o mercado espanhol tem ganho uma importância crescente. A actividade de power, que está em crescimento e consiste actualmente na operação de centrais de cogeração, tem em desenvolvimento uma carteira de projectos de novas cogerações, de geração em ciclo combinado a gás natural e de energias renováveis, nomeadamente eólica.

Peso do segmento de negócio G&P no resultado operacional RCA da Galp Energia em 2008



Indicadores operacionais

	2005	2006	2007	2008
Vendas de gás natural (Mm³)	4.234	4.596	5.377	5.638
Número de clientes de gás natural ('000)	705	757	816	868
Activo fixo de gás natural (M€)	1.416	725	727	755
Capacidade instalada (MW)	80	80	80	160
Geração de energia eléctrica e térmica (GWh)	1.359	1.561	1.610	1.548
Electricidade vendida à rede (GWh)	500	566	578	478
Preço de venda à rede em regime especial (€/MWh)	80,7	91,4	89,9	105,2
EBITDA RCA (M€)	284	320	254	223
Resultado operacional RCA (M€)	225	266	215	176
Investimento (M€)	88	112	103	116

Principais acontecimentos em 2008

- + Entrada no mercado espanhol de gás natural onde foram alcançadas vendas superiores a 100 milhões de m³;
- + Ano *record* de vendas de gás natural no mercado nacional de 4,6 bcm, em todos os segmentos;
- + Renegociação dos contratos de concessão entre o Estado português e as sociedades distribuidoras de gás natural da Galp Energia;
- + Publicação pela Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE) das tarifas, resultantes dos proveitos permitidos em 2008-2009, para as actividades reguladas de gás natural;
- + Entrada no mercado da electricidade com a participação pela primeira vez no leilão de capacidade virtual de produção de electricidade.





Unidade autónoma de distribuição
de gás natural de Évora que abastece
mais de 3.600 clientes

Estratégia

O objectivo dominante do segmento de negócio Gas & Power é o desenvolvimento de uma carteira integrada de projectos de gás natural e de geração de energia eléctrica e térmica. Na comercialização de gás natural, Espanha, com um segmento industrial dez vezes superior ao de Portugal, é uma prioridade na expansão da actividade na Península Ibérica. Para explorar o potencial que o mercado ibérico oferece, a Galp Energia pretende duplicar para 12 bcm por ano a sua capacidade actual de aprovisionamento, diversificando as fontes de abastecimento, com a entrada no negócio de *midstream* de GNL, nomeadamente em projectos em Angola e na Venezuela. No power, a ampliação da capacidade de geração de 160 MW para 1.200 MW irá absorver uma parte importante do gás natural adquirido, assim como otimizar a margem deste segmento de negócio através de uma proposta multi-energia. Nas renováveis, o objectivo é aumentar a presença nos sectores eólico e hídrico, para equilibrar o *mix* de geração.

Desenvolvimento de uma carteira integrada de projectos de gás natural e de geração de energia eléctrica e térmica, com o aumento a longo prazo das vendas de gás natural de 6 para os 12 bcm por ano e da capacidade de geração de energia eléctrica e térmica de 160 para os 1.200 MW, mantendo um *mix* equilibrado

Gás natural

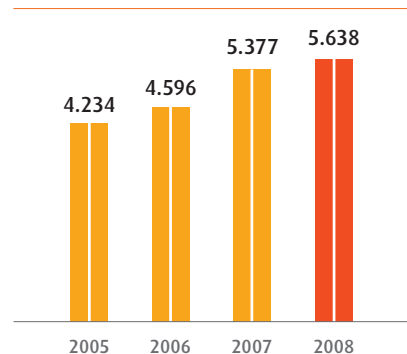
Em 2008 o sector do gás natural continuou a sua trajectória ascendente e alcançou um novo *record* de vendas. A Galp Energia vendeu 5.638 milhões de m³ de gás natural na Península Ibérica, um crescimento de 5% em relação ao ano anterior. De 2005 a 2008, as vendas de gás cresceram a uma taxa anual média de 10%, o que comprova o elevado potencial deste mercado.

Aprovisionamento

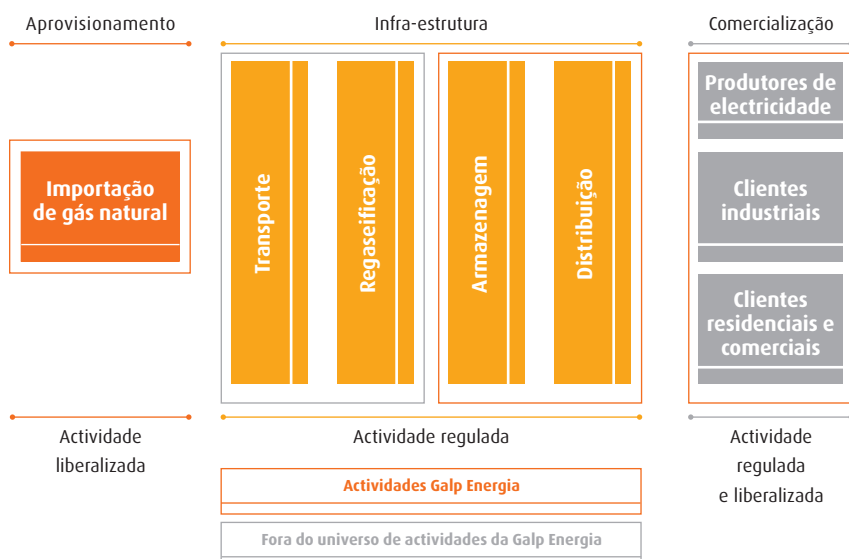
As compras de gás natural em 2008 atingiram os 5,7 bcm, um aumento de 6% em relação ao ano anterior. As fontes

de aprovisionamento continuaram a ser a Argélia, que forneceu 2,6 bcm de gás transportado até Portugal pelos gasodutos EMPL, Al Andalus e Extremadura e a

Vendas de gás natural (Mm³)



Cadeia de valor do sector do gás natural em Portugal



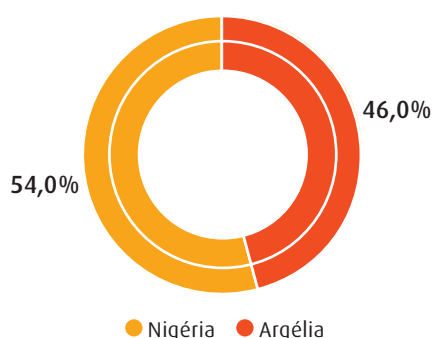
O sector do gás natural em Portugal consiste num conjunto de actividades reguladas e liberalizadas, desde o aprovisionamento em regime liberalizado até à comercialização em regime misto – regulado e liberalizado – passando pela exploração das infra-estruturas exclusivamente em regime regulado. Enquanto a regaseificação do gás natural liquefeito e o transporte do gás em alta pressão estão fora do universo de actividades da Galp Energia, a importação, a armazenagem, a distribuição em média e baixa pressão e a comercialização estão no âmbito da sua actividade.



Unidade autónoma de distribuição de gás natural de Beja, que tem um papel fundamental no abastecimento do hospital local



Fontes de aprovisionamento de gás natural



Nigéria, onde foram adquiridos 3,1 bcm de GNL, transportados em 34 barcos.

Embora sejam de duração igual ou superior a 20 anos, os contratos de aprovisionamento de longo prazo prevêem a possibilidade de renegociação ao longo da vigência do contrato de acordo com regras contratualmente definidas.

O início da comercialização de gás natural em Espanha no princípio do ano, que resultou em vendas anuais de 114 milhões de m³, obrigou à contratação de capacidade nas redes de transporte, distribuição e armazenamento subterrâneo dos operadores espanhóis de infra-estruturas.

Em 2008, a Entidade Reguladora do Sector Energético (ERSE) aprovou as regras para a realização de leilões de gás natural com o objectivo de diversificar os fornecedores de gás natural em Portugal.

O volume de gás natural posto a leilão, que é proveniente das importações da Galp Energia e só pode ser consumido em território nacional, será de 300 milhões de m³ por ano gás. Ao leilão são admitidas comercializadoras pré-qualificadas e clientes com um consumo superior a 10.000 m³/ano e o preço de venda não poderá ser inferior ao preço de compra do gás natural pela Galp Energia.

Infra-estrutura regulada

Distribuição

Em 2008 tornou-se efectiva a regulação da actividade de distribuição de gás natural em Portugal, possibilitada pela renegociação dos contratos de concessão entre o Estado português e as sociedades distribuidoras de gás natural da Galp Energia.

Na sequência da transposição para o mercado nacional da directiva

Participações em gasodutos internacionais

Gasodutos internacionais	País	Capacidade (bcm/ano)	Quantidades transportadas em 2008 (bcm)	% Galp Energia	Dividendos Galp Energia em 2008 (M€)
EMPL	Argélia, Marrocos	12,0	11,3	27,4%	32,4
Al Andaluz	Espanha	11,7	9,2	33,0%	3,2
Extremadura	Espanha	6,1	4,6	49,0%	3,9

Contratos de aquisição de gás natural e GNL

Contratos	País	Quantidade contratada (Mm ³ /ano)	Duração (anos)	Início	Próxima renegociação
NLNG I (GNL)	Nigéria	420	20	2000	3.º trimestre 2011
NLNG II (GNL)	Nigéria	1.000	20	2003	3.º trimestre 2011
NLNG+ (GNL)	Nigéria	2.000	20	2006	4.º trimestre 2012
Sonatrach (Gás natural)	Argélia	2.300	23	1997	1.º trimestre 2011

Em Portugal a distribuição de gás natural é assegurada por seis distribuidoras de gás natural – cinco das quais participadas pela Galp Energia – que exercem a sua actividade ao abrigo de contratos de concessão e por quatro unidades autónomas de distribuição de gás (UADs), também participadas pela Galp Energia, que operam ao abrigo de licenças

comunitária sobre a liberalização do mercado do gás natural, as actividades de comercialização foram separadas das actividades de exploração das infra-estruturas de distribuição.

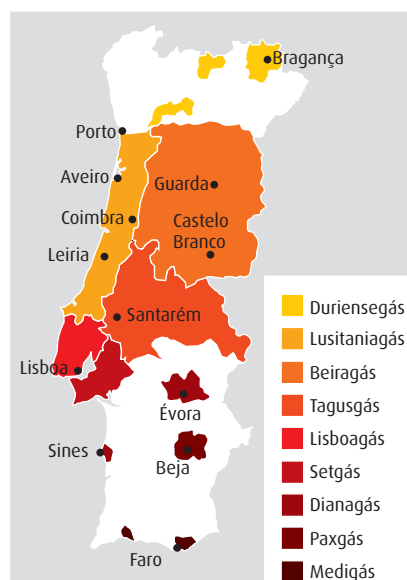
Todas as actividades reguladas são remuneradas de acordo com as regras estabelecidas pelo regulador do mercado, a ERSE, que define quais são os proveitos permitidos para utilização no cálculo das tarifas. Os proveitos permitidos para a actividade de distribuição de gás natural resultam da soma do custo de capital (produto da taxa de remuneração pela base de activos regulados, acrescido das amortizações dos activos), dos custos operacionais e do desvio tarifário – a diferença entre os proveitos permitidos estimados para o ano n-2 face aos valores efectivamente realizados – caso exista. O modelo de regulação prevê ainda o mecanismo de alisamento tarifário, de forma a garantir uma tarifa regular ao longo do prazo da concessão.

Em Portugal a distribuição de gás natural é assegurada por seis distribuidoras de gás natural – cinco das quais participadas pela Galp Energia – que exercem a sua actividade ao abrigo de contratos de concessão e por quatro unidades autónomas de distribuição de gás natural (UADs), também participadas pela Galp Energia, que operam ao abrigo de licenças.

Em Abril de 2008 foram assinados os contratos de concessão entre o Estado português e as sociedades distribuidoras de gás natural da Galp Energia. Os contratos estipulam as regras aplicáveis às actividades de distribuição e de comercialização de gás natural e estabelecem um prolongamento do período da concessão para 40 anos, contados a partir de 1 de Janeiro de 2008. Ao abrigo destes novos contratos, e com o objectivo de assegurar o equilíbrio económico e financeiro da concessão, o Estado português assegura à concessionária a remuneração da actividade concessionada, assim como a reavaliação dos activos da concessão à taxa de inflação, no início de cada

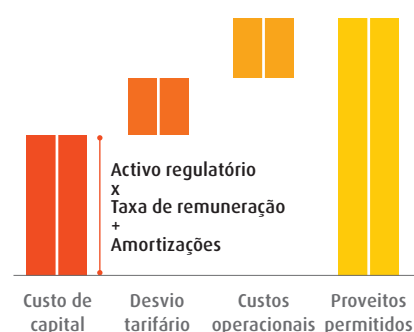
período de regulação. Às distribuidoras é concedido o direito de solicitarem a reposição do equilíbrio económico-financeiro da concessão se, durante os quatro períodos de regulação subsequentes ao primeiro, a remuneração fixada pela ERSE não considerar o prémio de risco implícito na taxa de remuneração estabelecida para o primeiro período de regulação e se, após o período referido antes, ou seja, após os primeiros 15 anos, a taxa de remuneração fixada pela ERSE não tiver em consideração as taxas de remuneração de outros activos de referência, nomeadamente os activos afectos às actividades de distribuição de electricidade e de transporte de gás natural em alta pressão.

Mapa das concessões de distribuição de gás natural da Galp Energia



Em 2008, as distribuidoras da Galp Energia transportaram nas suas infra-estruturas, cerca de 1,5 bcm de gás natural, com especial destaque para a Lusitaniagás que transportou 661 milhões de m³, dada a sua proximidade de um grande número de clientes industriais.

Modelo de regulação da actividade de distribuição de gás natural



Nota: Custo de capital sujeito a alisamento tarifário.

Pressupostos utilizados no cálculo dos proveitos permitidos para o ano gás 2008-2009

Taxas de inflação: 2008	2,7%
2009	2,6%
Taxa de remuneração do activo regulado:	9%
Período de regulação:	3 anos
Base de activos regulados (RAB):	1.191 M€

Nota: Ano gás corresponde ao período entre 1 de Julho do ano n e 30 de Junho do ano n+1.

RAB por empresa a 31 de Dezembro de 2008

RAB total: 1.155 M€	% Galp Energia
Beiragás 55	60%
Lisboagás 570	100%
Lusitaniagás 272	85%
Setgás 146	45%
Tagusgás 58	41%
Dianagás 8	100%
Duriensegás 32	100%
Medigás 13	100%
Paxgás 2	100%

Nota: RAB da Tagusgás referente a Junho de 2008.

Volumes transportados em 2008 (Mm³)

Volume total transportado: 1,5 bcm

Beiragás 47
Lisboagás 507
Lusitaniagás 661
Setgás 149
Tagusgás 99
Dianagás 5
Duriensegás 14
Medigás 6
Paxgás 0,1

A Galp Energia é uma das poucas empresas comerciais da Península Ibérica a deter capacidade de armazenagem de gás natural, o que lhe permite explorar oportunidades de *trading*. Actualmente a capacidade de armazenagem atinge os 40 milhões de m³, estando assim 45 milhões de m³ em construção e existindo um potencial de desenvolvimento futuro de 110 milhões de m³

Em 2008, as distribuidoras da Galp Energia transportaram, nas suas infra-estruturas, cerca de 1,5 bcm de gás natural.

A rede de distribuição – a que neste momento estão ligados cerca de 868 mil clientes – aumentou para 10.462 km em 2008, na sequência da construção de mais 704 km durante o ano, que representou um investimento de mais de €87 milhões.

Armazenagem

A armazenagem subterrânea de gás natural é uma actividade regulada cuja exploração foi concedida à Galp Energia. A base de activos regulados tem actualmente um valor de €17 milhões, remunerados a uma taxa de 8% por um período de 40 anos. O modelo de regulação aplicável a esta actividade segue a mesma metodologia da regulação das actividades de distribuição de gás natural, com excepção do mecanismo de alisamento tarifário.

A exploração da caverna de armazenagem actualmente em actividade decorreu em condições normais ao longo do ano. A construção da segunda caverna foi iniciada em 2008, tendo sido escavado um volume de 100.000 m³. A actual avaliação das condições geológicas permite prever que esta caverna atinja um volume geométrico final significativamente acima dos 570.000 m³ previstos no projecto original, 45 milhões de m³ de volume útil previsto.

(68%) – que têm compromissos até 2020 – ao segmento de *trading* (28%) e ao mercado industrial (4%). As vendas no sector regulado distribuíram-se pelo segmento grossista (clientes industriais com consumos anuais superiores a dois milhões de m³), com 67% do total, e retalhista (clientes residenciais, comerciais e industriais com consumos inferiores a dois milhões de m³/ano), que absorveu os restantes 33%.

Dos 5.638 milhões de m³ de gás natural vendidos pela Galp Energia na Península Ibérica, 3.219 milhões de m³ foram colocados no mercado livre e os restantes 2.419 milhões de m³, no mercado regulado.

Mercado livre

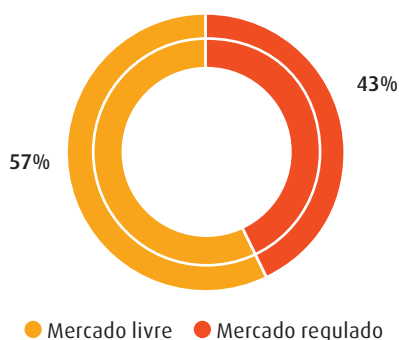
A liberalização do sector do gás natural atingiu em 2008 uma nova fase com a comercialização a preços não regulados a clientes com um consumo anual superior a um milhão de m³, tipicamente clientes industriais. A venda de gás natural aos produtores de electricidade já estava liberalizada desde Janeiro de 2007.

Na sequência desta nova fase de liberalização do mercado e face à eventualidade de surgirem comercializadores concorrentes, a Galp Energia concentrou a sua actividade em 2008 no segmento empresarial, com o objectivo de transferir clientes para o mercado livre, aumentar o grau de satisfação e de fidelização dos clientes existentes e incrementar o volume de proveitos gerado por cliente.

Na realidade, a conjuntura internacional, as regras e mecanismos definidos e sobretudo o preço da tarifa regulada comparada com a tarifa livre vieram moderar as expectativas de passagem de clientes regulados para o mercado livre. A margem de comercialização reconhecida não permite o desenvolvimento deste mercado.

Apesar de apenas 1,4% dos clientes que podiam fazê-lo ter transitado para o mercado livre, a Galp Energia continua a acreditar na abertura do mercado e a desenvolver empenhadamente mecanismos que lhe permitam responder eficazmente a este desafio. Como paralelo, o mercado industrial espanhol, um mercado 10 vezes superior ao português, onde não existem tarifas reguladas, encontra-se totalmente liberalizado e com concorrência efectiva.

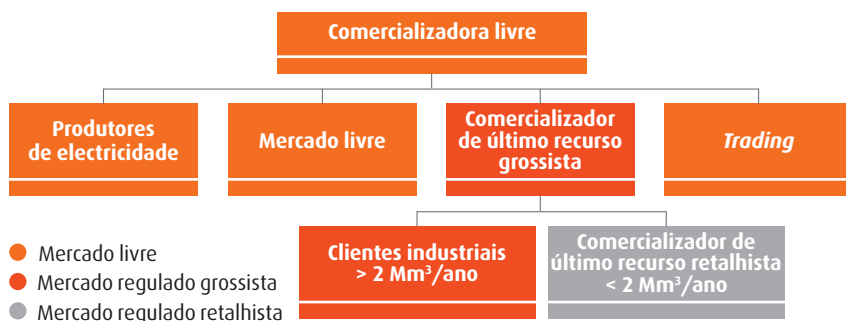
Vendas de gás natural por mercado em 2008



Comercialização de gás natural

As vendas de gás natural da Galp Energia na Península Ibérica tiveram como destino o mercado livre, que representou 57% do total em 2008, e o mercado regulado (43%). O sector liberalizado consistiu nas vendas de gás natural aos produtores de electricidade

Modelo de comercialização de gás natural da Galp Energia



Neste contexto, a Galp Energia tem desenvolvido esquemas de tarifas mais elaborados, aprofundado os estudos para conhecer melhor as necessidades dos seus clientes, ampliado a gama de produtos e serviços que oferece ao mercado, aumentado as acções para fomentar a eficiência na utilização de energia e tem, de um modo geral, melhorado a sua interacção com os seus clientes.

Segmento eléctrico

Em 2008 verificou-se um aumento da geração de electricidade por via térmica, fundamentalmente com recurso a gás natural, tendo a produção de electricidade pelas centrais de ciclo combinado a gás natural representado 26% do total de energia consumida em Portugal.

Neste contexto, as vendas de gás natural ao segmento eléctrico aumentaram 17% em relação a 2007 e atingiram 2.189 milhões de m³, o valor mais alto de sempre. Este aumento resultou maioritariamente da baixa hidraulicidade durante o ano, o que contribuiu para que a produção de energia eléctrica em Portugal através de centrais de ciclo combinado a gás natural aumentasse o seu peso em 4 pontos percentuais face ao ano anterior.

Segmento industrial

Em 2008 – primeiro ano da liberalização do sector industrial em Portugal para consumos acima de um milhão de m³/

ano – a Galp Energia firmou 10 contratos de fornecimento de gás natural em regime livre representativos de vendas anuais de 165 milhões de m³, e que em 2008 atingiram nove milhões de m³.

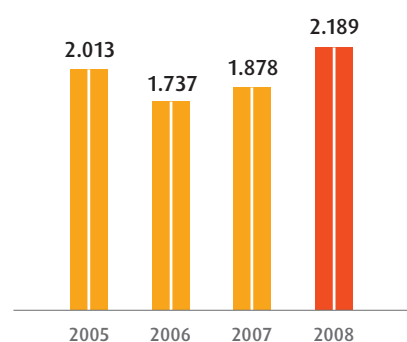
Em execução de um dos principais objectivos estratégicos para a área de gás natural, a Galp Energia começou a fornecer em 2008 o segmento industrial espanhol, um mercado cerca de 10 vezes superior ao mercado industrial português, com um consumo anual de 15 bcm. A actividade em Espanha terminou o seu primeiro ano com vendas de 114 milhões de m³.

A Galp Energia pretende capitalizar a experiência adquirida ao longo de 10 anos de operação no mercado do gás natural em Portugal para adquirir uma posição relevante no mercado industrial ibérico.

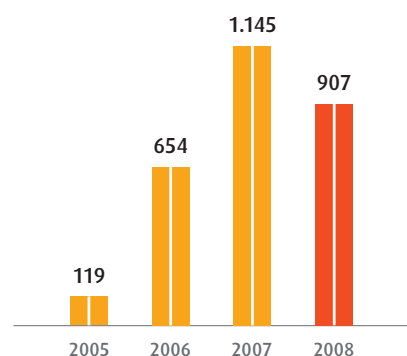
Trading

A quebra de 21% nos volumes transaccionados na actividade de *trading* relativamente a 2007 deveu-se essencialmente ao facto de 2007 ter sido um ano anormalmente seco em Espanha, o que levou a uma elevada procura de gás natural para produção de electricidade. Pelo contrário, em 2008, a procura de gás natural para produção de electricidade aumentou em Portugal, o que levou a uma diminuição substancial da quantidade de gás natural disponível para *trading*.

Vendas de gás natural no segmento eléctrico (Mm³)



Vendas de gás natural em trading (Mm³)

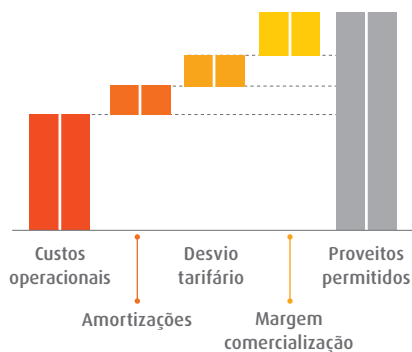


Em 2008 a Galp Energia entrou no mercado industrial de gás natural em Espanha, em execução de um dos principais objectivos estratégicos para esta área, a duplicação das vendas de gás natural no longo prazo



Uma das muitas utilizações do gás natural é o uso doméstico, por isso se estiver em Portugal a probabilidade de estar a utilizar gás da Galp Energia é muito elevada

Modelo de regulação da actividade de comercialização de último recurso de gás natural



Pressupostos utilizados no cálculo dos proveitos permitidos para o ano gás 2008-2009

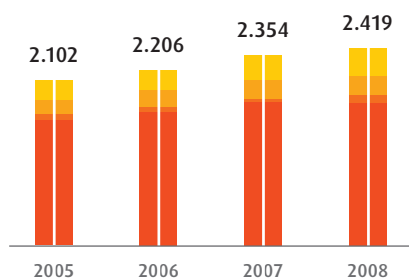
Taxa de juro para a margem de comercialização (Euribor 3 meses + 1,5%) 6,227%

Custo unitário de aquisição do gás natural 2,15 cent€/KWh⁽¹⁾

Período de regulação 3 anos

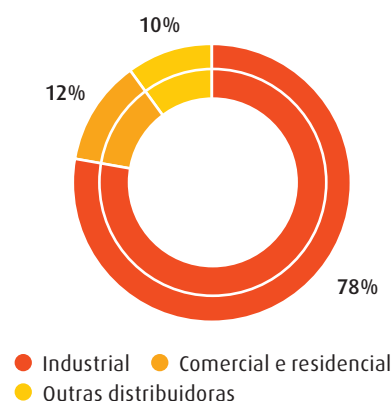
Nota: (1) Atualizado trimestralmente para os clientes com consumos superiores a 10.000 m³/ano.

Vendas de gás natural no mercado regulado (Mm³)



● Industrial ● Comercial ● Residencial ● Outras distribuidoras

Vendas por segmento em 2008



Mercado regulado Regulação da actividade de comercialização

Em 1 de Janeiro de 2008 teve início a comercialização regulada de último recurso dando-se assim cumprimento à separação das actividades de distribuição e de comercialização de gás natural prevista na legislação em vigor.

Os contratos de concessão assinados com o Estado português definiram a atribuição a cada distribuidora de uma licença de Comercialização de Último Recurso Retalhista (CURr), para comercialização de gás natural no mercado regulado, na área de concessão, aos clientes de consumo anual inferior a dois milhões de m³ de gás natural.

Em consequência do novo quadro legislativo, a actividade de comercialização de último recurso é remunerada de acordo com as regras estabelecidas pela ERSE, que determina quais os proveitos permitidos que deverão ser utilizados como base de cálculo das tarifas.

Os proveitos permitidos incluem, para além dos custos operacionais, das amortizações e do desvio tarifário, uma margem de comercialização destinada a cobrir o risco financeiro da gestão de fundo de maneio incorrido pelos comercializadores de último recurso.

Ao abrigo dos novos contratos de concessão celebrados entre as distribuidoras de gás natural e o Estado português, as actuais entidades titulares de licença de comercialização de último recurso retalhista vêm asseguradas pelas tarifas de venda a clientes finais de gás natural, durante os cinco primeiros períodos de regulação (até 30 de Junho de 2022), um valor de €4/cliente/ano aplicado ao número de clientes reportado no início de cada período de regulação.

Volume de vendas

Em 2008, a Galp Energia vendeu 2.419 milhões de m³ de gás natural no mercado regulado, mais 2,8% do que no ano anterior.

A predominância do segmento industrial manteve-se em 2008, com 78% do total, enquanto que o restante se distribuiu pelo segmento comercial e residencial (12%) e por outras distribuidoras não participadas pela Galp Energia (10%).

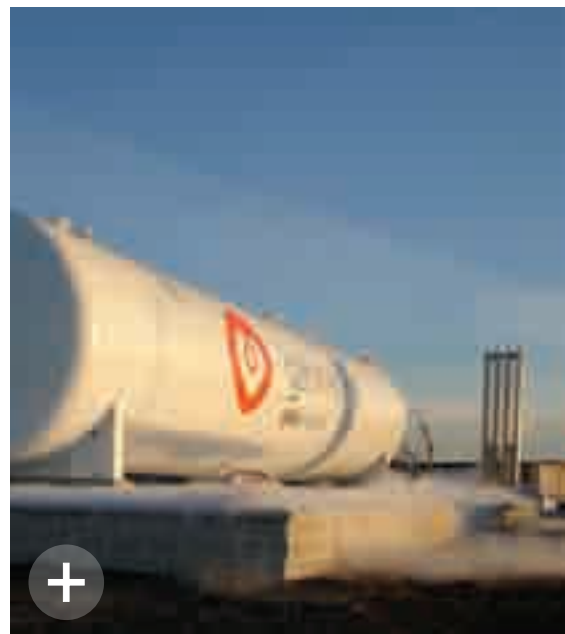
O volume de vendas no segmento industrial manteve-se praticamente em linha com o do ano anterior e atingiu os 1,9 bcm, ainda que para os clientes industriais, com consumos superiores a dois milhões m³/ano, se tenha atingido o máximo histórico de 1.618 milhões de m³. Entre os novos clientes destaca-se a Sinecogeração, a nova unidade de cogeração da refinaria de Sines, que será o cliente com maior consumo anual, com cerca de 250 milhões de m³ por ano, ou seja, cerca de 15% do segmento industrial em Portugal, o que reforçará a integração entre o negócio do gás natural e do power, garantindo a colocação no mercado do gás natural importado pela Galp Energia.

O segmento residencial e comercial continuou em expansão durante o ano, em consequência nomeadamente da continuação da campanha de conversão e reconversão para o gás natural de 36.548 clientes. O volume de vendas atingiu os 290 milhões de m³, mais 26% do que no ano anterior.

No final do ano a Galp Energia tinha, através das comercializadoras suas participadas, 868 mil clientes de gás natural, um aumento de 6% em relação a 2007.



Unidade autónoma de distribuição de gás natural de Beja, para fornecimento de 672 clientes



As novas cogerações da Galp Energia vão induzir um consumo de gás natural superior a 500 milhões de m³/ano, cerca de um quarto do mercado industrial português

caldeiras de recuperação que permitirão satisfazer a totalidade das necessidades de vapor da refinaria do Porto.

As novas cogerações irão induzir um consumo anual de gás natural de cerca de 520 milhões de m³, o que contribuirá para a integração dos negócios do gás natural e do power, um dos objectivos estratégicos deste segmento de negócio. Paralelamente, estas novas cogerações irão contribuir para melhorar a eficiência energética das refinarias, diminuir o seu custo de energia térmica, reduzir as emissões de óxidos de enxofre e de azoto e reduzir as emissões de CO₂ a nível nacional.

As centrais de cogeração das refinarias de Sines e do Porto serão as maiores do país, o que colocará a Galp Energia no primeiro lugar da utilização de tecnologia de cogeração em Portugal.

Central de ciclo combinado a gás natural

Em 2007 a Galp Energia iniciou o desenvolvimento do projecto para a construção em Sines de uma CCGT, com uma potência instalada de 800 MW, dando assim um passo importante para a produção de electricidade em regime de mercado. Com este investimento, a Galp Energia pretende não só entrar num mercado de elevado crescimento como também realizar sinergias com a sua área de gás natural, uma vez que se prevê que esta central tenha um consumo de gás natural de 870 milhões de m³ por ano. Uma integração entre os negócios de gás natural e de power permitirá, por um lado, tirar partido dos contratos de fornecimento de gás natural de que a Galp Energia dispõe,

gerindo de um modo mais eficiente a sua capacidade de aprovisionamento e, por outro, arbitrar entre as margens de *trading* de gás natural e de produção de electricidade, a *call option* emergente. A electricidade produzida na CCGT destina-se preferencialmente à venda no mercado da *pool* portuguesa, com um preço 5€/MWh superior em média ao da *pool* espanhola, no caso de se manterem as condições do ano de 2008.

Durante o ano de 2008 foi lançado o concurso para o contrato de *Engineering, Procurement and Construction* (EPC) e para o contrato de operação e manutenção da central. As propostas foram recebidas no mês de Setembro e estão actualmente em fase de análise. O prazo entre a assinatura do contrato e a entrada em funcionamento da central deverá situar-se entre os 24 e os 36 meses.

Centrais hídricas

Durante 2008, foram desenvolvidas várias actividades destinadas à avaliação de oportunidades de investimento em centrais hídricas, que a Galp Energia vê como um meio de aumentar a sua quota de geração de energia eléctrica através de fontes renováveis, bem como uma forma de diversificar o seu *portfolio* de geração.

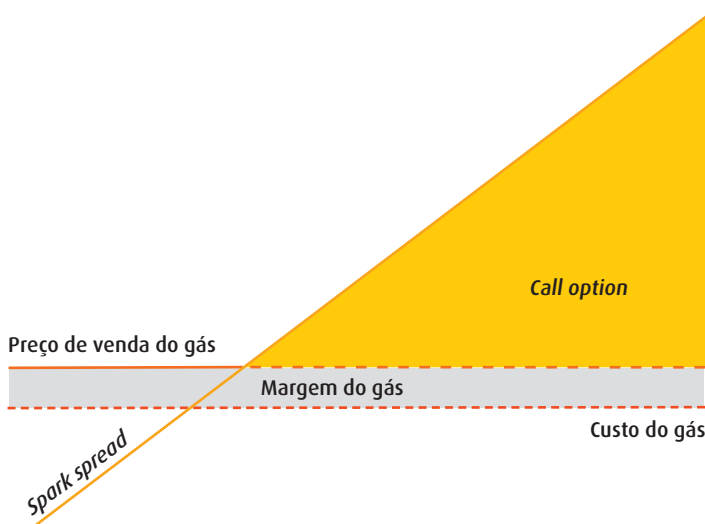
Caso se concretize, a entrada na produção hidroeléctrica irá também reduzir a exposição relativa do *mix* de geração da Galp Energia às emissões de CO₂, permitindo-lhe simultaneamente aceder a uma tecnologia de custo competitivo e, sobretudo, com um custo marginal muito inferior ao das centrais termoeléctricas.

Ao fornecer capacidade de armazenamento, a produção hidroeléctrica irá igualmente atenuar a exposição da Galp Energia ao risco de mercado, permitindo-lhe explorar o diferencial de preços entre as horas de maior e de menor procura.

Esta fonte de geração de energia eléctrica irá também permitir a cobertura natural do risco da capacidade termoeléctrica face ao peso da capacidade hídrica no sistema eléctrico português, melhorando a competitividade da Galp Energia face ao *mix* de geração da incumbente.

Para além da cobertura ao próprio negócio do power, a geração hídrica é também uma forma de mitigar a correlação negativa entre os elevados níveis de hidraulicidade e o consumo de gás natural para geração eléctrica.

Call option emergente da integração do negócio de Gas & Power





Em 2008, a Galp Energia entrou no mercado da electricidade em Portugal, com a participação no leilão de capacidade virtual de produção de electricidade

Mercado da electricidade

Na sua capacidade de fornecedora de soluções integradas de energia, a Galp Energia criou em 2008 o departamento de *trading* de electricidade e de licenças de emissões de GEE. O objectivo foi, por um lado, otimizar o desenvolvimento do mercado da electricidade numa perspectiva de defesa da base de clientes de gás natural num contexto de mercado liberalizado e, por outro, gerir a utilização das licenças de emissões de CO₂ de uma forma centralizada garantindo assim uma gestão e valorização sustentável.

De acordo com esta estratégia, a Galp Energia participou pela primeira vez em Janeiro de 2008 no leilão de capacidade virtual de produção de electricidade em Portugal, promovido pelo Operador do Mercado Ibérico de Energia – OMIP, onde obteve capacidade virtual de produção que colocou no mercado nos segundo e terceiro trimestres do ano. Este acontecimento marcou a entrada da Galp Energia no mercado organizado de electricidade. Durante 2008, a Galp Energia participou também no leilão de capacidade virtual de produção de electricidade em Espanha para entrega no quarto trimestre de 2008.

Os leilões de capacidade virtual de produção de energia eléctrica destinam-se a transaccionar opções de compra de energia eléctrica. Desta forma, é disponibilizada aos agentes de mercado (comercializadores de electricidade, consumidores finais de grande dimensão, agentes externos) a utilização da capacidade de produção dos operadores dominantes. No caso

de Portugal trata-se das centrais anteriormente abrangidas pelos contratos de aquisição de energia (CAE).

Durante o ano, para além da participação nos leilões de electricidade no mercado ibérico de electricidade, foram iniciados os processos de inscrição na Powernext, a bolsa francesa de electricidade, e na bolsa de emissões de CO₂ ICE/ECX, de modo a preparar a actividade de *trading* que deverá começar gradualmente a aumentar ao longo do ano de 2009.

Energia eólica

A Ventinveste, S.A., empresa participada a 34% pela Galp Energia, responsável pela instalação de uma capacidade de geração de energia eléctrica em parques eólicos até 480 MW, desenvolveu em 2008 actividades de suporte ao licenciamento dos parques que deverão entrar progressivamente em funcionamento até 2013. Ao mesmo tempo, foram empreendidas as actividades necessárias à concretização de projectos de ligação à rede eléctrica, de especificação do equipamento e do modelo de construção dos parques.



Parque eólico da Ericeira utilizando a mesma tecnologia que os futuros parques da Galp Energia

Principais pressupostos de investimento nos parques eólicos

Período de investimento	Tarifa garantida	Evolução da tarifa	Período de tarifa garantida	Utilização prevista
Entre 2009 e 2012	€70,62/ MWh no primeiro ano de produção	100% da inflação	15 anos ou 33 GWh/MW	Load factor de 32%

03

Análise financeira

O volume de negócios da nossa Empresa atingiu os €15.062 milhões; a custos de substituição dos *stocks* ajustados, o excedente bruto de exploração (EBITDA) atingiu os €975 milhões, o resultado operacional foi de €693 milhões e os resultados líquidos alcançaram os €478 milhões (€0,58/acção) traduzindo um incremento de 14% em relação ao ano anterior.



Sumário executivo

O resultado líquido *replacement cost* ajustado (RCA) da Galp Energia aumentou 14,2% em 2008 para €478 milhões.

O bom desempenho do segmento de negócio de Refinação & Distribuição, permitiu compensar a diminuição dos resultados do segmento de negócio de Gas & Power, onde o aumento das vendas de gás natural foi anulado pelo efeito da renegociação dos contratos de aprovisionamento de gás natural.

Os factos de maior relevância para o desempenho financeiro da Galp Energia em 2008 foram os seguintes:

- Produção *working interest* de crude nos 15,1 mbopd, menos 11,5% que em 2007;
- Diminuição de 19,2% da margem de refinação da Galp Energia, de 5,5 Usd/bbl para 4,4 Usd/bbl;
- Aumento da cobertura de refinação pela distribuição de produtos petrolíferos de 72% em 2007 para 75% em 2008, após inclusão das vendas da Agip na Península Ibérica a partir de 1 de Outubro;
- Aumento de 4,8% face a 2007 nas vendas de gás natural para um total de 5.638 milhões de m³, com o sector eléctrico a dar o maior contributo para este aumento;
- Aumento do investimento para os €1.560 milhões, cerca de três vezes mais do que em 2007, com 80% do total a ser canalizado para o segmento de Refinação & Distribuição.

O resultado líquido RCA da Galp Energia em 2008, que atingiu os €478 milhões, foi o maior dos últimos quatro anos



O preço do Brent *dated* em 2008, conforme o gráfico na Bloomberg, desceu mais de 60% face ao final de 2007

Análise de resultados

O resultado líquido em IFRS da Galp Energia atingiu em 2008 €117 milhões, o que representa uma redução de 83,8% em relação a 2007. Esta variação deveu-se ao efeito penalizador do efeito *stock*. Se analisarmos os resultados líquidos utilizando a metodologia de *replacement cost* ajustado, estes aumentam 14,2% entre 2007 e 2008, para os €478 milhões, para o que contribuiu a boa *performance* do segmento de negócio de Refinação & Distribuição.

Demonstração de resultados (M€)

	2007	2008	Variação	% Var.
Vendas e prestações de serviços	12.560	15.086	2.526	20,1%
Custos operacionais	(11.417)	(14.698)	3.281	28,7%
Outros proveitos (custos) operacionais	70	61	(9)	(12,5%)
EBITDA	1.213	449	(764)	(63,0%)
Amortizações e provisões	(278)	(282)	4	1,4%
Resultado operacional	936	167	(768)	(82,1%)
Resultados de empresas associadas	60	48	(12)	(19,3%)
Resultados de investimentos	21	0	(21)	(99,7%)
Resultados financeiros	(43)	(61)	(18)	(42,1%)
Resultados antes de impostos e interesses minoritários	974	155	(819)	(84,1%)
Imposto sobre o rendimento	(249)	(33)	(216)	(86,8%)
Interesses minoritários	(5)	(5)	0	6,0%
Resultado líquido	720	117	(603)	(83,8%)
Efeito <i>stock</i>	(280)	355	(635)	S.S.
Resultado líquido RC	440	472	32	7,2%
Eventos não recorrentes	(22)	6	28	S.S.
Resultado líquido RCA	418	478	59	14,2%

Vendas e prestações de serviços

As vendas e prestações de serviços aumentaram 20,1% em relação a 2007, para €15.086 milhões.

Este aumento, que teve origem nos segmentos de negócio de Refinação & Distribuição e de Gas & Power, resultou da subida dos preços do crude, dos produtos petrolíferos e do gás natural nos mercados internacionais. No segmento de negócio de Exploração & Produção, o aumento do preço do crude não foi suficiente para compensar a redução da produção *net entitlement*, que levou a uma diminuição das vendas deste segmento de negócio.

Vendas e prestações de serviços (M€)

	2007	2008	Variação	% Var.
Exploração & Produção	233	200	(32)	(13,9%)
Refinação & Distribuição	11.115	13.224	2.108	19,0%
Gas & Power	1.455	1.942	487	33,5%
Outros	104	127	23	22,4%
Ajustamentos de consolidação	(347)	(408)	(61)	(17,5%)
TOTAL	12.560	15.086	2.526	20,1%

Custos operacionais

Os custos operacionais aumentaram 28,3% para €14.919 milhões, em grande parte devido ao aumento de 30,7% no custo das mercadorias vendidas que resultou do aumento do preço do crude e de outras matérias-primas e representou 92,0% do total dos custos operacionais. Pelo método de *replacement cost*, o custo das mercadorias vendidas foi de €13.209 milhões, um aumento de 22,0% face a 2007 que reflectiu o aumento do preço do petróleo e dos produtos petrolíferos nos mercados internacionais.

92%

O custo das mercadorias vendidas representa 92% do total dos custos operacionais e resultou do aumento do preço do crude e de outras matérias-primas no mercado internacional

Os fornecimentos e serviços externos aumentaram 7,9% para €680 milhões. Excluindo o aumento de €21 milhões por conta da incorporação da Agip, o aumento dos fornecimentos e serviços externos foi de 4,6% e deveu-se (i) a custos de produção mais elevados no segmento de negócio Exploração & Produção, nomeadamente o aumento dos custos de manutenção dos campos BBLT e Kuito e o aumento generalizado do custo dos serviços e equipamentos da indústria, (ii) ao incremento dos custos de natureza jurídica, (iii) ao aumento dos custos com armazenagem e enchimento relacionados com a actividade em Espanha, (iv) ao aumento dos custos de transporte do petróleo e dos produtos petrolíferos associado ao aumento generalizado dos fretes e das sobrestadias e (v) aos custos da paragem para manutenção da refinaria de Sines.

Os custos com pessoal aumentaram 3,8% em 2008 para €292 milhões. Excluindo o efeito Agip, este aumento foi de 1,3% e resultou essencialmente do aumento global das remunerações e dos encargos sociais.

As amortizações diminuíram 6,7% em relação a 2007, para um total de €240 milhões.

No segmento de negócio Refinação & Distribuição as amortizações tiveram uma diminuição de 14,7% devido maioritariamente a alguns activos, nomeadamente na refinaria de Sines, terem chegado ao final da sua vida útil.

As amortizações no segmento de negócio Exploração & Produção tiveram um aumento de 26,0%, que reflectiu (i) a contabilização de custos no montante de €8,6 milhões devido à perfuração de seis poços secos nos campos *onshore* do Brasil nas bacias Potiguar e de Sergipe-Alagoas e (ii) a alteração das reservas provadas e prováveis que resultou da actualização do relatório da DeMac com referência a 31 de Dezembro de 2008.

No segmento de negócio de Gas & Power, as amortizações diminuíram €6 milhões por o prolongamento do prazo de concessão da actividade de distribuição de gás natural ter reduzido a taxa anual de amortização aplicável.

As provisões de €42 milhões em 2008, mais €21 milhões do que em 2007, resultaram de aumentos em todos os segmentos de negócio.

No segmento de negócio Exploração & Produção o aumento das provisões deveu-se ao aumento da provisão para abandono dos campos em produção em Angola. No segmento de negócio Refinação & Distribuição o aumento de €11 milhões em provisões deveu-se sobretudo ao aumento das provisões para créditos de cobrança duvidosa. As provisões no segmento de negócio de Gas & Power registaram um aumento de €6 milhões, devido ao efeito em 2008 do processo de renegociação dos contratos de aquisição de gás natural. Este efeito foi parcialmente anulado pela reversão de uma provisão relativa a uma dívida por serviços de reservas estratégicas prestados pelo segmento de negócio de Gas & Power.

Custos operacionais líquidos (M€)

	2007	2008	Variação	% Var.
Custos operacionais cash				
Custo das mercadorias vendidas	10.505	13.726	3.221	30,7%
Fornecimentos e serviços externos	630	680	50	7,9%
Custos com pessoal	281	292	11	3,8%
Outros custos (proveitos) operacionais	(70)	(61)	(9)	(12,5%)
Custos operacionais non cash				
Amortizações	257	240	(17)	(6,7%)
Provisões	21	42	21	101,1%
Total	11.625	14.919	3.294	28,3%

Resultado operacional

O resultado operacional em IFRS do ano de 2008 foi de €167 milhões, 82,1% inferior ao do período homólogo, fruto do efeito *stock*. Em termos *replacement cost* ajustados, o resultado operacional foi de €693 milhões, um aumento de 11,8% em comparação com 2007. O aumento do resultado *replacement cost* ajustado do segmento de negócio Refinação & Distribuição, permitiu compensar a diminuição dos resultados do segmento de negócio de Gas & Power.

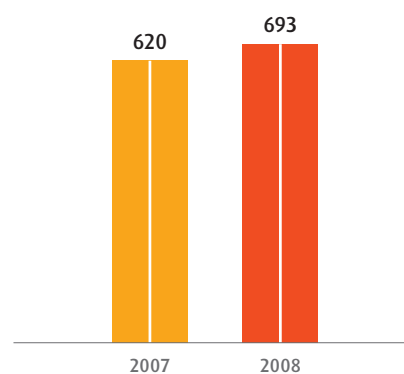
Resultados operacionais (M€)

	2007	2008	Variação	% Var.
Exploração & Produção	146	122	(24)	(16,3%)
Refinação & Distribuição	582	(174)	(756)	S.S.
Gas & Power	212	216	4	1,8%
Outros	(5)	3	8	S.S.
Resultado operacional	936	167	(768)	(82,1%)
Efeito <i>stock</i>	(318)	517	(835)	S.S.
Resultado operacional RC	618	684	66	10,7%
Eventos não recorrentes	2	9	7	283,3%
Resultado operacional RCA	620	693	73	11,8%
Exploração & Produção	150	141	(9)	(6,0%)
Refinação & Distribuição	261	373	112	43,2%
Gas & Power	215	176	(39)	(18,1%)
Outros	(5)	3	8	S.S.

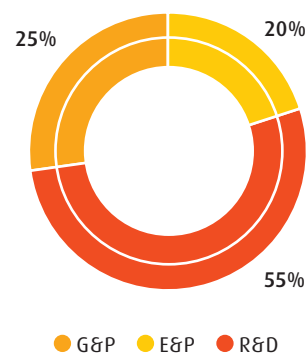
11,8%

O resultado operacional RCA da Galp Energia atingiu os €693 milhões em 2008, um aumento de 11,8% face a 2007

Resultado operacional RCA (M€)



Resultado operacional RCA por segmento de negócio em 2008 (M€)



Os projectos transformacionais da Galp Energia irão permitir o aumento do resultado operacional no futuro



20%

O resultado operacional RCA do segmento de negócio de Exploração & Produção representou 20% dos resultados totais da Galp Energia

Exploração & Produção

O resultado operacional RCA do segmento de negócio Exploração & Produção diminuiu 6,0% em 2008 para os €141 milhões e pesou 20,3% nos resultados operacionais RCA da Galp Energia. O aumento de 38,5% no preço médio de venda foi neutralizado pela redução de 20,1% na produção *net entitlement*, pelo aumento dos custos de produção e pelo aumento das amortizações.

O custo de produção aumentou para os €22,4 milhões ou, em termos unitários, de Usd 5,9/bbl para os Usd 9,0/bbl, devido à diminuição da produção *net entitlement* que reduziu a base de diluição dos custos fixos e ao aumento generalizado dos preços dos equipamentos e serviços associados nos mercados internacionais. Os problemas operacionais no campo BBLT, que induziram uma maior actividade de manutenção, também contribuíram para o aumento dos custos de produção.

As amortizações, excluindo imparidades, aumentaram para €59,7 milhões, ou Usd 24,0/bbl em termos unitários, em comparação com Usd 15,8/bbl em 2007. Este aumento reflectiu a actualização das

reservas de acordo com o estudo da DeMac à data de 31 de Dezembro de 2008.

No Brasil, os trabalhos de avaliação do potencial e da viabilidade económica para a produção de petróleo bruto levaram à devolução à Agência Nacional de Petróleo de 10 blocos *onshore*, oito dos quais operados pela Galp Energia, nas bacias Potiguar e do Espírito Santo. Esta devolução resultou num abate contabilístico e, consequentemente, no reconhecimento de um custo operacional líquido de €9,0 milhões. Foram também contabilizadas imparidades resultantes da perfuração de seis poços secos, com um impacto de €8,6 milhões. Estes dois custos foram considerados eventos não recorrentes.

373M€

O segmento de negócio de Refinação & Distribuição apresentou um resultado operacional RCA de €373 milhões, mais 43,2% que em 2007

Refinação & Distribuição

Em grande medida devido a um efeito *stock* negativo de €552 milhões, o resultado operacional, em IFRS, diminuiu de €582 milhões para um valor negativo de €174 milhões.

Por outro lado, o resultado operacional RCA aumentou €112 milhões, ou 43,2%, em relação a 2007. Esta variação deveu-se ao efeito de *time lag* que resultou de as condições estabelecidas contratualmente para os operadores do mercado português, incluindo o negócio de distribuição de produtos petrolíferos da Galp Energia, demorarem uma semana a reflectir as variações dos preços nos mercados internacionais. O efeito acumulado de *time lag* em 2008 foi de €78 milhões positivos enquanto em 2007 tinha sido de €67,4 milhões negativos, uma vez que o preço dos produtos nos mercados internacionais desceu mais em 2008 do que subiu em 2007. Este efeito permitiu compensar a diminuição da margem de refinação da Galp Energia, que seguiu a tendência das margens de refinação internacionais e acusou o efeito da paragem programada para manutenção da refinaria de Sines.

Em termos unitários, a margem de refinação da Galp Energia diminuiu 19,2% para os Usd 4,4/bbl. Em euros, a redução

foi de 24,7%, para os Eur 3,0/bbl, em consequência da desvalorização do dólar face ao euro. A margem de refinação foi também penalizada pelos consumos e quebras, que representaram cerca de 8,2% da matéria-prima tratada, em linha com o verificado em 2007 mas superior em valor, ou seja, em termos de custos de energia, dado o aumento de cerca de 33,7% do preço do crude em 2008.

Os custos *cash* das refinarias não sofreram praticamente alterações em euros durante 2008, embora em dólares se tivesse registado um aumento de Usd 2,1/bbl para Usd 2,2/bbl.

A actividade de distribuição de produtos petrolíferos contou com a contribuição positiva dos resultados das filiais ibéricas da Agip, especialmente em Espanha, e do negócio das especialidades na Península Ibérica. Também a área internacional de distribuição de produtos petrolíferos aumentou a sua actividade e contribuição para os resultados.

Gas & Power

Em 2008 o resultado operacional RCA diminuiu 18,1% para €176 milhões. O aumento das quantidades vendidas e o aumento do preço do gás natural no mercado internacional não foram suficientes para compensar o efeito da renegociação dos contratos de aquisição de gás natural. Com efeito, no quarto trimestre de 2008 foi conhecida uma decisão arbitral relativa a um dos contratos de aquisição de gás natural, o NLNG+ (cerca de 2.000 milhões de m³/ano), na sequência da qual decorria um processo negocial com o fornecedor. O resultado será uma alteração da fórmula de cálculo do preço de compra do gás com efeitos retroactivos a Maio de 2007, o que originou a contabilização de uma especialização no custo do gás natural no quarto trimestre de 2008, no montante de €112 milhões. Esta especialização foi em parte anulada pela reversão de uma provisão no valor de €9 milhões, pelo que o impacto líquido desta decisão foi de €103 milhões.

Decorre actualmente o processo de renegociação de outro contrato de aquisição de GNL, o NLNG II (cerca de 1.000 milhões de m³/ano), com efeitos retroactivos a Junho de 2007, pelo que a Galp Energia mantém, por razões de prudência, uma provisão de €30 milhões.

Os resultados operacionais do negócio de infra-estrutura do gás natural, nomeadamente a distribuição e armazenagem, aumentaram 8,3% para os €88 milhões, o

que evidenciou a estabilidade dos resultados desta actividade.

O negócio do Power teve em 2008 uma margem unitária de €11,8/MWh, abaixo dos €14,0/MWh de 2007, devido à paragem da central de cogeração da Energin. As vendas de 478 GWh de electricidade à rede foram realizadas a um preço de €105,2/MWh, um aumento de 17,1% face ao ano anterior, em resultado da actualização de tarifas com a cotação do Brent.

Os resultados operacionais do negócio de infra-estrutura do gás natural – distribuição e armazenagem – aumentaram 8,3% para os €88 milhões, o que evidenciou a estabilidade dos resultados desta actividade

Resultados de empresas associadas

O resultado das empresas associadas atingiu em 2008 os €48 milhões. Deste montante, as participações financeiras nos gasodutos internacionais (EMPL, Metragaz, Gasoducto Al Andalus e Gasoducto Extremadura) geraram €39,7 milhões, um aumento de 6,2% face ao ano anterior.

No entanto, estes resultados foram €12 milhões inferiores aos de 2007, que beneficiaram de uma mais-valia proveniente da venda de activos.

Resultados de investimento

Em 2008 não houve praticamente resultados de investimento. Em 2007 tinham sido de €21 milhões que correspondiam basicamente a um evento não recorrente relacionado com o acerto do preço de venda dos activos de gás natural à REN no terceiro trimestre de 2006.

Resultados financeiros

Os resultados financeiros negativos no montante de €61 milhões em 2008 representaram um agravamento de €18 milhões relativamente a 2007. As razões desta variação foram o aumento

da taxa de juro média da dívida, que passou de 4,63% em 2007 para 5,10% em 2008, e o aumento da dívida média, de €836 milhões para €1.134 milhões.

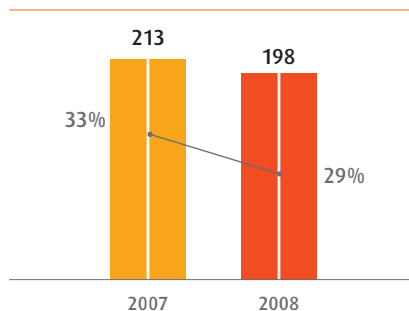


Central de Cogeração da Energin, em operação desde 2002, com uma capacidade instalada de 42MW

Impostos

A rubrica de impostos sobre o rendimento em IFRS apresentou uma redução anual de €216 milhões, resultante da redução do valor dos *stocks* e das condições de exploração do ano de 2008, que se reflectiram nos resultados antes de impostos em IFRS. No entanto, a alteração do critério valorimétrico de existências, resultante da Lei n.º 64/2008 originou um acréscimo de impostos de €33,8 milhões.

Imposto sobre o rendimento RCA (M€)

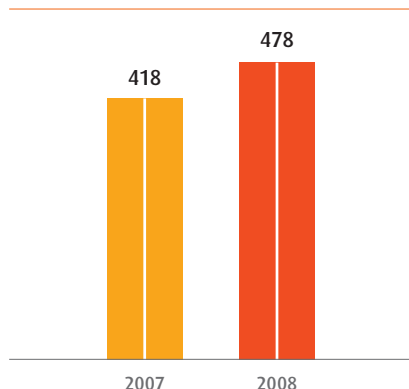


● Taxa efectiva de imposto (%)

Impostos (M€ excepto indicação em contrário)

	2007	2008	Variação	% Var.
Imposto sobre o rendimento em IFRS	249	33	(216)	(86,8%)
Taxa efectiva de imposto	26%	21%	(4,3 p.p.)	s.s.
Efeito <i>stock</i>	(38)	162	(199)	s.s.
Imposto sobre o rendimento RC	211	195	(17)	(7,9%)
Eventos não recorrentes	1	3	2	(216,8%)
Imposto sobre o rendimento RCA	213	198	(14)	(6,8%)
Taxa efectiva de imposto	33%	29%	(4,3 p.p.)	s.s.

Resultado líquido RCA (M€)



Relativamente às outras componentes da rubrica de impostos, o IRP diminuiu €11,6 milhões para €53,0 milhões, devido à redução da produção *net entitlement* em 2008.

A taxa efectiva de imposto em IFRS foi de 21,3% em 2008, em comparação com os 25,6% de 2007.

A taxa efectiva de imposto RCA foi 29,1%, uma diminuição em relação aos 33,4% do ano anterior. Excluindo o IRP, a taxa efectiva em 2008 teria sido de 23,1% contra 25,9% em 2007.

Resultado líquido

O resultado líquido em IFRS de 2008 foi de €117 milhões, ou seja, 83,8% inferior ao do período homólogo. Este decréscimo deveu-se ao sinal contrário do efeito de *stock*: enquanto em 2008 o efeito de *stock* foi negativo, o que implicou uma desvalorização de existências, em 2007 tinha-se assistido à situação contrária.

O resultado líquido RCA atingiu €478 milhões, mais 14,2% do que em 2007, ainda que em termos operacionais este aumento tenha sido de 11,8%. Apesar do agravamento dos resultados financeiros, que resultou do aumento das taxas de juro, do aumento da dívida e de um menor contributo dos resultados de empresas associadas, estes efeitos foram em parte compensados por uma redução do valor do imposto em termos ajustados.

+14%

O resultado líquido RCA da Galp Energia aumentou 14% em 2008, para os €478 milhões, suportado por uma boa *performance* do segmento de negócio Refinação & Distribuição, que contribuiu positivamente para o aumento do resultado operacional, e por uma redução do imposto sobre o rendimento

Investimento

Em 2008, o investimento atingiu os €1.560 milhões, mais €1.094 milhões do que em 2007.

Cerca de €196 milhões foram canalizados para o segmento de negócio Exploração & Produção, nomeadamente (i) €110 milhões para os trabalhos no bloco 14, em particular no desenvolvimento do campo Tômbua-Lândana e no BBLT e na avaliação da descoberta Lucapa, (ii) €13 milhões para a realização e avaliação de poços de exploração no bloco 32 em Angola, (iii) €27 milhões para as actividades de exploração no *offshore* do Brasil, incluindo a perfuração dos poços Júpiter, Bem-te-vi e Iara e para a preparação do teste de longa duração a realizar no campo Tupi a partir do segundo trimestre de 2009, (iv) €10 milhões para os bónus pagos na nona rodada de licitações, (v) €18 milhões para as actividades de exploração no Brasil *onshore* nas bacias de Potiguar e Espírito Santo, com a realização de 21 poços de exploração que deram origem a nove descobertas e (vi) €14 milhões para as actividades de exploração em Moçambique, Timor-Leste e Portugal, que contemplaram a aquisição sísmica 2D e 3D para posterior interpretação.

Na actividade de Refinação & Distribuição foram investidos €1.245 milhões, mais €1.076 milhões do que em 2007 e cerca de 80% do investimento total do ano. O investimento neste segmento de negócio destinou-se maioritariamente à aquisição do negócio ibérico de distribuição de produtos petrolíferos da Agip e da ExxonMobil, num montante de

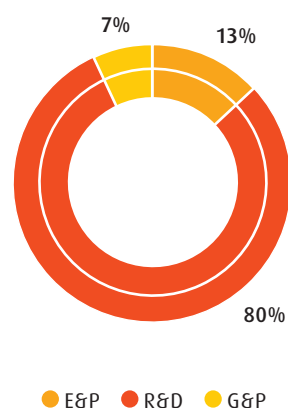
Investimento (M€)

	2007	2008	Variação	% Var.
Exploração & Produção	193	196	3	1,7%
Refinação & Distribuição	168	1.245	1.076	639,1%
Gas & Power	103	116	13	12,5%
Outros	1	2	1	174,2%
Total	466	1.560	1.094	234,9%

€752 milhões, ao projecto de conversão em que se iniciou a aquisição dos equipamentos principais, entretanto adjudicados, em especial os reactores para o *hydrocracker* de Sines, à paragem programada para manutenção da refinaria de Sines, no montante de €57,5 milhões, e à aquisição da concessão do terminal de graneis líquidos (TGL) do porto de Sines.

No segmento de negócio Gas & Power, o investimento totalizou €116 milhões e foi canalizado para o prolongamento da rede secundária de distribuição de gás natural numa extensão de cerca de 704 km e para a ligação de 52 mil clientes de gás natural, novos e convertidos. Mais especificamente no Power, foram realizados investimentos finais na cogeração instalada na refinaria de Sines, que tem data de início de operação prevista para o primeiro trimestre de 2009 e na cogeração que será instalada junto à refinaria do Porto, cujo contrato de EPC foi assinado em Dezembro.

Investimento por segmento de negócio em 2008



Obras de construção do projecto de conversão na refinaria do Porto, que visa o aumento da produção de gasóleo

Análise da estrutura de capital

No ano de 2008, o activo fixo aumentou €1.297 milhões para os €3.881 milhões, reflectindo, o investimento que se realizou durante o ano, com particular destaque para as aquisições das filiais Ibéricas da Agip e da ExxonMobil, no montante de €752 milhões.

Balanço consolidado (M€ excepto indicação em contrário)

	Dezembro 31, 2007	Dezembro 31, 2008	Variação
Activo fixo	2.584	3.881	1.297
Stock estratégico	582	480	(103)
Outros activos (passivos)	(151)	(29)	122
Fundo de maneo	89	(249)	(338)
	3.104	4.082	978
Dívida de curto prazo	336	687	351
Dívida de longo prazo	505	1.304	799
Dívida total	841	1.991	1.149
Caixa e equivalentes	107	127	20
Dívida líquida	734	1.864	1.129
Total do capital próprio	2.370	2.219	(151)
Capital empregue	3.104	4.082	978
<i>Net debt to equity</i>	31%	84%	53,0 p.p.

O valor do *stock* estratégico diminuiu €103 milhões face a 31 de Dezembro de 2007 para €480 milhões. Esta diminuição reflecte a descida das cotações dos produtos petrolíferos nos mercados internacionais durante este período. Esta descida teve um impacto directo na valorização unitária das obrigações estratégicas, com as maiores variações a ocorrerem nos destilados médios e na gasolina.

Os outros activos e passivos aumentaram €122 milhões face ao final de 2007. Este aumento reflecte essencialmente (i) a diminuição de rubricas de passivo como o imposto diferido passivo na ordem dos €111 milhões, em resultado da alteração para CMP do critério contabilístico para valorização das existências consumidas e (ii) o aumento do imposto diferido activos relativos a prejuízos fiscais a deduzir a lucros futuros.

O fundo de maneo atingiu um valor negativo de €249 milhões, uma redução de €338 milhões face ao final de 2007.

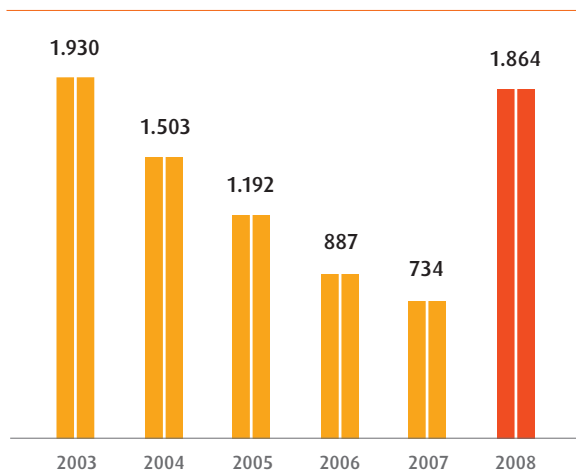
Esta variação traduziu sobretudo uma diminuição do saldo de clientes e dos *stocks* operacionais em linha com a diminuição dos preços do crude e dos produtos petrolíferos nos mercados internacionais. Outro factor importante foi o aumento dos fornecedores de imobilizado, dado o investimento na cogeração de Sines e no projecto de conversão das refinarias.

A dívida líquida aumentou para €1.864 milhões, face a €734 milhões no final de Dezembro do ano anterior.

O aumento registado na dívida está relacionado com o intensificar do programa de investimento da Empresa, em particular com as aquisições das filiais Ibéricas da Agip e da ExxonMobil, que se

No período de 2003 a 2007 a dívida líquida da Galp Energia apresentou uma redução considerável. Já em 2008, fruto da intensificação do programa de investimentos da Empresa, nomeadamente as aquisições das filiais Ibéricas da Agip e da ExxonMobil, no montante de €752 milhões, observou-se um aumento da dívida líquida para os €1.864 milhões, aproximando-se dos níveis do ano de 2003.

Dívida líquida (M€)





concluíram durante 2008, no montante total de €752 milhões.

O rácio *net debt to equity* aumentou 53 pontos percentuais face a Dezembro de 2007 para os 84% no final de 2008.

A vida média da dívida diminuiu de 2,75 anos no final de Dezembro de 2007 para 2,68 anos no final de Dezembro de 2008, 3,70 anos se considerarmos apenas a vida de longo prazo, dada a contratação no final do ano de empréstimos no montante de €450 milhões com vencimento em 2011.

No final de Dezembro, 66% da dívida total era de longo prazo contra os 60% registados no final de Dezembro de 2007, o que

resultou da contratação de novos empréstimos. Do total da dívida de longo prazo, 68% estava contratada a taxa variável. No final de 2007 esta percentagem era de 74%, sendo que a variação resultou da contratação de empréstimos a taxa fixa no montante de €350 milhões.

Em relação ao ano de 2007, o custo médio da dívida aumentou 47 pontos base para os 5,10%, em linha com o aumento das taxas de juro de referência.

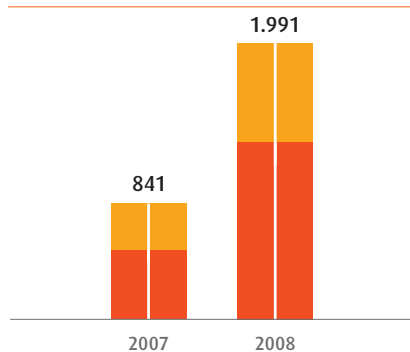
No final de Dezembro de 2008, a Galp Energia não tinha dívida em dólares.

A dívida líquida atribuível aos interesses minoritários era, a 31 de Dezembro de 2008, de €35,3 milhões.



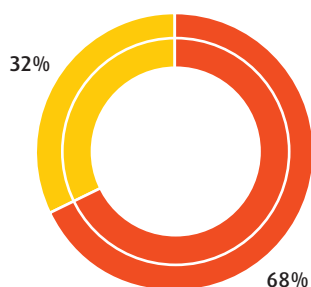
Sede da Galp Energia, Lisboa

Dívida por tipo de prazo (M€)



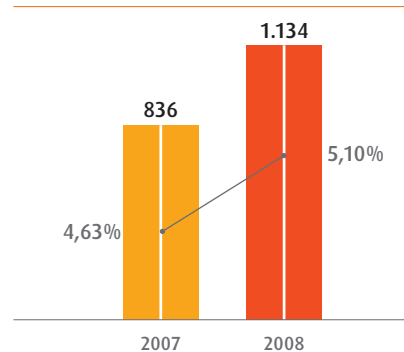
● Longo prazo ● Curto prazo

Dívida por tipo de taxa em 2008



● Taxa variável ● Taxa fixa

Dívida média (M€)



● Taxa de juro (%)

04

Riscos principais

O nosso plano estratégico está em curso, num contexto difícil que nos obriga a sermos prudentes e rigorosos; daí a necessidade de adaptarmos a evolução e o alcance dos projectos em curso a uma realidade em permanente evolução.



Riscos enfrentados pela Galp Energia

Os negócios, resultados e situação financeira da Galp Energia podem ser afectados por variados riscos. Nem todos os riscos enunciados neste capítulo estão sob o controlo da Galp Energia e poderão existir outros que não estão aqui mencionados

As actividades e os resultados da Galp Energia estão sujeitos aos riscos das circunstâncias concorrenciais, económicas, políticas, jurídicas, regulamentares, sociais, sectoriais, financeiras e dos negócios em geral se alterarem. Os investidores devem considerar cuidadosamente estes riscos uma vez que eles podem ter um efeito negativo substancial, separada ou conjuntamente, nos resultados das actividades da Galp Energia e na sua situação financeira. As medidas tomadas pela administração da Empresa para mitigar alguns destes riscos são identificadas, sempre que tal for apropriado. Além disso, a Galp Energia pode ser afectada negativamente por riscos diferentes dos que se enunciam a seguir.

Riscos de mercado

A actividade da Galp Energia está sujeita a vários tipos de risco de mercado, nomeadamente à flutuação dos preços do petróleo, gás natural e produtos petrolíferos, à flutuação das taxas de câmbio e à concorrência de empresas que actuam no sector da energia

Flutuações dos preços do petróleo, do gás natural e dos produtos petrolíferos

Os preços do petróleo, do gás natural e dos produtos petrolíferos são afectados pela oferta e pela procura. Entre os factores que condicionam a oferta e a procura contam-se as questões operacionais, os desastres naturais, o tempo, a instabilidade e os conflitos políticos, as circunstâncias económicas e as acções dos principais países exportadores de petróleo.

Uma descida substancial do preço do petróleo ou do gás natural pode ter um efeito negativo substancial nos resultados das actividades ou na situação financeira da Galp Energia, em especial no seu segmento de negócio Exploração & Produção, ao reduzir a probabilidade das reservas descobertas serem recuperadas economicamente e ao diminuir os preços realizados com a produção. Além disso, preços mais baixos de petróleo também podem reduzir a quantidade de petróleo que a Empresa poderá produzir economicamente ou reduzir a viabilidade económica de projectos para a produção de petróleo que estejam planeados ou

em desenvolvimento. A Galp Energia também detém *stocks* de crude, de outras matérias-primas, de produtos petrolíferos refinados e de gás natural cujo valor é afectado negativamente por descidas nos preços de mercado.

Um aumento dos preços do petróleo e do gás natural também pode afectar negativamente os resultados das actividades e a situação financeira da Empresa, uma vez que aumentaria a parcela significativa de despesas relativas à compra de petróleo e de gás natural. Embora os preços que a Galp Energia cobra aos seus clientes reflectam de um modo geral os preços de mercado do petróleo e do gás natural, os preços podem não se ajustar imediatamente ou reflectir inteiramente aumentos nos preços de mercado em mercados voláteis, especialmente quando se trata de preços praticados no mercado regulado do gás natural. Alterações de preços significativas entre a compra de petróleo ou de outra matéria-prima e a venda de produtos petrolíferos refinados podem, assim, ter um efeito negativo substancial no negócio, na situação financeira e nos resultados das actividades da Galp Energia.



Embora uma subida ou uma descida do preço do petróleo resulte de um modo geral numa subida ou numa descida correspondente no preço da maioria dos produtos refinados da Galp Energia, as alterações dos preços dos produtos refinados estão geralmente desfasados em relação às subidas ou descidas dos preços do petróleo. Por conseguinte, um aumento rápido e significativo do preço de mercado do petróleo poderia ter um efeito negativo nas margens de refinação. Além disso, pode dar-se o caso de, a certa altura, não existir uma correlação entre o preço do petróleo e as margens de refinação.

A Galp Energia gere e mitiga o risco do preço das matérias-primas acompanhando a sua posição global líquida de matérias-primas e equilibrando as suas obrigações de compra e de fornecimento. Em especial, a Galp Energia gere o período de fixação do preço de modo a obter, no final de cada mês, o preço médio do *Brent dated* desse mês, independentemente dos dias efectivos de fixação do preço. A Empresa procura atingir este

objectivo efectuando diariamente compras e/ou vendas de futuros de petróleo com base na diferença entre o preço actual e a média do *Brent dated* de cada mês. Por consequência, as compras da Galp Energia estão repartidas ao longo do mês com base nos preços de mercado sem que isso afecte o padrão de compras físicas. A Galp Energia contrata estas coberturas dos preços através da Intercontinental Exchange (ICE) em Londres.

A produção de petróleo da Galp Energia em Angola é coberta nos mercados bilaterais OTC (*over-the-counter*) através do mesmo método para nivelar o período de fixação do preço da venda de petróleo produzido. Este método resulta no nivelamento do preço por um período até um ano.

Para se proteger das movimentações dos preços entre os produtos exportados e o petróleo ou produtos petrolíferos adquiridos, a Galp Energia fixa a margem de parte das exportações, numa base mensal. Estas coberturas são realizadas através de *swaps* e contratos de futuros.

A Galp Energia gere e mitiga o risco do preço das matérias-primas e da sua produção de crude em Angola

O sector da energia é altamente concorrencial em todo o globo. A Galp Energia está sujeita a pressões concorrenciais em muitas partes significativas do seu negócio, incluindo no acesso a matérias-primas como as reservas de petróleo e gás natural

Flutuações nas taxas de câmbio

As actividades da Galp Energia estão expostas a flutuações nas taxas de câmbio, em especial do dólar contra o euro, a moeda em que apresenta contas. Os preços de negociação do petróleo, do gás natural e da maior parte dos produtos refinados e, consequentemente, uma parcela significativa dos custos e proveitos da Galp Energia são de um modo geral denominados em dólares ou indexados à moeda americana, enquanto as demonstrações financeiras são elaboradas em euros. Por conseguinte, uma desvalorização do dólar em relação ao euro pode ter um efeito negativo nos resultados apresentados pela Galp Energia, uma vez que diminui o valor dos lucros gerados em dólares ou indexados ao dólar. Além disso, flutuações do euro contra o dólar podem ter um impacto negativo em certas rubricas do balanço como *stocks* e empréstimos.

Como se trata de um risco de denominação que é função de outras variáveis, tais como os preços do petróleo e do gás natural, a Galp Energia tem sido sempre muito prudente na cobertura deste risco, uma vez que há coberturas naturais no balanço ou nos fluxos financeiros. O grau de exposição dos fluxos financeiros e especialmente de certas rubricas do balanço é função dos preços do petróleo e do gás natural. A Galp Energia olha mais para a sua exposição cambial líquida total do que para cada operação individual em que está exposta a risco cambial. O objectivo da gestão de risco cambial da Galp Energia é limitar a incerteza criada pelas alterações das taxas de câmbio em relação a esta exposição cambial líquida. A cobertura de créditos e débitos com base na especulação do mercado não é permitida. As exposições cambiais residuais são

acompanhadas caso a caso. No negócio de gás natural da Galp Energia o risco cambial é gerido alinhando a taxa do euro-dólar das facturas a pagar a fornecedores com a taxa do euro-dólar aplicável às facturas a receber dos clientes. A Galp Energia usa esta estratégia de um modo coerente desde 2000.

Concorrência

O sector da energia é altamente concorrencial em todo o globo. A Empresa está sujeita a pressões concorrenciais em muitas partes significativas do seu negócio, incluindo no acesso a matérias-primas como as reservas de petróleo e de gás e as matérias-primas para as refinarias, na venda de produtos a clientes, no desenvolvimento de soluções e produtos inovadores, incluindo o desenvolvimento de novas tecnologias e na procura de colaboradores com as qualificações e a experiência de que a Galp Energia precisa. Quando procura acesso a reservas, o seu segmento de negócio de Exploração & Produção depara com concorrência tanto das petrolíferas nacionais como internacionais, que controlam uma parte substancial das reservas mundiais. O negócio de comercialização a retalho e por grosso de produtos petrolíferos pela Galp Energia na Península Ibérica também é altamente concorrencial, sabendo-se que concorrentes bem estabelecidos têm quotas importantes daquele mercado. Entre os concorrentes da Galp Energia contam-se empresas de petróleo, de gás e de electricidade, multinacionais ou estatais, com recursos financeiros significativamente mais vastos e mais experiência internacional. A incapacidade de se analisar, compreender ou responder adequadamente ao ambiente concorrencial pode ter impacto na situação financeira da Galp Energia.



Em 2008 o dólar atingiu o mínimo histórico face ao euro



A execução do plano estratégico da Galp Energia está, numa medida significativa, dependente da conclusão de projectos dentro do orçamento, dos custos e em conformidade com as especificações

Risco operacional

Entre os riscos operacionais a que a Galp Energia está sujeita, contam-se entre outros, os riscos de não conclusão de projectos, do desenvolvimento de reservas e da dependência de terceiros

Conclusão de projectos

A execução do plano estratégico da Galp Energia está, numa medida significativa, dependente da conclusão de projectos dentro do orçamento, dos custos e em conformidade com as especificações. A conclusão destes projectos está sujeita a riscos de saúde, de segurança e de ambiente, assim como a riscos técnicos, comerciais, jurídicos, económicos e de construção. Os projectos podem atrasar-se ou serem mal sucedidos por muitas razões, incluindo: derrapagens de custos e de prazos na fase de construção; incumprimento de requisitos jurídicos e regulamentares; falta de equipamentos; disponibilidade, competência e capacidade de recursos humanos e de construtores; cortes de energia imprevistos; dificuldades mecânicas e técnicas. Os projectos também podem exigir a utilização de tecnologias novas e avançadas que podem ter um custo elevado de desenvolvimento, de aquisição e de implementação e podem não funcionar como se esperava. Estes obstáculos potenciais podem prejudicar a conclusão destes projectos e, por sua vez, afectar negativamente o desempenho operacional e a situação financeira da Galp Energia, incluindo o efeito financeiro da incapacidade de cumprir compromissos contratuais relacionados com a conclusão do projecto.

Crescimento e estimativa das reservas e dos recursos

A produção futura de petróleo e de gás da Galp Energia está dependente do êxito que a Empresa tiver com a descoberta, na aquisição e no desenvolvimento de novas reservas. Normalmente, a taxa de produção dos reservatórios de gás natural e de petróleo decresce à medida que as reservas se vão esgotando. A Galp Energia tem de substituir estas reservas esgotadas com novas reservas provadas, de um modo regular e com economia de custos. Este processo de substituição pode ser afectado por uma série de factores entre os quais: barreiras ao acesso a novas áreas de exploração; interpretação errónea de dados geológicos e de engenharia; circunstâncias de perfuração inesperadas ou falhas de equipamentos; recursos inadequados incluindo sondas de perfuração, pessoal especializado, construtores e materiais; e perturbações na boa implementação do programa de perfuração. Não existem garantias de que a Galp Energia terá êxito nas suas actividades de exploração e de desenvolvimento ou na compra de reservas provadas ou que, caso tenha êxito, as descobertas ou as compras que daí resultem sejam suficientes para repor as reservas actuais ou para cobrir os custos de exploração. Se não tiver êxito,



Central de cogeração da refinaria de Sines, que iniciará a actividade em 2009



No desenvolvimento de reservas a incapacidade de se escolher o conceito de desenvolvimento adequado pode expor os projectos a riscos e custos adicionais

a Galp Energia não cumprirá as metas de produção e as reservas provadas totais irão diminuir, o que terá um efeito negativo nos resultados futuros das suas actividades e na sua situação financeira.

Existem inúmeras incertezas na estimativa de reservas de petróleo e de gás. As reservas são estimadas utilizando a informação geológica, técnica e económica disponível. Este processo comporta juízos informados e as estimativas de reservas não são, por isso, medições exactas e podem estar sujeitas a revisão. As estimativas de reservas publicadas podem também estar sujeitas a correcção na aplicação de regras e orientações publicadas.

Desenvolvimento de reservas

Após a identificação de oportunidades de exploração ou de novos projectos, são realizadas certas actividades antes da administração tomar uma decisão de investimento ou, de outro modo, autorizá-lo. Estas actividades incluem a comercialização, estudos de viabilidade e a selecção e a definição do conceito. Existem uma série de riscos durante as fases de pré-sanção, incluindo riscos subaquáticos ou de subsolo, de engenharia, comerciais e regulamentares. O risco principal anterior à sanção é a capacidade de se avaliar com exactidão a duração e o custo do projecto. A incapacidade de se escolher o conceito de desenvolvimento mais adequado com base na plena compreensão do “ciclo de vida” do projecto pode expor os projectos a riscos e custos adicionais.

Se não tiver êxito na celebração de acordos comerciais de longo prazo apropriados, especialmente os relacionados com o transporte e venda de gás e de GNL, a Galp Energia pode não ser capaz de comercializar as suas reservas e assim afectar negativamente o *cash flow* e os proveitos da Empresa. Se a Galp Energia não adoptar uma estratégia apropriada de aprovisionamento e de gestão de projectos, poderá experimentar contratempos na programação e no custo do projecto.

Constituem riscos regulamentares principais na fase de pré-sanção a incapacidade de negociar acordos apropriados, quando necessário, com governos locais, a falta de compreensão da estrutura regulamentar do país e a incapacidade de obter as autorizações, licenças ou aprovações relevantes das autoridades locais competentes para a execução ou a exploração de certos trabalhos.

Dependência de terceiros

A Galp Energia está dependente, numa parte substancial das suas actividades de acesso continuado a petróleo, gás natural e outras matérias-primas e de fornecimentos a preços apropriados. Em particular, a Galp Energia está em larga medida dependente do aprovisionamento de gás natural da Sonatrach, da Argélia, e de GNL da Nigéria LNG, da Nigéria. O acesso pela Empresa às actuais fontes de petróleo, gás natural e outras matérias-primas pode ser interrompido como resultado de, entre outras coisas, acontecimentos políticos com efeitos estruturais no sector, capacidade limitada de gasodutos ou outros problemas no transporte de quantidades suficientes de petróleo e de gás natural das fontes actuais (incluindo roturas de gasodutos, danos em petroleiros, explosões, incêndios, circunstâncias climáticas adversas, sabotagem, restrições governamentais, hostilidades regionais e outros incidentes e casos de força maior). Problemas ou demora no acesso a gás natural ou a outras matérias-primas poderão afectar os custos de aprovisionamento, especialmente se a Galp Energia for obrigada a abastecer-se de GNL no mercado à vista (*spot*), o que poderá revelar-se difícil dada a oferta escassa de gás natural no mercado e certamente mais dispendioso do que a preços contratados de gás natural ou de GNL. Embora a Galp Energia não tenha experimentado nenhuma



O terminal marítimo de Sines é o principal porto na fachada Ibérico-Atlântica

falha significativa no abastecimento de matérias-primas, não pode ser garantido que não experimentará interrupções no futuro e que seria capaz de compensar eventuais desvios ou falhas de entregas. Problemas ou atrasos no acesso às matérias-primas necessárias para o negócio da Empresa podem ter um efeito negativo substancial no seu negócio, na sua situação financeira ou nos resultados das suas actividades.

Actividades eficientes

A integridade dos activos da Galp Energia pode ser afectada por uma série de factores, incluindo encerramentos imprevistos ou falhas dos equipamentos. A incapacidade de se dispor de sistemas e processos robustos em toda a Empresa pode influir negativamente na disponibilidade das instalações, nos volumes de produção e, em última análise, no *cash flow*. A incapacidade de se ter uma boa integridade dos activos e boas práticas de segurança dos processos poderá ter como resultado um incidente de segurança ou ambiental. A Empresa conduz muitas vezes actividades conjuntas com parceiros de negócio e alguns activos estão sob a gestão diária destes parceiros o que pode expô-los a riscos que estão fora do controlo da Galp Energia. A localização de algumas das actividades da Empresa pode expô-las a riscos naturais como furacões, inundações e tremores de terra, qualquer um dos quais poderá ter um efeito negativo substancial na capacidade da Empresa de entregar os seus produtos ou prestar os seus serviços. Segmentos específicos das actividades da Empresa estão sujeitos a determinados riscos operacionais e de produção. No segmento de negócio de Exploração & Produção, a incapacidade de se adoptar a estratégia correcta de exploração dos reservatórios e de gestão dos poços poderá afectar negativamente a recuperação das reservas do campo e, consequentemente, reduzir a rentabilidade de longo prazo e o *cash flow*.

Saúde, segurança e ambiente

Dada a amplitude e a complexidade das actividades da Galp Energia, os riscos potenciais nesta área são vastos. Estes riscos incluem incidentes importantes na segurança dos processos, a incapacidade de cumprir políticas aprovadas, efeitos de desastres naturais e de epidemias, instabilidade social, guerra civil e terrorismo, exposição a riscos operacionais genéricos, saúde e segurança pessoal e actividades

criminosas. Um incidente importante deste tipo poderá causar ferimentos ou perda de vida, danos ao ambiente ou destruição de instalações, cada um dos quais poderá ter um efeito substancial na Galp Energia. Conforme a sua causa e gravidade, poderão afectar a boa reputação, o desempenho operacional e a situação financeira da Galp Energia. As emissões de gases com efeito de estufa e as alterações climáticas associadas são riscos reais para a Empresa e para a sociedade em geral. No futuro, se a Galp Energia for incapaz de encontrar soluções para a emissão de CO₂ de projectos novos e existentes, a regulamentação governamental e as críticas da sociedade poderão levar a demoras nos projectos, a custos adicionais e a riscos de cumprimento e operacionais. No caso de se concretizarem, estes riscos poderão afectar o desempenho operacional e a situação financeira da Galp Energia.

Qualidade dos produtos

O fornecimento aos clientes de produtos em conformidade com as especificações é um aspecto crítico para que a Galp Energia mantenha a sua licença de exploração e a sua boa reputação no mercado. A incapacidade de satisfazer os padrões de qualidade do produto ao longo da cadeia de valor poderá causar danos a pessoas e ao ambiente, assim como a perda de clientes.

Dada a amplitude e a complexidade das actividades da Galp Energia, os riscos potenciais na área de saúde, segurança e ambiente são vastos



As sinalizações de segurança são frequentes dentro das refinarias



A capacidade da Galp Energia de atrair, manter, motivar e organizar os seus colaboradores será um factor determinante de sucesso futuro

Recursos humanos

A boa execução da estratégia de negócio da Galp Energia depende das qualificações e dos esforços dos seus colaboradores e das suas equipas de gestão. O êxito no futuro dependerá em larga medida da continuação da capacidade da Empresa em atrair, reter, motivar e organizar o seu pessoal

altamente qualificado. Esta capacidade será, por sua vez, influenciada pela concorrência por recursos humanos. Se perder os serviços de pessoas chave ou se for incapaz de atrair e reter empregados com a experiência e as capacidades certas, a Galp Energia poderá pôr em perigo o nível do seu desempenho.



Conformidade

Esta área de riscos envolve nomeadamente o risco de alterações de impostos e tarifas a que a Empresa está sujeita, a alteração de políticas e regulamentos nos países onde a Galp Energia opera e os riscos decorrentes da responsabilidade empresarial.

Impostos e tarifas

A Galp Energia desenvolve a sua actividade em vários países em todo o mundo e qualquer destes países pode modificar a sua legislação fiscal de modo a que possa afectar negativamente a Empresa. A Galp Energia está sujeita a, entre outros, impostos sobre o rendimento das sociedades, impostos sobre a energia, impostos de rendimento do petróleo, sobretaxas alfandegárias e impostos indirectos, que podem afectar proveitos e resultados. Além disso, a Galp Energia está exposta a alterações de regimes fiscais relativos a *royalties* e impostos sobre a produção de petróleo e de gás. Alterações significativas nos regimes fiscais de países em que a Empresa exerce a sua actividade ou no nível de *royalties* sobre a produção poderão ter um efeito negativo substancial nos resultados das actividades e na situação financeira da Galp Energia. Além disso, na fixação ou na alteração das tarifas aplicáveis às actividades da

Galp Energia, em particular as tarifas para a distribuição ou a venda de gás natural aos seus clientes ao abrigo das licenças de último recurso, os reguladores podem não ter em consideração o efeito completo das variações do preço de compra do gás natural e outros factores que afectam a rentabilidade. Alterações desfavoráveis nestas tarifas, incluindo alterações aos custos que podem ser reconhecidos como custos de exploração ao abrigo das tarifas aplicáveis à venda de produtos, tais como despesas de investimento, custos de matérias-primas, incentivos à redução de custos e factores de eficiência, poderão ter um efeito desfavorável no negócio, na situação financeira ou nos resultados das actividades da Galp Energia.

Riscos políticos, regulamentares e económicos

As principais actividades de exploração e de produção da Galp Energia estão



As acções de formação e sensibilização junto dos colaboradores da Empresa contam com elevadas assistências

localizadas em países fora da Europa com economias em desenvolvimento ou envoltentes políticas e regulamentares que foram, por vezes, instáveis no passado. A Galp Energia também se abastece de gás natural na Argélia e na Nigéria para o seu negócio de comercialização de gás natural assim como vende produtos petrolíferos em países africanos. Por consequência, uma parcela dos proveitos da Empresa provém e provirá cada vez mais, ou estará dependente de, países com riscos económicos e políticos, incluindo expropriação e nacionalização de bens, aumentos de impostos e de *royalties*, imposição de limites à produção e a volumes de exportação ou de importação, renegociação obrigatória de contratos, atrasos nos pagamentos, restrições à convertibilidade de moeda, conflito civil e actos de guerra ou de terrorismo. Em particular, alterações regulamentares em questões como a concessão de interesses de exploração e de produção, a imposição de obrigações específicas de perfuração ou de exploração, restrições à produção e às exportações, controlo de preços, medidas ambientais, controlo do desenvolvimento e do abandono de campos e de instalações e riscos relativos a alterações em regimes e políticas locais de governo poderão também afectar negativamente o negócio de exploração e de produção da Galp Energia. Embora não tenha experimentado no passado perturbações significativas como resultado de instabilidade económica ou política, perturbações futuras poderão afectar negativamente o negócio, a situação financeira e os resultados das actividades da Galp Energia.

A envolvente de negócios em alguns países onde a Galp Energia exerce a sua actividade é relativamente desregulamentada e a cultura empresarial não reflecte em todos os aspectos as normas vigentes na Europa Ocidental. A Galp Energia considera que respeita as normas internacionais em todos os países em que exerce a sua actividade. No entanto, quaisquer irregularidades que possam ser descobertas ou alegadas poderão ter um efeito negativo substancial na capacidade da Galp Energia em conduzir os seus negócios ou no valor das suas acções.

Envolvimento das partes interessadas

Um conjunto de partes interessadas (incluindo colaboradores, investidores, meios de comunicação, governos, grupos da sociedade civil, organizações não governamentais e os que vivem nas

comunidades locais afectadas pelas actividades da Galp Energia) tem interesses legítimos no negócio da Empresa. A boa reputação da Empresa e/ou a cotação das suas acções poderão ser afectadas por um envolvimento inapropriado ou inadequado das partes interessadas, incluindo por exemplo: a incapacidade de se desenvolver estratégias pró-activas de envolvimento das partes interessadas, envio de mensagens incoerentes a parceiros chave sobre os objectivos e a estratégia do negócio; incapacidade de dar explicações adequadas quando as metas de desempenho não são atingidas ou se o desempenho é entendido como fraco relativamente ao dos concorrentes; e respostas inadequadas a uma crise (incluindo dificuldades nos mercados financeiros como uma OPA hostil) ou a um incidente grave de saúde, segurança e ambiente que possam ocorrer.

Responsabilidade empresarial

A incapacidade da Galp Energia em implementar os seus princípios do negócio e/ou quaisquer investigações em curso que possam prejudicar a Galp Energia poderão influir na boa reputação da Empresa e/ou na cotação das suas acções. Cada um dos riscos seguintes poderá afectar a capacidade da Empresa de concluir projectos no prazo e dentro do orçamento previstos e assim prejudicar a boa reputação da Galp Energia: (i) incapacidade de considerar e gerir impactos ambientais, consequências sociais e direitos humanos nas decisões de investimento e nas políticas de preços, no planeamento de projectos e na gestão operacional; (ii) incapacidade de identificar as expectativas das partes interessadas; e *governance* e (iii) controlos internos fracos, incluindo a implementação ineficaz de políticas anti-corrupção.

A Galp Energia desenvolve a sua actividade de acordo com as melhores práticas internacionais em vários países em todo o mundo



Os colaboradores da área de Gas & Power ajudaram a reconstruir uma colónia de férias



A política de gestão de risco da taxa de juro da Galp Energia visa reduzir a exposição às taxas variáveis de fixação da taxa de juro de parte da dívida por utilização de instrumentos derivados simples

Tesouraria, crédito e seguros

Os riscos financeiros incluem entre outros, os riscos de alteração de taxas de juro e falta de liquidez, o risco de crédito, dos planos de reforma e de seguros.

Risco de taxa de juro e de liquidez

Os custos de financiamento da Galp Energia podem ser significativamente afectados pela volatilidade das taxas de juro. A Empresa também está exposta a riscos de liquidez, incluindo os riscos associados ao refinanciamento de empréstimos à medida que eles se vencem, o risco de não haver linhas de crédito disponíveis para fazer face a necessidades de tesouraria e o risco de activos financeiros não poderem ser prontamente convertidos em dinheiro sem perda de valor. A incapacidade de gestão dos riscos financeiros poderá ter um efeito substancial na tesouraria, no balanço e na situação financeira da Galp Energia.

A posição total de taxa de juro da Galp Energia, incluindo aplicações financeiras e dívida, é acompanhada pela unidade central responsável pelas unidades de negócio. A exposição ao risco de taxa de juro está principalmente relacionada com a dívida remunerada no balanço e com derivados de taxa de juro. O objectivo da gestão do risco de taxa de juro é reduzir a volatilidade dos encargos financeiros na demonstração de resultados. A política de gestão do risco de taxa de juro da Galp Energia visa reduzir a exposição às taxas variáveis através da fixação da taxa de juro de parte da dívida (incluindo a fracção da dívida de longo prazo classificada como dívida de curto prazo), por utilização de instrumentos derivados simples como *swaps*.

A Galp Energia gere o risco de liquidez através da manutenção de linhas de crédito disponíveis.

Risco de crédito

O risco de crédito da Galp Energia decorre da possibilidade de uma contraparte não cumprir as suas

obrigações de pagamento contratuais, pelo que a dimensão do risco depende da credibilidade da contraparte. Além disso, o risco de contraparte surge com aplicações financeiras e instrumentos de cobertura. O risco é quantificado como a perda esperada para a Empresa no caso de a contraparte incumprir. Os limites de risco de crédito são determinados a nível central e delegados aos vários segmentos de negócio. Os limites para posições de risco de crédito são definidos e documentados e os limites de crédito de contrapartes específicas baseiam-se na classificação do risco de crédito da contraparte, na duração da exposição e no valor monetário da exposição ao risco de crédito.

Planos de reforma

A Galp Energia tem vários planos de reforma de benefício definido para uma parte do seu quadro activo. Os planos de reforma prevêm que o pagamento dos benefícios seja calculado como um complemento da reforma da Segurança Social, com base nos anos de serviço e no salário final. Os riscos mais críticos relacionados com a contabilização das reformas estão muitas vezes relacionados com o rendimento dos activos investidos no plano de reforma e com a taxa de desconto utilizada para determinar o valor actualizado dos pagamentos futuros. As responsabilidades com reformas podem exercer uma pressão significativa nos fluxos financeiros. Em particular, se os fundos de pensões não estiverem devidamente provisionados, a Galp Energia pode ser chamada a fazer novas contribuições para os fundos, o que poderá afectar negativamente o seu negócio, a sua situação financeira e os resultados das suas actividades. (Cf. As notas às demonstrações financeiras consolidadas apresentadas no anexo deste relatório para mais informação sobre benefícios pós-reforma).

Seguros

A Galp Energia contrata seguros em linha com as melhores práticas do sector nas quantidades e com as coberturas e as franquias que a administração considera apropriados para os riscos inerentes ao negócio. Os riscos seguros incluem, entre outros, prejuízos em imóveis e em equipamentos, responsabilidade civil pela actividade da Empresa, responsabilidade pelo transporte marítimo de petróleo em bruto e outras mercadorias, poluição

e contaminação, responsabilidade civil dos administradores e dos funcionários e acidentes de trabalho. No entanto, certos riscos importantes das actividades da Galp Energia não podem ser seguros utilizando critérios de razoabilidade económica. O programa está sujeito a certos limites, franquias e condições. Além disso, os prémios de seguro estão sujeitos a alterações baseadas no historial de sinistralidade dos respectivos mercados de seguros.

Política de gestão de riscos

A Galp Energia está exposta a vários tipos de riscos descritos na primeira parte deste capítulo. A Empresa definiu políticas e processos para medir, gerir e acompanhar a sua exposição a riscos. O objectivo da política de gestão de riscos da Empresa é ajudar os segmentos de negócio a alcançarem as suas metas e acompanhar o impacto potencial dos riscos nos seus resultados. A política de gestão de risco da Galp Energia visa otimizar as coberturas naturais em cada um dos segmentos de negócio e entre segmentos de negócio diferentes. Numa segunda fase, a Galp Energia identifica eventuais riscos residuais de mercado que possam afectar os fluxos financeiros esperados ou certas rubricas do balanço a analisa-os numa abordagem integrada, tendo em consideração eventuais correlações entre variáveis externas fora do controlo da Empresa que possam influir nos resultados das suas actividades.

A política de gestão de riscos da Galp Energia é definida pelo conselho de administração. A política define objectivos e procedimentos e atribui responsabilidades pela gestão de riscos na Empresa. O comité de gestão de riscos conta com dois membros da comissão executiva e com vários representantes da direcção de finanças corporativas, do segmento de negócio Refinação & Distribuição e da área de aprovisionamento de gás natural. O comité de gestão de riscos define o mecanismo de implementação e de execução da política de gestão de riscos e submete-o à aprovação da comissão executiva. Os resultados são avaliados mensalmente pela

unidade central responsável por todas as unidades de negócio. O comité de gestão de riscos pode alterar a política de gestão de riscos dentro das directrizes definidas pelo conselho de administração ou propor em qualquer altura uma nova estratégia, se tal for apropriado. A política de gestão do risco do preço das matérias-primas é implementada ao nível da unidade de negócio. Os riscos de taxa de juro, cambiais e outros riscos financeiros são geridos pelas direcções de finanças corporativas e de tesouraria da Empresa. Além disso, a Galp Energia tem outras políticas relacionadas com a gestão de riscos de tesouraria, de seguros, ambiente, saúde e segurança e tecnologias da informação.

A política de gestão de riscos da Galp Energia, definida pelo conselho de administração da Empresa, tem como principal objectivo a identificação dos riscos que a Galp Energia enfrenta, de forma a arranjar soluções eficientes de os gerir e mitigar



O programa de seguros da Galp Energia cobre, entre outros, prejuízos em imóveis e responsabilidade civil

05

Corporate Governance

Ao longo de 2008 foram-nos atribuídos vários prémios relacionados com a qualidade da informação que prestamos ao mercado de capitais.

Na Galp Energia sabemos quão importante é a qualidade da informação que divulgamos, em particular, para os pequenos accionistas.



Somos transparentes
e isso vê-se lá fora



**Corporate
governance na Galp
Energia significa
uma relação
responsável
e transparente
entre accionistas,
órgãos sociais
e todos os
stakeholders**

Estrutura accionista

Em 2008 a estrutura accionista da Galp Energia alterou-se no sentido de uma maior representação dos investidores institucionais estrangeiros, nomeadamente britânicos, após estes terem adquirido uma parcela importante da participação de cerca de 4% vendida em Janeiro pela operadora energética espanhola Iberdrola. A dispersão da participação qualificada do Banco BPI, de cerca de 5%, bem como a venda por parte de outros investidores institucionais portugueses durante o ano de 2008 também contribuíram para a diminuição do peso dos investidores institucionais nacionais, o que conferiu à base accionista uma maior diversidade geográfica.

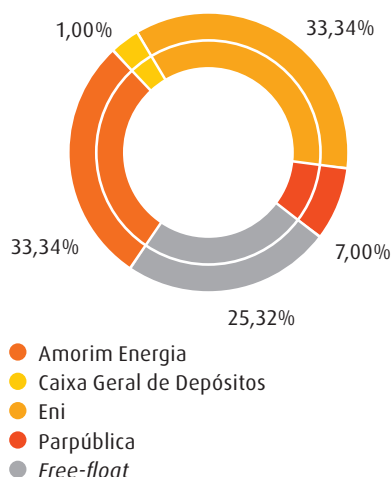
A Amorim Energia, a Caixa Geral de Depósitos e a Eni são partes de um acordo parassocial, cujas disposições são descritas sucintamente neste capítulo.

A **Amorim Energia** tem a sua sede nos Países Baixos e os seus accionistas são a Power, Oil & Gas Investments BV (com 30% do capital), a Amorim Investimentos Energéticos SGPS S.A. (20%), a Oil Investments BV (5%) e a Esperaza Holding BV (45%). Enquanto a última sociedade é controlada pela Sonangol, E.P., empresa estatal angolana

do sector petrolífero, as três primeiras são controladas directa e indirectamente pelo comendador Américo Amorim.

A **Eni** é uma empresa do sector da energia com sede em Itália e cotada na bolsa de Milão e na NYSE, de Nova Iorque. A actividade da Eni desenvolve-se em mais de 70 países na Exploração & Produção, na Refinação & Distribuição, no Gas & Power, na Petroquímica e Serviços de Engenharia e na Construção e Perfuração. A 31 de Dezembro de 2008 a Eni tinha uma capitalização

**Estrutura accionista
a 31 de Dezembro de 2008**



bolsista de €67 mil milhões.

A **Caixa Geral de Depósitos** (CGD) é a maior instituição de crédito portuguesa e é participada a 100% pelo Estado português.

A **Parpública** gere participações financeiras do Estado português em várias empresas.

Paralelamente, as acções transaccionadas livremente no mercado representavam no final de 2008 cerca de 25% do total. Aos investidores institucionais cabe a maior fatia, cerca de 20% do total ou 80% deste *free-float*. Os investidores particulares representavam no final do ano 5% do total, menos 1 p.p. que em 2007, ou 20% do *free-float*. O peso dos institucionais no total aumentou 9 p.p. durante o ano de 11% para 20%, para o que contribuiu a venda da participação da Iberdrola, colocada junto de accionistas institucionais, e também a redução da participação do Banco BPI no início de Janeiro.

Entre os investidores institucionais, o Reino Unido aumentou durante o ano a sua quota para 43%, passando assim a ser o país com mais peso nesta categoria de investidores. Os Estados Unidos, com 10%, e a Alemanha e Portugal, com 9% cada, tinham também no final do ano uma representação significativa no capital da Empresa.

O esforço de diversificação da base accionista durante 2008 resultou na inclusão de cinco novos países no rol de accionistas, que no final do ano contava com investidores de 26 países. A visibilidade da Galp Energia no mercado internacional era evidenciada pela dispersão de mais de 85% da base institucional fora do espaço ibérico. Em particular, a dispersão de investidores institucionais fora de Portugal passou de 69% para 91%.

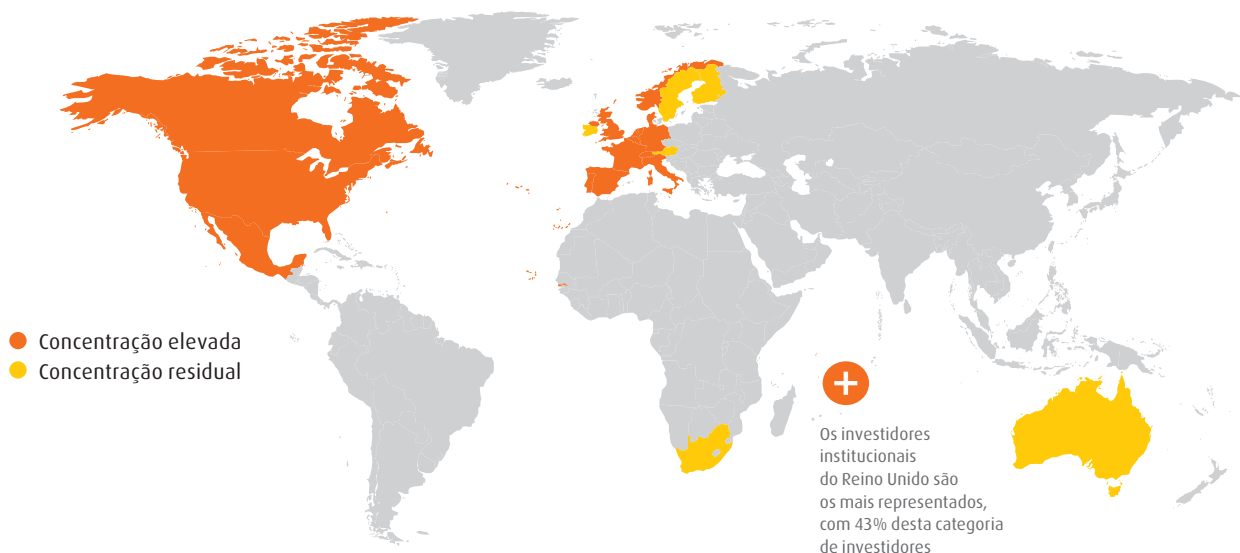
Os investidores institucionais do Reino Unido são os mais representados, com 43% desta categoria de investidores.

Investidores institucionais fora de Portugal

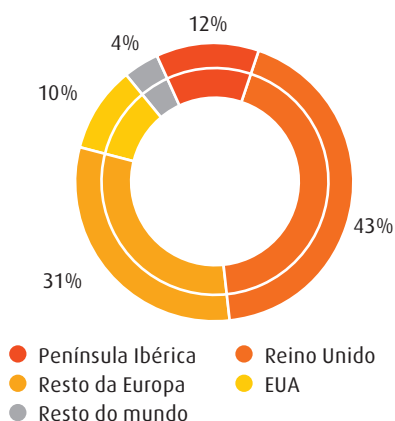
91%

Em 2008 a dispersão de accionistas institucionais fora de Portugal atingiu 91%.

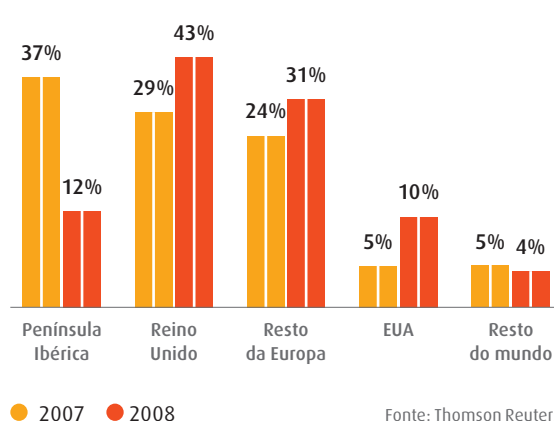
Dispersão geográfica dos investidores institucionais em 2008



Dispersão geográfica em 2008



Dispersão geográfica dos investidores institucionais



Fonte: Thomson Reuters



Em 2008 assistiu-se a uma maior concentração de investidores institucionais nos Estados Unidos, que passaram a representar 10% desta categoria de investidores, e no resto da Europa, com 31%, o que comprovou o esforço de diversificação geográfica da base accionista

Na assembleia
geral de dia
6 de Maio de 2008
os accionistas
elegeram os
órgãos sociais
da Empresa
para o mandato
2008-2010

Modelo de *governance*

O modelo de *governance* da Galp Energia visa a transparência e a eficácia através de uma separação clara de poderes entre o conselho de administração, ao qual compete a elaboração da estratégia da Empresa e o acompanhamento da sua execução, e a comissão executiva, cujas tarefas, delegadas pelo conselho de administração, são do foro operacional e referem-se à gestão corrente das unidades de negócio e serviços, tendo, no entanto, um papel importante na elaboração e na revisão da estratégia da Empresa.

Conselho de administração

No final de 2008, o conselho de administração da Galp Energia era composto por 17 administradores, dos quais seis executivos e 11 não executivos. Destes últimos, dois, um dos quais o presidente, eram não executivos independentes.

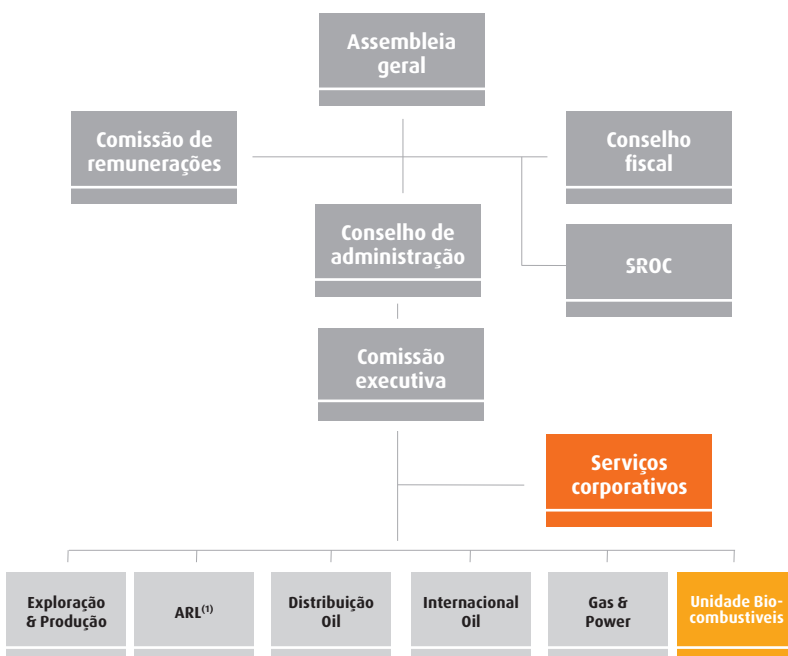
Entre outras tarefas, cabe ao presidente do conselho de administração a condução das reuniões do conselho de administração e a supervisão da relação entre a Empresa e os seus accionistas.

Em conformidade com o acordo parassocial, sete administradores foram nomeados

pela Amorim Energia, sete pela Eni e um, o presidente do conselho de administração, pela Caixa Geral de Depósitos. O presidente executivo é eleito em conjunto pela Amorim Energia e pela Eni, e o 17.º membro por comum acordo entre os três accionistas. Os currículos abreviados dos administradores constam do relatório sobre o governo da sociedade, publicado separadamente.

Ao conselho de administração compete, entre outras funções, definir a estratégia da

Estrutura orgânica e funcional



Nota: (1) Aprovisionamento, refinação e logística.



Empresa, a sua estrutura organizativa e a sua carteira de negócios assim como aprovar investimentos de risco ou de custo elevado e acompanhar a sua execução.

As deliberações do conselho de administração são tomadas, de um modo geral, por maioria simples excepto sobre certas matérias previstas no acordo parassocial e tratadas em pormenor no relatório sobre o governo da sociedade, que exigem uma maioria de dois terços.

Em 2008 os administradores não executivos tiveram um papel activo no desenvolvimento da estratégia da Galp Energia e acompanharam o desempenho da comissão executiva na consecução das metas e objectivos traçados. Também fez parte do seu trabalho assegurar-se da existência de sistemas robustos de controlo e gestão de riscos. O trabalho dos administradores não executivos foi reconhecido e apreciado pela comissão executiva que o considerou estimulante e conducente a níveis de desempenho superiores.

Durante o ano realizaram-se 10 reuniões do conselho de administração.



Em 2008, foi atribuída aos membros do conselho de administração, excluindo os membros executivos, a remuneração total de €1,3 milhões. Estes administradores não receberam remuneração variável



Em 2008 realizámos mais de 400 reuniões com investidores institucionais



Composição do conselho de administração

Nome	Cargo
Francisco Luís Murteira Nabo	Presidente, administrador não executivo
Manuel Ferreira De Oliveira	Vice-presidente, presidente executivo
Manuel Domingos Vicente	Administrador não executivo
Fernando Manuel dos Santos Gomes	Administrador executivo
José António Marques Gonçalves	Administrador não executivo
André Freire de Almeida Palmeiro Ribeiro	Administrador executivo
Carlos Nuno Gomes da Silva	Administrador executivo
Rui Paulo da Costa Cunha e Silva Gonçalves	Administrador não executivo
João Pedro Leitão Pinheiro de Figueiredo Brito	Administrador não executivo
Alberto Chiarini	Administrador não executivo
Claudio De Marco	Administrador executivo (CFO)
Paolo Grossi	Administrador não executivo
Camillo Gloria	Administrador não executivo
Fabrizio Dassogno	Administrador executivo
Giuseppe Ricci	Administrador não executivo
Luigi Piro	Administrador não executivo
Joaquim José Borges Gouveia	Administrador não executivo

Comissão executiva

A comissão executiva é composta por seis administradores nomeados pelo conselho de administração por um período de três anos. A nomeação dos seus membros está sujeita às regras definidas no acordo parassocial.

À comissão executiva compete assegurar a gestão corrente da Galp Energia de acordo com a estratégia definida pelo conselho de administração. No desempenho das suas funções

– detalhadas no relatório sobre o governo da sociedade – a comissão executiva gere as unidades de negócio, afecta recursos, promove sinergias e acompanha a execução das políticas definidas para as diversas áreas.

Os poderes delegados na comissão executiva pelo conselho de administração exigem que aquele órgão se reúna com regularidade. Em 2008 a comissão executiva realizou 49 reuniões.

Em 2008, os membros da comissão executiva da Galp Energia auferiram uma remuneração total de €4,1 milhões, dos quais €2,9 milhões em remuneração fixa e €1,2 milhões em remuneração variável.

Os trabalhos do conselho de administração e os da comissão executiva obedecem aos regulamentos criados para formalizar o funcionamento destes dois órgãos sociais.



Fernando
Gomes

André Palmeiro
Ribeiro

Claudio De Marco

Manuel Ferreira
De Oliveira

Composição da comissão executiva



Claudio De Marco

Administrador Executivo (CFO)

Administrador da Galp Energia desde Maio de 2008; Experiência na área financeira através de cargos de administrador financeiro na Italgas S.p.A. e Snam Rete Gas S.p.A.



Fernando Manuel dos Santos Gomes

Responsável pelas unidades de negócio Exploração & Produção, Internacional Oil e Biocombustíveis

Administrador da Galp Energia desde Maio de 2005; Anterior Ministro da Administração Interna de Portugal.



Manuel Ferreira De Oliveira

Presidente Executivo

Presidente executivo desde Janeiro de 2007 e administrador da Galp Energia desde Abril 2006; Mais de 20 anos de experiência internacional e na indústria petrolífera.

Órgão de fiscalização

A função de fiscalização é exercida por um conselho fiscal e por uma sociedade de revisores oficiais de contas (SROC).

O conselho fiscal é composto por três membros efectivos e um suplente, todos independentes e eleitos pela assembleia geral de accionistas em conformidade com as regras definidas no acordo parassocial.

Compete ao conselho fiscal fiscalizar a elaboração e a divulgação da informação financeira da Galp Energia, nomear – e,

se for caso disso, destituir – o auditor externo independente, fiscalizar a revisão dos documentos de prestação de contas e propor à assembleia geral a nomeação duma SROC ou de um revisor oficial de contas, cuja independência, nomeadamente na prestação de serviços adicionais, deverá fiscalizar.

Em 2008 realizaram-se 13 reuniões do conselho fiscal e as conclusões das suas acções de fiscalização e de verificação, foram transmitidas tempestivamente ao conselho de administração e à assembleia geral. Um resumo dessas conclusões encontra-se no parecer do conselho fiscal apenso a este relatório.

Em 2008 os membros do conselho fiscal auferiram uma remuneração total de €92,4 mil.

Política de remuneração

A política de remuneração da Galp Energia reflecte o objectivo de criação de valor a longo prazo para o accionista.

A remuneração dos membros dos órgãos sociais é fixada por uma comissão de remunerações composta por três accionistas – a Caixa Geral de Depósitos, que preside, a Amorim Energia e a Eni – eleitos pela assembleia geral de accionistas por um prazo de três anos. Os membros da comissão de remunerações não podem ser administradores nem membros do conselho fiscal.

Os administradores executivos recebem uma remuneração mensal fixa acrescida de uma remuneração anual variável em função do desempenho individual e colectivo. A remuneração dos administradores executivos está sujeita a uma reavaliação anual de modo a assegurar que as condições oferecidas sejam competitivas com as praticadas no mercado para cargos equivalentes em termos de complexidade e de responsabilidade. A remuneração total tem uma componente predominantemente pecuniária acrescida de um plano complementar de reforma sob a forma de plano de poupança reforma que corresponde, de acordo com o fixado pela comissão de remunerações, a 25% da remuneração anual, e para os administradores executivos, cuja residência permanente não se situe na área da sede da Empresa, acresce a atribuição de um subsídio de renda de casa/deslocação.

Segundo os estatutos a remuneração dos administradores pode incluir uma percentagem até 0,5% dos lucros do exercício.

O desempenho dos administradores executivos é avaliado anualmente em função dos parâmetros definidos pela comissão de remunerações, estando essencialmente relacionados com três variáveis distintas: (i) o valor gerado pela Empresa, ou Galp *Value Added* (ii) o orçamento previsto ao nível do EBITDA e (iii) a valorização das acções da Galp Energia em comparação com a de um grupo de empresas comparáveis. A remuneração variável será assim atribuída consoante o grau de cumprimento dos objectivos delineados para cada variável.



Fabrizio Dassogno

Carlos Gomes da Silva

André Palmeiro Ribeiro

Responsável pela unidade de negócio Aproveitamento, Refinação e Logística

Administrador da Galp Energia desde Maio de 2005; Experiência internacional em banca de investimento.

Fabrizio Dassogno

Responsável pela unidade de negócio Gas & Power

Administrador da Galp Energia desde Maio de 2008; Experiência profissional na área de Gas & Power da Eni.

Carlos Gomes da Silva

Responsável pela unidade de negócio Distribuição Oil

Administrador da Galp Energia desde Abril de 2007; Diversos cargos de administração desde 2002.

Informação ao accionista

Em 2008 a assembleia geral da Galp Energia contou com a presença de 81 accionistas, que no seu conjunto representaram 78,3% do capital social, um aumento face aos 50 accionistas da assembleia geral de 2007.

O aumento do número de accionistas presentes reflecte o esforço da Galp Energia no sentido de promover o exercício de direito de voto. Uma vez mais, os pequenos accionistas tiveram a oportunidade de falar com a administração da Empresa, expor as suas dúvidas e partilhar opiniões

A política de comunicação da Galp Energia com o mercado de capitais visa assegurar uma mensagem clara e consistente, que resulte numa visão coerente e integral da Galp Energia, junto dos investidores institucionais, analistas e reguladores.

Número de acções

O capital social da Galp Energia é composto por 829.250.635 acções. A 31 de Dezembro de 2008 a Galp Energia não tinha acções próprias em carteira.

Acordo parassocial

A Amorim Energia, a Caixa Geral de Depósitos e a Eni são partes de um acordo parassocial – tratado com mais pormenor no relatório sobre o governo da sociedade – que rege um conjunto de aspectos referentes às condições de alienação das acções da Galp Energia de que são detentoras, nomeadamente a obrigação de manterem as suas participações durante um *lock-in period* até 31 de Dezembro de 2010, salvo em casos especiais como a mudança de controlo accionista, situações

de impasse ou incumprimento do acordo.

Durante o *lock-in period*, se a parte vendedora for a Amorim Energia, a CGD terá prioridade em relação às outras partes para comprar a participação da Amorim Energia ou para nomear um terceiro comprador, sujeito a certas condições.

A partir de 1 de Janeiro de 2011, ou seja, depois de expirado o *lock-in period*, qualquer uma das partes poderá vender por inteiro a sua participação. Neste caso, as outras partes terão, alternativamente, direito de preferência na aquisição ou de obtenção das mesmas condições no caso de venda a terceiros. Se a parte vendedora for a Amorim Energia, a CGD tem o direito preferencial de adquirir todas ou parte das acções da primeira ou de nomear um terceiro para aquele efeito.

Política de dividendos

Dividendo anual do ano n

$$\begin{array}{|c|c|c|c|c|} \hline \text{Resultado Líquido} & & & & \\ \text{@} & \times & 50\% & = & \text{Dividendo} \\ \text{Replacement Cost} & & \text{rácio payout} & & \text{Anual} \\ \hline \end{array}$$

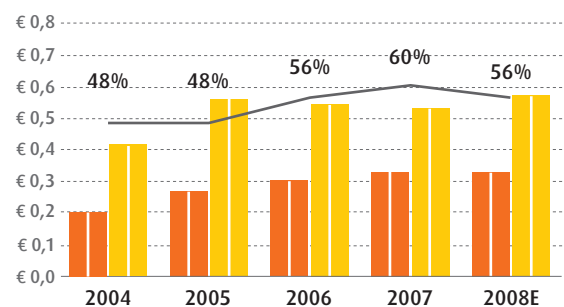
Dividendo intercalar no ano n+1

$$\begin{array}{|c|c|c|c|c|} \hline 50\% & \times & \text{Dividendo} & = & \text{Dividendo} \\ & & \text{Anual do ano n} & & \text{Intercalar} \\ \hline \end{array}$$

Durante o ano de 2008, a Galp Energia continuou a seguir a política de dividendos aprovada em 2007. Esta política estipula uma distribuição de dividendos equivalente a 50% do resultado líquido apurado utilizando o método de *replacement cost* e o pagamento bianual (em duas prestações). O dividendo intercalar corresponde assim a 50% do dividendo anual relativo ao exercício anterior, desde que respeite o disposto nos artigos 32.º, 33.º e 297.º do Código das Sociedades Comerciais.

Em 2009, o conselho de administração da Empresa irá propor à assembleia geral, convocada para 27 de Abril, um dividendo relativo ao exercício de 2008 de € 0,32/acção, a que corresponde um *dividend yield* de 4,5% tendo por base o valor da acção no dia 31 de Dezembro de 2008.

Dividendo e resultado líquido por acção (€/acção)



- Dividendo por acção
- EPS Replacement Cost
- Rácio de payout

Fonte: Galp Energia

Nota: Resultados por acção numa óptica *replacement cost*, com excepção de 2006 que se considerou resultado líquido ajustado do efeito de venda dos activos regulados de gás natural à REN.

Nas restantes vendas, ou se a CGD não exercer o seu direito preferencial no caso de venda pela Amorim Energia, as acções da parte vendedora serão distribuídas igualmente pelas partes que exercerem o seu direito de preferência, independentemente da sua participação no capital da Galp Energia. Excepto no caso de venda pela Eni, o exercício pela CGD dos seus direitos de preferência não poderá ter como consequência que o Estado ou uma entidade estatal detenham mais de 33,34% do capital social da Galp Energia.

Em caso de mudança de controlo accionista de alguma das partes, as restantes têm o direito de adquirir a participação social daquela em partes iguais, sem prejuízo do direito de preferência da CGD.

Outras disposições do acordo parassocial dizem respeito à nomeação e à destituição de administradores e de membros do conselho fiscal e à necessidade de uma maioria qualificada, superior a dois terços, para certas deliberações como as relativas à aprovação de planos de negócio e orçamentos, investimentos estratégicos e respectivo financiamento, nomeações de quadros superiores ou emissões de títulos, designadamente de dívida.

O acordo parassocial prevê igualmente que seja proposta à assembleia geral, pelas partes do acordo parassocial, a distribuição de pelo menos 50% dos resultados líquidos, desde que o rácio dívida líquida/EBITDA não exceda 3,5.

Informação prestada ao mercado

A política de comunicação da Galp Energia com os investidores visa facultar aos seus accionistas e ao mercado em geral informação relevante, exacta e atempada que permita a formulação de juízos fundamentados acerca do andamento dos negócios.

A informação é divulgada em português e em inglês, preferencialmente antes da abertura ou depois do fecho do mercado (Euronext Lisbon), com publicação no sistema de divulgação da CMVM, na secção de investidores do sítio da internet da Empresa e envio por e-mail a investidores registados. Desde 2008 que a Galp Energia utiliza também uma plataforma externa para difusão de informação privilegiada pelos principais pontos de informação por toda a Europa.



Esta plataforma permite aos investidores da União Europeia o acesso rápido, sem custos específicos, a essas informações, numa base não discriminatória.

Exercício do direito de voto

A Galp Energia promove activamente o exercício do direito de voto quer directamente quer por procuração. A participação dos accionistas nas assembleias gerais é incentivada pela possibilidade de se votar por correspondência e pela divulgação por email e pela internet dos pontos para deliberação.

No relatório sobre o governo da sociedade é fornecida informação mais pormenorizada sobre as diversas modalidades de participação dos accionistas na vida da sociedade.

Códigos da acção Galp Energia

ISIN

Símbolo: GALP (tipo B)
Acções do Estado (tipo A)
Acções do Estado (tipo B)

PTGALOAM0009
PTGALSAM0003
PTGALXAM0006

SEDOL

B1FW751

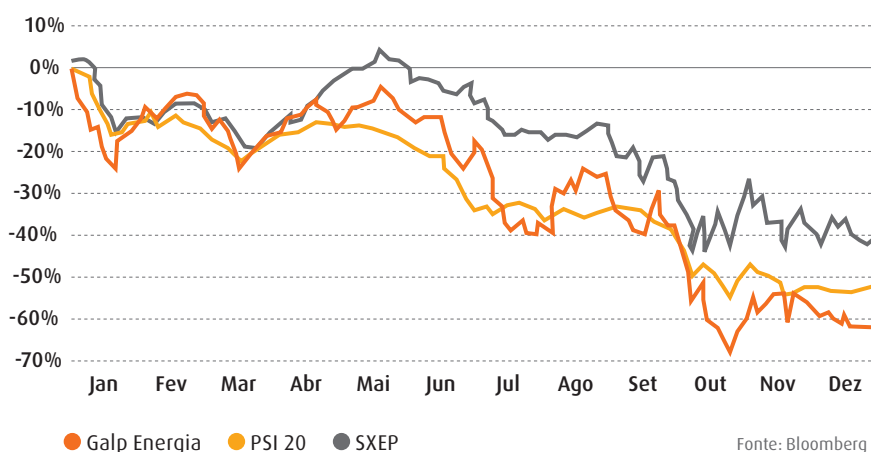
WKN

AOLB24



Foram realizadas mais de 65 reuniões com investidores institucionais nos Estados Unidos em 2008

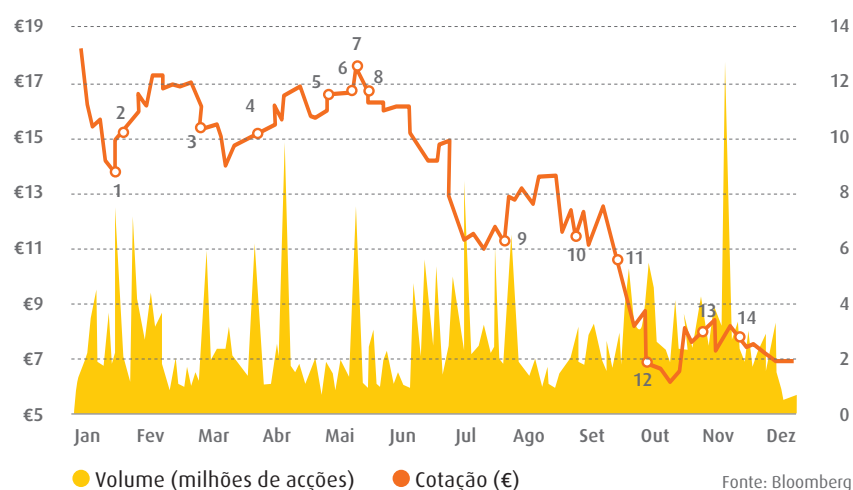
Comparação com Índice SXEP e PSI-20 em 2008



Principais acontecimentos em 2008

Evento	Data
Nova descoberta no pré-sal da bacia de Santos: Bloco BM-S-24 (Júpiter)	21 Janeiro
Venda da participação qualificada da Iberdrola	30 Janeiro
Divulgação dos resultados referentes ao 4.º trimestre de 2007	5 Março
Conselho de administração aprova relatório & contas de 2007	1 Abril
Assembleia geral anual de accionistas	6 Maio
Divulgação dos resultados referentes ao 1.º semestre de 2008	20 Maio
Nova descoberta no pré-sal da bacia de Santos: Bloco BM-S-8 (Bem-te-vi)	21 Maio
Data de ex-dividendo para o pagamento do segundo dividendo relativo ao exercício de 2007	26 Maio
Divulgação dos resultados referentes ao 1.º semestre de 2008	6 Agosto
Descoberta relevante no pré-sal da bacia de Santos: Bloco BM-S-11 (Iara)	10 Setembro
Concretização da aquisição da rede Ibérica da Agip	1 Outubro
Data de ex-dividendo para o pagamento do primeiro dividendo relativo ao exercício de 2008	17 Outubro
Divulgação dos resultados referentes ao 3.º trimestre de 2008	12 Novembro
Concretização da aquisição das filiais Ibéricas da ExxonMobil	1 Dezembro

Evolução da acção Galp Energia em 2008



2008 foi um ano marcado por uma elevada instabilidade dos mercados de capitais

Negociação das acções

Com excepção das participações abrangidas pelo acordo parassocial entre a Amorim Energia, a CGD e a Eni, as acções da Galp Energia são livremente negociáveis.

Das 829.250.635 acções que compõem o capital social da Galp Energia, 771.171.121 acções estão admitidas à negociação na Euronext Lisbon. As acções detidas indirectamente pelo Estado português através da Parpública (40.000.000 acções do tipo A e 18.079.514 acções do tipo B) não estão admitidas à negociação mas apenas registadas junto da Eurolist by Euronext Lisbon.

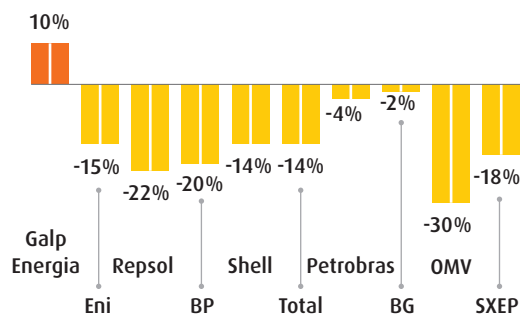
A acção da Galp Energia está incluída nos principais índices: PSI-20, Dow Jones STOXX 600, Dow Jones Europe STOXX Oil & Gas (SXP), Euronext 100, FTSE World Oil & Gas e MSCI Euro Index. A entrada para este último índice, que ocorreu em 26 de Novembro de 2008, ficou associada ao maior volume diário do ano.

No início do ano de 2008 as acções com o ISIN PTGALOAM0015 foram agregadas numa única linha de negociação a transaccionar com o código ISIN PTGALOAM0009. Deste modo, o símbolo GALPK foi retirado e as únicas acções admitidas à negociação são as acções que detêm o código ISIN PTGALOAM0009.

O ticker da Reuters é o GALP.LS e o da Bloomberg o GALP PL.

Retorno anualizado entre 23 de Outubro de 2006 e 31 de Dezembro de 2008

Apesar da desvalorização observada em 2008 a acção foi sempre transaccionada acima do preço da Oferta Pública Inicial. No final do ano a valorização relativamente ao preço de saída para o mercado em Outubro de 2006 era de 23,58%. O desempenho da acção neste período, numa base anual, relativamente a um grupo de congéneres é ilustrado neste gráfico.



Com base nas cotações em euros
Fonte: Bloomberg

Em 2008 os analistas que cobrem a acção Galp Energia emitiram cerca de 97 notas de *research* sobre a Empresa

Desempenho da acção

A 31 de Dezembro de 2008, a Galp Energia tinha uma capitalização bolsista de €5.954 milhões, o que representava uma diminuição em comparação com os €15,2 mil milhões do ano anterior e reflectia as fortes perdas nos mercados accionistas mundiais no segundo semestre de 2008. Durante o ano a acção desvalorizou 60,96%, acompanhando a tendência do índice europeu para o sector de *Oil & Gas*, e o índice PSI-20, referência do mercado accionista português.

Durante o ano de 2008 foram transaccionados 644 milhões de acções, o que correspondeu a 78% do capital social da Empresa ou, mais importante, a três vezes o seu *free-float*. Este movimento demonstra a elevada liquidez da acção na Euronext Lisbon e o aumento de interesse dos investidores. O volume médio transaccionado diariamente aumentou para 2,5 milhões de acções, comparado com 1,4 milhões em 2007. O número total de acções transaccionadas aumentou 83% relativamente a 2007. Durante o ano de 2008, foram efectuadas aproximadamente 739 mil transacções, ou seja, uma média diária de 2.890 transacções.

A acção Galp Energia atingiu o valor mais elevado de 2008, €18,95/acção, no dia 2 de Janeiro, enquanto a cotação mínima, de €5,95, foi atingida na sessão de 27 de Outubro de 2008.

Apesar da desvalorização observada em 2008 a acção foi sempre transaccionada acima do preço da Oferta Pública Inicial. No final do ano a valorização relativamente ao preço de saída para o mercado em Outubro de 2006 era de 23,58%. O desempenho da acção neste período, numa base anual, relativamente a um grupo de congéneres é ilustrado no diagrama “Retorno anualizado entre 23 de Outubro de 2006 e 31 de Dezembro de 2008” da página anterior.

Detalhe de analistas e suas recomendações em 2008

Entidade	Analista	Preço Alvo ⁽¹⁾	Data	Recomendação
Goldman Sachs	Henry Morris	€ 9,20	12 Dezembro	<i>Neutral</i>
JP Morgan	Kim Fustier	€ 12,00	3 Dezembro	<i>Overweight</i>
Collins Stewart	Gordon Gray	€ 10,00	1 Dezembro	<i>Hold</i>
Fidentiis Equities	Alberto Sánchez	€ 10,25	28 Novembro	<i>Hold</i>
Banif	Julieta Vital	€ 13,50	27 Novembro	<i>Buy</i>
Merrill Lynch	Alastair Syme	€ 12,00	26 Novembro	<i>Buy</i>
Caixa BI	Carlos Jesus	€ 14,40	24 Novembro	<i>Buy</i>
ING	Jason Kenney	€ 13,60	14 Novembro	<i>Buy</i>
Espírito Santo Research	Pedro Morais	€ 12,60	5 Novembro	<i>Buy</i>
Credit Suisse	Will Forbes	€ 12,00	3 Novembro	<i>Outperform</i>
BPI	Bruno Almeida da Silva	€ 9,60	30 Outubro	<i>Buy</i>
UBS	Anish Kapadia	€ 16,00	30 Outubro	<i>Buy</i>
Macquaire	Iain Reid	€ 13,00	23 Outubro	<i>Outperform</i>
Lisbon Brokers	Sara Amaral	€ 15,00	17 Outubro	<i>Strong Buy</i>
Cazenove	Nitin Sharma	€ 16,20	30 Setembro	<i>Outperform</i>
Equita SIM	Gianmarco Bonacina	€ 13,00	16 Setembro	<i>Neutral</i>
Banesto	José Brito Correia	€ 17,60	1 Abril	<i>Sobreponderar</i>
Santander	Pedro Balcão Reis	€ 21,50	10 Março	<i>Buy</i>
Morgan Stanley	Theepan Jothilingam	€21,00	22 Janeiro	<i>Overweight</i>

Nota: (1) Preços alvo e recomendações a 31 de Dezembro de 2008

Calendário financeiro 2009

Evento	Data
<i>Trading Update</i> 4.º Trimestre 2008	13 Fevereiro
Relatório do 4.º Trimestre e exercício de 2008	4 Março
Relatório do exercício de 2008 (Auditado) Proposta de aplicação de resultados do exercício de 2008	25 Março
Assembleia geral	27 Abril
<i>Trading Update</i> 1.º Trimestre 2009	29 Abril
Relatório do 1.º Trimestre 2009	13 Maio
<i>Trading Update</i> 2.º Trimestre 2009	22 Julho
Relatório do 2.º Trimestre 2009	5 Agosto
<i>Trading Update</i> 3.º Trimestre 2009	28 Outubro
Relatório do 3.º Trimestre 2009	11 Novembro

cinzento: realizados; laranja: por realizar

Nota: Todas as datas estão sujeitas a alterações. A publicação dos *trading update* e dos relatórios trimestrais será realizada após o fecho da Euronext Lisbon. No dia seguinte à publicação de resultados realizar-se-á uma *conference call* com investidores e analistas.

Acompanhamento da acção pelos analistas

Durante o ano de 2008, o número de analistas que acompanham a acção Galp Energia quase duplicou. No final de 2008, 19 analistas cobriam a acção, mais oito do que no final do ano anterior. Esta variação demonstra o aumento da visibilidade da acção Galp Energia no mercado accionista em 2008.

A 31 de Dezembro de 2008 o preço alvo médio dos 19 analistas era de €13,81, com 84% dos analistas a darem recomendações de compra da acção e os restantes 16% a recomendarem manter a acção em carteira.

06

Responsabilidade empresarial

Os resultados alcançados em 2008 não seriam possíveis sem o empenho, profissionalismo e competência de todos quanto trabalham na Galp Energia. Seleccionamos os melhores, proporcionando um contexto de aprendizagem e formação contínuas e criando incentivos motivadores e competitivos.



As acções de responsabilidade empresarial da Galp Energia envolvem todos os seus colaboradores



Capital humano

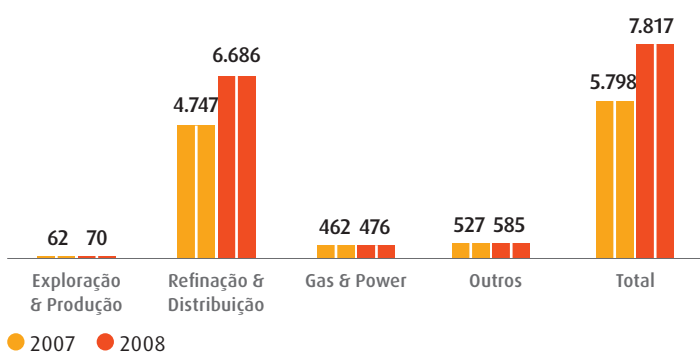
O projecto GPS – Gestão de Pessoas para o Sucesso, orientado para o desenvolvimento das pessoas e para o crescimento do negócio, continuou a ser em 2008 o eixo principal da política de recursos humanos. Para a sua divulgação realizaram-se sessões de apresentação e esclarecimento aos cerca de 500 quadros superiores da Empresa e procedeu-se à distribuição a todos os colaboradores de um manual com as políticas de recursos humanos.

O rejuvenescimento do quadro de pessoal é um dos principais objectivos e nele se integra o programa anual de *trainees*, dirigido aos melhores alunos das universidades, no qual cerca de 30 recém-licenciados frequentam um estágio profissional. Em 2008, iniciou-se um segundo programa orientado para as diversas fases de desenvolvimento do projecto de conversão do aparelho

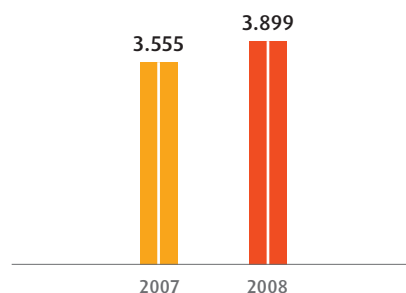
refinador, especificamente destinado a recém-licenciados em áreas de engenharia, que poderão vir a ser os futuros quadros técnicos da área de refinação.

A par do início da construção das novas unidades no aparelho refinador, foi definido um plano de recursos humanos com o objectivo de assegurar o

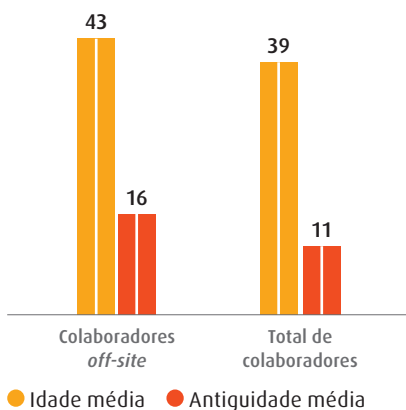
Colaboradores por segmento de negócio



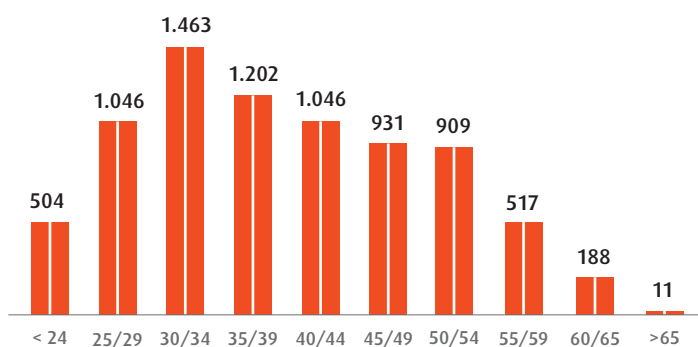
Colaboradores off-site



Idade e antiguidade média em 2008 (Anos)



Distribuição dos empregados por classe etária em 2008



recrutamento, a integração e a formação específica dos novos trabalhadores. Este plano implica a adopção de um novo modelo organizativo, transversal a ambas as refinarias, que visa incrementar e assegurar sinergias processuais e assim modernizar a estrutura de recursos humanos do aparelho refinador.

Foi também intensificada durante o ano de 2008 a cooperação com as universidades portuguesas, tendo sido estabelecidas parcerias para a formação de licenciados, em particular em engenharia química, em que se estabelece um regime de aprendizagem em alternância entre a formação teórica na universidade e a componente prática a desenvolver pelos alunos na refinaria de Sines.

No âmbito do processo de novas admissões, a Galp Energia passou a utilizar uma plataforma de *e-learning* para suporte de um curso de acolhimento que divulga uma panorâmica da Empresa, dos seus valores e da sua organização.

Em 31 de Dezembro de 2008 a Galp Energia tinha mais 2.019 colaboradores do que no início do ano, essencialmente devido às aquisições realizadas durante o ano, das filiais ibéricas da Agip e da ExxonMobil, na área de distribuição de produtos petrolíferos.

A variação da área Outros deve-se fundamentalmente à autonomização do gabinete de estudos e projectos, que estava anteriormente integrado na área de Refinação & Distribuição, que passa assim a assumir funções mais transversais ao nível do Grupo.

Em 2008 entraram 3.176 novos colaboradores. Este número elevado deveu-se aos projectos referidos e à elevada rotatividade de colaboradores afectos à operação das estações de serviço.

O número de estagiários incluindo os *trainees* do programa 2008/2009 era em 31 de Dezembro de 2008 de 110.

A idade e antiguidade média dos colaboradores da Galp Energia mantiveram-se quase inalteradas

entre 2007 e 2008.

Das recentes operações de aquisição na área de distribuição de produtos petrolíferos bem como das actividades ligadas à Exploração & Produção resulta que 39% dos colaboradores da Galp Energia exercem a sua actividade fora de Portugal. Este crescimento da actividade internacional contribuiu de forma determinante para o aumento de cerca de 35% no número de colaboradores da Empresa, que passou em 2008 de 5.798 para 7.817.

A crescente internacionalização dos negócios exigiu a consolidação dos processos de recrutamento internacional, nomeadamente para o segmento de negócio de Exploração & Produção. Neste domínio específico de actividade, aumentou a procura de profissionais experientes, bem como o fortalecimento dos processos de expatriados para países tão diversificados como a Gâmbia, a Suazilândia, o Brasil, a Inglaterra, Moçambique e Espanha. A expansão internacional também obrigou à reformulação dos processos de integração das novas subsidiárias, adequando as políticas da Empresa às realidades jurídico-laborais e culturais locais.

Estimular a mobilidade, quer funcional quer geográfica, no sentido de proporcionar o fortalecimento de competências dos quadros é um dos objectivos da gestão de recursos humanos. Neste âmbito, cerca de 222 colaboradores mudaram em 2008 de direcção ou de função.

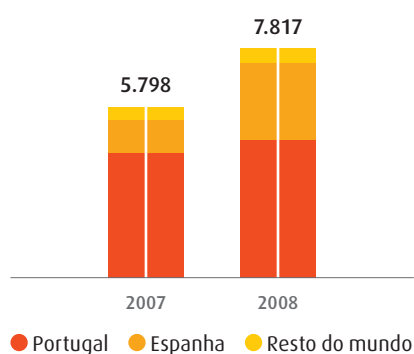
Em termos de distribuição por género, 41% dos colaboradores da Galp Energia eram, no final do ano, do sexo feminino.

A Galp Energia aposta na qualificação, desenvolvimento e na actualização dos conhecimentos dos seus colaboradores. Em 2008, realizaram-se 133.110 horas de formação. A formação esteve orientada para o fortalecimento das competências técnicas e comportamentais exigíveis para um desempenho superior nas diversas funções. Realizaram-se também 29 sessões temáticas, conferências que decorrem todas as semanas, sobre os mais diversos temas de interesse geral, com a participação de 2.437 colaboradores.

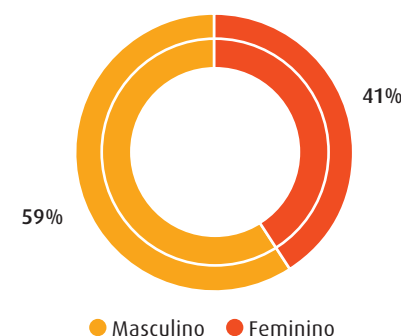
2.019

Em 31 de Dezembro de 2008 a Galp Energia tinha mais 2.019 colaboradores do que no início do ano, essencialmente devido às aquisições realizadas durante o ano, das filiais ibéricas da Agip e da ExxonMobil, na área de distribuição de produtos petrolíferos

Dispersão geográfica de colaboradores

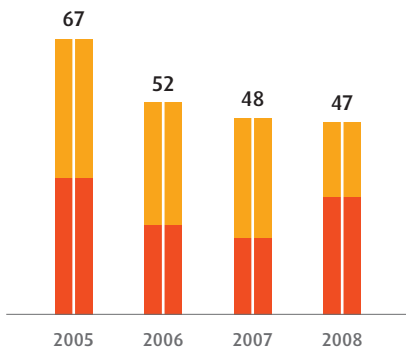


Distribuição dos empregados por género em 2008

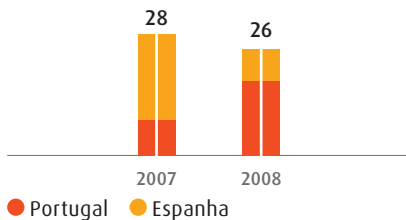


Segurança, saúde e ambiente

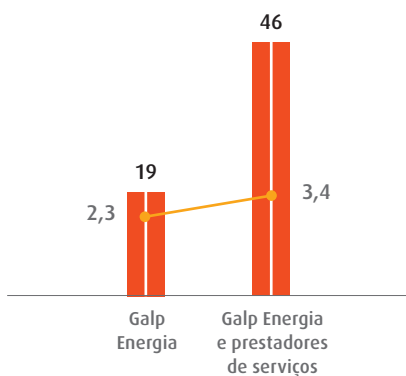
Evolução da sinistralidade (acidentes com baixa)



Excluindo *in itinere*



Universo Galp Energia em 2008



- Acidentes com baixa
- Índice de frequência

Nota: O Índice de frequência representa o número de acidentes por milhões de horas trabalhadas Universo Galp Energia para Portugal excluindo *in itinere*.



Trabalhadores da refinaria do Porto promovem a segurança das instalações

A Galp Energia entende que as questões de segurança, saúde e ambiente são essenciais para o bem-estar dos seus colaboradores, clientes e da comunidade em geral. Estando empenhada em contribuir para o desenvolvimento sustentável, a Galp Energia está consciente da sua responsabilidade na gestão dos efeitos das suas actividades, produtos e serviços na sociedade em que se insere.

Em 2008 a Galp Energia dedicou uma atenção especial a estas questões:

- Foi implementado um programa de Observações Preventivas de Ambiente e Segurança (OPAS);
- Foi reformulada a formação em condução rodoviária defensiva e alargado o universo de colaboradores abrangidos;
- Foram desenvolvidas diversas acções de formação em questões de segurança, saúde e ambiente.

A Galp Energia tem como meta atingir os zero acidentes materiais, ambientais e pessoais.

Na Galp Energia a prevenção de riscos é uma responsabilidade de todos.

Neste sentido, o ano de 2008 marcou um avanço significativo da cultura de segurança na Empresa com a definição e a aprovação dum conjunto de procedimentos.

Em matéria de acidentes de trabalho, verificou-se a continuação da tendência de redução do número de acidentes com baixa.

No entanto, ocorreu uma fatalidade no ano de 2008. Durante os trabalhos da paragem para manutenção da refinaria de Sines, um colaborador de uma empresa de prestação de serviços teve um acidente mortal. Uma investigação foi imediatamente iniciada com o objectivo de identificar as causas do acidente. Esta investigação conduziu à identificação de um conjunto de medidas correctivas que se encontram em implementação.

Em 2008, a Galp Energia passou a incluir na monitorização do desempenho desta área os acidentes de trabalho dos seus prestadores de serviços.

Na sequência da entrada em vigor do Regulamento europeu, REACH – Regulamento relativo ao Registo, Avaliação, Autorização e Restrição dos Produtos Químicos (1907/2006), a Galp Energia concluiu em 2008 o pré-registo das substâncias que fabrica e importa, tendo sido submetidos 155 pré-registos. Durante o ano foram realizadas diversas acções de formação e de sensibilização interna para as



repercussões que o REACH terá no futuro. A maioria dos técnicos das áreas de negócio directamente afectadas participou activamente nestas acções que envolveram cerca de 140 pessoas.

Na sequência do disposto no Decreto-lei n.º 254/2007 relativa à prevenção de acidentes graves que envolvam substâncias perigosas, foram efectuadas em 2008 auditorias a cada um dos 12 estabelecimentos expostos a este tipo de acidentes. Nestas auditorias não foram identificadas não conformidades maiores. As 23 não conformidades menores que foram aceites desencadearam acções correctivas que fazem parte de um plano de acção que se encontra em execução.

Em 2008 concluiu-se o processo de avaliação do impacto ambiental dos projectos de conversão das refinarias, tendo-se constatado que estes projectos não comportam acréscimos significativos do risco face às situações actuais.

Em 2008 iniciou-se o segundo período de cumprimento (2008-2012) do Comércio Europeu de Licenças de Emissão (CELE), que tem reflexos no Plano Nacional de Atribuição de Licenças de Emissão II. Neste primeiro ano do segundo período de cumprimento, as refinarias e as cogerações da Galp Energia registaram um excedente de licenças de emissão face às emissões efectivas apesar da redução generalizada das licenças de emissão atribuídas.

Os investimentos em carteira da Galp Energia respeitam diversos princípios, um dos quais é a utilização das melhores técnicas disponíveis, como forma de minorar os efeitos negativos da actividade. Esta estratégia tem repercussões importantes não só em matéria de CO₂ mas também em termos de eficiência energética no que respeita ao consumo de combustíveis mais limpos como o gás natural, que será utilizado nas cogerações das refinarias.

As medidas de integração energética deverão reduzir mais de 40.000 toneladas/ano as emissões de CO₂ associadas à conversão das refinarias.

Com o início da fase de exploração dos projectos de conversão das refinarias, ocorrerá um aumento do consumo de energia, e consequentemente, das emissões associadas ao processo produtivo das novas



unidades, por via do aumento inerente da capacidade e de processamento das refinarias. Não obstante, embora os projectos conduzam a um aumento das emissões de CO₂, verificar-se-á uma redução dos teores de carbono associados aos combustíveis, o que se traduz numa diminuição das emissões de CO₂ a jusante da cadeia operacional da Galp Energia, no sector dos transportes.

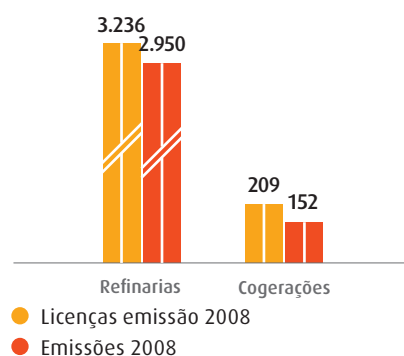
O número de acidentes com baixa teve, em 2008, uma redução de 7% face aos valores de 2007

Qualidade

Em 2008 mantiveram-se as certificações existentes e foi obtida uma nova certificação: a NP EN ISO 9001 da Galpgeste, empresa responsável pelos postos sob gestão directa da Galp Energia.

A avaliação do desempenho dos sistemas de gestão de ambiente, qualidade e segurança é um requisito do normativo da Galp Energia. A Empresa aprovou, ao mais alto nível, o programa de auditorias de ambiente, qualidade e segurança 2008, ano em que foram realizadas 49 auditorias que envolveram 76 auditores internos, num total de 110 participações.

Emissões de CO₂ em 2008 ('000 ton)



Certificações de qualidade

NP EN ISO 9001	NP EN ISO 9001/ OSHAS 18001	NP EN ISO 9001/ OSHAS 18001/ NP EN ISO 14001	NP EN ISO/ IEC 17025
Negócio de Lubrificantes, Combustíveis de Aviação, Óleos Base, Galp Químicos, Galp Gás, Inspeção da refinaria de Sines, Negócio de Betumes, Probigal, Galpgeste	SAAGA	Setgás, CLC, Beiragás, Lisboaagás, Lusitaniagás, Lisboaagás, Lusitaniagás, Tagusgás, Parques de Aveiro e Porto Brandão	Laboratório da refinaria do Porto, Laboratório da refinaria de Sines, Laboratório Galp de lubrificantes

Sociedade

Faz parte da cultura da Galp Energia um envolvimento muito próximo com as comunidades onde desenvolve as suas actividades. A consciência dos impactos da sua actividade na sociedade que a rodeia criou na Galp Energia um espírito que a levou a liderar diversos projectos de cariz social, ambiental, educacional, cultural e desportivo, tanto a nível nacional como internacional

Consciente da sua responsabilidade social, a Galp Energia desenvolve um conjunto variado de projectos sociais à margem da sua actividade empresarial.

Movimento energia positiva – A contribuição da Galp Energia para a saúde pública

Em 2008, a Galp Energia manteve a sua parceria com a Direcção-Geral de Saúde na plataforma contra a obesidade, um projecto para a redução da incidência e da prevalência da pré-obesidade e da obesidade em Portugal.

Em Portugal, 51% da população adulta e 32% das crianças com idades entre os sete e nove anos têm excesso de peso. Para além das consequências indesejáveis de vária ordem para quem sofre de excesso de peso, a obesidade tem custos sociais, nomeadamente os que se reflectem explicitamente nas despesas públicas com a saúde, onde a obesidade tem um peso de 3,5%.

A melhor maneira de inverter esta tendência é a prevenção: estilos de vida mais saudáveis que comportam uma alimentação mais equilibrada e a prática de actividade física têm tendência a diminuir a obesidade.

Para promover comportamentos mais saudáveis, a Galp Energia implementou em 2008 um plano de comunicação multidisciplinar a que deu o nome de movimento energia positiva. O objectivo deste plano é levar informação à população de modo a estimular a adopção de atitudes positivas em prol da saúde e do bem-estar individual. O movimento energia positiva permitiu contactar directamente com cerca de 115.000 pessoas. Foram oferecidas 2,5 toneladas de fruta, distribuídos 100.000 folhetos com conselhos sobre nutrição e actividade física e doados 25.000 livros a crianças. O movimento energia positiva e a plataforma contra a obesidade deram origem a cerca de 700 artigos em jornais, rádios e televisão, que ajudaram a difundir as mensagens de prevenção.

Num inquérito realizado junto das

escolas que receberam a visita do movimento energia positiva, 46% confirmaram a observação de alterações, posteriormente à visita, nos conhecimentos, atitudes e hábitos alimentares de professores e alunos; 46% pediram a continuação destas iniciativas nas escolas e 67% classificaram esta iniciativa “um sucesso”.

Solidariedade da Galp Energia com os países lusófonos

A solidariedade da Galp Energia e dos seus colaboradores esteve mais uma vez junto da população guineense. Em Abril foram entregues livros, material escolar, brinquedos e computadores às Aldeias SOS da Guiné-Bissau.

As Aldeias SOS fazem parte de uma organização internacional que actua em vários países e desenvolve vários projectos de solidariedade dirigidos a crianças carenciadas ou em risco de sobrevivência.

Em 2008 a Galp Energia promoveu campanhas de recolha de livros escolares em português e material escolar para Timor Lorosae e para a Ilha do Príncipe, em São Tomé e Príncipe. O envio de livros em português representou uma forma de contribuir para o ensino da língua portuguesa em países a que Portugal continua ligado cultural e afectivamente.

Fórum Eco

A Galp Energia assinou um protocolo de adesão ao Fórum Eco em 2007 e tornou-se assim numa das primeiras empresas a contribuir para a defesa da floresta portuguesa contra os incêndios, um flagelo que assola o país todos os anos, com graves consequências sociais, ambientais e económicas.

Ao longo de 2008, a Galp Energia disponibilizou um vasto conjunto de meios de combate aos incêndios florestais: postos para a distribuição de folhetos informativos, tempo de antena na Galp TV para promoção da iniciativa e espaço no portal Galp Energia e nas montras e portas das lojas M24 para divulgação das campanhas de comunicação.

comunidades locais, a Galp Energia promoveu em 2008 a remodelação de uma colónia de férias no Vimeiro, na região de Lisboa. Organizados em equipas, os 200 colaboradores da unidade de negócio Gas & Power intervieram alterando e melhorando vários equipamentos e estruturas, tais como: janelas, portões e muros, quartos, casas de banho e o jardim.

A remodelação incluiu ainda a construção de um espaço para a prática desportiva, um de diversão, um espaço de lazer e de uma pequena biblioteca, que foi recheada com livros infanto-juvenis a entregar à instituição por cada um dos colaboradores envolvidos no encontro.

Requalificação da marginal de Leça

A Galp Energia promoveu ainda a requalificação da estrada marginal junto à refinaria do Porto. Com um montante total de sete milhões de euros, a Galp Energia financiou os melhoramentos e o arranjo do troço da marginal entre a praia de Leça e a praia do Cabo do Mundo.

Para promover comportamentos mais saudáveis, a Galp Energia implementou em 2008 um plano de comunicação multidisciplinar a que deu o nome de movimento energia positiva. O objectivo deste plano é levar informação à população de modo a estimular a adopção de atitudes positivas em prol da saúde e do bem-estar individual

Relacionamento com comunidades locais

Remodelação de uma colónia de férias para crianças órfãs e idosos

Na sua acção de envolvimento com as



Marginal de Leça, junto à refinaria do Porto, construída com o apoio da Galp Energia



Inovação

A Galp Energia acredita na correlação entre o talento dos seus recursos humanos e a criação de processos inovadores.

O projecto *vortex separation system*, implementado em 2008, permitiu aumentar a capacidade do FCC de refinaria de Sines de 35 mbopd para 45 mbopd

Entre os projectos que demonstraram uma atitude inovadora e que se traduziram em benefícios reais para o aumento de eficiência do processo tecnológico ou de negócio da Galp Energia, destacaram-se os seguintes em 2008.

Projecto *vortex separation system*

A Galp Energia realizou, conjuntamente com a UOP LLC, um estudo de engenharia de base para o desenvolvimento de diversas alterações na unidade FCC da refinaria de Sines. O objectivo deste estudo foi o aumento da capacidade de processamento daquela unidade, dos actuais 35 mbopd para 45 mbopd, com aumento da percentagem de resíduo incorporado na carga. Na sequência deste estudo, as grandes

alterações na unidade FCC serão no reactor e no regenerador de catalisador. O reactor passou a ser do tipo *Vortex Separation System* (VSS), substituindo o actual *Vented Riser* (VR), sendo ainda alterados todos os elementos internos deste equipamento. No regenerador, foram redesenhados o sistema de ciclones e o distribuidor de ar de combustão tendo em vista a possível instalação futura de um *cat cooler*.

Projecto de produção de biodiesel à base de microalgas

A Galp Energia empenha-se em projectos que contribuam para a sustentabilidade energética e ambiental através do investimento no desenvolvimento de soluções



de energia renovável com potencial de negócio e que contribuam para mitigar as alterações climáticas. A produção de biomassa e de biocombustíveis com recurso às microalgas vai de encontro à necessidade crescente de diversificação das fontes de energia. Assim, conjuntamente com o Instituto Nacional de Engenharia, Tecnologia e Inovação (INETI) e com a empresa AlgaFuel, duas entidades de reconhecida experiência no domínio da Investigação e Desenvolvimento (I&D), a Galp Energia assinou uma parceria em 2008 para o desenvolvimento e implementação de um projecto de produção de biomassa e biocombustíveis através da cultura de microalgas e da respectiva sequestração de CO₂. Para aproveitar o potencial das sinergias inerentes ao projecto, a unidade de produção será instalada na refinaria de Sines.

Eficiência energética nas áreas de serviço

Em 2008 arrancou o projecto de eficiência energética aplicado à Rede Galp Energia. Foram instalados painéis fotovoltaicos em 12 estações de serviço, com o objectivo de produzir electricidade a partir de fontes renováveis. A instalação de painéis solares fotovoltaicos permitiu produzir energia eléctrica e reduzir os consumos de energia. No seu conjunto, as 12 estações de serviço abrangidas deverão produzir 66 MWh de energia. Pretende-se tornar estas 12 áreas de serviço energeticamente eficientes em termos de iluminação, equipamentos de frio, ar condicionado e aquecimento de água a partir de fontes renováveis. Estes melhoramentos irão permitir uma redução efectiva dos consumos sem diminuir os níveis de conforto e operacionalidade dos postos. O projecto, que será alargado a toda a rede de postos de abastecimento de gestão directa da Galp Energia, será acompanhado por um sistema de gestão de energia que irá monitorizar consumos e produção em tempo real. Até agora os resultados quantitativos foram de 6% na redução dos consumos de electricidade e de 180 toneladas de CO₂ evitadas por ano.



Projecto Wind@Sea

O Projecto *Wind@Sea* tem como principal objectivo a avaliação do potencial eólico da costa ocidental Portuguesa, com vista à identificação, selecção e caracterização de locais para a instalação de parques eólicos *offshore*. A iniciativa foi desenvolvida pelo consórcio composto pela Galp Energia, promotor líder, pelo INETI, pelo Instituto Hidrográfico e pelo Instituto Nacional de Engenharia e Gestão Industrial (INEGI).

Para o efeito, serão realizadas medições meteorológicas sistemáticas com relevância para as características do vento na orla costeira e ao largo da costa, com recurso a técnicas inovadoras de medição, instaladas em bóias fundeadas no mar, estando previsto um máximo de quatro pontos de medição envolvidos directa ou indirectamente, durante um período de dois anos.

Deste modo, será realizada uma avaliação do potencial ao longo de toda a costa, através da conjunção das medições pontuais que serão introduzidas nos modelos de simulação de escoamentos atmosféricos de mesoscala, juntamente com dados de satélite e de outros modelos de escala global. As particularidades da costa ocidental portuguesa serão também consideradas, assim como, serão recolhidas e tratadas as informações referentes às características das ondas e correntes marítimas com vista a uma posterior utilização nas actividades de I&D que actualmente os co-promotores desenvolvem no país.

Em 2008 foram iniciados ou implementados na Galp Energia cerca de 19 projectos de inovação e de investigação e desenvolvimento



Painéis fotovoltaicos da estação de serviço de Telheiras, em Lisboa. Estes painéis foram instalados em 12 estações de serviço

07

Anexos

Informação adicional

Órgãos sociais

A composição actual dos órgãos sociais da Galp Energia, SGPS, S.A., eleitos para o mandato 2008-2010, é a seguinte:

Conselho de administração

Presidente:

Dr. Francisco Luís Murteira Nabo

Vice-presidente:

Eng. Manuel Ferreira De Oliveira

Vogais:

Eng. Manuel Domingos Vicente
 Dr. Fernando Manuel dos Santos Gomes
 Eng. José António Marques Gonçalves
 Dr. André Freire de Almeida Palmeiro Ribeiro
 Eng. Carlos Nuno Gomes da Silva
 Dr. Rui Paulo da Costa Cunha e Silva Gonçalves
 Dr. João Pedro Leitão Pinheiro de Figueiredo Brito
 Dr. Alberto Chiarini
 Dr. Claudio De Marco
 Dr. Paolo Grossi
 Eng. Camillo Gloria
 Eng. Fabrizio Dassogno
 Eng. Giuseppe Ricci
 Eng. Luigi Piro
 Eng. Joaquim José Borges Gouveia

Comissão executiva

Presidente:

Eng. Manuel Ferreira De Oliveira

Vogais:

Dr. Claudio De Marco
 Dr. Fernando Manuel dos Santos Gomes
 Dr. André Freire de Almeida Palmeiro Ribeiro
 Eng. Carlos Nuno Gomes da Silva
 Eng. Fabrizio Dassogno

Conselho fiscal

Presidente:

Prof. Daniel Bessa Fernandes Coelho

Vogais:

Dr. José Gomes Honorato Ferreira
 Dr. José Maria Rego Ribeiro da Cunha

Suplente:

Dr. Amável Alberto Freixo Calhau

Revisor oficial de contas

Efectivo:

Dr. Pedro João Reis de Matos Silva, ROC n.º 491, em representação de P. Matos Silva, Garcia Jr., P. Caiado & Associados, SROC; SROC n.º 44

Suplente:

Dr. Carlos Luís Oliveira de Melo Loureiro, ROC n.º 572

Mesa da assembleia geral

Presidente:

Dr. Daniel Proença de Carvalho

Vice-presidente:

Dr. Victor Manuel Pereira Dias

Secretário:

Dr. Pedro António do Vadre Castelino e Alvim ⁽¹⁾

Secretário da sociedade

Efectivo:

Dr. Rui Maria Diniz Mayer

Suplente:

Dra. Maria Helena Claro Goldschmidt

Comissão de remunerações

Presidente:

Caixa Geral de Depósitos
 representada pelo Dr. António Maldonado Gonelha

Vogais:

Amorim Energia, B.V.
 representada pelo Comendador Américo Amorim
 Eni S.p.A.
 representada pelo Dr. Maurizio Cicia

Nota: (1) Apresentou renúncia ao cargo, comunicada ao mercado no dia 24 de Março de 2009.

Proposta de aplicação de resultados

As participações sociais do grupo Galp Energia são detidas pela Empresa Galp Energia, SGPS, S.A..

A Galp Energia, SGPS, S.A. encerrou o exercício de 2008 com resultados líquidos positivos de €472.973 mil.

Estes resultados são os constantes das contas individuais da Galp Energia, SGPS, S.A. apresentadas de acordo com os normativos contabilísticos nacionais, definidos no Plano Oficial de Contabilidade (POC).

O conselho de administração propõe que esses resultados sejam aplicados da seguinte forma:

Mil euros

Dotação à reserva legal	18.884
Distribuição de dividendos (€ 0,32 /acção)	265.360
Resultados transitados	188.729
Total	472.973

Por decisão do conselho de administração de 24 de Setembro de 2008, a sociedade efectuou o pagamento, no dia 22 de Outubro, de um dividendo intercalar relativo ao exercício de 2008, no valor ilíquido de € 0,14965 /acção.

O conselho de administração

Presidente:

Dr. Francisco Murteira Nabó

Vice-presidente:

Eng. Manuel Ferreira De Oliveira

Vogais:

Eng. Manuel Domingos Vicente
 Dr. Fernando Manuel dos Santos Gomes
 Eng. José António Marques Gonçalves
 Dr. André Freire de Almeida Palmeiro Ribeiro
 Eng. Carlos Nuno Gomes da Silva
 Dr. Rui Paulo da Costa Cunha e Silva Gonçalves
 Dr. João Pedro Leitão Pinheiro de Figueiredo Brito
 Dr. Alberto Chiarini
 Dr. Claudio De Marco
 Dr. Paolo Grossi
 Eng. Camillo Gloria
 Eng. Fabrizio Dassogno
 Eng. Giuseppe Ricci
 Eng. Luigi Piro
 Eng. Joaquim José Borges Gouveia

Declarações e menções obrigatórias

Accionistas com participações qualificadas directas e indirectas em 31/12/2008

Nos termos do artigo 448.º n.º 4 do Código das Sociedades Comerciais (CSC) e artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários (CVM).

Accionistas	N.º de acções	% Capital	% Voto
Amorim Energia, B.V.	276.472.161	33,34%	33,34%
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	8.292.510	1,00%	1,00%
Eni, S.p.A.	276.472.160	33,34%	33,34%
Parública - Participações Públicas, (SGPS), S.A.	58.079.514	7,00%	7,00%
Restantes accionistas	209.934.290	25,32%	25,32%
Total	829.250.635	100,00%	-

Durante o exercício de 2008, dois accionistas deixaram de deter uma participação qualificada no capital social da Galp Energia face à posição que detinham no final de 2007. A Iberdrola, S.A. vendeu no dia 30 de Janeiro de 2008 a totalidade da sua participação social na Galp Energia, cerca de 3,83%. O Banco BPI, S.A. comunicou à Galp Energia que à data de 25 de Junho de 2008 a participação qualificada imputável ao Banco BPI, S.A. tinha passado a ser inferior a 2%. Também a Fidelity International Limited, que durante o ano de 2008 atingiu uma participação superior a 2% do capital social da Galp Energia, passou a ter, em 23 de Outubro, uma participação inferior a este limite.

Acções próprias

Nos termos dos artigos 66.º alínea d e 325.º-A n.º 1 do CSC.

Durante o exercício de 2008 a Galp Energia não adquiriu nem alienou acções próprias.

A 31 de Dezembro de 2007, a Galp Energia não era detentora de acções próprias.

Posição accionista a 31 de Dezembro de 2008 dos membros dos órgãos de administração e fiscalização da sociedade na Galp Energia, SGPS, S.A.

Nos termos do artigo 447.º n.º 5 do CSC.

Membros do conselho de administração	Total de acções a 31.12.2007	Aquisição			Alienação			Total de acções a 31.12.2008
		Data	N.º acções	Valor (€/acção)	Data	N.º acções	Valor (€/acção)	
Francisco Luís Murteira Nabo	-	-	-	-	-	-	-	-
Manuel Ferreira De Oliveira	40.475	08.01.2008	560	17,80	-	-	-	85.640
		04.02.2008	861	16,77				
		06.02.2008	7.498	16,10				
		06.02.2008	5.864	16,00				
		07.02.2008	28.382	16,59				
		27.10.2008	2.000	6,00				
Manuel Domingos Vicente	-	-	-	-	-	-	-	-
Fernando Manuel dos Santos Gomes	1.900	06.10.2008	2.000	9,64	-	-	-	3.900
José António Marques Gonçalves	3.900	17.03.2008	2.500	14,50	-	-	-	42.700
		11.07.2008	500	13,00				
		10.09.2008	800	11,50				
		03.10.2008	17.500	10,85				
		16.10.2008	7.500	7,50				
		17.10.2008	2.500	7,62				
		06.11.2008	3.000	7,68				
		06.11.2008	2.000	7,50				
		20.11.2008	2.500	7,61				
André Freire de Almeida Palmeiro Ribeiro	950	-	-	-	-	-	-	950
Carlos Nuno Gomes da Silva	2.410	07.10.2008	8.700	8,63	-	-	-	11.110
Rui Paulo da Costa Cunha e Silva Gonçalves	-	-	-	-	-	-	-	-
João Pedro Leitão Pinheiro de Figueiredo Brito	-	-	-	-	-	-	-	-
Alberto Chiarini	-	-	-	-	-	-	-	-
Claudio De Marco	-	-	-	-	-	-	-	-
Paolo Grossi	-	-	-	-	-	-	-	-
Camillo Gloria	-	-	-	-	-	-	-	-
Fabrizio Dassogno	-	-	-	-	-	-	-	-
Giuseppe Ricci	-	-	-	-	-	-	-	-
Luigi Piro	-	-	-	-	-	-	-	-
Joaquim José Borges Gouveia	-	-	-	-	-	-	-	-
Membros do conselho fiscal								
Daniel Bessa Fernandes Coelho	-	-	-	-	-	-	-	-
José Gomes Honorato Ferreira	-	-	-	-	-	-	-	-
José Maria Rego Ribeiro da Cunha	-	-	-	-	-	-	-	-
Amável Alberto Freixo Calhau	-	-	-	-	-	-	-	-
Revisor oficial de contas								
P. Matos Silva, Garcia Jr., P. Caiado & Associados, SROC	-	-	-	-	-	-	-	-

Posição accionista a 31 de Dezembro de 2008 dos quadros dirigentes da Sociedade na Galp Energia, SGPS, S.A.

Nos termos do artigo 14.º n.º 7 do Regulamento n.º 5/2008 da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários.

Quadros dirigentes	Total de acções a 31.12.2007	Aquisição			Alienação			Total de acções a 31.12.2008
		Data	N.º acções	Valor (€/acção)	Data	N.º acções	Valor (€/acção)	
Alberto Fernandes	6.410	-	-	-	-	-	-	6.410
António Gonçalves Nunes	1.500	-	-	-	-	-	-	1.500
Carlos Alves	2.520	03.01.2008	150	17,82	-	-	-	3.850
		03.03.2008	150	16,34				
		11.04.2008	150	15,29				
		02.06.2008	150	16,06				
		16.07.2008	150	12,02				
		02.09.2008	150	13,20				
		07.10.2008	430	8,80				
Francisco Viana	1.934	09.10.2008	1.120	9,10	-	-	-	3.054
João Nuno Mendes	-	30.05.2008	250	16,25	-	-	-	1.750
		06.06.2008	1.053	16,14				
		06.06.2008	447	16,13				
Jorge Borrego	5.680	-	-	-	-	-	-	5.680
Jorge Carvalho	-	07.10.2008	1.700	9,07	-	-	12	1.700
Manuel Ramalhete	830	18.07.2008	270	12,00	07.08.2008	500	12	1.600
		29.07.2008	500	11,95				
		10.09.2008	500	11,51				
Mauro Rinaudo	-	29.07.2008	800	10,85	01.08.2008	800	12	800
		12.11.2008	800	8,15				
António Mendes Pinheiro	200	25.04.2008	100	16,39	-	-	-	300
Nuno Moreira da Cruz	1.100	-	-	-	-	-	-	1.100
Pedro Ricardo	5.230	-	-	-	-	-	-	5.230
Rufino Ribeiro	980	-	-	-	-	-	-	980
José Eduardo Nunes	930	-	-	-	-	-	-	930
Tiago Villas-Boas	8.320	27.06.2008	350	13,930	-	-	-	9.670
		03.10.2008	500	10,735				
		07.10.2008	500	8,600				
Vasco Ferreira	1.590	-	-	-	-	-	-	1.590

Negócios de administradores com a Sociedade

Nos termos dos artigos 66.º alínea e) e 397.º do CSC.

Não se registaram em 2008 autorizações a membros do conselho de administração da Galp Energia para a realização de negócios com a sociedade.

Exercício pelos administradores de outras actividades

Nos termos do artigo 398.º do CSC.

Com excepção do Dr. João Pedro Leitão Pinheiro de Figueiredo Brito até à sua eleição para vogal do Conselho de Administração ocorrida em 24 de Maio de 2005, renovada em 6 de Maio de 2008, nenhum dos restantes administradores exerceu, durante o exercício de 2008, na sociedade ou em sociedades que com esta estejam em relação de domínio ou de grupo, quaisquer funções temporárias ou permanentes ao abrigo de contrato de trabalho, subordinado ou autónomo.

Por deliberação dos accionistas em assembleia geral realizada em 6 de Maio de 2008, foi, nos termos previstos no n.º 3 do artigo 398.º do CSC, conferida autorização aos administradores eleitos que exerçam actividade concorrente com a da Galp Energia, bem como aprovada a definição do regime de acesso a informação sensível da Galp Energia por parte dos mesmos administradores, nos termos do n.º 4 do mesmo artigo.

Prestação de serviços a sociedades do grupo e posições credoras sobre sociedades participadas

Nos termos do artigo 5.º n.º 4 do Decreto-Lei n.º 495/88 de 30 de Dezembro, com a nova redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 318/94 de 24 de Dezembro.

Ver a Nota 16 (Prestação de serviços a sociedades do Grupo) do anexo ao balanço e à demonstração de resultados das contas individuais.

Contas consolidadas

Galp Energia, SGPS, S.A. e subsidiárias

Demonstrações dos resultados consolidados por naturezas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007

(IFRS/IAS)

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros)

	Notas	Dezembro 2008	Dezembro 2007 reexpresso
Proveitos operacionais:			
Vendas	6	14.860.459	12.433.024
Prestação de Serviços	6	225.324	127.089
Outros proveitos operacionais	6	102.109	101.071
Total de proveitos operacionais:		15.187.892	12.661.184
Gastos operacionais:			
Custo das vendas	7	13.725.987	10.513.474 (a)
Fornecimentos e serviços externos	7	680.073	621.921 (a)
Custos com o pessoal	7	291.895	281.206
Amortizações, depreciações e perdas por imparidades de activos fixos	7	239.670	256.850
Provisões e perdas por imparidade de contas a receber	7	41.842	20.805
Outros custos operacionais	7	41.100	31.337
Total de gastos operacionais:		15.020.567	11.725.593 (a)
Resultados operacionais:		167.325	935.591 (a)
Proveitos financeiros	9	12.612	16.646
Custos financeiros	9	(63.585)	(50.314)
Ganhos (perdas) cambiais		(8.425)	(8.866)
Resultados relativos a participações financeiras em empresas associadas	4	48.391	81.170
Rendimentos de instrumentos financeiros	28	(328)	645
Outros ganhos e perdas		(1.279)	(932)
Resultado antes de impostos:		154.711	973.940 (a)
Imposto sobre o rendimento	10	(32.899)	(249.100)
Resultado antes de interesses minoritários:		121.812	724.840 (a)
Resultado afecto aos interesses minoritários		(4.841)	(4.568)
Resultado líquido consolidado do exercício	11	116.971	720.272 (a)
Resultado por acção (valor em Euros)	11	0.14	0.87 (a)

(a) Valores reexpressos face às demonstrações financeiras aprovadas no exercício de 2007 (vide nota 2.24)

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração dos resultados consolidados por naturezas para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2008.

O técnico oficial de contas

Dr. Carlos Alberto Nunes Barata

O conselho de administração

Dr. Francisco Luís Murteira Nabo
 Eng. Manuel Ferreira De Oliveira
 Eng. Manuel Domingos Vicente
 Dr. Fernando Manuel dos Santos Gomes
 Eng. José António Marques Gonçalves
 Dr. André Freire de Almeida Palmeiro Ribeiro
 Eng. Carlos Nuno Gomes da Silva
 Dr. Rui Paulo da Costa Cunha e Silva Gonçalves

Dr. João Pedro Leitão Pinheiro de Figueiredo Brito

Dr. Alberto Maria Chiarini

Dr. Claudio De Marco

Dr. Paolo Grossi

Eng. Camillo Gloria

Eng. Fabrizio Dassogno

Eng. Giuseppe Ricci

Eng. Luigi Piro

Prof. Doutor Joaquim José Borges Gouveia

Galp Energia, SGPS, S.A. e subsidiárias

Balanços consolidados em 31 de Dezembro de 2008 e 2007

(IFRS/IAS)

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros)

Activo	Notas	Dezembro 2008	Dezembro 2007 reexpresso
Activo não corrente:			
Activos fixos tangíveis	13	2.760.142	2.107.736
Goodwill	12	171.506	17.222
Outros activos fixos intangíveis	13	409.403	309.502
Participações financeiras em associadas	4	297.468	148.755
Participações financeiras em participadas	5	1.173	1.047
Outras contas a receber	15	83.741	89.149
Activos por impostos diferidos	10	200.034	131.891
Outros investimentos financeiros	18	4.789	1.475
Total de activos não correntes:		3.928.256	2.806.777
Activo corrente:			
Inventários	17	1.076.494	1.346.816 (a)
Clientes	16	987.704	1.077.059
Outras contas a receber	15	500.475	330.049
Outros investimentos financeiros	18	2.903	6.156
Imposto corrente sobre o rendimento a receber		-	382
Caixa e seus equivalentes	19	127.168	107.176
Total de activos correntes:		2.694.744	2.867.638 (a)
Total do activo:		6.623.000	5.674.415 (a)
Capital próprio e passivo			
Capital próprio:			
Capital social	20	829.251	829.251
Prémios de emissão		82.006	82.006
Reservas de conversão		(27.449)	(22.818)
Outras reservas	21	174.480	146.438
Reservas de cobertura		(1.752)	1.307
Resultados Acumulados		1.144.432	717.562
Dividendos antecipados	30	(124.095)	(126.046)
Resultado líquido consolidado do exercício		116.971	720.272 (a)
Total do capital próprio atribuível aos accionistas:		2.193.844	2.347.972 (a)
Interesses minoritários	22	24.975	21.988
Total do capital próprio:		2.218.819	2.369.960 (a)
Passivo:			
Passivo não corrente:			
Empréstimos	23	1.304.078	279.712
Empréstimos obrigacionistas	23	-	225.772
Outras contas a pagar	25	56.156	61.757
Responsabilidades com benefícios de reforma e outros benefícios	24	255.896	253.552
Passivos por impostos diferidos	10	18.245	128.700 (a)
Outros instrumentos financeiros	28	3.014	5
Provisões	26	99.468	82.571
Total do passivo não corrente:		1.736.857	1.032.069 (a)
Passivo corrente:			
Empréstimos e descobertos bancários	23	684.949	335.767
Empréstimos obrigacionistas	23	1.711	-
Fornecedores	27	993.266	955.553
Outras contas a pagar	25	982.021	981.066
Outros instrumentos financeiros	28	1.503	-
Imposto corrente sobre o rendimento a pagar	10	3.874	-
Total do passivo corrente:		2.667.324	2.272.386
Total do passivo:		4.404.181	3.304.455 (a)
Total do capital próprio e do passivo:		6.623.000	5.674.415 (a)

(a) Valores reexpressos face às demonstrações financeiras aprovadas no exercício de 2007 (vide nota 2.24).

As notas anexas fazem parte integrante do balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2008.

O técnico oficial de contas

Dr. Carlos Alberto Nunes Barata

O conselho de administração

Dr. Francisco Luís Murteira Nabo
Eng. Manuel Ferreira De Oliveira
Eng. Manuel Domingos Vicente
Dr. Fernando Manuel dos Santos Gomes
Eng. José António Marques Gonçalves
Dr. André Freire de Almeida Palmeiro Ribeiro
Eng. Carlos Nuno Gomes da Silva
Dr. Rui Paulo da Costa Cunha e Silva Gonçalves

Dr. João Pedro Leitão Pinheiro de Figueiredo Brito

Dr. Alberto Maria Chiarini

Dr. Claudio De Marco

Dr. Paolo Grossi

Eng. Camillo Gloria

Eng. Fabrizio Dassogno

Eng. Giuseppe Ricci

Eng. Luigi Piro

Prof. Doutor Joaquim José Borges Gouveia

Galp Energia, SGPS, S.A. e subsidiárias

Demonstrações dos fluxos de caixa consolidados para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e de 2007

(IFRS/IAS)

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	Notas	2008	2007
Actividades operacionais:			
Recebimentos de clientes		15.240.251	11.970.796
Pagamentos a fornecedores		(11.531.403)	(7.766.243)
Pagamentos ao pessoal		(198.238)	(177.493)
Pagamentos/recebimentos de imposto sobre produtos petrolíferos		(2.388.699)	(2.560.429)
(Pagamento)/recebimento do imposto sobre o rendimento		(186.029)	(280.074)
Contribuições para o fundo de pensões	24	(3.960)	(8.771)
Pagamentos a reformados antecipadamente e pré-reformados	24	(13.845)	(14.710)
Pagamentos de despesas de seguro com os reformados	24	(10.807)	(10.453)
Outros (pagamentos)/recebimentos relativos à actividade operacional		(439.208)	(300.688)
Fluxos das actividades operacionais (1)		468.062	851.935
Actividades de investimento:			
Recebimentos provenientes de:			
Participações financeiras		7.777	14.118
Activos fixos tangíveis		8.131	1.140
Activos fixos intangíveis		-	1.213
Subsídios de investimento	14	7.090	62.988
Juros e proveitos similares		2.650	5.118
Dividendos	4	46.816	55.756
Unbundling		-	24.026
Empréstimos concedidos		20.826	195
		93.290	164.554
Pagamentos respeitantes a:			
Participações financeiras		(543.754)	(10.815)
Activos fixos tangíveis		(598.701)	(386.227)
Activos fixos intangíveis		(54.434)	(39.459)
Empréstimos concedidos		(29.427)	(34)
		(1.226.316)	(436.535)
Fluxos das actividades de investimento (2)		(1.133.026)	(271.981)
Actividades de financiamento:			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos obtidos		1.435.789	2.287.680
Aumentos de capital, prestações suplementares e prémios de emissão		342	-
Juros e proveitos similares		2.860	2.794
Letras descontadas		10.610	7.532
		1.449.601	2.298.006
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos		(690.930)	(2.451.749)
Juros de empréstimos obtidos		(41.062)	(14.739)
Juros e custos similares		(17.122)	(32.639)
Dividendos/distribuição de resultados	30	(264.003)	(379.028)
Reembolso de letras descontadas		(10.818)	(7.956)
Amortizações e juros de contratos de locação financeira		(106)	(103)
Juros de contratos de locação financeira		(6)	(4)
Juros de empréstimos obrigacionistas		(626)	(1.110)
		(1.024.673)	(2.887.328)
Fluxos das actividades de financiamento (3)		424.928	(589.322)
Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)		(240.037)	(9.368)
Efeito das diferenças de câmbio		(9.257)	(8.364)
Caixa e seus equivalentes no início do período	19	(16.910)	822
Variação de Perímetro	3	27.369	-
Caixa e seus equivalentes no fim do período	19	(238.835)	(16.910)

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa consolidados para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2008.

O técnico oficial de contas

Dr. Carlos Alberto Nunes Barata

O conselho de administração

Dr. Francisco Luís Murteira Nabo
 Eng. Manuel Ferreira De Oliveira
 Eng. Manuel Domingos Vicente
 Dr. Fernando Manuel dos Santos Gomes
 Eng. José António Marques Gonçalves
 Dr. André Freire de Almeida Palmeiro Ribeiro
 Eng. Carlos Nuno Gomes da Silva
 Dr. Rui Paulo da Costa Cunha e Silva Gonçalves

Dr. João Pedro Leitão Pinheiro de Figueiredo Brito

Dr. Alberto Maria Chiarini
 Dr. Claudio De Marco
 Dr. Paolo Grossi
 Eng. Camillo Gloria
 Eng. Fabrizio Dassogno
 Eng. Giuseppe Ricci
 Eng. Luigi Piro
 Prof. Doutor Joaquim José Borges Gouveia

Galp Energia, SGPS, S.A. e subsidiárias

Demonstrações consolidadas das alterações no capital próprio para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007

(IFRS/IAS)

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros)

Movimentos do Exercício	Notas	Capital social (Nota 20)	Prémios de emissão de acções
Saldo em 1 de Janeiro de 2007		829.251	82.006
Aumentos de reservas por aplicação de resultados		-	-
Distribuição de dividendos / Dividendos Antecipados		-	-
Outros aumentos / diminuições reservas de cobertura	28	-	-
Outras variações		-	-
Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos com derivados financeiros	10	-	-
Diferenças de conversão de balanços expressos em moeda diferente do Euro (Empresas do Grupo)		-	-
Diferenças de conversão de balanços expressos em moeda diferente do Euro (Empresas associadas)		-	-
Variações de interesses minoritários		-	-
Total dos aumentos / diminuições directos no capital próprio		-	-
Resultado líquido consolidado do exercício atribuível aos accionistas e interesses minoritários reexpresso (a)		-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2007- reexpresso (a)		829.251	82.006
Aumentos de reservas por aplicação de resultados	21	-	-
Distribuição de dividendos / Dividendos Antecipados	30	-	-
Outros aumentos / diminuições reservas de cobertura	28	-	-
Outras Variações	10 e 21	-	-
Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos com derivados financeiros	10	-	-
Diferenças de conversão de balanços expressos em moeda diferente do Euro (Empresas do Grupo)		-	-
Diferenças de conversão de balanços expressos em moeda diferente do Euro (Empresas associadas)	4	-	-
Variações de interesses minoritários		-	-
Total dos aumentos / diminuições directos no capital próprio		-	-
Resultado líquido consolidado do exercício atribuível aos accionistas e interesses minoritários		-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2008		829.251	82.006

(a) Valores reexpressos face às demonstrações financeiras aprovadas no exercício de 2007 (vide nota 2.24)

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração consolidada das alterações no capital próprio para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2008.

O técnico oficial de contas

Dr. Carlos Alberto Nunes Barata

O conselho de administração

Dr. Francisco Luís Murteira Nabo
 Eng. Manuel Ferreira De Oliveira
 Eng. Manuel Domingos Vicente
 Dr. Fernando Manuel dos Santos Gomes
 Eng. José António Marques Gonçalves
 Dr. André Freire de Almeida Palmeiro Ribeiro
 Eng. Carlos Nuno Gomes da Silva
 Dr. Rui Paulo da Costa Cunha e Silva Gonçalves

Dr. João Pedro Leitão Pinheiro de Figueiredo Brito

Dr. Alberto Maria Chiarini

Dr. Claudio De Marco

Dr. Paolo Grossi

Eng. Camillo Gloria

Eng. Fabrizio Dassogno

Eng. Giuseppe Ricci

Eng. Luigi Piro

Prof. Doutor Joaquim José Borges Gouveia

Reservas de conversão	Outras reservas (Nota 21)	Reservas de cobertura	Resultados acumulados	Dividendos Antecipados	Resultado líquido Consolidado do Exercício	Sub-Total	Interesses minoritários (Nota 22)	Total
(10.385)	107.024	710	254.757	-	754.774	2.018.137	18.537	2.036.674
-	39.877	-	714.897	-	(754.774)	-	-	-
-	-	-	(252.092)	(126.046)	-	(378.138)	-	(378.138)
-	-	781	-	-	-	781	-	781
-	(463)	-	-	-	-	(463)	-	(463)
-	-	(184)	-	-	-	(184)	-	(184)
(7.399)	-	-	-	-	-	(7.399)	-	(7.399)
(5.034)	-	-	-	-	-	(5.034)	-	(5.034)
-	-	-	-	-	-	-	(1.117)	(1.117)
(12.433)	39.414	597	462.805	(126.046)	(754.774)	(390.437)	(1.117)	(391.554)
-	-	-	-	-	720.272	720.272	4.568	724.840
(22.818)	146.438	1.307	717.562	(126.046)	720.272	2.347.972	21.988	2.369.960
-	28.042	-	566.184	126.046	(720.272)	-	-	-
-	-	-	(139.314)	(124.095)	-	(263.409)	-	(263.409)
-	-	(4.014)	-	-	-	(4.014)	-	(4.014)
-	-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	955	-	-	-	955	-	955
(9.352)	-	-	-	-	-	(9.352)	-	(9.352)
4.721	-	-	-	-	-	4.721	-	4.721
-	-	-	-	-	-	-	(1.854)	(1.854)
(4.631)	28.042	(3.059)	426.870	1.951	(720.272)	(271.099)	(1.854)	(272.953)
-	-	-	-	-	116.971	116.971	4.841	121.812
(27.449)	174.480	(1.752)	1.144.432	(124.095)	116.971	2.193.844	24.975	2.218.819

ÍNDICE

1. NOTA INTRODUTÓRIA	121
a) Empresa – mãe:	121
b) O grupo	121
c) Actividade	121
2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS	122
2.1. Bases de apresentação	122
2.2. Princípios de consolidação	122
2.3. Activos fixos tangíveis	124
2.4. Activos fixos intangíveis	125
2.5. Imparidades de activos não correntes, excepto <i>goodwill</i>	125
2.6. Locações	126
2.7. Inventários	126
2.8. Subsídios governamentais ou de outras entidades públicas	127
2.9. Provisões	127
2.10. Responsabilidades com pensões	127
2.11. Outros benefícios de reforma - cuidados de saúde, seguro de vida e benefício mínimo do plano de contribuição definida	127
2.12. Saldos e transacções expressos em moeda estrangeira	128
2.13. Proveitos e especialização de exercícios	128
2.14. Encargos financeiros com empréstimos obtidos	128
2.15. Imposto sobre o rendimento	128
2.16. Activos não correntes disponíveis para venda	129
2.17. Instrumentos financeiros	129
2.18. Licenças de emissão de CO ₂	130
2.19. Classificação de balanço	130
2.20. Eventos subsequentes	130
2.21. Informação por segmentos	130
2.22. Estimativas e julgamentos	130
2.23. Política de gestão de riscos e respectivas coberturas	131
2.24. Alteração de políticas contabilísticas	131
3. EMPRESAS INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO	132
4. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS EM EMPRESAS ASSOCIADAS	138
5. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS EM EMPRESAS PARTICIPADAS	139
6. PROVEITOS OPERACIONAIS	139
7. CUSTOS OPERACIONAIS	143
8. INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS	144
9. PROVEITOS E CUSTOS FINANCEIROS	148
10. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO	148
11. RESULTADOS POR ACÇÃO	151
12. GOODWILL	151
13. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS	152
14. SUBSÍDIOS	154
15. OUTRAS CONTAS A RECEBER	155
16. CLIENTES	156
17. INVENTÁRIOS	157
18. OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS	158
19. CAIXA E SEUS EQUIVALENTES	158
20. CAPITAL SOCIAL	159
21. OUTRAS RESERVAS	159
22. INTERESSES MINORITÁRIOS	160
23. EMPRÉSTIMOS	160
24. RESPONSABILIDADES COM BENEFÍCIOS DE REFORMA E OUTROS BENEFÍCIOS	162
Outros benefícios de reforma – cuidados de saúde, seguro de vida e benefício mínimo do plano de contribuição definida (invalidez e sobrevivência)	165
25. OUTRAS CONTAS A PAGAR	167
26. PROVISÕES	168
27. FORNECEDORES	169
28. OUTROS INSTRUMENTOS FINANCEIROS	169
29. SALDOS COM ENTIDADES RELACIONADAS	171
30. DIVIDENDOS	175
31. RESERVAS PETROLÍFERAS	175
32. GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS	175
33. ACTIVOS E RESPONSABILIDADES CONTINGENTES	177
34. INFORMAÇÃO SOBRE MATÉRIAS AMBIENTAIS	179
35. EVENTOS SUBSEQUENTES	179
36. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	180

Galp Energia, SGPS, S.A. e subsidiárias

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IAS/IFRS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 (Montantes expressos em milhares de Euros – mEuros)

1. Nota introdutória

a) Empresa – mãe:

A Galp Energia, SGPS, S.A. (adiante designada por Galp ou Empresa), foi constituída sobre a forma de sociedade anónima de capitais públicos, através do Decreto-Lei nº 137-A/99, de 22 de Abril de 1999, com a denominação de “Galp – Petróleos e Gás de Portugal, SGPS, S.A.”, tendo adoptado, em 13 de Setembro de 2000, a denominação actual – Galp Energia, SGPS, S.A..

A sua sede é em Lisboa e tem como objecto social a gestão de participações sociais de outras sociedades, tendo agrupado, à data da sua constituição, as participações directas do Estado nas seguintes sociedades: Petróleos de Portugal – Petrogal, S.A.; GDP–Gás de Portugal, SGPS, S.A. e Transgás – Sociedade Portuguesa de Gás Natural, S.A. (“Transgás, S.A.” actualmente denominada por Galp Gás Natural, S.A.).

Ao longo dos últimos anos a estrutura accionista da Empresa sofreu diversas alterações encontrando-se a posição em 31 de Dezembro de 2008 evidenciada na Nota 20. Parte das acções da Empresa representativas de 25,32% do capital Social encontram-se cotadas em bolsa, na Euronext Lisbon.

b) O Grupo:

Em 31 de Dezembro de 2008 o grupo Galp (“Grupo”) é constituído pela Galp e subsidiárias, as quais incluem: (i) a Petróleos de Portugal – Petrogal, S.A. (“Petrogal”) e respectivas subsidiárias que desenvolvem as suas actividades de *upstream* e *downstream* na área do petróleo bruto e seus derivados; (ii) a GDP – Gás de Portugal, SGPS, S.A., e respectivas subsidiárias que desenvolvem a sua actividade na área do gás natural; (iii) a Galp Power, SGPS, S.A. e respectivas subsidiárias que desenvolvem a sua actividade no sector da electricidade e energias renováveis; e (iv) a Galp Energia, S.A., empresa que desenvolve os serviços de suporte corporativos.

b1) Actividade de *upstream* e *downstream* na área do petróleo bruto

A Petrogal é a única empresa a operar no sector da refinação de petróleos em Portugal e controla maioritariamente a distribuição de produtos refinados de petróleo através da marca GALP, da qual é proprietária. A Petrogal e as suas subsidiárias desenvolvem a sua actividade na área da exploração e produção (*upstream*), e a refinação e distribuição (*downstream*) de petróleo bruto e seus derivados.

b2) Actividade de Gás Natural

As empresas subsidiárias do grupo GDP – Gás de Portugal, SGPS, S.A. que têm actividade de: i) aprovisionamento venda a produtores de electricidade em regime ordinário e venda ao comercializador de último recurso grossista, nomeadamente através da Galp Gás Natural, S.A.; ii) armazenagem através da Transgás Armazenagem, S.A. e iii) distribuição e comercialização de gás natural, nomeadamente através da LisboaGás GDL – Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S.A., Lusitaniagás – Companhia de Gás do Centro, S.A. e Beiragás – Companhia de Gás das Beiras, S.A., que operam com base em contratos de concessão celebrados com o Estado Português, que tinham data de término em 2028 (ou 2034 no caso da Beiragás). Os contratos iniciais, excepto da Galp Gás Natural, S.A., estiveram em vigor até ao ano de 2007 (inclusive). Em 11 de Abril de 2008 foram assinados novos contratos de concessão com efeitos a 1 de Janeiro de 2008 e que terminam em 2045 no caso da actividade de armazenagem e 2047 no caso das actividades de distribuição e comercialização de gás natural ao abrigo da nova legislação para este sector. Findo este prazo, os bens afectos às concessões serão transferidos para o Estado Português e as empresas serão indemnizadas por um montante correspondente ao valor líquido contabilístico daqueles bens àquela data, líquido de amortizações, participações financeiras e subsídios a fundo perdido.

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 169/2005, de 24 de Outubro, que aprovou a estratégia nacional para a energia, estabelece como uma das linhas de orientação a liberalização e a promoção da concorrência nos mercados energéticos, através da alteração dos respectivos enquadramentos estruturais.

O decreto-lei n.º 30/2006, de 15 de Fevereiro, concretizando no plano normativo a linha estratégica da Resolução do Conselho de Ministros n.º 169/2005, de 24 de Outubro, define para o sector do gás natural um quadro legislativo coerente e articulado com a legislação comunitária e os principais objectivos estratégicos aprovados na referida resolução. Neste quadro, são estabelecidos os princípios de organização e funcionamento do Sistema Nacional de Gás Natural, bem como as regras gerais aplicáveis ao exercício das actividades de recepção, armazenamento e regaseificação de GNL, armazenamento subterrâneo, transporte, distribuição e comercialização, transpondo-se, desta forma, os princípios da Directiva n.º 2003/55/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de Junho, tendo por finalidade o incremento de um mercado livre e concorrencial. A organização do Sistema Nacional de Gás Natural assenta fundamentalmente na exploração da rede pública de gás natural, constituída pela Rede Nacional de Transporte, Instalações de Armazenamento e Terminais e pela Rede Nacional de Distribuição de Gás Natural. A exploração destas infra-estruturas processa-se através de concessões de serviço público, ou de licenças de serviço público no caso de redes locais autónomas de distribuição. Simultaneamente, nas condições a estabelecer em legislação complementar, permite-se a distribuição privativa de gás natural através de licença para o efeito.

A actividade de comercialização de gás natural é livre, ficando, contudo, sujeita a atribuição de licença pela entidade administrativa competente, definindo-se claramente o elenco dos direitos e dos deveres na perspectiva de um exercício transparente da actividade. No exercício da sua actividade, os comercializadores podem livremente comprar e vender gás natural. Para o efeito, têm o direito de acesso às instalações de armazenamento e terminais de GNL, às redes de transporte e às redes de distribuição, mediante o pagamento de uma tarifa regulada. O livre exercício de comercialização de gás natural fica sujeito ao regime transitório estabelecido para a abertura gradual do mercado, tendo em consideração o estatuto de mercado emergente e da derrogação que lhe está associada.

Nos termos referidos no decreto-lei, supra referido, as actividades que se integram na rede pública de gás natural, a comercialização de gás natural de último recurso e a operação logística de mudança de fornecedor estão sujeitas a regulação. Sem prejuízo das competências de outras entidades administrativas, a regulação sectorial é da competência da Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE).

Por forma a concretizar a separação das actividades de distribuição e comercialização de gás natural foram assinados contratos entre as distribuidoras regionais e a Galp Gás Natural, S.A. relativamente à transmissão de activos regulados. Adicionalmente, foram constituídas empresas comercializadoras, nas regiões em que o número de clientes é superior a 100 mil, com vista à separação da actividade de comercialização da actividade de distribuição.

Em 12 de Julho de 2008 foi publicado o Despacho n.º 13/2008, no qual a entidade reguladora dos serviços energéticos (“ERSE”) procedeu à fixação de tarifas a aplicar pelas entidades que desenvolvem actividades reguladas para o ano gás 2008-2009 por forma a que sejam recuperados os proveitos permitidos para aquele período, conforme previsto no artigo 149º do Regulamento Tarifário.

O ano gás representa o período entre 01 de Julho de um ano até 30 de Junho do ano seguinte.

As tarifas a debitar aos clientes incluem a tarifa de energia, a tarifa de uso da rede de transporte, a tarifa de uso global do sistema de gás natural, a tarifa de uso da rede de distribuição, e ainda a tarifa de comercialização, que remuneram as actividades reguladas.

No âmbito do referido regulamento as Empresas do Grupo desenvolvem as actividades de armazenagem, distribuição e comercialização de último recurso de gás natural.

b3) Actividade de Geração de Energia

As empresas subsidiárias do grupo Galp Power desenvolvem as actividades relacionadas com a produção e comercialização de energia eléctrica e térmica.

c) Actividade

A actividade do grupo Galp Energia compreende os seguintes negócios:

- O segmento de negócio de Exploração e Produção (“E&P”) é responsável pela presença da Galp Energia no sector *upstream* da indústria petrolífera, levando a cabo a supervisão e execução de todas as actividades relacionadas com a exploração, desenvolvimento e produção de hidrocarbonetos essencialmente em Angola, Brasil, Moçambique e Timor-Leste.
- O segmento de negócio de Refinação e Distribuição de Produtos Petrolíferos (“Refinação e Distribuição”) detém as duas únicas refinarias existentes em Portugal e inclui ainda todas as actividades de comercialização, a retalho e grossista, de produtos refinados (incluindo GPL). O segmento de Refinação e Distribuição controla igualmente a maior parte das infra-estruturas de armazenamento e transporte de produtos petrolíferos em Portugal, as quais se encontram estrategicamente localizadas, quer para a exportação quer para a distribuição dos produtos nos principais centros de consumo. Esta actividade de comercialização a retalho com a marca Galp, estende-se ainda a Espanha, Moçambique, Guiné-Bissau, Gâmbia e Suazilândia com subsidiárias totalmente detidas pelo grupo e *joint-ventures* em Angola e Cabo Verde.
- O segmento de negócio de Gás e Power abrange as áreas de negócio de Aprovisionamento, Comercialização e Distribuição de Gás Natural e a cogeração de energia.
 - A área de Aprovisionamento e Comercialização de Gás Natural destina-se a fornecer gás natural a grandes clientes industriais, com um consumo anual superior a 2 milhões de m³, a empresas produtoras de electricidade e às empresas integradas comercializadoras de gás natural e às UAG’s (“Unidades Autónomas de Gás”). A Galp também mantém os contratos de aprovisionamento de longo prazo com empresas da Argélia e da Nigéria, por forma a satisfazer a procura dos seus clientes.
 - A área de Distribuição e Comercialização de Gás Natural, em conjunto com as empresas distribuidoras e comercializadoras de gás natural nas quais a Galp Energia detém participações significativas, tem em vista a venda de gás natural a clientes residenciais, comerciais e industriais com consumos anuais inferiores a 2 milhões de m³.
 - A área de Power produz actualmente energia eléctrica e térmica que fornece a grandes clientes industriais. Actualmente a Galp Energia detém participações em cinco centrais de cogeração com uma capacidade instalada total de 80 MW. Adicionalmente, detém participação em parques eólicos e central ou centrais de ciclo combinado, os quais se encontram ainda em fase de investimento.

As Demonstrações Financeiras anexas são apresentadas em Euros (moeda funcional), dado que esta é a divisa preferencialmente utilizada, no ambiente económico em que a Empresa opera.

2. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas adoptadas pelo Grupo na preparação das demonstrações financeiras consolidadas são as abaixo mencionadas. Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2008 ocorreram alterações de políticas contabilísticas face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício anterior, evidenciadas na Nota 2.24. Não tem sido reconhecido erros materiais relativos a exercícios anteriores.

2.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas do grupo Galp Energia foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e tomando por base o custo histórico, excepto para os instrumentos financeiros derivados que se encontram registados pelo justo valor (Nota 2.17), a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação (Notas 3 e 4), mantidos de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceites nos países de cada participada, ajustados no processo de consolidação, de modo a que as demonstrações financeiras consolidadas estejam de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adoptadas pela União Europeia, em vigor para exercícios económicos iniciados em 1 de Janeiro de 2008. Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas, quer as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS” – International Financial Reporting Standards) emitidas pelo International Accounting Standard Board (“IASB”), quer as Normas Internacionais de Contabilidade (“IAS”), emitidas pelo International Accounting Standards Committee (“IASC”) e respectivas interpretações – SIC e IFRIC, emitidas pelo International Financial Reporting Interpretation Committee (“IFRIC”) e Standing Interpretation Committee (“SIC”), que tenham sido adoptadas na União Europeia. De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações serão designados genericamente por “IAS/IFRS”.

A 31 de Dezembro de 2008, foram aprovadas alterações à norma IAS 39 e IFRS 7 – “Reclassificações de Instrumentos Financeiros” já emitida e publicada no Jornal Oficial da União Europeia (“JOUE”) sendo a sua aplicação em exercícios contabilísticos que se iniciam em ou a partir de 1 de Julho de 2008. Igualmente à data de 31 de Dezembro de 2008, estavam já emitidas e publicadas no “JOUE” as alterações à norma IAS 23 – “Custos de Empréstimos Obtidos” (com aplicação para os exercícios iniciados a partir de 1 de Janeiro de 2009), alterações à norma IFRS 2 “pagamento com base em acções” (com aplicação para os exercícios iniciados a partir de 1 de Janeiro de 2009), alterações à norma IAS 1 – “Apresentação de Demonstrações Financeiras” (com aplicação para os exercícios iniciados a partir de 1 de Janeiro de 2009), a interpretação IFRIC 13 – “Programas de fidelização de clientes” (com aplicação para os exercícios iniciados a partir de 1 de Julho de 2008) e a interpretação IFRIC 14 – “IAS 19 – O limite sobre um activo de benefícios definidos, requisitos de financiamento mínimo e respectiva interacção” (com aplicação para os exercícios iniciados a partir de 1 de Janeiro de 2008), a norma IFRS 8 – “Segmentos Operacionais” (com aplicação para os exercícios iniciados a partir de 1 de Janeiro de 2009). O Grupo Galp Energia decidiu não adoptar em 2008 as normas aprovadas pela União Europeia cuja aplicação não é obrigatória para este exercício económico. Não são estimados impactos significativos nas demonstrações financeiras do Grupo, decorrentes da adopção dessas normas.

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram utilizadas estimativas que afectam as quantias reportadas de activos e passivos, assim como as quantias reportadas de proveitos e custos durante o período de reporte. Todas as estimativas e assunções efectuadas pelo Conselho de Administração foram contudo efectuadas, com base no melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transacções em curso.

2.2 Princípios de consolidação

Os métodos de consolidação adoptados pelo Grupo são os seguintes:

a) Participações financeiras em empresas do Grupo

As participações financeiras em empresas nas quais o Grupo detenha, directa ou indirectamente mais de 50% dos direitos de voto em Assembleia Geral de Accionistas e/ou detenha o poder de controlar as suas políticas financeiras e operacionais (definição de controlo adoptada pelo Grupo), foram incluídas nestas demonstrações financeiras consolidadas pelo método de consolidação integral. As empresas consolidadas pelo método de consolidação integral encontram-se detalhadas na Nota 3.

O capital próprio e o resultado líquido correspondente à participação de terceiros nas empresas subsidiárias são apresentados separadamente no balanço consolidado e na demonstração de resultados consolidada, respectivamente na rubrica interesses minoritários. Quando os prejuízos aplicáveis aos minoritários excedem o interesse minoritário no capital próprio da subsidiária, o Grupo absorve esse excesso e quaisquer prejuízos adicionais, excepto quando os minoritários tenham a obrigação e sejam capazes de cobrir esses prejuízos. Se a subsidiária subsequentemente relatar lucros, o Grupo apropria todos os lucros até que a parte minoritária dos prejuízos absorvidos pelo Grupo tenham sido recuperados.

Os activos e passivos de cada empresa do grupo são identificados ao seu justo valor na data de aquisição ou tal como previsto na IFRS 3, durante um período de 12 meses após aquela data. Qualquer excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos activos e passivos líquidos adquiridos é reconhecido como *goodwill* (Nota 2.2.d)). Caso o diferencial entre o custo de aquisição e o justo valor dos activos e passivos líquidos adquiridos seja negativo, o mesmo é reconhecido como um proveito do exercício.

Os interesses minoritários incluem a proporção dos terceiros no justo valor dos activos e passivos identificáveis à data de aquisição das subsidiárias.

Os resultados das filiais adquiridas ou vendidas durante o exercício estão incluídos nas demonstrações de resultados desde a data da sua aquisição ou até à data da sua venda.

Sempre que necessário são efectuados ajustamentos às demonstrações financeiras das subsidiárias para adequar as suas políticas contabilísticas às usadas pelo Grupo. As transacções (incluindo as eventuais mais e menos valias derivadas de alienações entre empresas do Grupo), os saldos e os dividendos distribuídos entre empresas do Grupo são eliminados no processo de consolidação.

Nas situações em que o Grupo detenha, em substância, o controlo de outras entidades criadas com um fim específico, ainda que não possua participações de capital directamente nessas entidades, as mesmas são consolidadas pelo método de consolidação integral. As entidades nessas situações, quando existam, são incluídas na Nota 3.

Os investimentos financeiros em empresas do Grupo são sempre consolidados.

b) Participações Financeiras em Entidades Conjuntamente Controladas

As participações financeiras em empresas controladas conjuntamente foram incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas anexas pelo método de consolidação proporcional, desde a data em que o controlo conjunto é exercido. De acordo com este método os activos, passivos, proveitos e custos destas empresas foram integrados, nas demonstrações financeiras consolidadas anexas, rubrica a rubrica na proporção do controlo atribuível ao Grupo. As empresas consolidadas pelo método de consolidação proporcional encontram-se detalhadas na Nota 3.

O excesso do custo de aquisição face ao justo valor de activos e passivos identificáveis de cada entidade conjuntamente controlada na data de aquisição, é reconhecido como *goodwill* (Nota 2.2.d)). Caso o diferencial entre o custo de aquisição e o justo valor dos activos e passivos líquidos adquiridos seja negativo, o mesmo é reconhecido como um proveito do exercício.

As transacções, os saldos e os dividendos distribuídos entre empresas são eliminados, no processo de consolidação, na proporção do controlo atribuível ao Grupo.

A classificação dos investimentos financeiros em empresas controladas conjuntamente é determinada com base em acordos parassociais que regulam o controlo conjunto.

As empresas consolidadas pelo método de consolidação proporcional encontram-se detalhadas na Nota 3.

c) Participações financeiras em empresas associadas

As participações financeiras em empresas associadas (empresas onde o Grupo exerce uma influência significativa, mas não detém quer o controlo quer o controlo conjunto das mesmas através da participação nas decisões financeiras e operacionais da empresa, normalmente quando detém entre 20% e 50% do capital de uma empresa) são registadas pelo método de equivalência patrimonial.

De acordo com o método de equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas pelo seu custo de aquisição, ajustado pelo valor correspondente à participação do Grupo nas variações dos capitais próprios (incluindo o resultado líquido) das associadas por contrapartida de ganhos ou perdas do exercício na rubrica de resultados relativos a participações financeiras em empresas associadas, bem como de dividendos recebidos.

O excesso do custo de aquisição face ao justo valor de activos e passivos identificáveis da associada na data de aquisição é reconhecido como diferença de consolidação (*goodwill*) (Nota 2.2.d)) e mantida no valor do investimento financeiro em associadas. Caso o diferencial entre o custo de aquisição e o justo valor dos activos e passivos líquidos adquiridos seja negativo, o mesmo é reconhecido como um proveito do exercício na rubrica de resultados relativos a participações financeiras em empresas associadas, após confirmação do justo valor atribuído.

É efectuada uma avaliação dos investimentos em associadas quando existem indícios de que a participação possa estar em imparidade, bem como uma avaliação anual do valor do *goodwill*, sendo registadas como custo as perdas de imparidade que se demonstrem existir. Quando as perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores deixam de existir são objecto de reversão. Contudo, imparidades existentes em *goodwill* não serão revertidas.

Quando a proporção do Grupo nos prejuízos acumulados da associada excede o valor pelo qual a participação se encontra registada, a participação financeira é reportada por valor nulo, excepto quando o Grupo tenha assumido compromissos com a associada e nesse caso, o Grupo regista uma perda pelo montante da responsabilidade solidária assumida junto da associada.

Os ganhos e perdas não realizados em transacções com associadas são eliminados proporcionalmente ao interesse do Grupo na associada, por contrapartida do investimento nessa mesma associada. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não evidencie que o activo transferido esteja em situação de imparidade.

As participações financeiras em empresas associadas encontram-se detalhadas na Nota 4.

d) Goodwill

As diferenças entre o custo de aquisição das participações financeiras em empresas do Grupo, empresas controladas conjuntamente e empresas associadas e o justo valor dos activos e passivos identificáveis dessas empresas à data da sua aquisição ou durante um período de 12 meses após aquela data, se positivas são registadas na rubrica de *goodwill* (no caso de respeitar a *goodwill* em empresas do Grupo ou em empresas controladas conjuntamente) (Nota 12) ou incluídas na rubrica de participações financeiras em empresas associadas (no caso de respeitar a empresas associadas).

As diferenças entre o custo de aquisição dos investimentos em entidades sediadas no estrangeiro e o justo valor dos activos e passivos identificáveis dessas entidades à data da sua aquisição ou durante um período de 12 meses após aquela data, encontram-se registadas na moeda funcional das mesmas, sendo convertidas para a moeda de reporte do Grupo (Euros) à taxa de câmbio em vigor na data de balanço. As diferenças cambiais geradas nessa conversão são registadas na rubrica de reservas de conversão, no capital próprio.

O *goodwill* originado em aquisições anteriores à data de transição para IFRS (1 de Janeiro de 2004) foi mantido pelos valores apresentados de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal (*deemed cost*) àquela data, e objecto de testes de imparidade à data de Balanço, à luz da IFRS 1.

O *goodwill* gerado em aquisições posteriores a 1 de Janeiro de 2004 (data de transição para as IFRS), bem como o valor líquido do *goodwill* gerado em aquisições anteriores a essa data, não é amortizado, mas sujeito pelo menos anualmente a um teste de imparidade para verificar se existem perdas. Qualquer perda por imparidade é registada imediatamente no balanço como dedução ao valor do activo e na demonstração de resultados na rubrica de outros ganhos e perdas, não sendo posteriormente revertida.

Se a contabilização inicial de uma concentração de actividades empresariais puder ser determinada apenas provisoriamente no final do período em que a concentração for efectuada porque os justos valores a atribuir aos activos, passivos e passivos contingentes identificáveis da adquirida ou o custo da concentração apenas podem ser determinados provisoriamente, o grupo Galp contabiliza a concentração usando esses valores provisórios. Esses valores determinados provisoriamente serão ajustados aquando da determinação objectiva dos justos valores dos Activos e Passivos a ocorrer até um período até doze meses após a data de aquisição. O *goodwill* ou qualquer outro ganho reconhecido será ajustado desde a data da aquisição por uma quantia igual ao ajustamento no justo valor à data de aquisição do activo, passivo e passivo contingente identificável a ser reconhecido ou ajustado e a informação comparativa apresentada para os períodos anteriores à conclusão da contabilização inicial da

concentração será apresentada como se a contabilização inicial tivesse sido concluída na data de aquisição. Isto inclui qualquer depreciação, amortização ou outro efeito de lucro ou perda adicional reconhecido como resultado de concluir a contabilização inicial.

e) Conversão de demonstrações financeiras expressas em moeda estrangeira

São tratadas como entidades estrangeiras as que operando no estrangeiro têm autonomia organizacional, económica e financeira.

Os activos e passivos das demonstrações financeiras de entidades estrangeiras são convertidos para Euros utilizando as taxas de câmbio vigentes à data do balanço e os custos e proveitos e fluxos de caixa dessas demonstrações financeiras são convertidos para Euros utilizando-se a taxa de câmbio média verificada no exercício. A diferença cambial resultante, gerada após 1 de Janeiro de 2004 (data de transição para IFRS), é registada no capital próprio na rubrica de "Reservas de Conversão". As diferenças cambiais geradas até 1 de Janeiro de 2004 (data de transição para IFRS) foram anuladas por contrapartida de Resultados acumulados.

O *goodwill* e os ajustamentos de justo valor resultantes da aquisição de entidades estrangeiras são tratados como activos e passivos dessa entidade e transpostos para Euros de acordo com a taxa de câmbio em vigor na data do balanço.

Sempre que uma entidade estrangeira é alienada, a diferença cambial acumulada é transferida da rubrica de reservas de conversão do capital próprio para a rubrica de outros ganhos ou perdas da demonstração de resultados.

Os suprimentos em moeda diferente da moeda funcional de reporte da empresa mãe e que não tenham prazo estipulado de reembolso são vistos como investimentos líquidos nas entidades estrangeiras. As diferenças cambiais geradas, mas não anuladas no processo de consolidação, na transposição dos saldos dos suprimentos para a moeda funcional de reporte da empresa são reclassificadas em contas consolidadas para a rubrica de "Reservas de conversão" constante dos capitais próprios atribuíveis aos accionistas.

As demonstrações financeiras das entidades estrangeiras, incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas anexas, foram convertidas para Euros através da utilização das seguintes taxas de câmbio:

Divisa	Vigente no final do ano		Média do ano	
	2008	2007	2008	2007
Dalasi da Gâmbia (a)	38.23	n.a.	33.20	n.a.
Dirhams de Marrocos	11.27	11.35	11.35	11.22
Dólares dos Estados Unidos da América	1.39	1.47	1.47	1.37
Escudos de Cabo Verde	110.27	110.27	110.27	110.27
Franco CFA	655.96	655.96	655.96	655.96
Lilangeni da Suazilândia (a)	13.54	n.a.	11.98	n.a.
Meticais de Moçambique	35.98	36.28	35.64	35.67
Reais do Brasil	3.24	2.60	2.67	2.66

(a) – não aplicável em 2007, dado que as empresas foram adquiridas durante o ano de 2008.

2.3. Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis adquiridos até 1 de Janeiro de 2004 (data de transição para IFRS) encontram-se registados à luz da opção prevista pela IFRS 1, pelo seu custo considerado (*deemed cost*), o qual corresponde ao custo de aquisição, reavaliado, quando aplicável, de acordo com as disposições legais até aquela data, deduzido das amortizações acumuladas, das perdas por imparidade e dos subsídios ao investimento.

Os activos fixos tangíveis adquiridos após aquela data encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas, perdas por imparidade e dos subsídios ao investimento. O custo de aquisição inclui o preço de factura, despesas de transporte, montagem e os encargos financeiros suportados durante o período de construção.

Os activos fixos tangíveis em curso reflectem activos fixos ainda em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de subsídios ao investimento auferidos e de eventuais perdas por imparidade, sendo amortizados a partir do momento em que os projectos de investimentos estejam concluídos ou prontos para uso.

As amortizações são calculadas, sobre o valor de custo considerado (para as aquisições até 1 de Janeiro de 2004) ou sobre o custo de aquisição, pelo método das quotas constantes, aplicada a partir da data de entrada em funcionamento dos bens, utilizando-se de entre as taxas económicas mais apropriadas, as que permitam a reintegração do imobilizado, durante a sua vida útil estimada, tendo em conta, nos casos em que tal é aplicável, e limitativa ao período de concessão.

As taxas de amortização anuais médias utilizadas podem resumir-se como segue:

	Taxas	
Terrenos e recursos naturais - servidões	2,20%	3,13%
Edifícios e outras construções	2,00%	10,00%
Equipamento básico	2,20%	12,50%
Equipamento de transporte	16,67%	25,00%
Ferramentas e utensílios	12,50%	25,00%
Equipamento administrativo	5,00%	33,33%
Taras e vasilhame	7,14%	33,33%
Outras activos fixos tangíveis	10,00%	33,33%

As infra-estruturas afectas ao gás natural, nomeadamente as redes de distribuição de gás encontram-se a ser amortizadas por um período de 45 anos por se entender que representa o período de vida útil económica daqueles activos.

Os encargos com reparações e manutenção de natureza corrente e plurianual são registados como gastos do exercício em que são incorridos. As grandes reparações relativas à substituição de partes de equipamentos ou outros activos fixos tangíveis são registadas como activos fixos tangíveis, caso seja identificada e abatida a componente substituída, e amortizadas às taxas correspondentes à vida útil residual dos respectivos activos fixos principais.

Actividade de exploração e produção petrolífera

Os activos fixos tangíveis relacionados com a actividade de exploração e produção petrolífera encontram-se registadas ao custo de aquisição e correspondem, essencialmente a:

- (i) Despesas incorridas com a pesquisa e desenvolvimento da área de exploração (“campo”), adicionadas dos custos de estrutura e financeiros incorridos até à data do início da produção, os quais são capitalizados em imobilizado em curso. Quando o campo inicia a sua produção, estas despesas são transferidas de imobilizado em curso para imobilizado fixo, e são amortizadas.

As reservas provadas desenvolvidas e as reservas provadas totais utilizadas pelo Grupo no apuramento da taxa de amortização de acordo com o método da unidade de produção (“UOP”), foram determinadas por uma entidade especializada.

As despesas de desenvolvimento são amortizadas de acordo com o coeficiente calculado pela proporção de volume de produção verificado em cada período de amortização sobre o volume de reservas provadas desenvolvidas (*proved developed reserves*) determinadas no final desse período, adicionadas da produção daquele período (Método “UOP”).

As despesas de pesquisa são amortizadas de acordo com o coeficiente calculado pela proporção do volume de produção verificado em cada período de amortização, sobre o volume de reservas provadas totais (*Total proved reserves*) determinadas no final desse período adicionadas à produção do período.

As despesas de pesquisa afectas a campos que ainda se encontram na fase de exploração e desenvolvimento, encontram-se classificadas em imobilizado em curso.

- (ii) Despesas de aquisição da licença de exploração e produção petrolífera (bónus de assinatura), são amortizadas em quotas constantes durante o período remanescente da licença após o início da produção.

Todas as despesas incorridas na fase de pesquisa de campos petrolíferos sem sucesso, são reconhecidas como custos na demonstração de resultados do exercício em que é conhecida a não continuidade dos trabalhos de pesquisa e/ou desenvolvimento.

As mais ou menos-valias resultantes da alienação ou abate dos activos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate. O valor líquido contabilístico incorpora as perdas por imparidade acumuladas. As mais e menos-valias contabilísticas apuradas são registadas na demonstração de resultados nas rubricas de outros rendimentos operacionais ou outros gastos operacionais, respectivamente.

2.4. Activos fixos intangíveis

Os activos fixos intangíveis encontram-se valorizados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas, subsídios ao investimento e perdas por imparidade. Os activos fixos intangíveis só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para o Grupo e sejam controláveis e mensuráveis com fiabilidade.

As despesas com pesquisa não relacionadas com a actividade de *upstream* são reconhecidas como custo do exercício.

As despesas com desenvolvimento somente são registadas como activo fixos intangíveis, se o Grupo demonstrar capacidade técnica e económica, bem como decisão para completar esse desenvolvimento e iniciar a sua comercialização ou uso próprio e demonstre, igualmente, a probabilidade do activo criado gerar benefícios económicos futuros. Caso as despesas não satisfaçam esses requisitos, as despesas com desenvolvimento são registadas como custo do exercício em que são incorridas.

Os activos fixos intangíveis com vida útil finita são amortizados pelo método das quotas constantes, excepto no que respeita aos activos afectos à actividade de exploração e produção, após o início de utilização.

As taxas de amortização variam conforme os prazos dos contratos existentes ou a expectativa de uso do activo fixo intangível.

O Grupo capitaliza as despesas relacionadas com a reconversão de consumos para gás natural que se consubstanciem na adaptação de instalações. O Grupo considera que consegue controlar os benefícios económicos futuros dessas reconversões, através da venda continuada de gás aos fogos e pela inclusão destes no preço homologado pela Direcção Geral de Geologia e Energia (Dec-lei 140/2006 de 26 de Julho). Estas despesas são amortizadas em quotas constantes até ao final do período de concessão atribuído às empresas distribuidoras de gás natural. Em resultado da alteração ao contrato de concessão ocorrida (Nota Introdutória b2) e da consequente alteração do período de concessão, a taxa de amortização destes activos foi alterada por forma a que o valor líquido contabilístico dos bens em 1 de Janeiro de 2008 seja amortizado até ao final do novo período de concessão.

As imobilizações incorpóreas incluem além das reconversões de consumos para gás natural, despesas incorridas com projectos de desenvolvimento informático e prémios de exclusividade pagos a revendedores de produtos Galp e encargos com direitos de superfície, os quais são amortizados, durante o período de duração dos respectivos contratos (o qual varia entre dez e vinte anos).

2.5. Imparidade de activos não correntes, excepto goodwill

São efectuados testes de imparidade à data do balanço e sempre que seja identificada uma desvalorização do activo ou activos em apreço. Sempre que o montante pelo qual o activo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável é reconhecida uma perda por imparidade, que é registada na demonstração de resultados na rubrica de amortizações, depreciações e perdas por imparidade de activos fixos.

A quantia recuperável é o maior entre o preço de venda líquido e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do activo, numa transacção entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos directamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é determinado pela actualização dos fluxos de caixa futuros estimados do activo durante a sua vida útil estimada. A quantia recuperável é estimada para o activo ou unidade geradora de caixa a que este possa pertencer. A taxa de desconto utilizada na actualização dos fluxos de caixa descontados reflecte o WACC (*Weighted Average Cost of Capital*) do grupo Galp Energia utilizado para o segmento de negócio e País a que o activo pertence. A unidade geradora de caixa alvo de análise para detecção de imparidade depende do segmento de negócio: no segmento da refinação e distribuição, a unidade geradora de caixa é a rede de postos de abastecimento por país; no segmento da Exploração a unidade geradora de caixa é a área de desenvolvimento; e no segmento do Gás & Power a unidade geradora de caixa é determinada pelo conjunto de activos geradores de benefícios económicos.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. Esta análise é efectuada sempre que existam indícios de que a perda por imparidade anteriormente reconhecida tenha revertido. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração de resultados com dedução à rubrica de amortizações e depreciações. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse registado em períodos anteriores.

Actividade de exploração e produção petrolífera

As perdas por imparidade dos activos na actividade de exploração e produção petrolífera, são determinadas quando:

- Não sejam encontradas reservas economicamente viáveis;
- O período de licenciamento caducar e não for expectável a renovação da licença de exploração;
- Uma área adquirida for entregue ou abandonada;
- Os benefícios económicos futuros esperados forem inferiores ao investimento efectuado.

2.6. Locações

Os contratos de locação são classificados como:

- (i) locações financeiras, se forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse, e
- (ii) locações operacionais, nas situações em que tal não se verifique.

A classificação das locações financeiras ou operacionais é efectuada em função da substância sobre a forma e não da forma legal do respectivo contrato.

Locações em que o Grupo age como locatário

Os activos imobilizados adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro. De acordo com este método, o custo do activo (o menor valor entre o justo valor e o valor descontado das rendas) é registado na rubrica de activos fixos tangíveis, a correspondente responsabilidade é registada no passivo e os juros incluídos no valor das rendas e a amortização do activo, calculada conforme descrito na Nota 2.3, são registados na rubrica de gastos financeiros e gastos com amortizações e depreciações, da demonstração de resultados do exercício a que respeitam, respectivamente. Nas locações consideradas como operacionais, as rendas são reconhecidas como gastos do exercício na rubrica Fornecimentos e serviços externos, da demonstração de resultados, de forma linear durante o período do contrato de locação.

2.7. Inventários

Os inventários encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

Os inventários (mercadorias, matérias-primas e subsidiárias, produtos acabados e intermédios e produtos e trabalhos em curso) encontram-se registados ao custo de aquisição (no caso das mercadorias e matérias-primas e subsidiárias) ou produção (no caso dos produtos acabados e intermédios e produtos e trabalhos em curso) ou ao valor realizável líquido, dos dois o mais baixo.

O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda normal deduzido dos custos para completar a produção e dos custos de comercialização.

As diferenças entre o custo e o respectivo valor realizável líquido dos inventários, no caso deste ser inferior ao custo, são registadas como custos operacionais na rubrica de custo das vendas.

Conforme referido na Nota 2.24 o Grupo alterou no decurso do exercício findo em 31 de Dezembro de 2008 o método de determinação do custo dos inventários utilizados/vendidos do FIFO (*First in First Out*) para o método do Custo Médio Ponderado ("CMP").

Consequentemente, o custo dos inventários utilizados/vendidos é determinado de acordo com os seguintes critérios:

a) Matérias-primas e subsidiárias

Petróleo bruto – O custo de aquisição inclui o preço da factura, despesas de transporte e seguro, utilizando-se como método de custeio das saídas de inventário o Custo Médio Ponderado, aplicado a uma família única, a qual inclui a totalidade das ramas.

Outras matérias-primas (excluindo materiais gerais) – O custo de aquisição inclui o preço da factura, despesas de transporte e seguro, utilizando-se como método de custeio das saídas o Custo Médio Ponderado, aplicado a famílias de produtos, constituídas tendo em consideração as características das diversas matérias.

Materiais gerais - O custo de aquisição, que inclui o preço de factura, despesas de transporte e seguro, utilizando-se o Custo Médio Ponderado como método de custeio das saídas.

b) Produtos e trabalhos em curso

O custo de produção, inclui materiais, fornecimentos e serviços externos e gastos gerais.

c) Produtos acabados e intermédios

Petróleo bruto – corresponde ao petróleo bruto produzido na actividade de exploração e produção petrolífera e que se encontra em *stock* em 31 de Dezembro de cada ano, correspondente à quota-parte no total do *stock* de cada uma das áreas de desenvolvimento. Estas existências encontram-se valorizadas ao seu custo de produção, que inclui os custos directos de produção adicionados das imputações de amortizações do exercício e provisão para custos de abandono.

Produtos derivados do petróleo – as entradas de produtos acabados e intermédios são valorizados com base no custo de produção, o qual é constituído pelos consumos de matérias-primas e outras, pelos encargos com mão-de-obra directa e pelos gastos gerais de fabrico. No caso de produtos adquiridos a terceiros, estes são valorizados ao custo de aquisição, o qual inclui o preço da factura, despesas de transporte e seguro, utilizando-se como método de custeio das saídas o Custo Médio Ponderado aplicado a famílias de produtos, constituídas tendo em consideração as características das mesmas.

O grupo Petrogal inclui na rubrica de produtos acabados e intermédios o Imposto sobre Produtos Petrolíferos (ISP) relativo à introdução ao consumo dos produtos acabados já despachados sujeitos àquele imposto, o qual se encontra valorizado ao custo de aquisição, utilizando-se como método de custeio de saídas o Custo Médio Ponderado. Outros produtos acabados e intermédios – O custo de produção, inclui matérias-primas, custos industriais variáveis e fixos, utilizando-se como método de custeio de saídas o Custo Médio Ponderado.

d) Mercadorias

O custo de aquisição inclui o preço da factura, despesas de transporte e seguro, utilizando-se o Custo Médio Ponderado, como método de custeio das saídas.

No caso do gás natural importado, o seu custo de aquisição engloba igualmente os gastos suportados até à fronteira portuguesa, nomeadamente o transporte e direitos de passagem pelo território de Marrocos.

Como anteriormente referido o grupo Petrogal inclui igualmente o ISP na rubrica de existências relativo a mercadorias já despachadas sujeitas àquele imposto.

As matérias-primas e subsidiárias e mercadorias em trânsito, por não se encontrarem disponíveis para consumo ou venda, encontram-se segregadas das restantes existências e são valorizadas ao custo de aquisição específico.

e) Under/Over Lifting

Relativamente à actividade de exploração e produção petrolífera, no caso em que o Grupo tenha efectuado levantamentos abaixo da sua quota de produção (*Underlifting*) e as respectivas quantidades tenham sido emprestadas a outros sócios da *joint venture*, as mesmas são valorizadas ao preço de mercado da data em que os empréstimos foram concedidos e registadas como uma conta a receber na rubrica de outras contas a receber (Nota 15). Caso o preço de mercado no final de cada exercício for inferior ao preço considerado para valorização do empréstimo é reconhecido em custos uma perda por imparidade.

Por outro lado, no caso em que o Grupo tenha efectuado levantamentos em excesso face à sua quota de produção (*Overlifting*), as respectivas quantidades são valorizadas ao preço de mercado da data em que os empréstimos foram contraídos e registadas como uma conta a pagar na rubrica de outras contas a pagar (Nota 25). A Empresa considera que na substância sobre a forma do PSA (*Production Share Agreement*) não está sujeita ao risco de preço, dado a operação ser para uso próprio dos Grupos empreiteiros petrolíferos e a liquidação dos saldos de *Under* e *Overlifting* ser efectuada em Produto físico.

2.8. Subsídios governamentais ou de outras entidades públicas

Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com o seu justo valor quando existe certeza que sejam recebidos e que as empresas do Grupo irão cumprir com as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios à exploração são reconhecidos na demonstração de resultados na parte proporcional aos gastos incorridos.

Os subsídios atribuídos ao Grupo, a fundo perdido, para financiamento de activos fixos tangíveis e intangíveis (reconversões) são registados no activo, como dedução aos respectivos bens, e reconhecidos na demonstração dos resultados consolidados, como dedução às amortizações do exercício, proporcionalmente às amortizações respectivas dos activos subsidiados.

2.9. Provisões

As provisões são reconhecidas, quando e somente quando, o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a reflectir a melhor estimativa a essa data. As provisões para custos de reestruturação são reconhecidas pelo Grupo sempre que exista um plano formal e detalhado de reestruturação.

2.10. Responsabilidades com pensões

A Petrogal, a Sacor Marítima e algumas empresas do Grupo GDP, nomeadamente a GDP – Gás de Portugal, SGPS, S.A., LisboaGás – Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S.A. (“GDL”) assumiram o compromisso de conceder aos seus empregados prestações pecuniárias a título de complementos de pensões de reforma por velhice e invalidez e pensões de sobrevivência, de reforma antecipada e pré-reforma. Estas prestações, com excepção das pensões de reforma antecipada e pré-reforma, consistem numa percentagem, crescente com o número de anos de serviço do trabalhador. As pensões de reforma antecipada e as de pré-reforma, correspondem essencialmente ao valor do vencimento do empregado. Incluem-se, nestes compromissos, quando aplicáveis, o pagamento da Segurança Social dos pré-reformados, o seguro social voluntário relativo aos reformados antecipadamente e o prémio de reforma a atribuir na data de passagem à reforma.

Para cobrir estas responsabilidades a Petrogal, a Sacor Marítima e as empresas do grupo GDP, constituíram fundos de pensões autónomos geridos por entidades externas (“Fundo de Pensões Petrogal”, “Fundo de Pensões Sacor Marítima”, “Fundo de Pensão Saaga” e “Fundo de Pensões GDP”), para financiar as responsabilidades pelos complementos de reforma por velhice e invalidez e pensões de sobrevivência, para os empregados no activo e reformados e, no caso da Petrogal, também para os reformados antecipadamente e pré-reformados. Contudo, o Fundo de Pensões Petrogal não cobre as responsabilidades com pensões de reforma antecipada, pré-reforma, Segurança Social dos pré-reformados e com o pagamento do seguro social voluntário e prémio de reforma. Estas responsabilidades são cobertas através de provisões específicas, incluídas no balanço na rubrica responsabilidades com benefícios de reforma e outros benefícios (Nota 24).

Adicionalmente, o Fundo de Pensões GDP não cobre as responsabilidades assumidas pela GDL em reembolsar os complementos de reforma a pagar pela EDP aos seus reformados e pensionistas afectos à GDL, bem como os complementos de reforma e sobrevivência aos reformados existentes à data da constituição do Fundo. Estas responsabilidades são cobertas através de provisões específicas, incluídas no balanço na rubrica de responsabilidades por benefícios de reforma e outros benefícios (Nota 24).

No final de cada período contabilístico, as empresas obtêm estudos actuariais das responsabilidades preparadas por uma entidade especializada, calculados de acordo com o método das unidades de crédito projectadas (*Projected Unit Credit Method*) e comparam o montante das suas responsabilidades com o valor de mercado do fundo e com o saldo das responsabilidades constituídas, de forma a determinar o montante das responsabilidades adicionais a registar.

Os ganhos e perdas actuariais apurados num exercício, e para cada plano de benefícios concedido, resultantes dos ajustamentos nos pressupostos actuariais, ajustamentos de experiência ou no esquema de benefícios, apenas são contabilizados se o montante líquido acumulado destes ganhos e perdas actuariais não reconhecidos (Desvio Total) no final do período exceder em valor absoluto o maior de: 10% do total das responsabilidades ou de 10% do valor de mercado do fundo, sendo aquele desvio reconhecido em resultados a partir do exercício subsequente aquele em que apurado, em quotas anuais constantes, de acordo com o número médio esperado dos anos de trabalho remanescentes dos empregados participantes naquele plano de benefícios.

Os planos de benefícios concedidos que foram identificados pelo sub-grupo Petrogal para apuramento destas responsabilidades são:

- Complemento de pensões de reforma, invalidez e orfandade;
- Pré-reformas;
- Reformas antecipadas;
- Prémio de reforma;
- Seguro social voluntário;
- Regime especial de flexibilização da idade da reforma ao abrigo do Decreto-lei 9/99;
- Benefício mínimo do plano de contribuição definida.

Os planos de benefícios concedidos que foram identificados pelo sub-grupo GDP para apuramento destas responsabilidades são:

- Complemento de pensões de reforma, invalidez e orfandade;
- Pré-reformas;
- Regime especial de flexibilização da idade da reforma ao abrigo do Decreto-lei 9/99.

Em 31 de Dezembro de 2002, foi autorizado pelo ISP, a constituição do Fundo de Pensões da Galp Energia de contribuição definida. Durante o exercício de 2003, a Galp Energia, SGPS, S.A., criou um Fundo de Pensões de contribuição definida para os seus colaboradores e possibilitou a adesão a este fundo de empregados de outras empresas do Grupo. A Petróleos de Portugal – Petrogal, S.A., a GDP – Gás de Portugal, SGPS, S.A., a LisboaGás GDL – Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S.A. e a Galp eNova S.A. (em 17 de Dezembro de 2003, a Galp Energia, S.A. incorporou esta empresa por fusão), como associadas deste Fundo, deram a possibilidade aos seus colaboradores de optarem entre este novo plano de pensões de contribuição definida e o existente plano de benefícios definidos. No caso de opção pelo novo plano as empresas do grupo contribuem, com um valor definido anualmente para este fundo, correspondente a uma percentagem do salário de cada empregado, o qual é reconhecido como custo desse exercício.

2.11. Outros benefícios de reforma - cuidados de saúde, seguro de vida e benefício mínimo do plano de contribuição definida

Os encargos a suportar pelo Grupo com a prestação de cuidados de saúde, seguro de vida e benefício mínimo do plano de contribuição definida, são reconhecidos como custos durante o período em que os empregados que auferem estes benefícios de reforma prestem serviços às respectivas empresas, encontrando-se estas responsabilidades reflectidas no balanço na rubrica de responsabilidades por benefícios de reforma e outros benefícios (Nota 24). Os pagamentos efectuados aos beneficiários no decurso de cada exercício são registados como uma redução desta rubrica.

No final de cada período contabilístico, as empresas obtêm os estudos actuariais das responsabilidades preparadas por uma entidade especializada de acordo com o método das unidades de crédito projectadas (*Projected Unit Credit Method*) e compara o montante das suas responsabilidades com o saldo das responsabilidades constituídas, de forma a determinar o montante das responsabilidades adicionais a registar.

Os ganhos e perdas actuariais apurados num exercício são registados contabilisticamente conforme descrito na alínea 2.10 acima.

2.12. Saldos e transacções expressos em moeda estrangeira

As transacções são registadas nas demonstrações financeiras individuais das subsidiárias na moeda funcional da mesma, utilizando as taxas em vigor na data da transacção.

Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira nas demonstrações financeiras individuais das subsidiárias são convertidos para a moeda funcional de cada subsidiária, utilizando as taxas de câmbio vigentes à data do balanço de cada período. Os activos e passivos não monetários denominados em moeda estrangeira e registados ao justo valor são convertidos para a moeda funcional de cada subsidiária, utilizando para o efeito a taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transacções e as vigentes na data das cobranças, dos pagamentos ou à data do balanço, são registadas como proveitos e/ou gastos na demonstração de resultados consolidados do exercício na rubrica de ganhos/perdas cambiais, excepto as relativas a valores não monetários cuja variação de justo valor seja registada directamente em capital próprio.

Quando pretende diminuir a exposição ao risco de taxa de câmbio o Grupo contrata instrumentos financeiros derivados de cobertura (Nota 2.17.f)).

2.13. Proveitos e especialização de exercícios

Os proveitos decorrentes de vendas são reconhecidos na demonstração de resultados quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos activos são transferidos para o comprador e o montante do proveito correspondente possa ser razoavelmente quantificado. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

O preço de venda do gás natural a empresas produtoras de electricidade é estabelecido tendo por base acordos efectuados. O preço de venda a entidades que se encontram sujeitas a regulação é convencionado pelo Governo através da fixação de preços efectuada pela Direcção Geral de Geologia e Energia. O preço de venda do gás natural é fixado trimestralmente, de acordo com a fórmula prevista nos contratos de concessão. As leituras, facturação e respectivas cobranças relacionadas com a actividade de distribuição e comercialização do gás são feitas pelas próprias empresas ou, no caso das leituras e cobranças, com recurso a parceiros externos.

Como mencionado na Nota Introdutória, as tarifas reguladas, aplicadas na facturação do gás natural vendido no sistema nacional de gás natural, são estabelecidas pela ERSE, de modo a que as mesmas permitam a recuperação dos proveitos permitidos estimados para o ano gás 2008-2009 calculados para cada actividade regulada. Os proveitos permitidos incluem, para além dos custos de exploração incorridos por cada actividade, a seguinte remuneração: (i) a actividade de comercialização, a remuneração da compra e venda de gás natural, a qual corresponde ao custo efectivo do gás natural e a remuneração dos custos operacionais de comercialização acrescidos de uma margem de comercialização, (ii) as actividades de recepção, transporte e armazenagem de gás natural uma remuneração de 8% dos activos fixos líquidos de amortizações e subsídios afectos àquelas actividades, (iii) a actividade de distribuição de gás natural uma remuneração de 9% dos activos fixos líquidos de amortizações e subsídios afectos àquela actividade. Os proveitos permitidos para as actividades/funções de pass-through pressupõem a recuperação dos custos incorridos. Consequentemente, cada actividade é compensada pelos custos incorridos acrescidos da sua própria remuneração, nos casos em que esta exista.

Em resultado do acima exposto e pelo facto de deter o risco de crédito da recuperação das tarifas facturadas aos clientes finais, as Empresas reguladas do Grupo, como comercializadoras a clientes finais, têm incluído nos seus proveitos as tarifas que incorporam a remuneração/recuperação de todas as actividades.

Pelo facto de os proveitos permitidos reais das actividades de armazenagem, distribuição e comercialização de último recurso retalhista desenvolvidas pelo Grupo, que resultam da aplicação do mecanismo de remuneração acima referido, serem superiores em montante não significativo aos proveitos permitidos estimados definidos pela ERSE para o ano gás 2008-2009 e por se assumir uma perspectiva conservadora, apesar de se encontrar previsto o reflexo dessa diferença nos proveitos permitidos a definir no ano gás 2010-2011, não foi contabilizado o efeito dessa diferença, tendo a Empresa apenas reflectido nas suas demonstrações financeiras, nas rubricas de acréscimos e diferimentos, o efeito da diferença entre os proveitos resultantes da aplicação das tarifas reguladas na facturação aos seus clientes e os proveitos permitidos estimados definidos pela ERSE para o ano gás 2008-2009 (Notas 15 e 25).

Adicionalmente, pelo facto de os proveitos permitidos reais da actividade de comercialização de último recurso grossista terem sido significativamente inferiores aos proveitos que resultariam da aplicação do mecanismo da remuneração constante no regulamento tarifário para essa actividade, essencialmente por o custo efectivo do gás natural ter sido superior ao previsto no momento da definição da tarifa que recupera aquele custo, não obstante os proveitos permitidos estimados definidos pela ERSE para o ano Gás 2008-2009 terem por base novas tarifas, o Grupo reconheceu na rubrica de acréscimos de proveitos a diferença entre o custo efectivo do gás natural adquirido e o preço de venda praticado em resultado da tarifa definida, denominada como Desvio tarifário (Nota 15).

Dado que o sistema de regulação do gás natural pretende uma uniformidade tarifária (aplicável a todas as regiões do país), e dados os vários níveis de eficiência das empresas no mercado regulado, a ERSE publicou o mecanismo de compensação a praticar entre as empresas do sector, de forma a permitir a aproximação dos proveitos recuperados por aplicação das tarifas reguladas aos proveitos permitidos dessas empresas. Deste modo, a ERSE no capítulo V do Regulamento das Relações Comerciais, identifica o valor das compensações a serem transferidas (debitadas) entre as empresas do sistema nacional de gás.

As vendas de gás não facturadas são registadas mensalmente na rubrica de outras contas a receber com base na facturação esperada e corrigidas em resultados no período em que é efectuada a facturação (Nota 15).

Os custos e proveitos são contabilizados no período a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os custos e proveitos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

Nas rubricas de Outros activos correntes e Outros passivos correntes, são registados os custos e os proveitos imputáveis ao período corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em períodos futuros, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram, mas que respeitam a períodos futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses períodos, pelo valor que lhes corresponde.

2.14. Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros com empréstimos obtidos são registados como gasto financeiro de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os encargos financeiros, resultantes de empréstimos contraídos para financiar os investimentos em activos fixos, são imputados a activos fixos em curso, na proporção dos gastos totais incorridos naqueles investimentos líquidos de recebimentos de subsídios ao investimento (Nota 2.8), até à entrada em funcionamento dos mesmos (Nota 2.3 e 2.4), sendo os restantes reconhecidos na rubrica de gastos financeiros na demonstração de resultados do exercício (Nota 9). Os eventuais proveitos por juros obtidos com empréstimos obtidos directamente relacionados com o financiamento de activos fixos em construção são deduzidos aos encargos financeiros capitalizáveis.

Os encargos financeiros incluídos nos activos fixos são amortizados de acordo com o período de vida útil dos bens respectivos.

2.15. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação de acordo com as regras fiscais aplicáveis e em vigor no local da sede de cada empresa do grupo Galp Energia.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade do balanço e reflectem as diferenças temporárias entre os montantes dos activos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respectivos montantes para efeitos de tributação.

Os activos e passivos por impostos diferidos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias.

Os activos por impostos diferidos são registados unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão. Na data de cada balanço é efectuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos activos por impostos diferidos no sentido de reconhecer activos por impostos diferidos não registados anteriormente por não terem preenchido as condições para o seu registo e/ou para reduzir o montante dos impostos diferidos registados em função da expectativa actual da sua recuperação futura (Nota 10).

Os impostos diferidos são registados na demonstração de resultados do exercício, excepto se resultarem de itens registados directamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é igualmente registado naquela rubrica.

2.16. Activos não correntes disponíveis para venda

Os activos não correntes (e o conjunto de activos e passivos a alienar com estes relacionados) são classificados como detidos para venda se é expectável que o seu valor contabilístico venha a ser recuperado através da venda e não através do seu uso continuado. Esta condição só se considera cumprida no momento em que a venda seja altamente provável e o activo (e o conjunto de activos e passivos a alienar com este relacionado) esteja disponível para venda imediata nas condições actuais. Adicionalmente, devem estar em curso acções que permitam concluir ser expectável que a venda se venha a realizar no prazo de 12 meses após a data de classificação nesta rubrica.

Os activos não correntes (e o conjunto de activos e passivos a alienar com estes relacionados) classificados como detidos para venda são mensurados ao menor do seu valor contabilístico ou justo valor deduzido de custos com a venda. Em contrapartida estes activos não são amortizados.

2.17. Instrumentos financeiros

Os activos e passivos financeiros são reconhecidos no Balanço quando o Grupo se torna parte contratual do respectivo instrumento financeiro.

a) Investimentos

Os investimentos classificam-se como segue:

- Investimentos detidos até ao vencimento;
- Investimentos mensurados ao justo valor através de resultados;
- Investimentos disponíveis para venda.

Os investimentos detidos até ao vencimento são classificados como Investimentos não correntes, excepto se o seu vencimento for inferior a 12 meses da data do balanço, sendo registados nesta rubrica os investimentos com maturidade definida e para os quais o Grupo tem intenção e capacidade de os manter até essa data.

Os investimentos mensurados ao justo valor através de resultados são classificados como investimentos correntes.

Os investimentos disponíveis para venda são classificados como activos não correntes.

Todas as compras e vendas destes investimentos são reconhecidas à data da assinatura dos respectivos contratos de compra e venda, independentemente da data de liquidação financeira.

Os investimentos são inicialmente registados pelo seu valor de aquisição, que é o justo valor do preço pago, incluindo despesas de transacção.

Após o reconhecimento inicial, os investimentos mensurados ao justo valor através de resultados e os investimentos disponíveis para venda são reavaliados pelos seus justos valores por referência ao seu valor de mercado à data do balanço, sem qualquer dedução relativa a custos de transacção que possam vir a ocorrer até à sua venda. Nas situações em que os investimentos sejam em instrumentos de capital próprio não admitidos à cotação em mercados regulamentados, e para os quais não é possível estimar com fiabilidade o seu justo valor, os mesmos são mantidos ao seu custo de aquisição deduzido de eventuais perdas de imparidade não reversíveis.

Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos disponíveis para venda são registados no capital próprio, na rubrica de reserva de justo valor até o investimento ser vendido, recebido ou de qualquer forma alienado ou até que o justo valor do investimento se situe abaixo do seu custo de aquisição de forma prolongada, em que o ganho ou perda acumulada é registado(a) na demonstração de resultados.

Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos mensurados ao justo valor através de resultados são registados (as) na demonstração de resultados do exercício.

Os investimentos detidos até ao vencimento são registados ao custo amortizado através da taxa de juro efectiva, líquido de amortizações de capital e juros recebidos.

b) Dívidas de terceiros

As dívidas de terceiros são registadas pelo seu valor nominal deduzido de eventuais perdas por imparidade, reconhecidas na rubrica de Perdas por imparidade em contas a receber, por forma a que as mesmas reflectam o seu valor realizável líquido.

Usualmente as dívidas de terceiros decorrentes da actividade operacional não vencem juros.

c) Classificação de capital próprio ou passivo

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual, independentemente da forma legal que assumem.

d) Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de despesas com a emissão desses empréstimos.

Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efectiva, e contabilizados na demonstração de resultados de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os encargos financeiros incluem os juros e eventualmente os gastos de comissões com a estruturação dos empréstimos no âmbito de *Project Finance* (*Origination fees*).

e) Contas a pagar a fornecedores e outras dívidas a terceiros

Usualmente as contas a pagar decorrentes da actividade operacional não vencem usualmente juros e são registadas pelo seu valor nominal.

f) Instrumentos derivados

Contabilidade de cobertura

O Grupo utiliza instrumentos derivados na gestão dos seus riscos financeiros como forma de garantir a cobertura desses riscos, não sendo utilizados instrumentos derivados para cobertura de riscos financeiros com o objectivo de negociação.

Os instrumentos derivados utilizados pelo Grupo definidos como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa respeitam fundamentalmente a instrumentos de cobertura de taxa de juro de empréstimos obtidos. Os indexantes, as convenções de cálculo, as datas de refinação das taxas de juro e os planos de reembolso dos instrumentos de cobertura de taxa de juro são em tudo idênticos às condições estabelecidas para os empréstimos subjacentes contratados, pelo que configuram relações perfeitas de cobertura.

Os critérios utilizados pelo Grupo para classificar os instrumentos derivados como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa são os seguintes:

- Espera-se que a cobertura seja muito eficaz ao conseguir a compensação de alterações nos fluxos de caixa atribuíveis ao risco coberto;
- A eficácia da cobertura pode ser fiavelmente mensurada;
- Existe adequada documentação sobre a transacção a ser coberta no início da cobertura; e
- A transacção objecto de cobertura é altamente provável.

Os instrumentos de cobertura de taxa de juro são inicialmente registados pelo seu custo, se algum, e subsequentemente reavaliados ao seu justo valor, calculado por entidades externas e independentes através de métodos de avaliação (tais como modelo de *Discounted Cash-flows*, modelo de *Black-Scholes*, modelo Binomial e Trinomial, e Simulações de Monte-Carlo, entre outras variantes dependendo do tipo e características do derivado financeiro sob análise) tendo por base princípios geralmente aceites. As alterações de justo valor destes instrumentos são reconhecidas em capitais próprios na rubrica reservas de cobertura, sendo transferidas para resultados no mesmo período em que o instrumento objecto de cobertura afecta resultados.

A contabilização de cobertura de instrumentos derivados é descontinuada quando o instrumento se vence ou é vendido. Nas situações em que o instrumento derivado deixe de ser qualificado como instrumento de cobertura, as diferenças de justo valor acumuladas e diferidas em capital próprio na rubrica reservas de cobertura são transferidas para resultados do exercício, ou adicionadas ao valor contabilístico do activo a que as transacções objecto de cobertura deram origem, e as reavaliações subsequentes são registadas directamente nas rubricas da demonstração de resultados.

É efectuada uma análise dos contratos existentes no grupo Galp Energia, no âmbito de detecção de derivados embutidos, ou seja, cláusulas contratuais que pudessem ser entendidas como derivados financeiros, não se tendo detectado derivados financeiros susceptíveis de serem valorizados ao justo valor.

Quando existem derivados embutidos em outros instrumentos financeiros ou outros contratos, os mesmos são tratados como derivados reconhecidos separadamente nas situações em que os riscos e as características não estejam intimamente relacionados com os contratos e nas situações em que os contratos não sejam apresentados pelo seu justo valor com os ganhos ou perdas não realizadas registadas na demonstração de resultados.

Adicionalmente, em situações específicas o Grupo procede também à contratação de derivados de taxa de juro com o objectivo de cobertura de justo valor. Nestas situações, os derivados são registados pelo seu justo valor através da demonstração de resultados. Nas situações em que o instrumento objecto de cobertura não é mensurado ao justo valor (nomeadamente, empréstimos que estão mensurados ao custo amortizado), a parcela eficaz de cobertura é ajustada ao valor contabilístico do instrumento coberto através da demonstração de resultados.

Instrumentos de negociação

O Grupo utiliza na cobertura do risco de flutuação da margem de refinação instrumentos financeiros derivados, essencialmente *swaps* e “opções” sobre petróleo bruto e produtos acabados e opções sobre petróleo bruto. Estes instrumentos financeiros, embora contratados com o objectivo de efectuar cobertura económica de acordo com as políticas de gestão do risco do Grupo, por não cumprirem todas as disposições do IAS 39 no que respeita à possibilidade de qualificação como contabilidade de cobertura, pelo que as respectivas variações no justo valor são registadas na demonstração de resultados do período em que ocorrem. Em 31 de Dezembro de 2008 esses investimentos encontram-se registados pelo seu justo valor.

Instrumentos registados ao custo de aquisição

O Grupo transacciona instrumentos financeiros derivados sobre energia eléctrica, nomeadamente “opções” denominadas como VPP’s (Direitos de capacidade virtual de produção de energia eléctrica). Estes instrumentos financeiros não se encontram valorizados ao justo valor, caso existentes em carteira, pelo facto do justo valor não ser mensurável com fiabilidade. Se as “opções” forem exercidas na maturidade, a empresa regista a compra física de electricidade na rubrica de “Custo das Vendas” e a venda física de electricidade a clientes na rubrica de “Vendas”. Em 31 de Dezembro de 2008 as posições nestes instrumentos são imateriais.

g) Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e equivalentes de caixa correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco de alteração de valor insignificante.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de caixa e equivalentes de caixa compreende também os descobertos bancários incluídos na rubrica de empréstimos e descobertos bancários, no balanço.

2.18. Licenças de emissão de CO₂

As emissões de CO₂ realizadas pelas instalações industrializadas do Grupo e as “licenças de CO₂” que lhe foram atribuídas no âmbito do Plano Nacional de Atribuição de Licenças CO₂, não dão origem a qualquer reconhecimento, patrimonial, desde que: (i) não se estime como provável a existência de custos a incorrer pelo Grupo com a aquisição de licenças de emissão no mercado, situação em que é reconhecida uma provisão ou (ii) as mesmas não sejam alienadas em caso de excedentes, situação em que é reconhecido um proveito.

2.19. Classificação de balanço

Os activos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano da data do balanço, são classificados, respectivamente, como activos e passivos não correntes.

2.20. Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são reflectidos nas demonstrações financeiras consolidadas. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados no anexo às demonstrações financeiras consolidadas, se significativos.

2.21. Informação por segmentos

Em cada período são identificados todos os segmentos de negócio e segmentos geográficos aplicáveis ao Grupo.

A informação financeira relativa aos proveitos dos segmentos de negócio identificados é incluída na Nota 8.

2.22. Estimativas e julgamentos

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites, requer que se realizem estimativas que afectam os montantes dos activos e passivos registados, a apresentação de activos e passivos contingentes no final de cada exercício, bem como os proveitos e custos reconhecidos no decurso de cada exercício. Os resultados actualis poderiam ser diferentes dependendo das estimativas actualmente realizadas.

Determinadas estimativas são consideradas críticas se: (i) a natureza das estimativas é considerada significativa devido aos níveis de subjectividade e julgamentos necessários para a contabilização de situações em que existe grande incerteza ou pela elevada susceptibilidade de variação dessas situações e; (ii) o impacto das estimativas na situação financeira ou na actuação operativa é significativo.

Os princípios contabilísticos e as áreas que requerem um maior número de juízos e estimativas na preparação das demonstrações financeiras são: (i) reservas provadas de petróleo bruto relacionadas com a actividade de exploração petrolífera; (ii) teste de imparidade de goodwill, (iii) provisões para contingências e passivos ambientais; (iv) pressupostos actuariais e financeiros utilizados para cálculo das responsabilidades com benefícios de reforma.

Reservas de petróleo bruto

As estimativas das reservas de petróleo bruto são uma parte integrante do processo de tomada de decisões relativamente aos activos da actividade de pesquisa e desenvolvimento de petróleo bruto, suportando adicionalmente o desenvolvimento ou a implementação de técnicas de recuperação secundária. O volume de reservas provadas de petróleo bruto é utilizado para o cálculo da depreciação dos activos afectos à actividade de exploração e produção petrolífera de acordo com o método da UOP bem como para a avaliação da imparidade nos investimentos em activos associados a essa actividade. A estimativa das reservas provadas de petróleo bruto é também utilizada para o reconhecimento anual dos custos como abandono de áreas de desenvolvimento.

A estimativa das reservas provadas está sujeita a revisões futuras, com base em nova informação disponível, por exemplo, relativamente às actividades de desenvolvimento, perfuração ou produção, taxas de câmbio, preços, datas de fim de contrato ou planos de desenvolvimento. Os volumes de petróleo bruto produzidos e o custo dos activos são conhecidos, enquanto que as reservas provadas têm uma alta probabilidade de recuperação e se baseiam em estimativas sujeitas a alguns ajustamentos. O impacto nas amortizações e provisões para custos de abandono de variações nas reservas provadas estimadas é tratado de forma prospectiva, amortizando o valor líquido remanescente dos activos e reforçando a provisão para custos de abandono, respectivamente, em função da produção futura prevista. Em 2008 e 2007, o Grupo reconheceu amortizações e provisões de activos fixos associados à actividade de exploração e produção de petróleo bruto nos montantes de mEuros 60.237 e mEuros 53.352 respectivamente. No caso de se proceder a uma revisão em baixa das reservas provadas, o resultado líquido poderia ser negativamente afectado, no futuro, por um maior montante de custos com depreciações e provisões para custos de abandono.

Ver Nota 31 para a quantidade e tipo de reservas petrolíferas utilizadas para fins contabilísticos.

Goodwill

O Grupo efectua testes anuais de imparidade ao *goodwill*, conforme indicado na Nota 2.2 d). Os montantes recuperáveis das unidades geradoras de caixa foram determinados baseando-se no valor de uso. Para o cálculo do valor de uso, o Grupo estimou os fluxos de caixa futuros que se esperam obter das unidades geradoras de caixa, bem como a taxa de desconto apropriada para calcular o valor presente destes fluxos. O valor do *goodwill* em 31 de Dezembro de 2008 ascende a mEuros 171.506 (Nota12).

Provisões para contingências

O custo final de processos judiciais, liquidações e outros litígios pode variar devido a estimativas baseadas em diferentes interpretações das normas, opiniões e avaliações finais do montante de perdas. Desse modo, qualquer variação nas circunstâncias relacionadas com este tipo de contingências poderia ter um efeito significativo no montante da provisão para contingências registado.

Passivos ambientais

A Galp efectua juízos e estimativas para cálculo das provisões para matérias ambientais (essencialmente para obrigações conhecidas com a descontaminação de solos), que são baseados na informação actual relativa a custos e planos esperados de intervenção. Estes custos podem variar devido a alterações em legislação e regulamentos, alterações das condições de um determinado lugar, bem como variação nas tecnologias de saneamento. Desse modo, qualquer alteração nos factores circunstanciais a este tipo de provisões, bem como nas normas e regulamentos poderá ter, como consequência, um efeito significativo nas provisões para estes assuntos. A provisão para matérias ambientais é anualmente revista. Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 o montante de provisões para fazer face a passivos ambientais ascendia a mEuros 8.839 (Nota 26) e mEuros 9.008, respectivamente.

Pressupostos actuariais e financeiros utilizados para cálculo das responsabilidades com benefícios de reforma

Ver Nota 2.10.

2.23. Política de gestão de riscos e respectivas coberturas

As actividades do Grupo levam a uma exposição a riscos de: (i) mercado, como consequência da volatilidade dos preços do petróleo e gás natural e seus derivados, das taxas de câmbio e das taxas de juro; (ii) de crédito, como consequência da actividade comercial; (iii) riscos de liquidez, na medida em que o Grupo poderia encontrar dificuldades em dispor de recursos financeiros necessários para fazer frente aos seus compromissos.

O Grupo dispõe de uma organização e sistemas que permitem identificar, medir e controlar os diferentes riscos a que está exposto e utiliza diversos instrumentos financeiros para realizar coberturas, de acordo com directrizes corporativas comuns a todo o Grupo. A contratação destes instrumentos está centralizada.

A descrição dessas coberturas encontra-se em mais detalhe nas políticas contabilísticas elencadas neste capítulo.

2.24. Alteração de políticas contabilísticas

O Grupo Galp Energia decidiu no decurso do exercício findo em 31 de Dezembro de 2008 alterar a sua política contabilística no que respeita ao método do custeio das saídas de existências e quanto à classificação na demonstração de resultados de determinados custos e proveitos abaixo discriminados, tendo efectuado reexpressão na informação relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2007 apresentada para efeitos comparativos.

- (i) Em 2008 foi alterado o critério valorimétrico das saídas de inventários de FIFO para Custo Médio Ponderado(CMP). A Galp Energia utilizava o critério FIFO desde 2004, altura em que começou a adoptar as IAS/IFRS, uma vez que o critério LIFO não é aceite por esses normativos. No entanto, tendo em consideração a variedade de *stocks* existentes na Galp Energia, e as respectivas localizações geográficas, verificou-se que o critério CMP é o mais adequado à realidade da empresa e já amplamente utilizado pelas empresas do sector. Para tornar os períodos comparáveis, estas alterações foram repercutidas no exercício de 2007;
- (ii) Reclassificação de despesas registadas em Fornecimentos e serviços externos para Custo das vendas, referente a despesas suportadas com infraestruturas de gás natural que aquando do “*Unbundling*” (transferência de infraestruturas de gás natural para a REN) passaram a ser debitadas pelo novo proprietário aquando da aquisição do gás natural. Por esse motivo essas despesas passaram a ser classificadas como parte integrante do preço de aquisição do gás natural e na venda dessas mercadorias, essas despesas figuram na rubrica de Custo das vendas.

As alterações efectuadas às políticas contabilísticas melhoram, segundo o Grupo, a interpretação por parte dos utilizadores das demonstrações financeiras.

Os impactos nas rubricas do balanço e da demonstração de resultados consolidada das alterações das políticas contabilísticas podem ser resumidos como segue:

Balanço:

Rubricas	Reexpresso 2007	Efeito da alteração para Custo médio ponderado	Valores em mEUR
			2007
Activo corrente:			
Inventários (Nota 17)	1.346.816	75.248	1.422.064
Passivo não corrente:			
Passivos por impostos diferidos (Nota 10)	128.700	(18.893)	147.593

Demonstração de Resultados:

Valores em mEUR

Rubricas	Reexpresso 2007	Efeito da alteração para custo médio ponderado	Reclassificação	2007
Custo das vendas (Nota 7)	10.513.474	75.248	8.276	10.429.950
Fornecimentos e serviços externos (Nota 7)	621.921	-	(8.276)	630.197
Imposto sobre o rendimento (Nota 10)	249.100	(18.893)	-	267.993

3. Empresas incluídas na consolidação

As empresas incluídas na consolidação, suas sedes sociais, proporção do capital e actividades principais detidas em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 são as seguintes:

Firma	Sede Social		Percentagem de capital detido		Principal actividade	
	Localidade	País	2008	2007		
A) Empresas do grupo						
Empresa-Mãe:						
Galp Energia, SGPS, S.A.	(b)	Lisboa	Portugal	-	-	Gestão de participações sociais de outras sociedades do sector energético, como forma indirecta do exercício de actividades económicas.
Subsidiárias:						
Galp Energia, S.A.		Lisboa	Portugal	100%	100%	Prestação de serviços e consultoria de apoio e consultoria à gestão empresarial.
Galp Energia E&P B.V.	(d)	Amesterdão	Holanda	100%	-	Exploração e produção de petróleo e gás natural bem como trading de petróleo, gás natural e produtos petrolíferos; gestão de participações sociais de outras sociedades e financiamento de negócios e empresas.
Driftal - Plastificantes de Portugal, S.A.	(c)	Lisboa	Portugal	-	100%	Comercialização de Plastificantes ftálicos.
Sub-Grupo Petrogal:						
Petróleos de Portugal - Petrogal, S.A.		Lisboa	Portugal	100%	100%	Refinação de petróleo bruto e seus derivados; Transporte, distribuição e comercialização de petróleo bruto e seus derivados e gás natural; Pesquisa e exploração de petróleo bruto e gás natural; e quaisquer outras actividades industriais, comerciais, de investigação ou prestação de serviços conexos.
Petróleos de Portugal – Petrogal, SA Sucursal en España	(d)	Madrid	Espanha	-	-	Gestão de participações sociais de sociedades do sector da distribuição de produtos refinados na península ibérica.
Subsidiárias:						
Galp Comercializacion Oil España, S.L. e subsidiárias:	(a)	Madrid	Espanha	100%	-	Armazenamento, transporte, importação, exportação e comercialização de todos os produtos petrolíferos,produtos químicos, gás e seus derivados.
Roc - Retail Operating Company, S.L.	(a)	Madrid	Espanha	100%	-	Exploração ou gestão, directa ou indirecta, áreas de serviço e postos de abastecimento de combustíveis e actividades conexas ou complementares, tais como estações de serviço e oficinas, venda de lubrificantes, peças e acessórios para veículos motorizados, restauração e hotelaria.
Galp Energia España, S.A. e subsidiárias:		Madrid	Espanha	100%	100%	Obtenção, representação e comercialização de produtos petrolíferos, de produtos químicos e tudo o que lhes seja conexo.
Galpgest - Petrogal Estaciones de Servicio, S.L.U.		Madrid	Espanha	100%	100%	Gestão e exploração de estações de serviço.
CLG - Compañía Logística del Gas, S.A.		Madrid	Espanha	100%	100%	Armazenagem e distribuição de produtos derivados do petróleo.
Petróleos de Valência, S.A. Sociedad Unipersonal		Valencia	Espanha	100%	100%	Depósito, armazenamento e distribuição de produtos petrolíferos e produtos químicos, seus derivados e sub-produtos.
Galp Serviexpress, S.L.U.		Madrid	Espanha	100%	100%	Depósito, armazenamento e distribuição de produtos petrolíferos e produtos químicos, seus derivados e sub-produtos.
Galp Distribución Oil España, S.A.U. e subsidiárias:	(a)	Madrid	Espanha	100%	-	Armazenamento, transporte, importação, exportação e comercialização de todos os produtos petrolíferos,produtos químicos, gás e seus derivados.
Galp Distribuição Portugal, S.A.	(a)	Lisboa	Portugal	100%	-	Toda a actividade directa ou indirectamente relacionada com a exploração e gestão de postos de abastecimento de combustíveis, incluindo a exploração de lojas e lavagens situadas nos referidos postos bem como a importação, armazenagem e distribuição de produtos petrolíferos e seus derivados
Sacor Marítima, S.A. e subsidiárias:		Lisboa	Portugal	100%	100%	Transportes Marítimos em navios próprios ou fretados.
Gasmar - Transportes Marítimos, Lda.		Funchal	Portugal	100%	100%	Transportes marítimos em navios próprios ou fretados.
Tripul - Soc. de Gestão de Navios, Lda.		Lisboa	Portugal	100%	100%	Gestão técnica de navios, tripulações e abastecimentos.
S.M. Internacional-Transp. Marítimos, Lda.		Funchal	Portugal	100%	100%	Transportes marítimos em navios próprios ou fretados.

Firma		Sede Social		Percentagem de capital detido		Principal actividade
		Localidade	País	2008	2007	
Probigal - Ligantes Betuminosos, S.A.		Amarante	Portugal	60%	60%	Compra, venda, fabrico, transformação, importação e exportação de produtos betuminoso de aditivos que transformam ou modificam esses produtos betuminosos.
Soturis - Sociedade Imobiliária e Turística, S.A.		Lisboa	Portugal	100%	100%	Actividade imobiliária designadamente, a gestão, compra e venda e revenda de imóveis.
Sopor - Sociedade Distribuidora de Combustíveis, S.A.		Lisboa	Portugal	51%	51%	Distribuição, venda e armazenagem de combustíveis líquidos e gasosos, lubrificantes, e outros derivados de petróleo; exploração de postos de abastecimento, estações de serviço e oficinas de reparação, incluindo negócios conexos com estas actividades, nomeadamente de restauração e hotelaria.
Eival - Sociedade de Empreendimentos, Investimentos e Armazenagem de Gases, S.A.		Lisboa	Portugal	100%	100%	Comércio por grosso de combustíveis gasosos, lubrificantes, termodomésticos, material de queima e de instalação de gás.
Galp Exploração e Produção Petrolífera, Lda. e subsidiárias:		Funchal	Portugal	100%	100%	Comércio e indústria de petróleo, incluindo a prospecção, pesquisa e exploração de hidrocarbonetos.
Galp Exploração Serviços Brasil, Lda.		Recife	Brasil	100%	100%	Prestação de serviços de apoio à gestão empresarial.
Gite - Galp International Trading Establishment		Vaduz	Liechtenstein	24%	24%	Comércio e indústria de petróleo, incluindo a prospecção, pesquisa e exploração de hidrocarbonetos.
Galpbúzi - Agro-Energia, S.A.	(d)	Cidade da Beira	Moçambique	66,67%	-	Desenvolvimento de projectos e a promoção do cultivo agrícola, próprio ou de terceiros, de sementes de oleaginosas, o seu transporte e processamento em unidades de transformação próprias ou de terceiros, para a produção de óleos vegetais transformáveis em biodiesel ou outro combustível que a técnica permita, a importação e exportação desses óleos vegetais assim produzidos ou dos produtos deles extraídos, a prestação de assistência técnica e de serviços no âmbito dessas actividades.
Moçamgalp Agroenergias de Moçambique, S.A.	(d)	Maputo	Moçambique	50%	-	O exercício da agricultura e actividades conexas, incluindo a transformação de sementes de oleaginosas em óleos vegetais que constituam matérias-primas ou produtos semi-acabados para utilização em outras indústrias, designadamente para o fabrico de biodiesel, e a comercialização dos mesmos tanto a nível nacional como internacional, incluindo consequentemente o respectivo transporte, bem como qualquer prestação de serviços e assistência técnica no âmbito da actividade referida.
Galp Serviexpress - Serv. de Distrib. e Comercialização de Produtos Petrolíferos, S.A.		Lisboa	Portugal	100%	100%	Prestação de serviços de transporte, armazenagem e comercialização de combustíveis líquidos, gasosos, óleos base e outros derivados do petróleo nos mercados interno e externo. A exploração directa ou indirecta de centros de distribuição de combustíveis e actividades auxiliares, nomeadamente, estações de serviço, oficinas, venda de peças e acessórios para veículos motorizados, restauração e hotelaria.
Galpgeste- Gestão de Áreas de Serviço, Lda. e subsidiária:		Lisboa	Portugal	100%	100%	Exploração ou gestão, directa ou indirecta, áreas de serviço e postos de abastecimento de combustíveis e actividades conexas ou complementares, tais como estações de serviço e oficinas, venda de lubrificantes, peças e acessórios para veículos motorizados, restauração e hotelaria.
C.L.T. - Companhia Logística de Term. Marítimos, Lda.		Matosinhos	Portugal	100%	100%	Exploração de Terminais marítimos e actividades conexas.
Petrogal Brasil, Lda.		Recife	Brasil	100%	100%	Refinação de petróleo bruto e seus derivados, o seu transporte, distribuição e comercialização e ainda, a pesquisa e exploração de petróleo bruto e gás natural.
Petrogal Trading Limited		Dublin	Irlanda	100%	100%	Desenvolvimento da actividade de trading de petróleo bruto e produtos petrolíferos.
Petrogal Moçambique, Lda.		Maputo	Moçambique	100%	100%	Distribuição, transporte, armazenagem, comercialização de combustíveis líquidos e gasosos, óleos, exploração de postos de abastecimento.
Petrogal Angola, Lda.		Luanda	Angola	100%	100%	Produção, distribuição e comercialização de combustíveis líquidos e gasosos, óleos base e lubrificantes e também a exploração de postos de abastecimento e estações de serviço.
Galp Gambia, Limited	(a)	Banjul	Gambia	100%	-	Distribuição, transporte, armazenagem, comercialização de combustíveis líquidos e gasosos, óleos, exploração de postos de abastecimento.
Galp Moçambique, Lda.	(a)	Maputo	Moçambique	100%	-	Armazenagem, comercialização e distribuição, importação, exportação e transporte de petróleo e seus derivados, bem como de todo o tipo de óleos, sejam de origem animal, vegetal ou mineral.
Shell Oil Swaziland (PTY) Limited	(a)	Matsapha	Suaziland	100%	-	Distribuição, transporte, armazenagem, comercialização de combustíveis líquidos e gasosos, óleos, exploração de postos de abastecimento.
Galp Energia Portugal Holdings B.V. e subsidiárias:	(a) (f)	Breda	Holanda	100%	-	Gestão de participações sociais de outras sociedades do sector energético, como forma indirecta do exercício de actividades económicas.
Galp Comercialização Portugal, Lda e subsidiárias:	(a) (f)	Lisboa	Portugal	100%	-	Exercício de todas e quaisquer actividades relacionadas com petróleos, seus derivados e sucedâneos. Em todas as suas modalidades
COMG - Comercialização de Gás, Lda.	(a) (f)	Lisboa	Portugal	100%	-	A comercialização de gás de petróleo e quaisquer actividades de livre exercício a que a sociedade resolva dedicar-se, mediante prévia deliberação da assembleia geral.

Firma		Sede Social		Percentagem de capital detido		Principal actividade
		Localidade	País	2008	2007	
PPQCGT - Petróleos, Produtos Químicos, Comércio Geral e Turismo, Lda.	(a) (f)	Lisboa	Portugal	100%	-	O exercício de todas e quaisquer actividades relacionadas com petróleo, seus derivados e sucedâneos; o exercício do comércio e indústria de produtos químicos e seus derivados; o exercício do comércio de representações e consignações; o exercício de quaisquer actividades relacionadas com o turismo
CORS – Companhia de Exploração de Estações de Serviço e Retalho de Serviços Automóvel, Lda.	(a) (f)	Lisboa	Portugal	100%	-	A exploração, operação e/ou gestão de posto ou postos de abastecimento de combustíveis e das demais actividades neles exercidas, incluindo gestão de pessoal afecto a postos de abastecimento de combustíveis
Petrolgal Guiné-Bissau, Lda. e subsidiárias:		Bissau	Guiné-Bissau	100%	100%	Distribuição, transporte, armazenagem, comercialização de combustíveis líquidos e gasosos, óleos, base e lubrificantes e outros derivados do petróleo. e a exploração de postos de abastecimento e de estações de serviço de assistência a automóveis.
Petromar - Sociedade de Abastecimentos de Combustíveis, Lda.		Bissau	Guiné-Bissau	80%	80%	Comércio de bancas marítimas.
Petrogás - Importação, Armazenagem e Distribuição de Gás, Lda.		Bissau	Guiné-Bissau	65%	65%	Importação, armazenagem e distribuição de GPL
Galp Açores - Distrib. e Comercialização de Combustíveis e Lubrificantes, S.A. e subsidiária:		Ponta Delgada	Portugal	100%	100%	Distribuição, armazenagem, transporte e comercialização de combustíveis líquidos e gasosos, lubrificantes e outros derivados do petróleo.
Saaga - Sociedade Açoreana de Armazenagem. de Gás, S.A.		Ponta Delgada	Portugal	67,65%	67,65%	Construção e ou exploração de estações de enchimento e respectivos parques de armazenagem de GPL e de outros combustíveis na Região Autónoma dos Açores.
Galp Madeira - Distrib. e Comercializ. de Combustíveis e Lubrificantes, Lda. e subsidiárias:		Funchal	Portugal	100%	100%	Distribuição, armazenagem, transporte e comercialização de combustíveis líquidos e gasosos lubrificantes e outros derivados do petróleo.
CLCM - Companhia Logística de Combustíveis da Madeira, S.A.		Funchal	Portugal	75%	75%	Instalação e exploração de parques de armazenagem de combustíveis líquidos e gasosos, bem como das respectivas estruturas de transporte, recepção, movimentação, enchimento e expedição; e outras actividades industriais, comerciais, de investigação ou de prestação de serviços, conexas com aquelas actividades.
Gasinsular - Combustíveis do Atlântico, S.A.		Funchal	Portugal	100%	100%	A sociedade tem por objecto principal a distribuição, armazenagem, transporte, comercialização de combustíveis líquidos e gasosos, óleos base e lubrificantes e outros derivados do petróleo e a exploração directa ou indirecta de postos de abastecimento de combustíveis e de áreas de serviço e actividades complementares, nomeadamente estações de serviço e oficinas de reparação e manutenção automóvel, venda de peças e acessórios para veículos motorizados, restauração e hotelarias.
Tanquisado - Terminais Marítimos, S.A.		Setúbal	Portugal	100%	100%	Desenvolvimento e Exploração de Terminais Marítimos.
Sempre a Postos - Produtos Alimentares e Utilidades, Lda.		Lisboa	Portugal	75%	75%	Comércio retalhista de produtos alimentares, utilidades domésticas, presentes e artigos vários onde se incluem jornais, revistas, discos, vídeos, brinquedos, bebidas, tabacos, cosméticos, artigos de higiene, de viagem e acessórios para veículos.
Combustíveis Líquidos, Lda.		Lisboa	Portugal	99,8%	99,8%	Comércio de combustíveis, lubrificantes e acessórios de automóveis, podendo explorar qualquer outro ramo de negócio em que os sócios acordem e que não dependa de autorização especial.
Blue Flag Navigation - Transportes Marítimos, Lda.		Funchal	Portugal	100%	100%	A Sociedade tem por objecto o exercício da actividade de transporte marítimo, a exploração comercial de navios em nome próprio, na qualidade de proprietária ou afretadora, ou em nome alheio, enquanto operadora.
Fast Access – Operações e Serviços de Informação e Comércio Electrónico, S.A.		Lisboa	Portugal	100%	100%	Realização de operações e a prestação de serviços de informação e comércio electrónico para utilizadores em mobilidade, bem como a prestação de serviços de gestão e operacionalização de comércio “on-line”.
Tagus Re, S.A.		Luxemburgo	Luxemburgo	100%	100%	Operações de resseguro em todos os ramos, com exclusão das operações de seguro directas.
Petrolgal Cabo Verde, Lda.		São Vicente	Cabo Verde	100%	100%	Distribuição e comercialização de combustíveis líquidos e gasosos, óleos base e lubrificantes e também a exploração de postos de abastecimento e estações de serviço.
Galp Exploração e Produção (Timor Leste), S.A.		Lisboa	Portugal	100%	100%	O comércio e a indústria de petróleo, incluindo a prospecção, pesquisa e exploração de hidrocarbonetos, em Timor Leste.
Galp Investment - Fundo	(e)	Lisboa	Portugal	-	-	Securitização de créditos.
Galp Investment Fund, PLC	(e)	Dublin	Irlanda	-	-	Securitização de créditos.
Sub-Grupo GDP:						
GDP - Gás de Portugal, SGPS, S.A.:	(b)	Lisboa	Portugal	100%	100%	Gestão de participações sociais.
Subsidiárias:						
GDP Serviços, S.A.		Lisboa	Portugal	100%	100%	Prestação de serviços de apoio à gestão empresarial.
Beiragás - Companhia de Gás das Beiras, S.A.		Viseu	Portugal	59,51%	59,51%	Exploração, construção e manutenção de redes regionais de distribuição de gás natural.
Dianagás - Soc. Distrib. de Gás Natural de Évora, S.A.		Bucelas	Portugal	100%	100%	Exploração, construção e manutenção de redes regionais de distribuição de gás natural e outros gases.
Paxgás - Soc. Distrib. de Gás Natural de Beja, S.A.		Bucelas	Portugal	100%	100%	Exploração, construção e manutenção de redes regionais de distribuição de gás natural e outros gases.

Firma	Sede Social		Percentagem de capital detido		Principal actividade
	Localidade	País	2008	2007	
Medigás - Soc. Distrib. de Gás Natural do Algarve, S.A.	Bucelas	Portugal	100%	100%	Exploração, construção e manutenção de redes regionais de distribuição de gás natural e outros gases.
Durienségás - Soc. Distrib. de Gás Natural do Douro, S.A.	Bucelas	Portugal	100%	100%	Exploração, construção e manutenção de redes regionais de distribuição de gás natural e outros gases.
Lusitaniagás - Companhia de Gás do Centro, S.A.	(a) Aveiro	Portugal	85,25%	85,18%	Exploração, construção e manutenção de redes regionais de distribuição de gás natural e outros gases.
Lusitaniagás Comercialização, S.A.	Aveiro	Portugal	100%	100%	Comercialização de último recurso retalhista de gás natural.
Lisboagás GDL - Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S.A.	Lisboa	Portugal	100%	100%	Obtenção, armazenagem e distribuição de gás combustível canalizado.
Lisboagás Comercialização, S.A.	Lisboa	Portugal	100%	100%	Comercialização de último recurso retalhista de gás natural.
Galp Gás Natural, S.A. e subsidiárias:	Lisboa	Portugal	100%	100%	Importação de gás natural, armazenagem, distribuição através de rede de alta pressão, construção e manutenção de redes.
Transgás Armazenagem - Soc. Portuguesa de Armazenagem de Gás Natural, S.A.	Lisboa	Portugal	100%	100%	Armazenagem de gás natural em regime de subconcessão de serviço público, incluindo a construção, manutenção, reparação e exploração de todas as infra-estruturas e equipamentos conexos.
Transgás, S.A.	Lisboa	Portugal	100%	100%	Fornecimento de energia a empresas e compra e venda de gás natural.
Sub-grupo Galp Power:					
Galp Power, SGPS, S.A. e subsidiárias:	Lisboa	Portugal	100%	100%	A gestão de participações sociais como forma indirecta de exercício da actividade económica.
Carriço Cogeração Sociedade de Geração de Electricidade e Calor, S.A.	Lisboa	Portugal	65%	65%	Produção sob a forma de cogeração e venda de energia eléctrica e térmica.
Powercer - Sociedade de Cogeração da Vialonga, S.A.	Lisboa	Portugal	70%	70%	A Sociedade tem por objecto a produção sob a forma de cogeração, e a venda de energia eléctrica e térmica, incluindo a concepção, construção, financiamento e exploração de instalações de cogeração, bem como o exercício de todas as actividades e a prestação de serviços conexos.
Sinecogeração - Cogeração da refinaria de Sines, S.A.	Lisboa	Portugal	100%	100%	A Sociedade tem por objecto a produção, transporte e distribuição de energia eléctrica e térmica proveniente de sistemas de cogeração e energias renováveis, incluindo concepção, construção e operação de sistemas ou instalações.
Galp Power, S.A.	Lisboa	Portugal	100%	100%	Exercício da compra e venda de energia, bem como a prestação de serviços e o exercício de actividades directa ou indirectamente relacionados com energia.
Portcogeração, S.A.	Lisboa	Portugal	100%	100%	Produção, transporte e distribuição de energia eléctrica e térmica proveniente de sistemas de cogeração e energias renováveis.
Galp Central de Ciclo Combinado de Sines, S.A.	(d) Lisboa	Portugal	100%	-	Produção e comercialização de energia eléctrica, incluindo a concepção, construção e exploração de uma central termo eléctrica de ciclo combinado, bem como o exercício de quaisquer outras actividades conexas.

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2008 o perímetro de consolidação foi alterado face ao exercício precedente conforme segue:

a) Empresas adquiridas:

- Aquisição pelo Grupo de mais 0,05469% do capital da Lusitaniagás - Companhia de Gás do Centro, S.A., pelo montante de mEuros 90, resultando um *goodwill* de mEuros 38 (Nota 12), passando assim o Grupo a deter 85,25% do capital daquela empresa.
- O grupo Galp Energia adquiriu à Royal Dutch Shell o negócio de distribuição de produtos petrolíferos em Moçambique e o negócio de distribuição de combustíveis na Suazilândia e na Gâmbia. Esta aquisição foi concretizada da seguinte forma:

Em 16 de Setembro, as subsidiárias Petrogal, S.A. e Petrogal Moçambique, Lda., adquiriram 99,99% e 0,01% respectivamente do capital da Shell Moçambique, Limitada, pelo montante mEuros 5.943, resultando um *goodwill* de mEuros 2.491 (Nota 12). Após a aquisição a empresa Shell Moçambique, Limitada passou a denominar-se Galp Moçambique, Lda.;

Em 31 de Outubro, a subsidiária Petrogal, S.A. e a Galp Energia, SGPS, S.A., adquiriram 98,98% e 0,02% respectivamente do capital da Shell Marketing Gambia Limited, pelo montante mEuros 6.447, resultando um *goodwill* de mEuros 2.175 (Nota 12). Após a aquisição a empresa Shell Marketing Gambia Limited passou a denominar-se Galp Gambia, Limited;

Em 21 de Novembro, as subsidiárias Petrogal, S.A. e Galp Energia, SGPS, S.A., adquiriram 98,99% e 0,01% respectivamente do capital da Shell Oil Swaziland (PTY) Limited, pelo montante mEuros 18.117, resultando um *goodwill* de mEuros 14.913 (Nota 12).

- O grupo Galp Energia adquiriu à Eni. S.p.A a rede de distribuição de combustíveis da Agip na Península Ibérica. Esta aquisição foi concretizada no dia 1 de Outubro de 2008, da seguinte forma:

A subsidiária Petrogal, S.A. através da sua sucursal Espanha adquiriu 100% do capital da Agip España, S.A.U. (e respectiva subsidiária Agip Portugal - Combustíveis, S.A.), pelo montante mEuros 176.512, resultando um *goodwill* de mEuros 71.983 (Nota 12). Após a aquisição a empresa Agip España, S.A.U. passou a denominar-se Galp Distribución Oil España, S.A.U. e a sua subsidiária Agip Portugal - Combustíveis, S.A. passou a designar-se Galp Distribuição Portugal, S.A.

- O grupo Galp Energia adquiriu à ExxonMobil os negócios de distribuição de combustíveis e parte do negócio de lubrificantes das afiliadas da ExxonMobil em Portugal e Espanha. Esta aquisição foi concretizada no dia 1 de Dezembro de 2008, da seguinte forma:

A subsidiária Petróleos de Portugal - Petrogal, S.A. - Sucursal en España adquiriu 100% do capital da Esso Española, S.L. (e respectiva subsidiária Roc-Retail Operating Company, S.L.), pelo montante de 174.900 resultando um *goodwill* de mEuros 46.684 (Nota 12). Após a aquisição a empresa Esso

Española, S.L. passou a denominar-se Galp Comercializacion Oil España, S.L.;

A subsidiária Petróleos de Portugal - Petrogal, S.A adquiriu 100% do capital da ExxonMobil Portugal Holdings B.V. (e respectivas subsidiárias Esso Portuguesa, Lda; Esso Gás, Limitada; Exxon Portuguesa Lda; e CORS – Companhia de Exploração de Estações de Serviço e Retalho de Serviços Automóvel, Lda), pelo montante de mEuros 146.000 resultando um *goodwill* de mEuros 16.000 (Nota 12). Após a aquisição das empresas:

- ExxonMobil Portugal Holdings B.V. passou a denominar-se Galp Energia Portugal Holdings B.V.;
- Esso Portuguesa, Lda. passou a denominar-se Galp Comercialização Portugal, Lda.;
- Esso Gás, Limitada, passou a denominar-se COMG - Comercialização de Gás, Lda.;
- Exxon Portuguesa, Lda. passou a denominar-se PPQCGT - Petróleos, Produtos Químicos, Comércio Geral e Turismo, Lda.

Com referência à data de aquisição, as aquisições ocorridas no exercício findo em 31 de Dezembro de 2008, tiveram o seguinte impacto nas demonstrações financeiras consolidadas da Galp Energia:

	Total	Galp Distribución Oil España, S.A.U. e subsidiárias	Shell Oil Swaziland (PTY) Limited	Galp Gambia, Limited	Galp Moçambique, Lda.	Galp Comercializacion Oil Espanã, S.L. e subsidiárias	Galp Energia Portugal Holdings B.V. (ex - ExxonMobil Portugal Holding B.V.)
							f)
Activos não correntes							
Activos fixos tangíveis e intangíveis (Nota 13)	297.409	179.280	2.200	2.390	1.835	111.704	-
Participações financeiras em associadas	2.264	-	-	-	4	2.260	-
Activos por impostos diferidos (Nota 10)	19.460	4.207	-	-	-	15.253	-
Outras contas a receber	5.019	4.531	-	-	-	488	-
Activos correntes							
Inventários	265.339	196.437	844	18.227	1.255	48.576	-
Clientes	204.828	182.527	3.921	10.977	898	6.505	-
Imposto corrente sobre rendimento a receber	2.793	313	-	-	114	2.366	-
Outras contas a receber	11.466	3.037	265	2.228	543	5.393	-
Passivos não correntes							
Provisões (Nota 26)	(2.215)	(2.215)	-	-	-	-	-
Passivos por impostos diferidos (Nota 10)	(15.565)	(15.565)	-	-	-	-	-
Empréstimos	(30.137)	(30.137)	-	-	-	-	-
Outras contas a pagar	(706)	(91)	(615)	-	-	-	-
Passivos correntes							
Empréstimos	(164.355)	(157.344)	-	-	-	(7.011)	-
Imposto corrente sobre rendimento a pagar	(2.226)	(1.290)	(870)	-	(66)	-	-
Outras contas a pagar	(377.070)	(246.628)	(5.033)	(30.193)	(4.790)	(90.425)	-
Total adquirido / integrado	216.304	117.062	712	3.629	(208)	95.109	-
Diferença de aquisição positiva (Notas 12)	154.246	71.983	14.913	2.175	2.491	46.684	16.000
Justo valor dos capitais próprios adquiridos (Notas 4 e 12)	130.000	-	-	-	-	-	130.000
Custo de aquisição líquido	500.550	189.045	15.625	5.804	2.283	141.793	146.000
Caixa e seus equivalentes	27.369	(12.533)	2.492	643	3.660	33.107	-
Património líquido adquirido / integrado	527.919	176.512	18.117	6.447	5.943	174.900	146.000

b) Empresas fundidas:

- A subsidiária GDP - Gás de Portugal, SGPS, S.A., foi integrada na Galp Energia, SGPS, S.A., através de um processo de fusão por incorporação, com efeitos a 1 de Janeiro de 2008. Consequentemente, as anteriores subsidiárias (GDP Distribuição, SGPS, S.A. e respectivas subsidiárias) são apresentadas como sendo detidas pela Galp Energia, SGPS, S.A. Acresce referir que a GDP Distribuição, SGPS, S.A. alterou no decurso do exercício findo em 31 de Dezembro de 2008 a sua denominação social para GDP - Gás de Portugal, SGPS, S.A..

c) Empresas alienadas e liquidadas:

- No decurso do primeiro semestre de 2008, a empresa Driftal - Plásticos de Portugal, S.A. (subsidiária da GDP- Gás de Portugal, SGPS, S.A. fundida na Galp Energia), foi dissolvida. Os resultados gerados no exercício até a data de liquidação foram incluídos nas demonstrações dos resultados consolidados.

d) Empresas constituídas:

- A Galp Energia SGPS, S.A. subscreveu 100% da Galp Energia E&P B.V., a qual foi constituída em Agosto de 2008, a qual não tendo realizado qualquer operação do presente exercício.
- Em 22 de Setembro de 2008 a Petrogal, S.A. constitui uma sucursal em Espanha, Petróleos de Portugal – Petrogal, S.A. Sucursal em Espanha, para a qual transferiu a participação financeira da subsidiária Galp Energia España, S.A. e respectivas subsidiárias.
- A subsidiária Galp Exploração e Produção Petrolífera, Lda. subscreveu 66,67% da Galpbúzi - Agro-Energia, S.A., a qual foi constituída em 23 de Abril de 2008.
- A subsidiária Galp Exploração e Produção Petrolífera, Lda. subscreveu 50% da Moçamgalp Agroenergias de Moçambique, S.A. a qual foi constituída em 24 de Março de 2008.
- A subsidiária Galp Power, SGPS, S.A. subscreveu 100% da Galp Central de Ciclo Combinado de Sines, S.A. a qual foi constituída em 09 de Janeiro de 2008.

e) Operação de titularização:

- No decurso do exercício de 2003 a Petrogal celebrou uma operação de titularização de contas a receber com o Galp Investment Fund, PLC (“Fundo”) no montante máximo de mEuros 210.000 (Nota 23), o qual tinha um prazo de maturidade esperada de 5 anos e um prazo de maturidade legal de 7 anos. As transações eram efectuadas com recurso a um outro veículo com sede em Portugal – Galp Investment – Fundo – o qual procedia a compra dos recebíveis e à sua colocação junto do Galp Investment Fund PLC. Dado estes Fundos se configurarem como veículos constituídos unicamente para esta operação e atendendo às disposições contabilísticas ao nível das IAS/IFRS, relativamente a este tipo de operações, os activos e passivos dos Fundos, que são constituídos essencialmente pelas contas a receber de clientes da

Petrogal e as obrigações emitidas pelo Fundo, respectivamente, foram consolidados nas demonstrações financeiras do grupo em exercícios anteriores. Esta operação de titularização foi liquidada em 14 Julho de 2008 tal como previsto no regulamento de gestão do fundo.

Desta forma em 31 de Dezembro de 2008, não se encontram registados quaisquer saldos no Balanço consolidado relativos àquela operação de titularização de créditos.

f) Empresas não consolidadas:

- Apesar de incluída no quadro acima a Galp Energia Portugal Holdings B.V. e respectivas subsidiárias não foram consolidadas pelo Grupo, uma vez que a participação adquirida a 1 de Dezembro de 2008 foi sujeita a um conjunto de restrições impostas pela Comissão Europeia, pelo que parte dos seus activos e actividade têm que ser vendidas no curto prazo. Uma vez que ainda se encontra em curso a análise das actividades que terão de ser vendidas, o Grupo optou por não proceder à consolidação dos activos, passivos e actividades que se irão manter na esfera do Grupo. Assim o justo valor da participação financeira adquirida pelo montante de mEuros 130.000 encontra-se registado na rubrica participações financeiras em associadas (Nota 12).

As Empresas controladas conjuntamente em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, são como se segue:

Firma	Sede Social		Percentagem de capital detido		Principal actividade
	Localidade	País	2008	2007	
B) Empresas controladas conjuntamente					
Sub- Grupo Galp Power:					
Ventinveste, S.A. e subsidiárias:	Lisboa	Portugal	34%	34%	Construção e exploração de unidades industriais para fabrico e montagem de componentes de turbinas eólicas e a construção e exploração de parques eólicos.
Ventinveste Eólica, SGPS, S.A.	Lisboa	Portugal	34%	34%	Gestão de participações sociais de outras sociedades como forma indirecta do exercício de actividades económicas de construção e exploração de parques eólicos.
Parque Eólico da Serra do Oeste, S.A.	Lisboa	Portugal	34%	34%	Construção e exploração de parques eólicos.
Parque Eólico de Torrinhelas, S.A.	Lisboa	Portugal	34%	34%	Construção e exploração de parques eólicos.
Parque Eólico de Vale do Chão, S.A.	Lisboa	Portugal	34%	34%	Construção e exploração de parques eólicos.
Parque Eólico do Cabeço Norte, S.A.	Lisboa	Portugal	34%	34%	Construção e exploração de parques eólicos.
Parque Eólico de Vale Grande, S.A.	Lisboa	Portugal	34%	34%	Construção e exploração de parques eólicos.
Parque Eólico do Douro Sul, S.A.	Lisboa	Portugal	34%	34%	Construção e exploração de parques eólicos.
Parque Eólico do Pinhal Oeste, S.A.	Lisboa	Portugal	34%	34%	Construção e exploração de parques eólicos.
Parque Eólico do Planalto, S.A.	Lisboa	Portugal	34%	34%	Construção e exploração de parques eólicos.
Sub-Grupo Petrogal:					
C.L.C. - Companhia Logística de Combustíveis, S.A.	Aveiras de Cima	Portugal	65%	65%	Instalação e exploração de parques de armazenagem de combustíveis líquidos e gasosos, bem como das respectivas estruturas de transporte. Outras actividades industriais, comerciais, de investigação ou de prestação de serviços, conexas com aquelas actividades.
Caiageste - Gestão de Áreas de Serviço, Lda.	Elvas	Portugal	50%	50%	Gestão e exploração de duas áreas de serviço localizadas na zona do Caia, incluindo o exercício de quaisquer actividades e a prestação de quaisquer serviços conexionados com tais estabelecimentos ou instalações, nomeadamente: o abastecimento de combustíveis e lubrificantes; a comercialização de produtos e artigos dos ramos da conveniência e dos supermercados; a gestão e a exploração de restaurantes e outras unidades de natureza hoteleira ou similar; estações de serviço e pontos de venda de lembranças e utilidades.
Sigás - Armazenagem de Gás, A.C.E.	Sines	Portugal	60%	60%	Concepção construção de caverna subterrânea de armazenagem de GPL, das instalações de superfície complementares necessárias à movimentação de produtos. Gestão e exploração operacional de caverna incluindo instalações de superfície, tanques e esferas de GPL.
Asa - Abastecimento e Serviços de Aviação, Lda.	Lisboa	Portugal	50%	50%	Prestação de serviço de abastecimento petrolífero aeronáutico.

Com excepção da C.L.C. - Companhia Logística de Combustíveis, S.A., da Sigás - Armazenagem de Gás, A.C.E., da Caiageste - Gestão de Áreas de Serviço, Lda., Asa - Abastecimento e Serviços de Aviação, Lda., e Ventinveste, S.A., que foram incluídas pelo método proporcional conforme indicado na Nota 2.2 alínea b), todas as restantes empresas acima referidas (excepto a Galp Energia Portugal Holdings B.V. e respectivas subsidiárias) foram incluídas na consolidação pelo método de integração global.

As empresas integradas na consolidação pelo método de consolidação proporcional apresentam a 31 de Dezembro de 2008, os seguintes impactos (correspondentes às parcelas apropriadas) nas demonstrações financeiras consolidadas:

Subsidiárias	Impacto Consolidação Proporcional (a)				
	Activos	Passivos	Proveitos	Custos	Resultado exercício
C.L.C. - Companhia Logística de Combustíveis, S.A.	121.120	(68.611)	28.368	(17.489)	10.879
Caiageste - Gestão de Áreas de Serviço, Lda.	150	(121)	584	(622)	(38)
Sigás - Armazenagem de Gás, A.C.E.	14.721	(14.721)	4.285	(4.285)	-
Asa - Abastecimento e Serviços de Aviação, Lda.	113	(107)	431	(430)	1
Ventinveste, S.A. (b)	6.013	(5.772)	323	(531)	(208)
	142.117	(89.332)	33.991	(23.357)	10.634

(a) Antes de eliminações de consolidação

(b) Os montantes representam o consolidado do Grupo Ventinveste, incluindo exclusivamente todas as subsidiárias do ramo de actividade eólico.

4. Participações financeiras em empresas associadas

As participações financeiras em empresas associadas, suas sedes sociais, proporção de capital e suas actividades detidas em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 são as seguintes:

Firma	Sede Social		Percentagem de capital detido		Valor contabilístico		Informação financeira da empresa associada					
	Localidade	País	2008	2007	2008	2007	Activos	Passivos	Proveitos	Resultado exercício	Principal actividade	
Galp Energia Portugal Holding B.V. (n)	Amsterdam	Netherlands	100%	-	130.000	-	-	-	-	-	-	Toda a actividade directa ou indirectamente relacionada com a exploração e gestão de postos de abastecimento de combustíveis, incluindo a exploração de lojas e lavagens situadas nos referidos postos bem como a importação, armazenagem e distribuição de produtos petrolíferos e seus derivados.
Compañia Logística de Hidrocarburos CLH, SA (f) (j)	Madrid	Espanha	5,00%	5,00%	59.826	60.425	1.826.694	1.581.062	599.206	162.487	-	Instalação e exploração de parques de armazenagem de combustíveis líquidos e gasosos bem como das respectivas estruturas de transporte.
EMPL - Europe Magreb Pipeline, Ltd. (a)	Madrid	Espanha	27,40%	27,40%	39.729	30.259	383.589	238.593	194.218	118.113	-	Construção e operação de gasodutos para transporte de gás natural entre Marrocos e Espanha.
Gasoduto Al-Andaluz, S.A. (a)	Madrid	Espanha	33,04%	33,04%	17.649	16.793	96.125	42.708	28.813	9.603	-	Construção e exploração do gasoduto Tarifa-Córdoba.
Gasoduto Extremadura, S.A. (a)	Madrid	Espanha	49,00%	49,00%	15.070	14.303	43.918	13.163	20.330	7.881	-	Construção e exploração do gasoduto Córdoba-Campo Maior.
Empresa Nacional de Combustíveis - Enacol, S.A.R.L (g) (l)	Mindelo	Cabo-Verde	40,43%	33,21%	13.072	7.918	59.628	33.632	91.612	3.471	-	Comercialização de hidrocarbonetos e actividades acessórias
Setgás - Sociedade de Produção e Distribuição de Gás, S.A. (h)	Setúbal	Portugal	45,00%	45,00%	12.608	10.242	120.815	92.815	23.820	4.595	-	Produção e distribuição de gás natural e dos seus gases de substituição.
Tagusgás - Empresa de Gás do Vale do Tejo, S.A. (b)	Santarém	Portugal	41,33%	41,31%	3.721	3.745	59.830	50.828	14.509	226	-	Produção e distribuição de gás natural, e outros gases combustíveis canalizados.
MDA-Mobil Disa Aviacioms S.A. (i)	Santa Cruz de Tenerife	Espanha	50,00%	-	2.260	-	-	-	-	-	-	Prestação de serviço de abastecimento petrolífero aeronáutico, de forma directa ou via participação em Empresas com a mesma actividade.
Metragaz, S.A. (a)	Tânger	Marrocos	26,99%	26,99%	1.444	1.413	11.090	5.741	15.179	1.041	-	Construção, manutenção e exploração do gasoduto Magrehb-Europa.
Terparque - Armazenagem de Combustíveis, Lda. (d)	Angra do Heroísmo	Portugal	23,50%	23,50%	1.190	1.238	25.701	20.634	-	(616)	-	Construção e/ou a exploração de parques de armazenagem de combustíveis.
Brisa Access, S.A. (g)	Cascais	Portugal	7,50%	7,50%	755	570	13.386	3.325	16.943	2.524	-	Prestação de quaisquer serviços de assistência e apoio a automobilistas.
Gásfomento - Sistemas e Instalações de Gás, S.A. (b)	Lisboa	Portugal	20,00%	20,00%	144	68	3.608	2.885	7.309	366	-	Actividades de construção e engenharia civil em geral, projecto, construção e manutenção de instalações.
C.L.C. Guiné Bissau – Companhia Logística de Combustíveis da Guiné Bissau, Lda.	Bissau	Guiné-Bissau	-	45,00%	-	-	-	-	-	-	-	Gestão e exploração do parque de Armazenagem de Combustíveis Líquidos e do Terminal Petrolífero de Bandim.

Firma	Localidade	País	Percentagem de capital detido		Valor contabilístico		Informação financeira da empresa associada				Principal actividade	
			2008	2007	2008	2007	Activos	Passivos	Proveitos	Resultado exercício		
Ecogen - Serviços de Energia Descentralizada, S.A. (c)	Bucelas	Portugal	-	35,00%	-	112	-	-	-	-	-	Prestação de serviços de importação e exportação, comercialização e fornecimento de equipamentos de produção de energia eléctrica.
Energim - Sociedade de Produção de Electricidade e Calor, S.A. (c) (m)	Lisboa	Portugal	35,00%	35,00%	-	1.669	36.119	36.715	40.308	(1.639)	-	Produção sob a forma de cogeração e venda de energia eléctrica e térmica
Sonangal - Sociedade Distribuição e Comercialização +de Combustíveis, Lda. (e) (l) (m)	Luanda	Angola	49,00%	49,00%	-	-	32.759	35.228	4.165	2.568	-	Distribuição e comercialização de combustíveis líquidos, lubrificantes e outros derivados de petróleo e exploração de postos de abastecimento e estações de serviço, de assistência a automóveis e outras conexas.
					297.468	148.755						
menos: Provisão para responsabilidades conjuntas (Nota 26)					(1.285)	(2.006)						
					296.183	146.749						

(a) Participação detida pela Galp Gás Natural, S.A.

(b) Participação detida pela GDP - Gás de Portugal, SGPS, S.A.

(c) Empresa foi dissolvida em 30 Junho de 2008.

(d) Participação detida pela Saaga - Sociedade Açoreana de Armazenagem de Gás, S.A.

(e) Participação detida pela Petrolgal Angola, Lda.

(f) Participação detida pela Galp Energia España, S.A.

(g) Participação detida pela Petróleos de Portugal - Petrogal, S.A.

(h) Participação detida pela GDP - Gás de Portugal, SGPS, S.A. e pela Petróleos de Portugal - Petrogal, S.A.

(i) Participação detida pela Galp Comercialización Oil España, S.L. adquirida no decurso do exercício findo em 31 de Dezembro de 2008.

(j) Apesar de o Grupo deter apenas 5% do capital, o Grupo exerce uma influência significativa, motivo pelo qual a participação é valorizada tal como descrito na nota 2.2 c).

(l) O grupo adquiriu no decurso do exercício findo em 31 de Dezembro de 2008 7,22% do capital desta subsidiária pelo montante de mEuros 4.399 da qual resultou um *goodwill* de mEuros 2.562.

(m) Em 31 de Dezembro de 2008, a provisão para partes de capital das empresas associadas, representante do compromisso solidário do Grupo junto das associadas que apresentavam capitais próprios negativos, detalha-se conforme segue (Nota 26).

(n) Participação detida pela Petróleos de Portugal - Petrogal, S.A. adquirida no decurso do exercício findo em 31 de Dezembro de 2008. Esta Empresa não foi consolidada conforme descrito na nota 3 f).

	2008	2007
Energim - Sociedade de Produção de Electricidade e Calor, S.A.	246	-
Sonangal - Sociedade Distribuição e Comercialização de Combustíveis, Lda.	1.039	2.006
	1.285	2.006

O movimento ocorrido na rubrica de participações financeiras em empresas associadas no exercício findo em 31 de Dezembro de 2008 foi o seguinte:

Empresas	Saldo inicial	Aumento participação (a)	Ganhos / Perdas	Ajust. conversão cambial	Ajust. reservas cobertura	Resultados exercicios ant.	Dividendos	Transferências / Regularizações	Saldo final
Participações financeiras									
Galp Energia Portugal Holding B.V. (b)	-	130.000	-	-	-	-	-	-	130.000
Companhia Logística de Hidrocarburos CLH, S.A.	60.425	6.675	8.124	-	-	(1.395)	(14.003)	-	59.826
EMPL - Europe Magreb Pipeline, Ltd.	30.259	-	32.363	4.776	-	-	(27.669)	-	39.729
Gasoduto Al-Andaluz, S.A.	16.793	-	3.173	-	-	-	(2.317)	-	17.649
Gasoduto Extremadura, S.A.	14.303	-	3.862	-	-	-	(3.095)	-	15.070
Empresa Nacional de Combustíveis - Enacol, S.A.R.L.	7.918	4.399	1.192	-	-	336	(773)	-	13.072
Setgás - Sociedade de Produção e Distribuição de Gás, S.A.	10.242	-	2.073	-	-	293	-	-	12.608
Tagusgás - Empresa de Gás do Vale do Tejo, S.A.	3.745	2	93	-	4	(123)	-	-	3.721
MDA-Mobil Disa Aviacion S.A. (d)	-	2.260	-	-	-	-	-	-	2.260
Metragaz, S.A.	1.413	-	281	9	-	-	(259)	-	1.444
Terparque - Armazenagem de Combustíveis, Lda.	1.238	81	(145)	-	-	16	-	-	1.190
Brisa Access, S.A.	570	-	189	-	-	(4)	-	-	755
Gásfomento - Sistemas e Instalações de Gás, S.A.	68	-	73	-	-	3	-	-	144
Ecogen - Serviços de Energia Descentralizada, S.A. (c)	112	-	(1)	-	-	(1)	-	(110)	-
Energim - Sociedade de Produção de Electricidade e Calor, S.A.	1.669	-	(579)	-	-	(12)	(1.324)	246	-
	148.755	143.417	50.698	4.785	4	(887)	(49.440)	136	297.468
Provisões para partes de capital em empresas associadas									
Energim - Sociedade de Produção de Electricidade e Calor, S.A.	-	-	-	-	-	-	-	(246)	(246)
Sonangal - Sociedade Distribuição e Comercialização de Combustíveis, Lda.	(2.006)	-	1.268	(64)	-	(237)	-	-	(1.039)
	(2.006)	-	1.268	(64)	-	(237)	-	(246)	(1.285)
	146.749	143.417	51.966	4.721	4	(1.124)	(49.440)	(110)	296.183

(a) Inclui as operações de aumento da participação, acertos de preço de compra e prestações acessórias.

(b) Ver nota 3.

(c) Empresa liquidada no decurso do exercício.

Resultante do contrato de compra estabelecido para a aquisição da participação detida na CLH - Companhia Logística de Hidrocarburos, S.A., o custo da participação é anualmente revisto, até 10 anos a partir da data do contrato, face ao valor de vendas efectuado. O valor pago no exercício como adicional ao custo de compra ascende a mEuros 6.675.

A rubrica de resultados relativos a participações financeiras em empresas associadas registadas na demonstração dos resultados consolidados por naturezas para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2008 tem a seguinte composição:

Efeito de aplicação do método de equivalência patrimonial:	
Empresas associadas	51.966
Empresas associadas - correcções relativas a exercícios anteriores	(1.124)
Correcções relativas a exercícios anteriores em empresas do grupo	(2.362)
Outros	(89)
	48.391

O valor recebido de dividendos no exercício de 2008 foi de mEuros 49.440, no entanto foi reflectido na rubrica de participações financeiras em empresas associadas o montante de mEuros 46.816, que foi o montante aprovado em Assembleia Geral das respectivas empresas. A diferença de mEuros 2.624 refere-se a diferenças cambiais favoráveis que ocorreram no momento do pagamento e que foram reflectidas na rubrica de ganhos (perdas) cambiais, na demonstração de resultados.

Conforme referido na Nota 2.2 d) o *goodwill* positivo relativo a empresas associadas encontra-se incluído na rubrica de participações financeiras em empresas associadas, cujo detalhe em 31 de Dezembro de 2008 é como se segue:

Companhia Logística de Hidrocarburos CLH, S.A.	50.199
Empresa Nacional de Combustíveis - Enacol, S.A.R.L.	2.562
Setgás - Sociedade de Produção e Distribuição de Gás, S.A.	172
	52.933

5. Participações financeiras em empresas participadas

As participações financeiras em empresas participadas, suas sedes sociais e proporção do capital detido em 31 de Dezembro de 2008 e 31 de Dezembro de 2007 são as seguintes:

Empresa	Sede Social		Percentagem de capital detido		Valor contabilístico	
	Localidade	País	2008	2007	2008	2007
Agência de Energia do Porto	Porto	Portugal	-	-	13	13
Agene - Agência para a Energia, S.A.	Amadora	Portugal	10,98%	10,98%	114	114
Ambélis - Agência para a Modernização Económica de Lisboa, S.A.	Lisboa	Portugal	2,00%	2,00%	20	20
CCCP - Cooperativa de Consumo de Pessoal da Petrogal, CRL	Lisboa	Portugal	0,07%	0,07%	(b)	(b)
Central-E, S.A.	Lisboa	Portugal	0,70%	0,70%	2	2
Clube Financeiro de Vigo	Vigo	Espanha	-	-	19	19
Cooperativa de Habitação da Petrogal, CRL	Lisboa	Portugal	0,07%	0,07%	7	7
EDEL - Empresa Editorial Electrónica, Lda.	Lisboa	Portugal	2,22%	2,22%	(b)	(b)
FINA - Petróleos de Angola, S.A.	Luanda	Angola	0,44%	-	144	-
Imopetro - Importadora Moçambicana de Petróleos, Lda.	Maputo	Moçambique	15,38%	15,38%	7	7
OEINERGE - Agência Municipal Energia e Ambiente de Oeiras	Oeiras	Portugal	1,45%	1,45%	1	1
Omégas - Soc. D'Étude du Gazoduc Magreb Europe	Tânger	Marrocos	5,00%	5,00%	35	35
P.I.M. - Parque Industrial da Matola, SARL	Maputo	Moçambique	1,50%	1,50%	18	18
PME Capital - Sociedade Portuguesa de Capital de Risco, S.A.	Porto	Portugal	1,82%	1,82%	499	499
PME Investimentos - Sociedade de Investimento, S.A.	Lisboa	Portugal	1,82%	1,82%	499	499
Ventinveste Industrial, SGPS, S.A. (a)	Oliveira de Frades	Portugal	34,00%	34,00%	17	17
					1.395	1.251
Imparidades de Empresas Participadas						
Ambélis - Agência para a modernização Económica de Lisboa, S.A.						(7)
PME Capital - Sociedade Portuguesa de Capital de Risco, S.A.						(52)
PME Investimentos - Sociedade de Investimento, S.A.						(145)
P.I.M. - Parque Industrial da Matola, SARL						(18)
					(222)	(204)
					1.173	1.047

a) Participação registada ao custo de aquisição pelo facto do Grupo não exercer controlo nem influência significativa sobre a entidade

b) Valores das participadas inferiores a mEuros 1

As participações em participadas foram reflectidas contabilisticamente ao custo de aquisição tal como descrito na Nota 2.2 alínea c). O valor líquido contabilístico dessas participações ascende a mEuros 1.173.

6. Proveitos operacionais

O detalhe dos rendimentos operacionais do Grupo durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2008 e 31 de Dezembro de 2007 é como segue:

Rubricas	2008	2007
Vendas:		
de mercadorias	5.709.436	4.326.473
de produtos	9.151.023	8.106.551
	14.860.459	12.433.024
Prestação de serviços	225.324	127.089
Outros proveitos operacionais:		
Proveitos suplementares	57.970	60.236
Ganhos em Imobilizações	5.615	11.680
Subsídios à exploração	6.230	5.169
Trabalhos p/ própria empresa	18.111	10.483
Correções de exercícios anteriores	5.347	5.028
Outros	8.836	8.475
	102.109	101.071
	15.187.892	12.661.184

As vendas de combustíveis incluem o valor de Imposto sobre os Produtos Petrolíferos (ISP).

A repartição geográfica das vendas está expressa na Nota 8.

A rubrica de vendas inclui o montante de mEuros (581) relativo ao ajuste entre os proveitos permitidos estimados para o primeiro semestre do ano gás 2008-2009 e o valor dos proveitos facturados relativos às actividades de:

	Acréscimos Proveitos	Acréscimos Custos
	(Nota 15)	(Nota 25)
Comercializadoras de Último Recurso	5.866	(1.883)
Distribuição de Gás Natural	1.020	(5.483)
Armazenagem de Gás Natural	-	(101)
Total	6.886	(7.467)

O incremento da rubrica de prestações de serviços decorre essencialmente das alterações regulatórias introduzidas no sector do gás natural.

De acordo com o regulamento ERSE e consequente separação de actividades de distribuição e comercialização de gás natural a remuneração relativa à actividade de distribuição passou a ser classificada na rubrica de prestações de serviços. Adicionalmente, tal como explicado na Nota 2.13, por deter o risco de crédito associado à cobrança a clientes finais de gás natural, das tarifas de utilização da rede de transporte e uso global do sistema debitados ao Grupo, pela Empresa REN Gasodutos, os quais ascendem ao montante de mEuros 13.237.

O Grupo reconheceu os montantes que são debitados na rubrica de custo das vendas de mercadorias (Nota 7) e o respectivo proveito facturado aos seus clientes, bem como a diferença entre o montante facturado e o montante incorrido como custo na rubrica de prestações de serviços.

A rubrica de vendas inclui o montante de mEuros 32.325 relativo à diferença entre o custo de aquisição do gás natural aos fornecedores do Grupo e os preços de venda definidos pela ERSE para o ano gás 2008-2009, os quais são actualizados trimestralmente, decorrente do assunto explicado na Nota 2.13.

A rubrica de proveitos suplementares inclui essencialmente proveitos relativos a taxas de exploração, taxas de espaços publicitários, taxas de lavagens automáticas, entre outras debitadas a revendedores por utilização da marca GALP.

7. Custos operacionais

O resultado dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 foram afectados pelas seguintes rubricas de gastos operacionais:

Rubricas	2008	2007
Custo das Vendas:		
Mercadorias	3.892.818	2.519.738 (a)
Matérias primas e subsidiárias	7.086.378	5.565.560 (a)
Imposto sobre petróleo	2.483.747	2.505.526
Variação da produção	(130.831)	(81.212) (a)
Reduções ao inventário (Nota 17)	384.365	1.441 (a)
Derivados Financeiros	9.510	2.421
	13.725.987	10.513.474 (a)
Fornecimento e serviços externos:		
Subcontratos	8.109	7.226 (a)
Rendas e alugueres	56.852	45.179
Conservação e reparação	59.506	55.213
Publicidade	21.315	23.994
Transporte de mercadorias	103.191	95.939
Seguros	20.945	22.052
Comissões	14.281	11.918
Armazenagem e enchimento	60.558	50.655
Serviços e taxas portuárias	9.470	21.547
Outros serviços especializados	205.956	197.427
Outros fornecimentos e serviços externos	66.987	47.246
Outros custos	52.903	43.525
	680.073	621.921 (a)
Custos com o pessoal:		
Remunerações órgãos sociais (Nota 29)	5.827	5.526
Remunerações do pessoal	199.497	185.765
Encargos sociais	42.064	38.530
Benefícios de reforma - pensões e seguros (Nota 24)	30.550	39.948
Outros seguros	7.361	8.666
Outros gastos	6.596	2.771
	291.895	281.206
Amortizações, depreciações e imparidades:		
Amortizações e imparidades de activos fixos tangíveis (Nota 13)	219.539	225.588
Amortizações e imparidades de activos fixos intangíveis (Nota 13)	20.131	31.262
	239.670	256.850
Provisões e imparidade de contas a receber:		
Provisões e reversões (Nota 26)	25.073	11.057
Provisões para pensões	(31)	-
Perdas de imparidade de contas a receber de clientes (Nota 16)	11.431	9.143
Perdas de imparidade de outras contas a receber (Nota 15)	5.369	605
	41.842	20.805
Outros custos operacionais:		
Outros impostos	9.228	8.646
Perdas em Imobilizações	13.017	7.283
Outros custos operacionais	18.855	15.408
	41.100	31.337
	15.020.567	11.725.593 (a)

(a) Estes montantes foram reexpressos tendo em conta as alterações de classificação contabilística referida na Nota 2.24.

A rubrica de custo das mercadorias vendidas inclui o montante de mEuros 13.237 relativos a custos debitados pela Ren Gasodutos conforme explicado na Nota 6. Adicionalmente a Ren Gasodutos debita à Galp Gás Natural a utilização efectuada da rede nacional de transporte de gás natural cujo montante no exercício findo em 31 de Dezembro de 2008 ascendeu a mEuros 70.071.

O aumento verificado na rubrica de reduções ao inventário ficou a dever-se à descida dos preços de mercado dos produtos petrolíferos e seus derivados, tendo sido necessário ajustar o valor das existências em stock no fecho de exercício para esses preços, conforme política contabilística adoptada pelo Grupo Nota 2.7.

O montante de mEuros 30.550 registado na rubrica benefícios de reforma inclui o montante mEuros 2.228, que diz respeito essencialmente a mEuros 1.020 relativos às contribuições do ano das empresas associadas do Fundo de Pensões de contribuição definida da Galp Energia, a favor dos seus empregados e mEuros 1.184 referentes a pré-reformas e reformas antecipadas contratualizadas em 2008, mas que apenas serão efectivadas em 2009.

O montante de mEuros 25.073 respeitante a Provisões e Reversões inclui essencialmente o reforço da provisão para fazer face ao diferendo sobre o preço do gás existente entre a Galp Gás Natural, S.A. e a Nigeria Liquefied Natural Gas Limited relativamente ao contrato de aquisição de gás natural NLNG 2, no montante de mEuros 16.000 (Nota 26).

A NLNG solicitou em Maio e Junho de 2007 a revisão da fórmula do preço do gás natural para dois contratos celebrados com o Grupo, o NLNG 2 e o NLNG Plus. As discordâncias da Galp Energia relativamente ao processo desencadeado e às condições propostas conduziram a que o processo seguisse para Tribunal Arbitral. A NLNG

solicitou a revisão do preço do gás natural com base na sua interpretação do contrato, que a Galp Energia considerou indevidamente fundamentada. Em 31 de Dezembro de 2007, a Galp Energia tinha registado nas suas contas uma provisão de mEuros 14.000 para fazer face a uma eventual decisão desfavorável por parte do tribunal Arbitral.

No final de 2008 o Tribunal arbitral pronunciou-se relativamente ao contrato NLNG Plus, tendo deliberado proceder à revisão da fórmula de preços.

Esta decisão teve como consequência o agravamento do preço do gás natural relativamente ao período de Maio de 2007 a Dezembro de 2008, com impacto no mercado regulado e não regulado de gás natural.

O impacto nas contas da empresa no exercício de 2008 foi de mUSD 156.975, equivalentes a mEuros 112.793 dos quais mEuros 110.276 em custo das vendas e mEuros 2.517 na rubrica de existências.

Esta decisão teve igualmente impacto no preço do gás que a NLNG irá facturar à Galp Energia no futuro o qual será repercutido sobre o mercado.

No que se refere ao contrato NLNG 2 a Galp Energia pretende prosseguir uma via negocial com a NLNG (Nota 26).

8. Informação por segmentos

Segmentos de negócio

Por questões estratégicas, o grupo está actualmente organizado em quatro segmentos de negócio, com as seguintes unidades de negócio:

- Gás e Power (que inclui os segmentos de negócio aprovisionamento e transporte de gás natural e electricidade);
- Refinação e Distribuição de Produtos Petrolíferos;
- Exploração e Produção;
- Outros.

Seguidamente apresenta-se a informação financeira relativa aos segmentos identificados anteriormente, em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, em que se desdobram, para melhor detalhe, o segmento de Gás e Power nas áreas de gás natural e electricidade:

	Aprovisionamento e Transporte de Gás Natural		Refinação e Distribuição de Produtos Petrolíferos		Exploração e Produção	
	2008	2007 Reexpresso (a)	2008	2007 Reexpresso (a)	2008	2007
Proveitos						
Vendas e Prestações Serviços	1.906.408	1.424.897	13.223.870	11.115.421	200.179	232.539
Inter-segmentais	91.753	42.623	1.687	3.374	203.634	200.354
Externas	1.814.655	1.382.274	13.222.183	11.112.047	(3.455)	32.185
EBITDA (1)	252.357	251.699	(12.491)	757.673	199.199	204.929
Gastos não Desembolsáveis						
Amortizações e Ajustamentos	(23.924)	(30.086)	(142.983)	(167.666)	(69.179)	(54.912)
Provisões (liq.)	(15.357)	(9.294)	(18.758)	(7.757)	(7.829)	(3.976)
Resultados Segmentais	213.074	212.318	(174.231)	582.250	122.190	146.041
Resultados Financeiros	23.949	62.626	(47.140)	(26.786)	(2.812)	7.663
Imposto sobre o Rendimento	(63.607)	(55.940)	83.607	(129.175)	(48.952)	(66.580)
Interesses Minoritários	(2.842)	(3.036)	(688)	(661)	-	-
Resultados Líquido IFRS/IAS	170.574	215.967	(138.452)	425.628	70.427	87.124

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007

OUTRAS INFORMAÇÕES

Activos do Segmento (2)

Investimento Financeiro (3)	86.873	73.916	211.301	73.958	-	-
Outros Activos	1.430.501	1.318.316	4.407.718	3.907.924	693.494	569.675
Activos Totais Consolidados	1.517.374	1.392.232	4.619.019	3.981.882	693.494	569.675
Passivos Totais Consolidados	938.545	608.462	3.600.319	2.656.299	239.458	185.947

(1) EBITDA = Resultados Segmentais/EBIT + Amortizações+Provisões

(2) Quantia líquida.

(3) Pelo Método da Equivalência Patrimonial.

(a) Estes valores foram reexpressos tendo em conta as alterações de classificação contabilística referida na Nota 2.24.

Segmentos geográficos

O proveito das vendas e das prestações de serviços e os activos totais para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 respeitam essencialmente à actividade desenvolvida em Portugal. A actividade de exploração e produção é essencialmente desenvolvida em Angola. Adicionalmente, existe uma componente da actividade localizada em Espanha, respeitante a actividade de distribuição e comercialização de combustíveis, cujo proveito das vendas e prestações de serviços e os activos totais para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 são como segue:

Área geográfica	Proveito das vendas e Prestações de serviços		Activos totais	
	2008	2007	2008	2007
Espanha	3.270.199	2.263.334	1.455.667	800.498

Electricidade		Outros		Eliminações		Consolidado	
2008	2007	2008	2007	2008	2007	2008	2007 Reexpresso (a)
35.896	30.259	127.082	103.846	(407.653)	(346.849)	15.085.783	12.560.113
121	2	110.457	100.496	(407.653)	(346.849)	-	-
35.775	30.257	16.625	3.350	-	-	15.085.783	12.560.113
5.771	2.652	4.030	(4.236)	(29)	529	448.837	1.213.247
(3.042)	(2.999)	(542)	(1.187)	-	-	(239.670)	(256.850)
123	222	(21)	1	-	-	(41.842)	(20.805)
2.852	(125)	3.469	(5.423)	(29)	529	167.325	935.590
(2.653)	(1.104)	16.013	(3.521)	29	(529)	(12.614)	38.349
(374)	757	(3.573)	1.839	-	-	(32.899)	(249.100)
(1.311)	(871)	-	-	-	-	(4.841)	(4.568)
(1.486)	(1.343)	15.907	(7.105)	0	0	116.971	720.272
17	1.798	450	130	-	-	298.641	149.802
141.823	93.004	1.551.120	451.944	(1.900.297)	(816.250)	6.324.359	5.524.613
141.840	94.802	1.551.570	452.074	(1.900.297)	(816.250)	6.623.000	5.674.415
139.552	91.634	1.386.604	578.363	(1.900.297)	(816.250)	4.404.181	3.304.455

9. Proveitos e custos financeiros

O detalhe do valor apurado relativamente a proveitos e custos financeiros para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 é como segue:

	2008	2007
Proveitos financeiros:		
Juros de depósitos bancários	5.215	8.201
Outros proveitos financeiros	4.113	4.625
Juros obtidos e outros proveitos relativos a empresas relacionadas (Nota 29)	3.284	3.820
	12.612	16.646
Custos financeiros:		
Juros de empréstimos e descobertos bancários	(45.423)	(27.125)
Juros capitalizados nos activos fixos	2.099	976
Securitização de contas a receber - Encargos Financeiros (Nota 23)	(4.045)	(10.614)
Outros custos financeiros	(15.983)	(13.341)
Juros suportados relativos a empresas relacionadas (Nota 29)	(233)	(210)
	(63.585)	(50.314)

De acordo com a Nota 2.14 a política do Grupo é capitalizar nos activos fixos tangíveis e intangíveis em construção os juros suportados com a obtenção de empréstimos. A percentagem de capitalização dos juros suportados é proporcional ao montante do investimento efectuado, de acordo com o preconizado no normativo IAS 23 - custos dos empréstimos obtidos.

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2008, o Grupo procedeu à capitalização na rubrica de imobilizado em curso, o montante de mEuros 2.099, relacionado com encargos financeiros incorridos com empréstimos para financiamento de investimentos em imobilizado durante o seu período de construção que inclui essencialmente o montante de mEuros 1.937 relativo ao projecto da Central de Cogeração da Refinaria de Sines.

10. Imposto sobre o rendimento

As empresas do Grupo com sede em Portugal Continental e cuja percentagem de participação detida pelo Grupo é superior a 90% passaram, a partir de 31 de Dezembro de 2001, a ser tributadas através do regime especial de tributação de grupos de sociedades, sendo o resultado fiscal apurado na Galp Energia, SGPS, S.A..

Contudo, a estimativa de imposto sobre o rendimento da Empresa e suas subsidiárias é registada com base nos seus resultados fiscais que no exercício findo em 31 de Dezembro de 2008 representa um imposto a pagar no montante de mEuros 3.874.

As seguintes situações podem afectar os impostos sobre os lucros a pagar no futuro:

- (i) De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos para a segurança social até 2000, inclusive e cinco anos a partir de 2001) excepto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são prolongados ou suspensos. Verificou-se durante o exercício de 2001 a ocorrência de uma inspecção por parte das autoridades fiscais apresentadas pela Petrogal, cujas propostas de correcção às referidas declarações se encontram resumidas no ponto ii) abaixo. No decorrer do exercício de 2004, as declarações fiscais da Petrogal dos exercícios de 2000 a 2002 foram objecto de uma inspecção por parte das autoridades fiscais, cujas propostas de correcções se encontram resumidas no ponto iii) abaixo. Por sua vez, no decorrer do exercício de 2006, a declaração fiscal do exercício de 2003 da Petrogal foi objecto de uma inspecção por parte das autoridades fiscais, cujas propostas de correcções se encontram resumidas no ponto iv) abaixo. Adicionalmente, será de referir, que no decorrer do exercício de 2007, a Petrogal foi objecto de uma inspecção ao exercício fiscal de 2004, cujas correcções encontram-se descritas no ponto v) abaixo. As declarações fiscais da Galp relativas aos exercícios de 2005 a 2008 poderão ainda ser sujeitas a revisão. A Administração da Galp Energia considera que, as correcções resultantes de revisões/inspecções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não poderão ter um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2008 e 2007.
- (ii) Conforme mencionado no ponto i) acima, ocorreu durante o exercício de 2001, uma inspecção das autoridades fiscais às declarações de IRC dos exercícios de 1997, 1998 e 1999 da qual resultaram propostas de correcção à matéria colectável comunicada pela Petrogal nos montantes de mEuros 68, mEuros 429 e mEuros 3.361, respectivamente. Por não concordar com as mesmas, a Petrogal apresentou reclamações gratuitas para os exercícios de 1998 e 1999, contestando as correcções proferidas pelas autoridades fiscais, sendo convocação da Administração da Petrogal que os fundamentos apresentados naquelas reclamações são válidos. No decorrer do exercício de 2006, a reclamação relativa ao exercício de 1998 foi indeferida. Por não concordar com o indeferimento, a Petrogal apresentou impugnação judicial da decisão proferida. Em consequência, as demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2008 não incluem qualquer provisão para fazer face a esta contingência.
- (iii) Conforme mencionado no ponto i) acima, ocorreu durante o exercício de 2004, uma inspecção das autoridades fiscais às declarações de IRC dos exercícios de 2000, 2001 e 2002 da qual resultaram liquidações adicionais à matéria colectável comunicada pela Petrogal nos montantes de mEuros 740, mEuros 10.806 e mEuros 2.479, respectivamente, que se encontram parcialmente pagas no montante de mEuros 11.865. Adicionalmente, e com referência ao exercício de 2001 a Petrogal procedeu à impugnação judicial da liquidação emitida. Nessa medida, e atendendo ao princípio da prudência, a Petrogal procedeu à constituição de uma provisão para fazer face às referidas liquidações no montante de mEuros 7.394 (Nota 26).
- (iv) Conforme mencionado no ponto i) acima, ocorreu durante o exercício de 2006, uma inspecção das autoridades fiscais à declaração de IRC do exercício de 2003 da qual resultou uma correcção à matéria colectável comunicada à Petrogal no montante de mEuros 12.098 a que corresponde uma liquidação de mEuros 5.265, que foi parcialmente paga no decurso do exercício de 2008 no montante de mEuros 2.568 tendo sido reconhecida na demonstração de resultados deste exercício.
- (v) Conforme mencionado no ponto i) acima, ocorreu durante o exercício de 2007, uma inspecção das autoridades fiscais à declaração de IRC do exercício de 2004 da qual resultou uma correcção à matéria colectável comunicada à Empresa no montante de mEuros 5.227 a que corresponde uma liquidação de mEuros 1.626, que se encontra totalmente paga e reconhecida na demonstração de resultados do corrente exercício.
- (vi) Derivado das operações de pesquisa e produção petrolífera em Angola, o Grupo encontra-se ainda sujeito ao pagamento do Imposto sobre o Rendimento do Petróleo ("IRP") determinado com base no regime fiscal angolano, aplicado aos contratos de partilha de produção onde o Grupo participa. Em 31 de Dezembro de 2008, encontravam-se pendentes de pagamento, liquidações adicionais recebidas em sede de IRP relativas aos exercícios, 2003, 2004,

2005 e 2006 nos montantes de 3.650.434 USD, 4.500.922 USD, 5.373.961 USD e 7.949.024 USD, respectivamente. Em 31 de Dezembro de 2008 o Grupo tem constituída uma provisão para este efeito o no montante global de mEuros 6.425 (Nota 26), resultante de um estudo interno elaborado com base nas conclusões do relatório final para o IRP do ano de 2002 da Comissão de Revisão de Liquidações Oficiosas, comissão esta constituída por elementos do Ministério das Finanças, do Ministério dos Petróleos, membros da Direcção Nacional dos Impostos de Angola e das companhias parceiras na concessão do bloco 14. Adicionalmente, e visto que parte desta correcção aos montantes de liquidação adicional de IRP dizer respeito a custos não aceites para efeitos de recuperação de *cost-oil*, e como tal, custos que a Empresa não poderá recuperar em exercícios futuros, o montante total da provisão inclui a provisão para a parte do *profit-oil* a ceder à concessionária no âmbito do contrato de partilha de produção relativa aos anos 2003 a 2006 no montante de mEuros 3.498.

(vii) Nos termos da legislação em vigor, os prejuízos fiscais em Portugal são reportáveis durante um período de seis anos após a sua ocorrência e susceptíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período. Em 31 de Dezembro de 2008, os prejuízos fiscais reportáveis ascendiam a aproximadamente mEuros 134.027 e respeitavam essencialmente a empresas com sede em Espanha e no Brasil nos montantes de mEuros 122.003 e mEuros 11.682 respectivamente. No que refere aos prejuízos fiscais das empresas do Grupo com sede em território espanhol, o período de reporte dos prejuízos fiscais é de 15 anos. No que refere aos prejuízos fiscais das empresas do Grupo com sede em território Brasileiro, não existe qualquer limitação temporal à sua utilização futura. O Grupo entendeu registar impostos diferidos activos por prejuízos fiscais reportáveis apenas para as subsidiárias em que existem perspectivas seguras de recuperação.

(viii) De acordo com a legislação fiscal em vigor, os ganhos e perdas resultantes da apropriação de resultados de empresas do grupo e associadas pelo método da equivalência patrimonial não são considerados rendimentos ou gastos, respectivamente, para efeitos de tributação em sede de IRC, no exercício em que são reconhecidos contabilisticamente, sendo tributados os dividendos no exercício em que são atribuídos, excepto no que respeita aos lucros da subsidiária EMPL liquidados no início do exercício de 2009.

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 são detalhados como segue:

	2008	2007 (a)
Imposto Corrente	191.464	202.379
Excesso / insuficiência de estimativa imposto ano anterior	2.120	(1.591)
Imposto Diferido	(160.685)	48.312 (a)
	32.899	249.100 (a)

(a) Estes montantes foram reexpressos tendo em conta a alteração da política contabilística referida na Nota 2.24.

Seguidamente, apresenta-se a reconciliação do imposto do exercício sobre o rendimento dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 31 de Dezembro de 2007 e o detalhe dos impostos diferidos:

	2008	2007 (a)
Resultado Antes de Impostos de acordo com o normativo IFRS/IAS:	154.711	973.940
Ajustamento para o normativo POC	453.911	(203.490)
Resultado Antes de Impostos de acordo com o normativo POC	608.622	770.450
Ajustamento para efeitos fiscais (efeito cumulativo) (b)	(30.486)	55.010
Resultado agregado para efeitos fiscais antes de impostos	578.136	825.460
Acréscimos à matéria colectável	177.758	245.927
Provisões não aceites fiscalmente	72.583	111.912
Realizações de utilidade social não dedutíveis	1.485	7.283
Outros Acréscimos	101.842	126.520
Equivalência Patrimonial	1.848	212
Decréscimos à matéria colectável	(168.419)	(350.168)
Redução / Utilização de provisões tributadas em exercícios anteriores	(50.416)	(100.589)
Excesso de estimativa impostos	(3.233)	(2.596)
Outras deduções	(60.863)	(180.717)
Equivalência Patrimonial	(52.690)	(55.221)
Resultados negativos para efeitos fiscais	(1.217)	(16.068)
Resultados negativos de Empresas fora do perímetro de consolidação fiscal	-	5.023
Matéria Colectável	587.475	721.219
IRC Liquidado	183.234	194.901
Derrama	6.852	6.833
Tributações autónomas	1.378	645
Estimativa de imposto corrente do exercício	191.464	202.379
Imposto diferido e excesso/insuficiência de estimativa do exercício	(158.565)	46.721
Imposto sobre o rendimento	32.899	249.100
Taxa efectiva de imposto	21,26%	25,58%

(a) Estes montantes foram reexpressos tendo em conta a alteração da política contabilística referida na Nota 2.24.

(b) Este montante foi obtido pela soma do resultado antes de imposto de acordo com o normativo POC de todas as empresas incluídas no perímetro de consolidação durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 e que se encontra assim influenciado pela apropriação dos resultados obtidos pela consolidação dos proveitos e custos entre as empresas do Grupo.

De acordo com o artigo 15.º do Decreto-lei n.º 35/2005 de 17 de Fevereiro, para efeitos fiscais, nomeadamente de apuramento do lucro tributável, as entidades que elaborem as contas em conformidade com as Normas Internacionais de Contabilidade são obrigadas a manter a contabilidade organizada de acordo com a normalização contabilística em Portugal e demais disposições legais em vigor para o respectivo sector de actividade.

No decurso do exercício findo em 31 de Dezembro de 2008 a Empresa suportou, relativamente ao Imposto sobre o Rendimento do Petróleo (IRP) pago pela sua subsidiária Galp Exploração e Produção Petrolífera, S.A. em Angola, o montante de mEuros 53.030, que inclui essencialmente mEuros 58.089 relativos a IRP associado às vendas e empréstimos de petróleo bruto efectuadas, e determinado com base no regime fiscal Angolano aplicado aos Contratos de Partilha de Produção ("CPP") em

que o Grupo participa e mEuros 1.265 relativos à diferença entre a estimativa para o excesso de “cost-oil” para o bloco 14, reconhecida na rubrica de impostos em 31 de Dezembro de 2007 e o montante liquidado em 2008 em resultado da actualização do preço de referência fiscal final do 4.º trimestre de 2007, publicado pelo Ministério dos Petróleos de Angola.

Relativamente aos montantes de IRP apurados pelas vendas de petróleo bruto, a subsidiária Galp Exploração e Produção Petrolífera, S.A. reconheceu nas suas demonstrações financeiras o montante de mEuros 6.410, relativo ao efeito do imposto decorrente das vendas efectuadas com recurso a empréstimos (“overlifting”) (Nota 2.7 e)). Para apuramento deste imposto é utilizado o preço de referência fiscal da data da venda que corresponde ao utilizado para o apuramento e pagamento do IRP ao Ministério das Finanças de Angola.

Impostos diferidos

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o saldo de impostos diferidos activos e passivos é composto como segue:

	Impostos diferidos 2008		Impostos diferidos 2007 (a)	
	Activos	Passivos	Activos	Passivos
Reavaliações contabilísticas	-	(4.947)	-	(5.197)
Provisões não aceites fiscalmente	25.664	-	23.212	-
Prejuízos fiscais reportáveis	47.965	-	5.510	-
Benefícios de pensões	65.896	(5.300)	64.647	(5.300)
Ajustamentos em acréscimos e diferimentos	16.471	(274)	5.945	(2.673)
Ajustamentos Overlifting	6.410	-	-	-
Mais valias reinvestidas	-	(300)	-	(1.442)
Ajustamentos em existências	580	(4)	4	(113.176)
Instrumentos financeiros	966	(30)	3	(378)
Ajustamentos em activos tangíveis e intangíveis	17.235	-	18.248	-
Dupla tributação económica	13.413	-	12.843	-
Dividendos	-	(3.879)	-	-
Outros	5.434	(3.511)	1.479	(534)
	200.034	(18.245)	131.891	(128.700)

(a) Estes montantes foram reexpressos tendo em conta a alteração da política contabilística referida na Nota 2.24.

O aumento significativo de impostos diferidos relativos a prejuízos fiscais reportáveis deve-se essencialmente à alteração do perímetro conforme Nota 3, nomeadamente a Galp Distribución Oil España e a Galp Comercialización Oil España no montante de mEuros 19.282 e mEuros 12.304 respectivamente.

A diminuição verificada nos impostos diferidos relativos a ajustamentos de existências deve-se ao facto de o grupo ter ajustado a alteração ao critério valorimétrico das existências para custo médio ponderado quer para efeitos POC quer para efeitos das contas apresentadas de acordo com os IAS/IFRS, conforme Nota 2.24.

Os movimentos nas Rubricas de impostos diferidos nos exercícios de 2008 e 2007 são justificados como segue:

	Impostos Diferidos 2008		Impostos Diferidos 2007 (a)	
	Activos	Passivos	Activos	Passivos
Saldo Inicial	131.891	(128.700)	145.497	(92.927)
Efeito em resultados:				
Reavaliações contabilísticas	-	250	-	(396)
Provisões não aceites fiscalmente	2.452	-	(15.497)	-
Prejuízos fiscais reportáveis	26.135	15.458	(6.313)	-
Benefícios de pensões	1.249	-	3.792	-
Ajustamentos em acréscimos e diferimentos	(2.839)	2.399	(1.692)	822
Ajustamentos Overlifting	6.410	-	-	-
Mais valias reinvestidas	-	1.142	-	183
Ajustamentos em existências	576	113.172	(157)	(36.973)
Instrumentos financeiros	(86)	348	(693)	1.274
Ajustamentos em activos tangíveis e intangíveis	(1.013)	-	1.520	-
Dupla tributação económica	570	-	5.238	-
Dividendos	-	(3.879)	-	-
Outros	815	(2.474)	691	(111)
	34.269	126.416	(13.111)	(35.201)
Efeito em Capital próprio:				
Derivados financeiros	1.049	-	(75)	(109)
CTA	13.365	-	-	-
Outras reservas (Nota 21)	-	-	-	(463)
Diferenças de perímetro de consolidação (Nota 3)	19.460	(15.565)	-	-
Outros ajustamentos	-	(396)	(420)	-
Saldo Final	200.034	(18.245)	131.891	(128.700)

(a) Estes montantes foram reexpressos tendo em conta a alteração da política contabilística referida na Nota 2.24.

A variação do imposto diferido reflectida no Capital Próprio na Rubrica de Reservas de Cobertura no montante de mEuros 955 refere-se à variação dos impostos diferidos dos derivados financeiros das empresas consolidadas no montante de mEuros 1.049 subtraído do imposto diferido referente a interesses minoritários no montante de mEuros 94.

11. Resultados por acção

O resultado por acção em Dezembro 2008 e 2007 foi o seguinte:

	2008	2007	
Resultados			
Resultados para efeito de cálculo do resultado líquido por acção (resultado líquido do exercício)	116.971	720.272	(a)
Número de acções			
Número médio ponderado de acções para efeito de cálculo do resultado líquido por acção (Nota 20)	829.250.635	829.250.635	
Resultado por acção básico (valores em Euros):	0,14	0,87	(a)

(a) Estes montantes foram reexpressos tendo em conta as alterações de política contabilística referida na Nota 2.24.

Pelo facto de não existirem situações que originam diluição, o resultado líquido por acção diluído é igual ao resultado líquido por acção básico.

12. Goodwill

A diferença entre os montantes pagos na aquisição de participações em empresas do grupo e o justo valor dos capitais próprios das empresas adquiridas era, em 31 de Dezembro de 2008, conforme segue:

Subsidiárias	Ano de Aquisição	Custo de Aquisição	Proporção dos capitais próprios adquiridos à data de aquisição		Diferenças de Consolidação	
			%	Montante	2008	2007
Galp Distribución Oil España, S.A.U.	2008	176.512	100,00%	104.529	71.983	-
Galp Comercializacion Oil España, S.L.	2008	174.900	100,00%	128.216	46.684	-
Galp Energia Portugal Holdings B.V.	2008	146.000	100,00%	130.000	16.000	-
Galp Swaziland (PTY) Limited	2008	18.117	100,00%	3.204	14.913	-
Petroleos de Valencia, S.A.	2005	13.937	100,00%	6.099	7.838	7.838
Galpgest - Petrogal Estaciones de Servicio, S.A.	2003	16.290	100,00%	9.494	6.265	6.265
Galp Moçambique, Lda.	2008	5.943	100,00%	3.452	2.491	-
Galp Gambia, Lda.	2008	6.447	100,00%	4.272	2.175	-
Duriensegás - Soc. Distrib. de Gás Natural do Douro, S.A.	2006	3.094	25,00%	1.454	1.640	1.640
Probigal - Ligantes Betuminosos, S.A.	2007	720	10,00%	190	530	530
Gasinsular - Combustíveis do Atlântico, S.A.	2005	50	100,00%	(353)	403	403
Saaga - Sociedade Açoreana de Armazenagem de Gás, S.A.	2005	858	67,65%	580	278	278
Lusitaniagás - Companhia de Gás do Centro, S.A.	2002/3 e 2007/8	685	1,083%	366	255	217
Beiragás - Companhia de Gás das Beiras, S.A.	2003/6 e 2007	152	0,94%	107	51	51
					171.506	17.222

O *goodwill* gerado em aquisições anteriores à data da transição para IFRS, encontra-se registado tal como referido na Nota 2.2 d).

O movimento do *goodwill* durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e de 2007 é apresentado como se segue:

Saldo em 1 de Janeiro de 2007	17.032
Aumento devido a aquisição de participações financeiras (Nota 3):	
Probigal - Ligantes Betuminosos, S.A. (aquisição 10%)	530
Lusitaniagás - Companhia de Gás do Centro, S.A. (aquisição 0,16%)	118
	648
Imputação de perdas por imparidade ao valor líquido das estações de serviço:	
Ajuste do preço de aquisição da Galpgest - Petrogal Estaciones de Servicio, S.A.	(458)
Saldo em 31 de Dezembro de 2007	17.222
Aumento devido a aquisição de participações financeiras (Notas 3 e 4):	
Lusitaniagás - Companhia de Gás do Centro, S.A. (aquisição 0,05469%)	38
Galp Distribución Oil España, S.A.U. (aquisição 100%)	71.983
Galp Swaziland (PTY) Limited (aquisição 100%)	14.913
Galp Gambia, Lda. (aquisição 100%)	2.175
Galp Moçambique, Lda. (aquisição 100%)	2.491
Galp Comercializacion Oil España, S.L. (aquisição 100%)	46.684
Galp Energia Portugal Holdings B.V. (aquisição 100%)	16.000
	154.284
Saldo em 31 de Dezembro de 2008	171.506

No âmbito da aquisição de participações financeiras no decurso do exercício findo em 31 de Dezembro de 2008, o Grupo registou um *goodwill* no montante de mEuros 154.284. No decorrer do exercício de 2009, o Grupo irá efectuar a imputação dos justos valores dos activos adquiridos, passivos e passivos contingentes, com referência à data de aquisição, tal como previsto no IFRS 3. Consequentemente estes valores poderão ainda ser sujeitos a alterações no prazo de doze meses após as datas de aquisição das entidades adquiridas, no âmbito das concentrações de actividades Empresariais, conforme previsto no IFRS 3.

13. Activos fixos tangíveis e intangíveis

Activos fixos tangíveis

2008

	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras constr.	Equip. básico	Equip. de transporte
Custo de aquisição:				
Saldo em 01 de Janeiro	200.335	708.084	4.214.978	23.025
Adições	210	2.792	64.347	1.112
Abates/vendas	(2.543)	(8.452)	(69.395)	(1.878)
Regularizações	994	1.095	8.218	(176)
Transferências	3.769	20.979	175.380	1.224
Varição de perímetro (Nota 3)	73.624	150.882	85.664	1.284
Custo aquisição bruto em 31 de Dezembro	276.389	875.380	4.479.192	24.591
Saldo de imparidades em 01 de Janeiro	(4.296)	(16.316)	(22.935)	(70)
Aumento de Imparidades	(158)	-	-	-
Reversões de Imparidades	1.018	4.291	3.691	4
Utilização Imparidades	-	-	29	-
Saldo de imparidades em 31 de Dezembro	(3.436)	(12.025)	(19.215)	(66)
Saldo de subsídios ao investimento em 01 de Janeiro	(122)	(5.731)	(282.799)	-
Aumento subsídios ao investimento	(1.106)	(525)	(1.907)	-
Diminuição subsídios ao investimento	76	-	1.221	-
Abates/vendas	-	-	246	-
Regularizações	(994)	(520)	(9.080)	-
Saldo de subsídios ao investimento em 31 de Dezembro	(2.146)	(6.776)	(292.319)	-
Saldo em 31 de Dezembro	270.807	856.579	4.167.658	24.525
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas:				
Saldo em 01 de Janeiro	(3.215)	(419.592)	(2.948.420)	(20.798)
Amortização do exercício	(175)	(30.471)	(176.551)	(1.172)
Abates/venda	63	5.131	59.182	1.827
Regularizações	(7)	311	1.510	59
Transferências	(1)	72	386	(341)
Varição de perímetro (Nota 3)	-	(60.261)	(54.764)	(600)
Saldo em 31 de Dezembro	(3.335)	(504.810)	(3.118.657)	(21.025)
Saldo de reconhecimento de subsídios em 01 de Janeiro	2	2.662	102.042	-
Aumento subsídios ao investimento	-	286	8.131	-
Diminuição subsídios ao investimento	-	(261)	(28)	-
Abates/vendas	(2)	-	(521)	-
Regularizações	248	386	1.447	-
Saldo de reconhecimento de subsídios em 31 de Dezembro	248	3.073	111.071	-
Saldo Acumulado	(3.087)	(501.737)	(3.007.586)	(21.025)
Valor líquido:				
em 31 de Dezembro	267.720	354.842	1.160.072	3.500

Os activos fixos tangíveis estão registados de acordo com a política contabilística definida na Nota 2.3. As taxas de amortização que estão a ser aplicadas constam na mesma Nota.

Os subsídios atribuídos ao Grupo, a fundo perdido, para financiamento de activos tangíveis e activos intangíveis (reconversões) são registados no activo, como dedução aos respectivos bens, e reconhecidos nas demonstrações dos resultados consolidados, como dedução às amortizações do exercício, proporcionalmente às amortizações respectivas dos activos subsidiados, conforme explicado na Nota 2.8.

A variação de perímetro é proveniente da entrada de activos fixos, à data da aquisição das empresas referidas na Nota 3.

							2007
Ferram. e utensílios	Equip. administr.	Taras e vasilhame	Outras imob. tangíveis	Imob. em curso	Adiant. por conta imob. corpóreas	Total de Activos Fixos Tangíveis	Total de Activos Fixos Tangíveis
4.387	130.926	154.231	108.433	503.311	6.197	6.053.907	5.804.081
203	2.112	577	2.727	621.284	42	695.406	431.902
(135)	(5.748)	(2.705)	(664)	(7.685)	-	(99.205)	(179.615)
(1)	(241)	19	(38)	(17.365)	1.941	(5.554)	(3.812)
576	7.410	5.195	1.881	(237.824)	-	(21.410)	1.351
-	25.408	-	47.233	4.340	-	388.435	-
5.030	159.867	157.317	159.572	866.061	8.180	7.011.579	6.053.907
(73)	(4.540)	(1)	(2.557)	(2.833)	-	(53.621)	(81.676)
-	-	-	-	(8.997)	-	(9.155)	(21.344)
10	1	-	36	-	-	9.051	14.311
-	-	-	-	1.736	-	1.765	35.088
(63)	(4.539)	(1)	(2.521)	(10.094)	-	(51.960)	(53.621)
(8)	(769)	-	-	(2.556)	-	(291.985)	(305.254)
-	-	-	(311)	(407)	-	(4.256)	(9.457)
-	-	-	-	-	-	1.297	2.568
-	-	-	-	82	-	328	20.158
-	-	-	-	-	-	(10.594)	-
(8)	(769)	-	(311)	(2.881)	-	(305.210)	(291.985)
4.959	154.559	157.316	156.740	853.086	8.180	6.654.409	5.708.301
(3.726)	(111.941)	(136.162)	(62.179)	-	-	(3.706.033)	(3.591.416)
(322)	(7.294)	(5.217)	(6.665)	-	-	(227.867)	(224.537)
132	5.520	2.652	490	-	-	74.997	113.267
1	350	(3)	(125)	-	-	2.096	(3.299)
30	-	-	(1)	-	-	145	(48)
-	(13.842)	-	(23.613)	-	-	(153.080)	-
(3.885)	(127.207)	(138.730)	(92.093)	-	-	(4.009.742)	(3.706.033)
7	755	-	-	-	-	105.468	101.513
-	15	-	-	-	-	8.432	5.982
-	-	-	-	-	-	(289)	-
-	-	-	-	-	-	(523)	(2.027)
-	-	-	306	-	-	2.387	-
7	770	-	306	-	-	115.475	105.468
(3.878)	(126.437)	(138.730)	(91.787)	-	-	(3.894.267)	(3.600.565)
1.081	28.122	18.586	64.953	853.086	8.180	2.760.142	2.107.736

Activos fixos intangíveis			
2008			
	Despesas de instalação	Despesas de investigação e de desenvolvimento	Propriedade industrial e outros direitos
Custo de aquisição:			
Saldo em 01 de Janeiro	3.027	10.549	233.646
Adições	53	105	14.220
Abates/vendas	(8)	(33)	(5.866)
Regularizações	(96)	(7.749)	(2.122)
Transferências	-	-	28.215
Variação de perímetro (Nota 3)	1.520	4.088	57.648
Custo aquisição bruto em 31 de Dezembro	4.496	6.960	325.741
Saldo de imparidades em 01 de Janeiro	-	(5)	(7.291)
Aumento de Imparidades	-	-	-
Reversões de Imparidades	-	-	1.740
Saldo de imparidades em 31 de Dezembro	-	(5)	(5.551)
Saldo de subsídios ao investimento em 01 de Janeiro	-	(8.044)	(570)
Aumento subsídios ao investimento	-	-	-
Diminuição subsídios ao investimento	-	-	-
Abates/vendas	-	-	-
Regularizações	(1)	7.806	-
Saldo de subsídios ao investimento em 31 de Dezembro	(1)	(238)	(570)
Saldo em 31 de Dezembro	4.495	6.717	319.620
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas:			
Saldo em 01 de Janeiro	(2.959)	(8.387)	(121.793)
Amortização do exercício	(18)	(110)	(16.138)
Abates/venda	8	33	2.260
Regularizações	91	5.785	(46)
Transferências	-	-	1.380
Variação de perímetro (Nota 3)	(1.102)	(4.017)	(14.108)
Saldo em 31 de Dezembro	(3.980)	(6.696)	(148.445)
Saldo de reconhecimento de subsídios em 01 de Janeiro	1	6.587	412
Aumento subsídios ao investimento	-	354	220
Diminuição subsídios ao investimento	-	-	-
Abates/vendas	-	-	(158)
Regularizações	-	(6.157)	-
Saldo de reconhecimento de subsídios em 31 de Dezembro	1	784	474
Saldo Acumulado	(3.979)	(5.912)	(147.971)
Valor líquido:			
em 31 de Dezembro	516	805	171.649

Os activos fixos intangíveis estão registados de acordo com a política contabilística definida na Nota 2.4. As taxas de amortização que estão a ser praticadas, encontram-se definidas na mesma Nota.

As amortizações do exercício de 2008 decompõem-se da seguinte forma:

	Imobilizado corpóreo	Imobilizado incorpóreo
Amortizações do exercício	(227.867)	(25.020)
Aumento de subsídios ao investimento (Nota 14)	8.432	3.149
Aumento de imparidades	(9.155)	-
Diminuição de imparidades	9.051	1.740
Amortizações (Nota 7)	(219.539)	(20.131)

Principais incidências durante o exercício de 2008

Os aumentos do ano, verificados nas rubricas de activos fixos tangíveis e intangíveis, no montante de mEuros 740.498 incluem essencialmente:

(i) Segmento de Exploração e Produção Petrolífera

- mEuros 110.341 relativos a despesas de pesquisa e desenvolvimento no Bloco 14 em Angola;
- mEuros 51.569 relativos a despesas de pesquisa e desenvolvimento em blocos no Brasil;
- mEuros 12.541 relativos a despesas de pesquisa do Bloco 32 em Angola;
- mEuros 5.459 relativos a despesas de pesquisa em blocos em Timor-Leste;
- mEuros 5.166 relativos a despesas de pesquisa de gás natural em Angola;
- mEuros 2.776 relativos a despesas de pesquisa do Bloco 4 em Moçambique.

(ii) Segmento de Gás e Power

- mEuros 47.582 relativos à construção de infra-estruturas (redes, ramais, lotes e outras infra-estruturas) de gás natural;
- mEuros 42.075 relativos ao início das actividades de concepção e construção das Centrais de Cogeração do Porto e Sines;
- mEuros 15.639 relativo a investimentos na comparticipação em redes partilhadas e reconversão de consumos para gás natural.

2007					
Trespases	Reconversão de consumos para gás natural	Imobilizado em curso	Adiantamentos por imobilizado intangível	Total de Activos Fixos Intangíveis	Total de Activos Fixos Intangíveis
11.366	304.111	14.330	207	577.236	570.170
274	21	29.131	1.288	45.092	33.733
(411)	206	-	-	(6.112)	(32.343)
-	(681)	361	(117)	(10.404)	6.909
-	28.250	(28.814)	-	27.651	(1.233)
18.231	-	34	-	81.521	-
29.460	331.907	15.042	1.378	714.984	577.236
(236)	-	-	-	(7.532)	(7.313)
-	-	-	-	-	(4.470)
-	-	-	-	1.740	4.251
(236)	-	-	-	(5.792)	(7.532)
-	(38.939)	45	-	(47.508)	(44.449)
-	(24.121)	-	-	(24.121)	(3.885)
-	-	-	-	-	62
-	-	-	-	-	764
-	-	(45)	-	7.760	-
-	(63.060)	-	-	(63.869)	(47.508)
29.224	268.847	15.042	1.378	645.323	522.196
(10.768)	(81.278)	-	-	(225.185)	(204.735)
(117)	(8.637)	-	-	(25.020)	(32.344)
-	(416)	-	-	1.885	13.962
-	768	-	-	6.598	(2.096)
-	(99)	-	-	1.281	28
(240)	-	-	-	(19.467)	-
(11.125)	(89.662)	-	-	(259.908)	(225.185)
-	5.491	-	-	12.491	11.093
-	2.575	-	-	3.149	1.301
-	-	-	-	-	135
-	-	-	-	(158)	(38)
-	14.663	-	-	8.506	-
-	22.729	-	-	23.988	12.491
(11.125)	(66.933)	-	-	(235.920)	(212.694)
18.099	201.914	15.042	1.378	409.403	309.502

(iii) Segmento de Refinação e Distribuição de Produtos Petrolíferos

- As refinarias de Sines e Porto efectuaram investimentos totais no montante de mEuros 273.767 dos quais mEuros 25.434 são relativos a projectos de conformidade (projectos que visam dar cumprimento a normas legais, designadamente em matérias de ambiente, higiene e segurança, ou de especificação de produtos, bem como os que antecipam o cumprimento de normas futuras), mEuros 67.952 decorrentes da substituição de equipamentos na sequência da grande reparação da refinaria de Sines, mEuros 4.912 de substituição de tubagem, mEuros 5.582 relativos a revamping de unidades, mEuros 59.875 relativos à fase direito de superfície de Sines, mEuros 28.646 relativo ao projecto de conversão da Refinaria do Porto, mEuros 42.431 relativo ao projecto de conversão da refinaria de Sines;
- mEuros 52.205 relativo à exploração do Terminal de Sines à Administração do Porto de Sines (APS) no âmbito do Contrato de Concessão do Terminal de Granéis Líquidos e da Gestão Integrada de Resíduos do Porto de Sines;
- mEuros 27.847 relativos à Unidade de Negócio do retalho essencialmente em remodelação dos postos, lojas de conveniência, expansão de actividades, desenvolvimento dos sistemas de informação.

No decurso do exercício de 2008 foram alienados bens de natureza tangível e intangível os quais se encontravam na sua maioria totalmente amortizados, como consequência da actualização do cadastro de imobilizado levada a cabo neste exercício e incluem:

- mEuros 9.613 relativos a venda de bens de gás natural;
- mEuros 7.344 relativos a devolução de blocos com investimento em pesquisa operados pelo Grupo no Brasil.

No decurso do exercício de 2008 foram abatidos bens de natureza intangível e tangível os quais se encontravam na sua maioria totalmente amortizados, como consequência da actualização do cadastro de imobilizado levada a cabo neste exercício e da substituição de equipamentos na refinaria de Sines em consequência do projecto da grande paragem efectuada em 2008 no montante de mEuros 37.678.

Em 31 de Dezembro de 2008, encontram-se constituídas imparidades de activos no montante de mEuros 57.752 relativo a ajustamentos ao valor dos activos imobilizados, os quais dizem respeito nomeadamente a:

- mEuros 32.726 para fazer face à imparidade de postos de abastecimento na rede de Portugal e Espanha;
- mEuros 8.446 para fazer face à imparidade da monobóia;
- mEuros 6.913 para fazer face à imparidade económico-financeira de blocos operados no Brasil;
- mEuros 6.310 para fazer face à imparidade do parque de Aveiro;
- mEuros 2.318 para fazer face à imparidade dos blocos operados em Angola.

A repartição dos activos fixos tangíveis e intangíveis em curso (incluindo adiantamentos por conta de activos fixos tangíveis e intangíveis, deduzido de subsídios e perdas de imparidade), em 31 de Dezembro de 2008, é composto como se segue:

	Activo bruto (líquido de imparidades)	Subsídios ao investimento	Activo líquido
Pesquisa e exploração de petróleo em Angola e Congo	308.832	-	308.832
Investimentos Industriais afectos às refinarias	135.538	-	135.538
Projectos de conversão das refinarias de Sines e do Porto	94.791	-	94.791
Pesquisa e exploração de petróleo no Brasil	92.089	-	92.089
Centrais de cogeração nas refinarias de Sines e do Porto	80.781	-	80.781
Renovação e expansão da rede	58.024	(722)	57.302
Outras pesquisas na costa portuguesa, Moçambique e Timor	17.898	-	17.898
Substituição dos braços de carga do terminal e tubagens do Porto Leixões	17.287	-	17.287
Central de ciclo combinado - Sines	10.239	-	10.239
Armazenagem subterrânea de gás natural	8.391	(1.938)	6.453
Construção de navio	5.792	-	5.792
Pesquisa de gás em Angola	5.166	-	5.166
Outros projectos	45.739	(221)	45.518
	880.567	(2.881)	877.686

14. Subsídios

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, os valores recebidos e por receber de subsídios era o seguinte:

Programa	Valor recebido		Por receber	
	2008	2007	2008	2007
Programa Energia	114.242	115.753	465	-
Interreg II	19.176	19.176	-	-
Protede	19.708	19.708	-	-
Programa Operacional Economia	213.678	204.296	2.293	227
Dessulfuração de Sines	39.513	39.513	-	-
Dessulfuração do Porto	35.307	35.307	-	-
Outros	11.608	12.342	-	-
Total	453.232	446.095	2.758	227

Estes subsídios, destinados ao Investimento, encontram-se a ser reconhecidos em resultados, conforme Nota 2.8, de acordo com o período de vida útil dos activos tangíveis e intangíveis respectivos, tendo sido reconhecido no exercício de 2008 o montante de mEuros 11.581 (Nota 13), sendo mEuros 8.432 relativo a activos fixos tangíveis e mEuros 3.149 relativo a activos fixos intangíveis.

Adicionalmente, no exercício de 2008 foram recebidos subsídios no montante de mEuros 7.090, tendo origem no programa de incentivos à expansão da rede de gás Natural.

O montante de mEuros 2.758 de subsídios por receber, que se encontra registado na rubrica de outras contas a receber é relativo a programas de incentivos a expansão da rede de gás Natural (Nota 15).

15. Outras contas a receber

A rubrica de outras contas a receber não correntes e correntes apresentava o seguinte detalhe em 31 de Dezembro de 2008 e 2007:

Rubricas	2008		2007	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Estado e outros entes públicos:				
IRC - Pagamentos especiais por conta	21	-	133	-
IVA - Reembolsos solicitados	19.413	-	9.730	-
Outros	1.512	-	924	53
Imposto sobre produtos petrolíferos ("ISP")	25.595	-	17.699	-
Reembolso de IVA de clientes	20.617	-	-	-
Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	20.317	-	12.665	-
Outras contas a receber - empresas associadas, relacionadas e participadas (Nota 29)	19.433	764	5.073	722
Empréstimos a empresas associadas, participadas e relacionadas (Nota 29)	10.543	43.260	-	48.457
Contas a receber do consórcio do bloco 14 em Angola (excesso de "profit-oil" a receber)	9.058	-	-	-
Adiantamentos a fornecedores	8.082	-	2.848	-
Contrato de cessão de direitos de utilização de infra-estruturas de telecomunicações	6.951	-	13.089	539
Adiantamento ao operador Petrobrás	5.186	-	3.149	-
Subsídios a receber (Nota 14)	2.758	-	227	-
Processo <i>Spanish Bitumen</i> (Nota 26)	2.568	-	-	-
Fundo de pensões recuperação de desembolsos	2.117	-	1.887	-
Pessoal	2.069	-	1.862	-
Meios de pagamento	1.767	-	9.763	-
Empréstimos a clientes	547	2.239	614	2.447
Depósitos bancários cativos a empréstimo do BEI	-	96	-	3.615
Outras contas a receber	85.938	5.238	46.645	1.024
	244.492	51.597	126.308	56.857
Acréscimos de proveitos:				
Vendas e prestações de serviços realizadas e não facturadas	121.142	-	131.120	-
Swap Petróleo bruto Bloco 14	12.028	-	8.685	-
Juros a receber	3.237	-	5.531	-
Venda de produtos acabados a facturar na rede de postos de abastecimentos	2.188	-	4.532	-
Rappel a receber sobre compras	1.708	-	1.084	-
Proveitos permitidos - regulação ERSE (Nota 6)	6.886	-	-	-
Acerto Desvio tarifário (Nota 6)	32.325	-	-	-
Outros acréscimos de proveitos	21.054	-	7.305	-
	200.568	-	158.257	-
Custos diferidos:				
Despesas relativas a contratos de concessão de áreas de serviço	43.349	-	35.137	-
Benefícios de reforma (Nota 24)	-	31.959	-	32.110
Custos com catalizadores	6.527	-	3.198	-
Encargos com rendas pagas antecipadamente	2.099	-	207	-
Juros e outros encargos financeiros	727	37	1.095	41
Seguros pagos antecipadamente	349	-	411	-
Outros custos diferidos	12.986	148	9.929	141
	66.037	32.144	49.977	32.292
	511.097	83.741	334.542	89.149
Imparidade de outras contas a receber	(10.622)	-	(4.493)	-
	500.475	83.741	330.049	89.149

Seguidamente apresenta-se o movimento ocorrido durante o ano de 2008 na rubrica de imparidades de outras contas a receber:

Rubricas	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Utilização	Regularizações	Ajustes Perímetro	Saldo
Outras contas a receber	4.493	5.818	(449)	(84)	316	528	10.622

O aumento e diminuição da rubrica de imparidades de outras contas a receber no montante líquido de mEuros 5.369 foi reconhecido na rubrica de provisões e imparidades de contas a receber (Nota 7).

O montante de mEuros 25.595 na rubrica de outras contas a receber - ISP refere-se ao montante a receber da Alfândega relativo à isenção de ISP para os biocombustíveis que se encontram em regime de suspensão de imposto conforme circular n.º 79/2005 de 6 de Dezembro.

O montante de mEuros 6.951 no activo corrente correspondem aos contratos de Cessão de Direitos de Utilização de Infra-estruturas de Telecomunicações celebrados, dos quais o mais significativo é o contrato de cedência efectuado entre a Gás Natural, S.A. e a Onitelem em 1 de Julho de 1999 por um período de 20 anos, e encontra-se a ser recebido em prestações iguais anuais e sucessivas no valor unitário de mEuros 5.860 até 31 de Julho de 2009, sendo cada uma das prestações acrescida de juros à taxa de mercado. Os proveitos decorrentes deste contrato de cessão de direitos de utilização, encontram-se diferidos na rubrica de outras contas a pagar no passivo e são reconhecidos em resultados pelo método das quotas constantes durante o período dos contratos, que terminam em 1 de Junho de 2019.

A rubrica de meios de pagamento no montante de mEuros 1.767 diz respeito a valores a receber por vendas efectuadas através de cartões visa/multibanco, que à data de 31 de Dezembro de 2008 se encontravam pendentes de recebimento.

O montante de mEuros 20.197 registado na rubrica “outras contas a receber- empresas associadas, relacionadas e participadas” refere-se a contas a receber de empresas que não foram consolidadas pelo método de integração global.

A rubrica de Reembolso de IVA de clientes, inclui o montante de mEuros 14.286 da AP - Amoniacos de Portugal, S.A. e mEuros 6.331 da EDP- Gestão e Produção de Energia, S.A. relativo a reembolsos de IVA , tendo o montante de mEuros 14.286 sido recebido já no decorrer do exercício de 2009.

A rubrica de outras contas a receber – fundo de pensões – recuperação de desembolso no montante de mEuros 2.117 diz respeito aos valores a receber do BPI Pensões pelos montantes de pensões processados em Dezembro e ainda não reembolsados.

A rubrica de acréscimos de proveitos - vendas ainda não facturadas refere-se essencialmente à facturação de consumo de gás natural a emitir a clientes no mês seguinte, corresponde essencialmente à facturação a emitir pela Galp Gás Natural, S.A., e Transgás, S.A., nos montantes de, respectivamente, mEuros 49.907 e mEuros 46.538.

O montante de mEuros 12.028 registado na rubrica de acréscimos de proveitos – swap petróleo bruto Bloco 14, refere-se aos *swaps* sobre “*commodities*”, destinadas a cobrir transacções realizadas no mês de Dezembro de 2008, mas cujo fluxo monetário apenas se realiza no mês de Janeiro de 2009. Estas operações foram realizadas com a intenção de fazer um “alisamento” do preço do Brent, para as transacções de venda de crude do bloco 14 durante o exercício económico de 2008. Estes *swaps* indexados ao preço mensal do Brent, geram fluxos financeiros reais mensais, existindo assim a necessidade do reconhecimento do custo/proveito, no mês a que a operação de cobertura respeita.

O montante de mEuros 3.237 registado na rubrica de acréscimos de proveitos - juros a receber, inclui mEuros 2.710 correspondente a juros de cessão de direitos de utilização de infra-estruturas a debitar a E3G-Telecomunicações, S.A..

A rubrica de acréscimos de proveitos – venda de produtos acabados a facturar na rede de postos de abastecimento, no montante de mEuros 2.188 diz respeito a consumos efectuados no exercício de 2008 através do cartão Galp Frota e que irão ser facturados em 2009.

As despesas registadas em custos diferidos relativas a contratos de arrendamento de áreas de serviço são reconhecidas como custo durante o respectivo período de concessão, o qual varia entre 20 e 25 anos.

Apresenta-se abaixo um mapa de antiguidade de saldos de outras contas a receber do Grupo a 31 de Dezembro de 2008 e 2007:

		Não Vencidos	Mora até 90 dias	Mora até 180 dias	Mora até 365 dias	Mora até 545 dias	Mora até 730 dias	Mora superior a 730 dias	Total
2008	Bruto	511.193	27.656	18.270	27.198	1.297	1.868	7.356	594.838
	Ajustamentos	(316)	(13)	(2)	(5.877)	(169)	(350)	(3.895)	(10.622)
		510.877	27.643	18.268	21.321	1.128	1.518	3.461	584.216
2007	Bruto	400.703	12.754	277	2.161	1.399	664	5.733	423.691
	Ajustamentos	-	-	(13)	(140)	(150)	(286)	(3.904)	(4.493)
		400.703	12.754	264	2.021	1.249	378	1.829	419.198

No montante mEuros 18.260 valor em mora até 180 dias está incluído o montante de mEuros 10.658 referente a pedido de reembolso de IVA da subsidiária C.L.T. - Compahia Logística de Terminal Marítimos, Lda.

No montante mEuros 27.198 em mora até 365 dias refere-se essencialmente a reembolso de IVA de clientes no montante de mEuros 14.286 da AP - Amoniacos de Portugal, S.A. e mEuros 6.331 da EDP - Gestão e Produção de Energia, S.A., tendo o montante de mEuros 14.286 sido recebido já no decorrer do exercício de 2009.

O Grupo considera como montantes não vencidos, os saldos com outras contas a receber que não estão em mora. Os saldos com outras contas a receber em mora que não sofreram ajustamentos correspondem a créditos em que existem acordos de pagamento ou para os quais existe uma expectativa de liquidação parcial ou total.

16. Clientes

A rubrica de clientes, nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, apresentava o seguinte detalhe:

RUBRICAS	2008	2007
Clientes conta corrente	955.952	1.061.513
Clientes de cobrança duvidosa	100.984	78.226
Clientes - títulos a receber	14.813	4.568
	1.071.749	1.144.307
Imparidades de contas a receber	(84.045)	(67.248)
	987.704	1.077.059

No quadro seguinte apresenta-se o movimento ocorrido durante o ano de 2008 da rubrica de imparidades de contas a receber de clientes:

Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Utilização	Regularizações	Ajustes perímetro	Saldo final
Imparidade de contas a receber	67.248	33.855	(22.424)	(4.948)	666	9.648	84.045

O aumento e diminuição da rubrica de imparidades de contas a receber de clientes no montante líquido de mEuros 11.431 foi reconhecido na rubrica de provisões e imparidades de contas a receber (Nota 7).

Apresenta-se um mapa de antiguidade de saldos de clientes do Grupo a 31 de Dezembro de 2008 e 2007:

		Não Vencidos	Mora até 90 dias	Mora até 180 dias	Mora até 365 dias	Mora até 545 dias	Mora até 730 dias	Mora superior a 730 dias	Total
2008	Bruto	678.164	192.507	79.208	24.870	16.261	6.858	73.881	1.071.749
	Ajustamentos	(104)	(949)	(1.687)	(12.914)	(9.501)	(4.365)	(54.525)	(84.045)
		678.060	191.558	77.521	11.956	6.760	2.493	19.356	987.704
2007	Bruto	848.788	193.847	19.173	15.536	6.853	13.806	46.304	1.144.307
	Ajustamentos	-	-	(4)	(6.665)	(3.850)	(10.898)	(45.831)	(67.248)
		848.788	193.847	19.169	8.871	3.003	2.908	473	1.077.059

No montante de mEuros 73.881 em mora à mais de 730 dias está incluído o montante de mEuros 10.592 referente ao contrato celebrado entre a Galp Gás Natural, S.A. e a Onitelecom. Este montante não se encontra ajustado uma vez que o Grupo considera que não existe risco de cobrabilidade sobre o mesmo.

O Grupo considera como montantes não vencidos, os saldos com clientes que não estão em mora. Os saldos de clientes em mora que não sofreram ajustamentos correspondem a créditos em que existem acordos de pagamento ou para os quais existe uma expectativa de liquidação parcial ou total.

17. Inventários

A rubrica de inventários apresentava o seguinte detalhe, nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007:

Rubricas	2008	2007
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo:		
Petróleo bruto	211.866	250.482 (a)
Outras matérias-primas e materiais diversos	37.732	44.529
Matérias-primas em trânsito	64.960	180.673
	314.558	475.684
Ajustamentos de matérias-primas, subsidiárias e de consumo	(114.370)	(6.217) (a)
	200.188	469.467
Produtos acabados e intermédios:		
Produtos acabados	421.473	352.998 (a)
Produtos intermédios	277.135	237.624 (a)
Produtos acabados em trânsito	758	15.423
	699.366	606.045
Ajustamento de produtos acabados e intermédios	(210.737)	(107) (a)
	488.629	605.938
Produtos e trabalhos em curso	223	365
Mercadorias	522.545	272.256 (a)
Mercadorias em trânsito	383	48
	522.928	272.304
Ajustamentos de mercadorias	(135.520)	(1.307) (a)
	387.408	270.997
Adiantamento por conta de compras	46	49
	1.076.494	1.346.816

Em 31 de Dezembro de 2008, a rubrica de mercadorias, no montante de mEuros 522.545, corresponde essencialmente ao gás natural que se encontra no gasoduto no montante de mEuros 54.743, as existências de produtos derivados de petróleo bruto da subsidiária Galp Energia España, S.A., Galp Distribución Oil Españã, Galp Distribuição Portugal, S.A., e o Grupo Galp Comercialización Oil Españã, S.L. nos montantes de mEuros 149.249, mEuros 216.542, mEuros 6.172 e mEuros 49.796 respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2008, as responsabilidades do Grupo perante concorrentes por reservas estratégicas, que só poderão ser satisfeitas através da entrega de produtos, ascendiam a mEuros 190.611 e encontram-se registadas na rubrica adiantamentos por conta de vendas (Nota 25).

Em Novembro de 2004, a Petrogal em conjunto com a Petrogal Trading Limited celebraram um contrato de compra, venda e permuta de crude por produtos acabados para constituição de reservas estratégicas, com a Entidade Gestora de Reservas Estratégicas de Produtos Petrolíferos, EPE (EGREP) ao abrigo do previsto no Decreto - Lei n.º 339-D/2001, de Dezembro. No âmbito deste contrato celebrado em 2004, o crude adquirido pela EGREP, o qual não se encontra registado nas demonstrações financeiras do Grupo, encontra-se armazenado nas instalações da Petrogal, de uma forma não segregada e deverá permanecer armazenado de modo a que a EGREP o possa auditar, sempre que entender, em termos da sua quantidade e qualidade. De acordo com o referido contrato, a Petrogal obriga-se a permutar o crude vendido por produtos acabados quando a EGREP o exigir, recebendo por tal permuta um valor representativo da margem de refinação à data da permuta.

O movimento ocorrido nas rubricas de imparidades de inventários no período findo a 31 de Dezembro de 2008 foi o seguinte:

Rubricas	Saldo inicial (a)	Aumentos	Diminuições	Utilizações	Regularizações	Ajuste de perímetro	Saldo final
Ajustamentos de matérias-primas, subsidiárias e de consumo	6.217	104.728	(2.727)	(109)	6.261	-	114.370
Ajustamentos de produtos acabados e intermédios	107	209.910	-	-	720	-	210.737
Ajustamentos de mercadorias	1.307	72.660	(206)	(4)	(480)	62.243	135.520
	7.631	387.298	(2.933)	(113)	6.501	62.243	460.627

O montante de aumento de imparidades líquido de diminuições no montante de mEuros 384.365 foi registado por contrapartida da rubrica de gastos operacionais - inventários consumidos e vendidos da demonstração de resultados (Nota 7).

(a) Estes montantes foram reexpressos tendo em conta as alterações de política contabilística referida na Nota 2.24.

18. Outros investimentos financeiros

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 a rubrica outros investimentos financeiros não correntes apresentava o seguinte detalhe:

Rubricas	2008	2007
Derivados sobre Taxa de Juro	-	1.216
Instrumentos financeiros (Nota 28)	-	1.216
Outros Títulos e Investimentos	4.789	259
Outros investimentos correntes	4.789	259
	4.789	1.475

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 os instrumentos financeiros encontram-se registados pelo seu justo valor respectivo reportado aquelas datas (Nota 28).

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 a rubrica outros investimentos financeiros correntes apresentava o seguinte detalhe:

Rubricas	2008	2007
Derivados sobre <i>Commodities</i> (Nota 28)	114	99
Derivados sobre Taxa de Juro (Nota 28)	-	591
Instrumentos financeiros	114	690
Acções em empresas Participadas (Nota 5)	7	11
Outros títulos negociáveis	-	2.628
Depósitos a prazo	1.884	2.260
Depósitos à ordem	898	567
Outros investimentos correntes (Nota 19)	2.789	5.466
	2.903	6.156

A diminuição ocorrida no exercício de 2008, deve-se essencialmente ao fecho dos contratos de derivados financeiros sobre *commodities* e taxa de juro, por extinção natural dos mesmos, durante o ano de 2008. A 31 de Dezembro de 2008 os derivados financeiros existentes no Grupo encontram-se descritos na Nota 28.

19. Caixa e seus equivalentes

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 a rubrica de caixa e seus equivalentes apresentava o seguinte detalhe:

Rubricas	2008	2007
Numerário	14.971	3.301
Depósitos à Ordem	93.037	78.651
Depósitos a prazo	9.441	2.713
Outros títulos negociáveis	2.414	4.063
Outras aplicações de tesouraria	7.305	18.448
Caixa e seus equivalentes no balanço	127.168	107.176
Outros investimentos correntes (Nota 18)	2.789	5.466
Descobertos bancários (Nota 23)	(368.792)	(129.552)
Caixa e seus equivalentes na demonstração de fluxos de caixa	(238.835)	(16.910)

A rubrica de Outras aplicações de tesouraria inclui diversas aplicações de excedentes de tesouraria das seguintes Empresas do Grupo:

Petrogal Brasil, Lda.	1.167
Galp Exploração Serviços Brasil, Lda.	2.238
Carrigo Cogeração Sociedade de Geração de Electricidade e Calor, S.A.	2.200
Powercer - Sociedade de Cogeração da Vialonga, S.A.	1.700
	7.305

20. Capital social

Estrutura do Capital

A estrutura do capital social não sofreu alterações durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2008. O capital social, integralmente subscrito e realizado, está representado por 829.250.635 acções (Nota 11) de valor nominal de 1 Euro, e encontra-se subdividido nas seguintes categorias de acções:

Tipo de Acções	Dezembro 2008	Dezembro 2007
Acções Tipo A	40.000.000	40.000.000
Acções Tipo B	789.250.635	789.250.635
Número total de acções	829.250.635	829.250.635

Às acções de categoria A estão associados alguns direitos especiais consagrados no art. 4 dos Estatutos da Galp Energia, SGPS, S.A., nomeadamente:

- (i) A eleição do Presidente do Conselho de Administração só poderá ser aprovada com a maioria dos votos inerentes às acções de categoria A;
- (ii) Quaisquer deliberações que visem autorizar a celebração de contratos de grupo paritário ou de subordinação e ainda, quaisquer deliberações que, de algum modo, possam pôr em causa a segurança do abastecimento do país de petróleo, de gás e de electricidade, ou produtos derivados dos mesmos, não poderão ser aprovadas, nem em primeira, nem em segunda convocação, contra a maioria dos votos inerentes às acções de categoria A.

Estrutura accionista

A estrutura Accionista sofreu as seguintes alterações durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2008 relativamente a 31 de Dezembro de 2007, dado que durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2008, o Banco BPI, S.A. e a Iberdrola, S.A., alienaram em diferentes transacções no mercado regulado da Euronext Lisbon, acções da Galp Energia SGPS, S.A.. Após as referidas alienações, as participações qualificadas imputáveis ao Banco BPI e Iberdrola, calculadas em termos de direitos de voto e de acordo com o artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários, passaram a ser inferiores a 2%.

Em consequência das situações referidas anteriormente, o capital da Empresa em 31 de Dezembro de 2008, encontrava-se totalmente subscrito e realizado e era detido pelas seguintes entidades:

	N.º Acções	% Capital
Amorim Energia, B.V.	276.472.161	33,34%
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	8.292.510	1,00%
Eni S.p.A.	276.472.160	33,34%
Parública – Participações Públicas, SGPS, S.A.	58.079.514	7,00%
Restantes accionistas	209.934.290	25,32%
	829.250.635	100,00%

Gestão do Capital

A empresa Galp Energia, SGPS, S.A. segue os requisitos da legislação portuguesa, constantes do Código das Sociedades Comerciais.

21. Outras reservas

De acordo com o disposto nos Estatutos da Empresa e no Código das Sociedades Comerciais, a Empresa é obrigada a transferir para a rubrica de reservas legais, incluída na rubrica outras reservas, no capital próprio, no mínimo, 5% do lucro líquido apurado em cada exercício até que esta mesma atinja os 20% do capital social. A reserva legal não pode ser distribuída aos accionistas, podendo contudo, em determinadas circunstâncias, ser utilizada para aumentos de capital ou para absorver prejuízos depois de esgotadas todas as outras reservas.

Esta rubrica pode ser detalhada da seguinte forma, para os períodos findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007:

	2008	2007
Reservas Legais	146.966	118.924
Reservas Livres	27.977	27.977
Reservas Especiais	(463)	(463)
	174.480	146.438

Em 2008 a rubrica de reservas legais teve uma variação positiva no montante de mEuros 28.042 decorrente da aplicação de resultados do exercício findo em 31 de Dezembro de 2007. Salientamos o facto deste montante ser inferior a 5% do resultado do exercício, do ano de 2007, apurado de acordo com as IFRS/IAS. Tal situação decorre do facto de se tratar de uma imposição legal Portuguesa, devendo consequentemente a reserva legal ser apurada com base no resultado líquido individual do exercício de 2007 de acordo com o normativo nacional (Plano Oficial de Contabilidade), que no referido ano foi mEuros 560.842.

O montante de mEuros 463 na rubrica de reservas especiais diz respeito a uma correcção de impostos diferidos - reavaliações nos capitais próprios da subsidiária LisboaGás GDL - Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S.A., (Nota 10).

22. Interesses minoritários

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o detalhe dos interesses minoritários incluídos no Capital Próprio, refere-se às seguintes empresas subsidiárias:

		Saldo em 1 Janeiro 2008	Capital e reservas	Dividendos atribuídos	Resultados exercícios anteriores	Reservas de conversão cambial	Reservas de cobertura	Resultado líquido do exercício	Saldo em 31 Dezembro 2008
Lusitaniagás - Companhia de Gás do Centro, S.A.	(a)	11.285	(11)	-	(372)	-	(54)	2.019	12.867
Beiragás - Companhia de Gás das Beiras, S.A.		5.608	-	-	(120)	-	(145)	823	6.166
Sopor - Sociedade Distribuidora de Combustíveis, S.A.		3.090	-	(39)	-	-	-	(15)	3.036
Saaga - Sociedade Açoreana de Armazenagem. de Gás, S.A.		1.823	-	-	(143)	-	-	154	1.834
Carriço Cogeração Sociedade de Geração de Electricidade e Calor, S.A.		1.224	-	(350)	-	-	(33)	922	1.763
Sempre a Postos - Produtos Alimentares e Utilidades, Lda.		944	-	-	(78)	-	-	276	1.142
Probigalp - Ligantes Betuminosos, S.A.		667	-	(106)	-	-	-	111	672
Petromar - Sociedade de Abastecimentos de Combustíveis, Lda.		351	-	-	(70)	-	-	235	516
Powercer - Sociedade de Cogeração da Vialonga, S.A.		203	-	(187)	-	-	(22)	389	383
Gite - Galp International Trading Establishment		35	-	-	-	2	-	-	37
Galpbúzi - Agro-Energia, S.A.	(b)	-	10	-	-	-	-	(5)	5
Combustíveis Líquidos, Lda.		2	-	-	-	-	-	-	2
Petrogás - Importação, Armazenagem e Distribuição de Gás, Lda.		(301)	-	-	-	-	-	14	(287)
CLCM - Companhia Logística de Combustíveis da Madeira, S.A.	(c)	(2.943)	-	-	-	-	(136)	(82)	(3.161)
		21.988	(1)	(682)	(783)	2	(390)	4.841	24.975

(a) Aquisição pelo Grupo de mais 0,05469% do capital da Lusitaniagás - Companhia de Gás do Centro, S.A., passando assim o Grupo a deter 85,25% do capital daquela empresa.

(b) O Grupo subscreveu 66,67% da Galpbúzi - Agro-Energia, S.A., a qual foi constituída em 23 de Abril de 2008.

(c) Em 31 de Dezembro de 2008 esta subsidiária apresenta capitais próprios negativos. Deste modo, o Grupo apenas reconheceu as perdas acumuladas na proporção do capital detido naquela subsidiária, motivo pelo qual os interesses minoritários apresentam um saldo devedor.

23. Empréstimos

Detalhe dos empréstimos

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 os empréstimos obtidos detalham-se, como se segue:

	Dezembro 2008		Dezembro 2007	
	Corrente	Não Corrente	Corrente	Não Corrente
Empréstimos bancários:				
Empréstimos internos	284.602	1.089.140	171.418	93.311
Empréstimos externos	30.187	215.549	27.915	186.866
Descobertos bancários (Nota 19)	368.792	-	129.552	-
Desconto de letras	1.084	-	1.294	-
Linhas de crédito renováveis	-	-	4.000	-
	684.665	1.304.689	334.179	280.177
Outros empréstimos obtidos:				
IAPMEI	284	255	1.588	536
	684.949	1.304.944	335.767	280.713
Project Finance Fees	-	(866)	-	(1.001)
	684.949	1.304.078	335.767	279.712
Empréstimos por obrigações:				
Emissão de 1998 - LisboaGás, S.A.	1.711	-	-	15.772
Emissão de 2003 - Galp Investment Fund	-	-	-	210.000
	1.711	-	-	225.772
	686.660	1.304.078	335.767	505.484

Os empréstimos não correntes, excluindo *project finance fees*, em 31 de Dezembro de 2008 apresentavam o seguinte plano de reembolso previsto:

2010	99.712
2011	411.175
2012	571.539
2013	19.957
2014 e seguintes	202.561
	1.304.944

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 a totalidade dos empréstimos internos e externos obtidos podem ser caracterizados nas seguintes moedas, como segue:

Divisa	Dezembro 2008		Dezembro 2007	
	Montante Global	Montante em Dívida (mEuros)	Montante Global	Montante em Dívida (mEuros)
Dólares dos Estados Unidos da América	USD	3.176	1.279	3.020
Meticaís	MZM	57.893	1.609	-
Franco de Cabo Verde	CFA	229.585	184	229.585
Euros	EUR	1.678.026	1.566.524	647.459
		1.569.596		479.510

As taxas de juro médias dos empréstimos e descobertos bancários suportadas pela empresa incluindo comissões e outros encargos no ano de 2008 e 2007 foram 5,10% e 4,63% respectivamente.

Caracterização dos principais empréstimos

Empréstimos bancários

Em 31 de Dezembro de 2008, o Grupo tem contratado programas de papel comercial com tomada firme no montante total de mEuros 1.165.000, que se dividem em mEuros 600.000 de médio e longo prazo e mEuros 565.000 de curto prazo. Destes montantes estão utilizados mEuros 550.000 no médio e longo prazo, dado ser intenção do Grupo manter este financiamento até 2012, e de apenas depender de si a respectiva renovação, e mEuros 200.000 no curto prazo.

Adicionalmente, o Grupo tem registado em empréstimos internos a médio e longo prazo no montante de mEuros 524.992, relativo essencialmente a “project finance” realizados nomeadamente pelas empresas Petróleos de Portugal – Petrogal, S.A. Sucursal en España, CLCM – Companhia Logística de Combustíveis da Madeira, S.A. e Beiragás – Companhia de Gás das Beiras, S.A..

Estes empréstimos são remunerados à taxa Euribor para o prazo de emissão respectivo em vigor no segundo dia útil anterior à data de subscrição, adicionada de “spreads” variáveis definidos nas condições contratuais dos programas de papel comercial subscritos pelo Grupo. A taxa de juro referida incide sobre o montante de cada emissão e mantém inalterada durante o respectivo prazo de emissão.

O Grupo contraiu um empréstimo, de médio e longo prazo, com o Banco Europeu de Investimento, destinado exclusivamente à concretização de um projecto de construção e exploração de uma instalação de cogeração na refinaria de Sines, no montante de mEuros 58.000. O empréstimo é remunerado à taxa de juro Euribor a seis meses, acrescido de um “spread” variável.

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2008, o Grupo contraiu um novo empréstimo, de médio e longo prazo, com o Banco Europeu de Investimento, destinado exclusivamente à concretização de um projecto de construção e exploração de uma instalação de cogeração na refinaria do Porto, no montante de mEuros 50.000. O empréstimo é remunerado ao regime de taxa fixa revista periodicamente.

Os financiamentos com o Banco Europeu de Investimento, no montante de mEuros 127.705, são garantidos por Sindicatos Bancários.

A Petrogal emitiu cartas de conforto perante terceiros a favor de empresas do Grupo e associadas, relativas a linhas de crédito de curto prazo no montante total de mEuros 662.791.

Empréstimos obrigacionistas

Emissão de 1998 – Lisboa GDL- Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S.A.

Em 12 de Agosto de 1998 a Lisboa GDL- Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S.A. procedeu à emissão de Obrigações no montante de mEuros 49.880, ao par, destinadas a subscrição privada, as quais foram integralmente subscritas e realizadas.

Deixando o Estado Português de deter, directa ou indirectamente, a maioria do capital social da GDP – Gás de Portugal, SGPS, S.A. ou deixando a GDP – Gás de Portugal, SGPS, S.A. de deter uma posição maioritária directa no capital da Lisboa GDL – Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S.A., os obrigacionistas poderão exigir o reembolso antecipado do presente empréstimo.

Como o Estado deixou de ser accionista maioritário da Galp Energia SGPS S.A., a empresa procedeu à publicação do respectivo anúncio em 22 de Setembro de 2006 e recebeu pedidos para o reembolso antecipado destas obrigações, no montante de mEuros 34.107, pelo que actualmente o montante total da emissão Obrigacionista é de mEuros 15.772.

Em 12 de Agosto de 2008, pelo exercício da *Put Option*, a Empresa recebeu pedidos, para reembolso antecipado, no montante de mEuros 14.062, pelo que actualmente o montante total da emissão Obrigacionista é de mEuros 1.711.

O reembolso do empréstimo será efectuado ao par, em cinco prestações anuais de igual montante, à data de vencimentos do 22.º, 24.º, 26.º, 28.º e 30.º cupões.

Poderá, no entanto, ser efectuado o reembolso antecipado, ao par, de parte ou da totalidade do capital em dívida, por opção do emitente (*Call Option*), a partir da data de vencimento do 10.º cupão, inclusive, e nas respectivas datas de pagamento de juros.

Os obrigacionistas poderão também exigir o reembolso antecipado do empréstimo ou do valor remanescente do capital em dívida, ao par, nas datas de vencimentos do 20.º, 22.º, 24.º, 26.º e 28.º cupões.

O pagamento de juros será feito semestralmente e postecipadamente, com base numa taxa correspondente à taxa “Euribor a 6 meses”, em vigor no penúltimo dia útil anterior ao início de cada período de contagem, acrescida de 0,08%.

Emissão 2003 – Galp Investment Fund

No decurso de 2003 a Petrogal celebrou uma operação de titularização de contas a receber com o Galp Investment Fund, PLC no montante de mEuros 210.000, com um prazo de maturidade de 5 anos. Para fazer face a este montante o Fundo emitiu mEuros 199.500 de obrigações “Notes A” e mEuros 10.500 de obrigações “Notes B”, as quais são remuneradas à Euribor acrescida de 0,5% e 0,95%, respectivamente. No decurso de 2008, o montante total de mEuros 210.000 foi liquidado pelo Galp Investment Fund, PLC aos subscritores das unidades de titularização de créditos, de acordo com o prazo de maturidade. Com esta operação, e relativamente ao presente exercício, a Petrogal incorreu em custos financeiros no montante de mEuros 4.045 (Nota 9).

24. Responsabilidades com benefícios de reforma e outros benefícios

Conforme mencionado nas Notas 2.10. e 2.11., algumas empresas do grupo assumiram responsabilidades com benefícios de reforma. Durante o exercício de 2008 e em virtude do Grupo contabilizar as suas responsabilidades de benefícios pós emprego de acordo com a IAS 19, a qual prevê que a taxa usada para descontar as obrigações de benefícios pós-emprego deva ser determinada com referência aos rendimentos do mercado à data do balanço em obrigações de alta qualidade de sociedades, actualizou-se a taxa de desconto de 5,45% para 6,10%. A alteração deste pressuposto actuarial, resultou num ganho actuarial pela diminuição nas responsabilidades por serviços passados com o Plano de Pensões da Petrogal e o Plano de Pensões do grupo GDP.

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2008, a Petrogal e as empresas do grupo GDP efectuaram dotações para os Fundos de Pensões respectivos, nos montantes de mEuros 2.358 e mEuros 1.602, respectivamente, para cobertura parcial das suas responsabilidades.

O valor mínimo das responsabilidades do grupo Petrogal e do grupo GDP, em 31 de Dezembro de 2008, calculadas de acordo com o método e pressupostos exigidos pelo Instituto de Seguros de Portugal ascende a mEuros 324.759 e mEuros 29.064, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, os patrimónios do Fundo de Pensões Petrogal, do Fundo de Pensões Sacor Marítima, do Fundo de Pensões Saaga e Fundo de Pensões GDP, apresentavam a seguinte composição de acordo com o relatório apresentado pela sociedade gestora respectiva:

	2008	2007
Obrigações:		
Obrigações taxa fixa euro	188.500	194.442
Obrigações taxa variável euro	19.128	24.499
Outras obrigações não euro	5.507	9.241
Ações:		
Europeias	41.305	58.522
Outras acções	10.892	21.732
Hedge Funds	1.676	14.835
Derivados	-	2
Imobiliário indirecto	12.254	4.976
Edifício Galp (parte)	35.692	32.300
Numerário	17.912	4.799
Outros	-	101
Total	332.866	365.449

A evolução do património dos Fundos de Pensões durante o exercício de 2008 e 2007 foram as seguintes:

	2008	2007
Saldo Inicial	365.023	369.719
Dotações para o fundo	3.960	8.771
Retorno esperado dos activos	18.790	18.504
Ganhos / (perdas) actuariais	(30.909)	(8.052)
Pensões pagas no exercício	(24.723)	(23.919)
Responsabilidades iniciais da Saaga	725	-
Saldo Final	332.866	365.023

O total da composição do património dos Fundos de Pensões do Grupo em 2007, diverge do saldo final da evolução do património dos Fundos de Pensões, devido ao facto, de no final do exercício findo em 31 de Dezembro de 2007 a empresa Gásfomento – Sistemas e Instalações de Gás, S.A. pertencer ao Fundo de Pensões do Grupo GDP, sendo que esta não pertencia ao perímetro de consolidação naquela data.

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o Grupo tinha registado os seguintes montantes relativo a responsabilidades com benefícios de reforma e outros benefícios:

	Grupo	
	2008	2007
Benefícios de reforma		
Activos	764	639
Reformas antecipadas	28.043	24.303
Pré-reformas	25.964	30.139
Reformados	4.684	5.034
Prémio de reforma	6.183	5.943
Flexibilização da idade da reforma	9.906	9.906
Afectas ao Fundo de pensões	5.353	5.518
	80.897	81.482
Outros Benefícios		
Cuidados de saúde	169.825	167.557
Seguro de vida	2.586	2.384
Benefício mínimo do plano de contribuição definida	2.588	2.129
	174.999	172.070
	255.896	253.552

Na rubrica de pré-reformas o montante de mEuros 25.964, inclui um valor de mEuros 153 referentes a custos de pré-reformas, concedidas a trabalhadores da Sacor Marítima, e que, serão utilizadas até ao ano 2011 e 2013.

A empresa Petrogal constituiu provisões na rubrica de benefícios de reforma no montante de mEuros 1.184 para fazer face a responsabilidades futuras no âmbito de reformas antecipadas e pré-reformas.

Os pressupostos utilizados para cálculo dos benefícios pós-emprego são os considerados pelo Grupo e pela entidade especializada em estudos actuariais como aqueles que melhor satisfazem os compromissos estabelecidos no plano de pensões e as respectivas responsabilidades com benefícios de reforma, são os seguintes:

	Grupo	
	2008	2007
Taxa de rendimento dos activos	5,00% - 5,60%	5,20% - 5,60%
Taxa técnica de juro	6,10%	5,45%
Taxa de crescimento dos salários	3,00%	3,00%
Taxa de crescimento das pensões	1,50%	1,50%
Tábua de mortalidade activos e pré-reformados	TV 88/90	TV 88/90
Tábua de mortalidade reformados	TV 88/90	TV 88/90
Tábua de invalidez	EVK80-50%	EVK80-50%
Idade normal de reforma	65	65
Método	Unidade de crédito projectada	Unidade de crédito projectada
Responsabilidades e respectivas coberturas:		
i) Responsabilidades afectas ao fundo de pensões:		
Activos	64.437	65.750
Pré-reformados	10.365	12.563
Reformados antecipadamente	16.207	17.727
Reformados e pensionistas	258.097	269.520
	349.106	365.560
Coberturas afectas ao fundo de pensões:		
Pelo património do fundo de pensões	332.866	365.023
Responsabilidades com benefícios de reforma	5.353	5.518
Por acréscimos e diferimentos (Nota 15)	(31.684)	(31.855)
(Ganhos) e perdas não reconhecidos (Nota 2.10)	42.571	26.874
	349.106	365.560
ii) Responsabilidades não afectas ao fundo de pensões:		
Com activos	534	592
Com pré-reformas	28.761	33.713
Com reformas antecipadas	22.436	20.602
Com prémio de reforma	6.149	6.165
Com reformados	5.520	6.151
Com seguro social voluntário	365	396
Com flexibilização da idade da reforma (DL 9/99)	11.075	11.075
Total	74.841	78.694
Coberturas por provisões:		
Activos	726	639
Pré-reformas	25.504	30.058
Reformas antecipadas	27.167	24.303
Prémio de reforma	6.183	5.943
Reformados	4.684	5.034
Seguro social voluntário (Nota 15)	(275)	(255)
Flexibilização da idade da reforma (DL 9/99)	9.906	9.906
Sub-Total	73.895	75.628
(Ganhos) e perdas não reconhecidos:		
Activos	(192)	(47)
Pré-reformas	3.257	3.655
Reformas antecipadas	(4.731)	(3.701)
Prémio de reforma	(34)	222
Reformados	836	1.117
Seguro social voluntário	640	651
Flexibilização da idade da reforma (DL 9/99)	1.169	1.169
Sub-Total	945	3.066
Total	74.841	78.694

O Grupo tem taxas de rendimento de activos distintas, entre 5,00% e 5,60% para o grupo Petrogal e 5,30% no grupo GDP. Estas diferenças devem-se ao perfil de aplicação do património dos respectivos Fundos, os quais dependem do posicionamento da sua carteira, dando origem a taxas de rendimento distintas.

A evolução nas responsabilidades do Grupo com pensões no exercício de 2008 foi como segue:

	Grupo		Total
	Afectas ao fundo de pensões	Não afectas ao fundo de pensões	
Responsabilidades totais em 31 de Dezembro de 2007	365.560	78.694	444.254
Custo dos serviços correntes	2.993	272	3.265
Custo dos juros	19.295	3.340	22.635
Benefícios pagos no exercício	(24.723)	(13.845)	(38.568)
Pré-reformas e reformas antecipadas iniciadas no ano	-	8.565	8.565
(Ganhos) / Perdas actuariais do exercício	(15.039)	(2.185)	(17.224)
Responsabilidades iniciais da Saaga	1.020	-	1.020
Responsabilidades totais em 31 de Dezembro de 2008	349.106	74.841	423.947
CUSTOS DO ANO 2008			
Custo dos juros e custo dos serviços correntes	22.288	3.612	25.900
Pré-reformas e reformas antecipadas iniciadas no ano	-	7.635	7.635
Retorno esperado dos activos	(18.790)	-	(18.790)
Amortização do excesso de “corredor”	(3)	(69)	(72)
	3.495	11.178	14.673

O custo dos serviços correntes e o custo dos juros, líquido do retorno esperado dos activos, no montante total de mEuros 7.110, foi registado na rubrica de custos com o pessoal (Nota 7).

No Grupo, o acréscimo das responsabilidades com pré-reformas e reformas antecipadas iniciadas no exercício findo em 31 de Dezembro de 2008 no montante de mEuros 7.915 teve como contrapartida: (i) o montante de mEuros 280 referentes a pré-reformas e reformas antecipadas negociadas em 2007 (Nota 26) e (ii) a rubrica de custos com o pessoal no montante de mEuros 7.635.

Os (Ganhos)/Perdas actuariais ocorridos no exercício foram de mEuros 17.224 que poderão ser segregados por:

- (Ganhos)/Perdas por alteração da taxa de desconto a qual passou de 5,45% para 6,10% – mEuros (25.179);
- (Ganhos)/Perdas actuariais por experiência – mEuros 7.955.

Derivado do excesso de “corredor” apurado a 31 de Dezembro de 2007, foi registado um proveito de mEuros 72 na rubrica de gastos com o pessoal, correspondente à amortização do exercício de 2008 (Nota 7).

Conforme mencionado na Nota 2.10 em 31 de Dezembro de 2002, foi autorizado pelo ISP, a constituição do Fundo de Pensões da Galp Energia de contribuição definida dando a possibilidade aos seus colaboradores de optarem entre este novo plano de pensões de contribuição definida e o existente plano de benefícios definidos. Foi reconhecido, durante o exercício de 2008, um custo na rubrica de custos com o pessoal no montante de mEuros 1.021 relativo às contribuições do ano das empresas associadas do Fundo de Pensões de contribuição definida da Galp Energia, a favor dos seus empregados, em contrapartida de entrega à sociedade gestora deste fundo.

Como mencionado na Nota 2.10 os ganhos e perdas actuariais, são registados nas demonstrações financeiras só na parte em que ultrapassam os limites definidos no “corredor” de 10%, e são amortizados, a partir do exercício subsequente em que apurados, conforme a seguir descrito.

De seguida apresenta-se por plano de benefícios um quadro discriminativo das responsabilidades incluídas no mecanismo do “corredor” e o intervalo máximo (10%) do mesmo.

Benefícios	(Ganhos) / perdas não reconhecidos	Intervalo de “corredor” (10%)	Excesso para o intervalo de “corredor”	Valor a reconhecer em 2009
Grupo Petrogal				
Complemento de reforma (Fundo)	40.617	31.851	9.015	2.592
Pré-Reformas	3.206	2.694	512	146
Reformas antecipadas	(4.731)	2.244	(2.487)	(707)
Prémio de reforma	(34)	615	-	-
Seguro social voluntário	640	37	603	172
Flexibilização da idade da reforma (DL 9/99)	1.156	1.078	78	-
	40.854	38.519	7.721	2.203
Grupo GDP				
Complemento de reforma (Fundo)	1.954	3.059	-	-
Complemento de reforma (não coberto pelo Fundo)	762	579	236	59
Pré-Reformas	51	182	-	-
Flexibilização da idade da reforma (DL 9/99)	13	30	-	-
	2.780	3.850	236	59
Grupo Outros				
Complemento de reforma (não coberto pelo Fundo)	(118)	27	(92)	(6)

No Grupo Petrogal, os ganhos e perdas não reconhecidos acumulados, relativos a responsabilidades com complementos de reformas (cobertas pelo fundo), pré-reformas, reformas antecipadas, seguro social voluntário, flexibilização da idade da reforma (DL 9/99), excedem o intervalo máximo do “corredor” de 10%, no montante líquido de mEuros 7.721. Estes montantes serão reconhecidos como custos e/ou proveitos em exercícios futuros em função do tempo de serviço futuro médio esperado dos empregados abrangidos nestes planos que à data de 31 de Dezembro de 2008 é de 3,52 anos para a Petrogal, 4,91 para a Sacor Marítima e de 21,81 para a Saaga. Desta forma e no exercício de 2009 serão reconhecidos como gastos, líquidos de proveitos, o montante de mEuros 2.203 resultante da amortização do excesso de “corredor”.

No Grupo GDP, os ganhos e perdas não reconhecidos acumulados, relativos a responsabilidades com complementos de reforma (não cobertas pelo fundo) excedem o intervalo máximo do “corredor” de 10%, no montante líquido de mEuros 236. Estes montantes serão reconhecidos como custos em exercícios futuros em função do tempo de serviço futuro médio esperado dos empregados abrangidos neste planos, que é de 4,33 anos para a Lisboa GDL – Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S.A. e 7,65 anos para a GDP. Desta forma, no exercício de 2009 serão registados como gastos, o montante de mEuros 59, resultante da amortização do excesso de “corredor”.

Nas restantes empresas, os ganhos e perdas não reconhecidos acumulados, relativos a responsabilidades com complementos de reforma (cobertas pelo fundo) excedem o intervalo máximo do “corredor” de 10%, no montante líquido de mEuros 92. Estes montantes serão reconhecidos como proveitos em exercícios futuros em função do tempo de serviço futuro médio esperado dos empregados abrangidos neste plano, que é de 14,21 anos para a Galp Energia, S.A.. Desta forma, no exercício de 2009 serão registados como proveitos, o montante de mEuros 6, resultante da amortização do excesso de “corredor”.

Outros benefícios de reforma – cuidados de saúde, seguro de vida e benefício mínimo do plano de contribuição definida (invalidez e sobrevivência)

Conforme referido na Nota 2.11, o Grupo tem registado em 31 de Dezembro de 2008, uma provisão destinada à cobertura das suas responsabilidades com cuidados de saúde, seguro de vida por serviços passados dos activos e responsabilidades totais da restante população e com o benefício mínimo do plano de contribuição definida. O valor actual das responsabilidades por serviços passados e pressupostos actuariais utilizados no seu cálculo, são os seguintes:

	Cuidados de saúde		Seguro de vida		Benefício mínimo plano contribuição definida	
	2008	2007	2008	2007	2008	2007
Taxa técnica de juro	6,10%	5,45%	6,10%	5,45%	6,10%	5,45%
Taxa de crescimento dos custos	4,00%	4,00%	3,00%	3,00%	3,00%	3,00%
Tábua de mortalidade de activos e pré-reformados	TV 88/90	TV 88/90	TV 88/90	TV 88/90	TV 88/90	TV 88/90
Tábua de mortalidade reformados	TV 88/90	TV 88/90	TV 88/90	TV 88/90	TV 88/90	TV 88/90
Tábua de invalidez	EVK80-50%	EVK80-50%	EVK80-50%	EVK80-50%	EVK80-50%	EVK80-50%
Idade normal de reforma	65	65	65	65	65	65

	2008	2007
Método	Unidade de Crédito Projectada	Unidade de Crédito Projectada
Responsabilidades e respectivas coberturas:		
i) Cuidados de saúde		
Responsabilidades totais:	170.910	188.014
Coberturas:		
Responsabilidades com benefícios de reforma e outros benefícios	169.825	167.557
(Ganhos) e perdas não reconhecidos (Nota 2.11)	1.085	20.457
	170.910	188.014
ii) Seguro de vida		
Responsabilidades totais:	2.828	2.951
Coberturas:		
Responsabilidades com benefícios de reforma e outros benefícios	2.586	2.384
(Ganhos) e perdas não reconhecidos (Nota 2.11)	242	567
	2.828	2.951
iii) Benefício mínimo do plano contribuição definida		
Responsabilidades totais	2.288	2.060
Coberturas:		
Responsabilidades com benefícios de reforma e outros benefícios	2.588	2.129
(Ganhos) e perdas não reconhecidos (Nota 2.11)	(300)	(69)
	2.288	2.060

A evolução nas responsabilidades da Petrogal, das empresas do grupo GDP e outras empresas do Grupo, com os cuidados de saúde, seguro de vida e benefício mínimo do plano de contribuição definida e custos destes contabilizados no exercício de 2008 foi como segue:

	Cuidados de saúde	Seguro de vida	Benefício mínimo do plano de contribuição definida	Total
Responsabilidades totais em 31 de Dezembro de 2007	188.014	2.951	2.060	193.025
Custo dos serviços correntes	2.269	103	350	2.722
Custo dos juros	9.972	157	112	10.241
Benefícios pagos no exercício	(10.635)	(172)	-	(10.807)
(Ganhos) / Perdas actuariais do exercício	(18.769)	(234)	(234)	(19.236)
Responsabilidades iniciais da Saaga	59	23	-	82
Responsabilidades totais em 31 de Dezembro de 2008	170.910	2.828	2.288	176.027
Custos do ano 2008				
Custo dos juros e custo dos serviços correntes	12.241	260	462	12.963
Amortização do excesso do “corredor”	600	88	(2)	686
	12.841	348	460	13.649

O custo dos serviços correntes e o custo dos juros, no montante total de mEuros 12.963 foram registados pelas empresas acima mencionadas na demonstração dos resultados consolidados na rubrica de gastos com o pessoal.

Derivado do excesso de “corredor” apurado em 31 de Dezembro de 2007, foi contabilizado durante o ano de 2008, pela amortização desse excesso em função do tempo de serviço futuro médio esperado de cada uma das empresas o montante de mEuros 686, como custo na rubrica de gastos com o pessoal.

Os (Ganhos)/Perdas actuariais referentes aos Cuidados de saúde, ocorridos no exercício foram de mEuros 18.770 que corresponde essencialmente a:

- (Ganhos)/Perdas por alteração da taxa de desconto a qual passou de 5,45% para 6,10% – mEuros (13.680);
- (Ganhos)/Perdas actuariais por experiência – mEuros (5.090).

Como mencionado na Nota 2.11., os ganhos e perdas actuariais, são registados nas demonstrações financeiras só na parte que ultrapassa os limites definidos no “corredor”, as quais são amortizadas a partir do exercício subsequente em que são apuradas conforme abaixo descrito.

De seguida apresenta-se por plano de benefícios um quadro discriminativo das responsabilidades incluídas no mecanismo do “corredor” e o intervalo da mesma.

Benefícios	(Ganhos) / perdas não reconhecidos	Intervalo de “corredor” (10%)	Excesso para o intervalo de “corredor”	Valor a reconhecer em 2009
Grupo Petrogal				
Cuidados de saúde	1.834	16.117	-	-
Seguro de vida	224	239	-	-
Benefício mínimo do plano contribuição definida	(195)	114	(82)	(4)
	1.863	16.470	(82)	(4)
Grupo GDP				
Cuidados de saúde	(670)	935	(1.354)	(229)
Seguro de vida	61	32	37	9
Benefício mínimo do plano contribuição definida	(67)	19	(48)	(3)
	(676)	986	(1.365)	(223)
Grupo Outros				
Cuidados de saúde	(79)	39	(40)	(2)
Seguro de vida	(43)	12	(33)	(1)
Benefício mínimo do plano contribuição definida	(38)	96	58	-
	(160)	147	(15)	(3)
	1.027	17.603	(1.462)	(230)

Os excessos de “corredor” apurados, no montante total de mEuros 1.462 relativo às responsabilidades com os cuidados de saúde, seguro de vida e o benefício mínimo do plano de contribuição definida, serão reconhecidos como custos nos exercícios futuros em função do tempo de serviço futuro médio esperado dos empregados abrangidos nestes planos (Petrogal 3,52; Lisboaagás 4,33; Beiragás 24,57; Galp Energia, S.A. 27,06 para o seguro de vida, 16,70 para o seguro de saúde; Galp Power 24,61; GDP 8,57; Lusitaniagás 24,72; Galp Exploração 28,09; Galp Gás Natural 22,21; Saaga 21,81 e Sacor Marítima 4,91). Deste modo será reconhecido no decurso do exercício de 2009 como proveito na rubrica de gastos com pessoal, o montante de mEuros 229, resultante da amortização do excesso de “corredor”.

25. OUTRAS CONTAS A PAGAR

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 a rubrica outras contas a pagar não correntes e correntes pode ser detalhada como segue:

Rubricas	2008		2007	
	Correntes	Não correntes	Correntes	Não correntes
Estado e outros entes públicos:				
ISP - Imposto sobre Produtos Petrolíferos	177.279	-	179.874	-
IVA a pagar	170.868	-	175.316	-
Outras tributações	8.381	9	6.125	13
Segurança social	5.426	-	4.677	-
IRS retenções efectuadas a terceiros	4.639	-	4.383	-
Adiantamentos por conta de vendas (Nota 17)	190.611	-	302.375	-
Fornecedores de imobilizado	221.917	247	115.680	683
Overlifting - parceiros do Bloco 14	26.739	-	49.247	-
Depósito de cauções e garantias recebidas	15.671	-	15.141	-
Pessoal	4.397	-	2.495	-
Saldos credores de clientes	3.630	-	1.416	-
Adiantamentos de Clientes	850	-	756	-
Empréstimos - Empresas associadas, participadas e relacionadas (Nota 29)	-	2.902	-	3.756
Empréstimos - Outros accionistas	-	4.669	-	3.914
Outras contas a pagar - Empresas associadas, participadas e relacionadas (Nota 29)	364	-	26	-
Outras contas a pagar - Outros accionistas	173	-	202	-
Outros credores	21.841	3.243	16.826	2.915
	852.786	11.070	874.539	11.281
Acréscimos de custos:				
Férias, subsídio de férias e respectivos encargos	34.445	-	25.636	-
Fornecimentos e serviços externos	30.705	-	24.151	-
Prémios de Produtividade	18.070	-	16.766	-
Proveitos permitidos - regulação ERSE (Nota 6)	7.467	-	-	-
Descontos, Bónus e <i>Rappel</i> Relacionados com Vendas	6.161	-	8.704	-
Brindes Fastgalp	4.618	-	5.312	-
Juros a liquidar	4.619	-	1.717	-
Prémios de Seguro a liquidar	1.300	-	1.930	-
Custos e perdas financeiros	917	-	1.794	-
Acréscimos de custos com pessoal - outros	86	-	308	-
Outros acréscimos de custos	6.988	-	3.526	-
	115.376	-	89.844	-
Proveitos diferidos:				
Prestação de Serviços	6.441	-	6.236	-
Fibra óptica	4.263	42.508	4.263	47.167
Outros	3.155	2.578	6.184	3.309
	13.859	45.086	16.683	50.476
	982.021	56.156	981.066	61.757

O montante de mEuros 26.739 registado na rubrica de outras contas a pagar – *overlifting* – parceiros do bloco 14 corresponde à responsabilidade do Grupo pelo levantamento de barris de crude em excesso face à sua quota de produção e encontra-se valorizada conforme descrito na (Nota 2.7 e)).

O montante de mEuros 15.671, registado na rubrica de depósitos de cauções e garantias recebidas, inclui mEuros 13.551 referente à responsabilidade da Petrogal em 31 de Dezembro de 2008, por cauções recebidas pela cedência de garrafas de gás, foram registadas ao valor de aquisição o qual corresponde aproximadamente ao seu justo valor.

O montante de mEuros 4.669 registado na rubrica de Empréstimos - Outros accionista refere-se essencialmente a:

- mEuros 960, mEuros 960 e mEuros 480 registado a médio e longo prazo a pagar à E.E.M. - Empresa de Electricidade da Madeira, S.A., à Procomlog - Combustíveis e Logística, Lda e à AIE - Atlantic Island Electricity (Madeira) Produção, Transporte e Distribuição de Energia, S.A., dizem respeito a suprimentos obtidos pela subsidiária CLCM - Distribuição e Comercialização de Combustíveis e Lubrificantes, Lda., os quais vencem juros à taxa de mercado e não têm prazo de reembolso definido.
- mEuros 1.356 registado a médio e longo prazo a pagar à EDP Cogeração, S.A. diz respeito a suprimentos obtidos pela subsidiária Carriço Cogeração Sociedade de Geração de Electricidade e Calor, S.A., os quais vencem juros à taxa de mercado e não têm prazo de reembolso definido.
- O montante de mEuros 474 registado a médio e longo prazo a pagar à Companhia Finerge - Gestão de Projectos Energéticos, S.A. diz respeito a suprimentos obtidos pela subsidiária Powercer - Sociedade de Cogeração da Vialonga, S.A., os quais vencem juros à taxa de mercado e não possuem prazo de reembolso definido.
- O montante de mEuros 341, mEuros 48 e mEuros 48 registado a médio e longo prazo a pagar à REpower Portugal - Sistemas Eólicos, S.A., à Parque Eólico da Penha da Gardunha, Lda. e à Eviva Energy, S.A., dizem respeito a suprimentos obtidos pela subsidiária Ventinveste, S.A., os quais vencem juros à taxa de mercado e não têm prazo de reembolso definido.

O montante de mEuros 4.618 registado na rubrica de acréscimos de custos - Brindes Fastgalp refere-se às responsabilidades da Petrogal face aos pontos emitidos a não rebatidos até 31 de Dezembro de 2008, referentes ao Cartão Fast Galp, e que se prevê que venham a ser trocados por prémios nos exercícios seguintes.

Os proveitos decorrentes do contrato de cessão de direitos de utilização de infra-estruturas de telecomunicações encontram-se diferidos na rubrica Proveitos diferidos - Fibra Óptica e são reconhecidos em resultados durante o período do contrato. O saldo de proveitos diferidos em 31 de Dezembro de 2008, por reconhecer em exercícios futuros ascende a mEuros 46.771.

26. Provisões

O movimento ocorrido na rubrica de provisões durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2008 foi o seguinte:

Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Utilização	Regularizações	Variação de perímetro (Nota 3)	Saldo final
Processos judiciais	10.357	2.991	(1.536)	(444)	222	-	11.590
Investimentos financeiros	2.006	264	-	(1.085)	100	-	1.285
Impostos	14.307	5	(871)	(1)	-	52	13.492
Meio Ambiente	9.008	280	-	(449)	-	-	8.839
Outros riscos e encargos	46.893	28.561	(3.448)	(10.118)	211	2.163	64.262
	82.571	32.101	(5.855)	(12.097)	533	2.215	99.468

Os aumentos de provisões, líquidos de diminuições foram registados por contrapartida das seguintes rubricas da demonstração consolidada dos resultados:

Provisões (Nota 7)	25.073
Custos Financeiros	1.173
	26.246

Processos judiciais

A rubrica de processos judiciais em curso no montante de mEuros 11.590 inclui o montante de mEuros 4.993 relativo a responsabilidades pela liquidação de taxas de ocupação do subsolo do Grupo Petrogal relativamente ao diferendo que opõe esta empresa com a Câmara Municipal de Matosinhos.

Investimentos financeiros

A provisão para investimentos financeiros, representante do compromisso solidário do Grupo junto das associadas que apresentavam capitais próprios negativos, detalha-se conforme segue (Nota 4):

Sonangal - Sociedade Distribuição e Comercialização de Combustíveis, Lda.	1.039
Energin - Sociedade de Produção de Electricidade e Calor, S.A.	246
	1.285

Impostos

A rubrica provisão para impostos no montante de mEuros 13.492 inclui essencialmente:

- (i) mEuros 7.394 para fazer face a uma contingência fiscal, relacionada com uma correcção à matéria colectável da Subsidiária Petrogal relativa aos exercícios de 2001 e 2002 (Nota 10);
- (ii) mEuros 3.377 para fazer face ao risco fiscal associado à alienação da participação da ONI, SGPS, à Galp Energia, S.A.;
- (iii) mEuros 2.547 referente a Contribuição Autárquica, actual Imposto Municipal sobre Imóveis ("IMI"), dos exercícios de 1998 a 2007 relativamente à actividade de transporte de gás natural entretanto transferida para a REN - Rede Eléctrica Nacional, S.A. no decurso de 2006, mas cujas responsabilidades pelo seu pagamento ainda cabem à Galp Gás Natural, S.A.. Não foi ainda fixado pelas autoridades competentes o montante a pagar de IMI.

Meio Ambiente

O montante mEuros 8.839 registado na rubrica de provisões para meio ambiente, são para fazer face aos custos associados com descontaminação de solos de algumas instalações ocupadas pelo Grupo onde já se tomou a decisão de descontaminação por obrigatoriedade legal.

Outros riscos e encargos

O total de aumentos de outras provisões, no montante de mEuros 28.561 refere-se essencialmente a:

- (i) mEuros 16.000 referentes ao reforço da provisão, respeitante ao diferendo existente entre a Galp Gás Natural, S.A. e a Nigeria Liquefied Natural Gas Limited ("NLNG") (Nota 7);
- (ii) mEuros 7.026 referentes ao reforço da provisão para custos de abandono do bloco 14 que é estimada através da aplicação à estimativa dos custos totais de abandono, do coeficiente calculado pela proporção do volume de produção verificada em cada período de amortização, sobre o volume de reservas provadas totais no final desse período adicionadas da produção do período, conforme alteração de política contabilística referida na Nota 2.3;
- (iii) mEuros 2.836 constituição de provisão para fazer face ao pagamento ISP dos fornecedores de Biocombustíveis;
- (iv) mEuros 1.831 referente ao reforço de provisão para fazer face a liquidações adicionais para revisão de custos em sede de IRP e em sede de *profit-oil*.

A redução de mEuros 3.448 refere-se essencialmente à anulação da provisão constituída em 2007 para fazer face ao processo de reclamação efectuado pela EDP no âmbito das reservas de segurança; por ser entendimento do Grupo, que o pagamento daquele montante não será provável.

Do total de utilizações, de outras provisões para riscos e encargos diversos no montante de mEuros 10.118, incluem essencialmente:

- (i) mEuros 6.095 referente a parte do pagamento da coima do processo "*Spanish Bitumen*" (coimas no âmbito do direito da concorrência na U.E.) que decorreu na Direcção Geral da Concorrência da Comissão Europeia, e no qual a Petrogal foi condenada a pagar o montante de mEuros 8.663. A Empresa interpôs recurso por não concordar com a decisão do tribunal, tendo registado na rubrica de outras contas a receber o montante de mEuros 2.568 (Nota 15);
- (ii) mEuros 2.612 referente a parte do pagamento a um fornecedor por serviços de *flushing* prestados no terminal Oceânico de Leixões.

Em 31 de Dezembro de 2008, o saldo da rubrica provisões - outras provisões por riscos e encargos diversos no montante de mEuros 64.262 refere-se essencialmente a:

- (i) mEuros 30.000 para fazer face ao diferendo existente entre a Galp Gás Natural, S.A. e a Nigeria Liquefied Natural Gas Limited ("NLNG") conforme referido na Nota 7, tendo em consideração a expectativa face à decisão tomada pelo Tribunal Arbitral relativamente ao diferendo do NLNG Plus;
- (ii) mEuros 17.622 para fazer face a custos de abandono das instalações de exploração situadas nos blocos 1 e 14. Esta provisão destina-se a cobrir a totalidade dos custos a suportar pela Galp Exploração no final da vida útil de produção daquelas áreas petrolíferas;
- (iii) mEuros 6.425 para fazer face a liquidações adicionais para revisão de custos em sede de IRP e *profit-oil* em Angola (Nota 10);
- (iv) mEuros 2.836 constituição de provisão para fazer face ao pagamento de ISP dos Biocombustíveis;
- (v) mEuros 1.150 relativos a juros compensatórios relativos à não aceitação dos custos fiscais de 2002 pelo abate do terminal oceânico de Leixões.

27. Fornecedores

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 a rubrica Fornecedores apresentava o seguinte detalhe:

	2008	2007
Fornecedores c/c	504.571	713.749
Fornecedores - facturas em recepção e conferência	488.641	241.680
Fornecedores - títulos a pagar	54	124
	993.266	955.553

Os saldos das contas a pagar a fornecedores – facturas em recepção e conferência, correspondem essencialmente às compras de matérias-primas de petróleo bruto, gás natural e de mercadorias em trânsito àquelas datas.

28. Outros instrumentos financeiros

É política do Grupo utilizar derivados financeiros para cobrir riscos de taxas de juro e riscos de flutuação da margem de refinação, nomeadamente aos riscos de variação do preço de petróleo bruto, produtos acabados e margens de refinação, os quais afectam o valor financeiro dos activos e dos “cash-flows” futuros esperados da sua actividade.

Adicionalmente, o Grupo encontra-se exposto a riscos de flutuação de mercado, nomeadamente aos riscos de variação do preço de petróleo bruto, produtos acabados e margens de refinação, os quais afectam o valor financeiro dos activos, e dos “cash-flows” futuros esperados da sua actividade.

O aumento verificado no justo valor reflectido no Activo e Passivo, referente a derivados financeiros sobre taxas de juro, e em consequência da variação do justo valor no Capital Próprio no ano findo em 31 de Dezembro de 2008, no montante negativo de mEuros 4.500, refere-se essencialmente a coberturas de fluxos de caixa. Como tal, o justo valor da parte eficiente de cobertura desses derivados é reflectida na rubrica reservas de cobertura, no capital próprio atribuível aos accionistas no montante negativo de mEuros 4.014 deduzido dos respectivos interesses minoritários no montante negativo de mEuros 480 e adicionado de mEuros 6 referente à variação de justo valor de empresas associadas.

O valor referente ao movimento do justo valor reflectido no Capital Próprio para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2007, ascendeu a mEuros 686, sendo mEuros 781 de justo valor reflectido atribuível a accionistas deduzido de mEuros 105 dos respectivos interesses minoritários e adicionado de mEuros 200 referente a variação de justo valor de empresas associadas.

Os instrumentos financeiros derivados em carteira, durante o ano de 2008 e 2007, apresentam as seguintes evoluções:

Derivados sobre Taxa de Juro	Activo		Passivo	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Justo valor em 1 de Janeiro de 2007	1.121	269	(252)	(667)
Aquisições durante o ano	-	-	-	-
Alienações durante o ano	(272)	16	153	39
Aumento/(diminuição) na venda reflectido em resultados	272	(16)	(153)	(39)
Aumento/(diminuição) no justo valor reflectido em resultados	-	(19)	37	627
Aumento/(diminuição) no justo valor reflectido no Capital próprio	95	341	210	40
Justo valor em 31 de Dezembro de 2007	1.216	591	(5)	-
Aquisições durante o ano	-	-	-	-
Alienações durante o ano	(687)	(811)	(208)	-
Aumento/(diminuição) na venda reflectido em resultados	687	811	208	-
Aumento/(diminuição) no justo valor reflectido em resultados	-	(316)	-	(12)
Aumento/(diminuição) no justo valor reflectido no Capital próprio	(1.216)	(275)	(3.009)	-
Justo valor em 31 de Dezembro de 2008	-	-	(3.014)	(12)

Os juros suportados e obtidos com os derivados de taxa de juro estão classificados nas rubricas de Proveitos e Custos Financeiros.

O impacto contabilístico a 31 de Dezembro de 2008 e 31 de Dezembro de 2007 na rubrica do Custo da Venda pode ser visualizado no quadro seguinte:

Derivados sobre <i>Commodities</i>	Activo		Passivo	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Justo valor em 1 de Janeiro de 2007	-	6,874	-	(2,260)
Aquisições durante o ano	-	3,550	-	-
Alienações durante o ano	-	(5,549)	-	(5,021)
Aumento/(diminuição) na venda reflectido em resultados	-	199	-	5,021
Aumento/(diminuição) no justo valor reflectido em resultados	-	(4,975)	-	2,260
Aumento/(diminuição) no justo valor reflectido no Capital próprio	-	-	-	-
Justo valor em 31 de Dezembro de 2007	-	99	-	-
Aquisições durante o ano	-	-	-	-
Alienações durante o ano	-	2,773	-	(3,131)
Aumento/(diminuição) na venda reflectido em resultados	-	(2,773)	-	3,131
Aumento/(diminuição) no justo valor reflectido em resultados	-	15	-	(1,491)
Aumento/(diminuição) no justo valor reflectido no Capital próprio	-	-	-	-
Justo valor em 31 de Dezembro de 2008 (Nota 18)	-	114	-	(1,491)

O grupo Galp Energia transacciona igualmente uma característica de Instrumentos financeiros denominados como Futuros sobre *Commodities*. Devido a sua elevada liquidez, pelo facto de serem transaccionados em Bolsa, os mesmos encontram-se classificados como parte integrante da rubrica de disponibilidades. Os ganhos e perdas com os Futuros sobre *Commodities* estão classificados na rubrica de Custo das Vendas. Como os futuros são transaccionados em Bolsa, sujeitos à Câmara de Compensação, os ganhos e perdas são registados de forma contínua na Demonstração de Resultados, conforme quadro seguinte:

Futuros sobre <i>Commodities</i>	Activo		Passivo	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Justo valor em 1 de Janeiro de 2007	-	904	-	-
Aquisições durante o ano	-	25,745	-	-
Alienações durante o ano	-	(20,785)	-	-
Aumento/(diminuição) na venda reflectido em resultados	-	(4,926)	-	-
Justo valor em 31 de Dezembro de 2007	-	938	-	-
Aquisições durante o ano	-	122,442	-	-
Alienações durante o ano	-	(113,386)	-	-
Aumento/(diminuição) na venda reflectido em resultados	-	(9,534)	-	-
Justo valor em 31 de Dezembro de 2008	-	460	-	-

Durante o ano de 2008 o grupo Galp Energia adquiriu derivados financeiros em leilão (denominados como VPP's – Direitos de capacidade virtual de produção de energia eléctrica), nomeadamente opções sobre energia eléctrica. Devido à complexidade de avaliação deste tipo derivados, pelo facto do subjacente não ser armazenável e do mercado MIBEL (Mercado Ibérico de Electricidade) ser ainda considerado um mercado recente, foi considerado que o "Mark to Market" desses derivados financeiros não é ainda mensurado com fiabilidade. Desta forma, a Galp Energia regista esses derivados financeiros ao custo. À data de 31 de Dezembro de 2008 não havia posições em aberto.

A compra de electricidade subjacente ao exercício das opções é registada na rubrica de Custo das Vendas e a sua venda registada na rubrica de Vendas. O impacto contabilístico a 31 de Dezembro de 2008 na rubrica de Custo das Vendas ascende a mEuros 2.135 e na rubrica de Vendas mEuros 2.434.

Os instrumentos financeiros a 31 de Dezembro de 2008 apresentam as seguintes características:

Tipo de Derivado de Taxa de Juro	Taxa de Juro	Valor Nominal	Maturidade	Justo valor de derivados em mEuros
Passivo				
Cobertura de Fluxo de Caixa				
Collar	Paga entre 3,25% e 1,75%	mEur 13.440	2010	(40)
	Recebe Euribor 6m			
Caps	Paga Cap de 3,25%	mEUR 4.610	2010	(12)
	Recebe entre Euribor 6m			
Cap com "Knock out"	Paga Euribor 12m com Cap 3,49% com knock-out 5,25%	mEUR 5.755	2010	(17)
	Recebe Euribor 3m			
Swaps de taxa de juro	Paga entre 3,17% e 6,24%	mEUR 325.395	2010 a 2013	(2,945)
	Recebe entre Euribor 3m e 6m			
Outros Derivados Financeiros				
Swaps de Taxa de Juro	Paga 3,94%	mEUR 10.000	2009	(12)
	Recebe Euribor 3m			
				(3,026)

Tipo de Derivado sobre <i>Commodities</i>	Características	Maturidade	Justo valor de derivados em mEuros
Activo			
<i>Swaps</i>	Gás Propano	2009	114
			114
Passivo			
<i>Swaps</i>	Gás Natural	2009	(1.491)
			(1.491)
	Total de Activos		114
	Não correntes		-
	Correntes (Nota 18)		114
	Total de Passivos		(4.517)
	Não correntes		(3.014)
	Correntes		(1.503)

O justo valor dos mesmos foi determinado por entidades bancárias tendo por base modelos e técnicas de avaliação geralmente aceites.

29. Saldos com entidades relacionadas

Os saldos e transacções com entidades relacionadas verificados no exercício de 2008 e 2007, respectivamente podem ser resumidas como se segue:

Saldos activos

	2008						
	Total das entidades relacionadas	Não Corrente		Correntes			
		Empréstimos concedidos (Nota 15)	Outras Contas a Receber (Nota 15)	Cientes	Empréstimos concedidos (Nota 15)	Outras Contas a Receber (Nota 15)	Acréscimos e diferimentos
Empresas associadas e participadas							
Galp Comercialização Portugal, Lda. (a)	28.647	-	-	7.250	10.543	10.769	85
Tagusgás - Empresa de Gás do Vale do Tejo, S.A.	15.239	3.058	-	5.710	-	5.530	941
Gasoduto Al-Andaluz, S.A.	13.105	12.450	-	-	-	-	655
Setgás - Sociedade de Produção e Distribuição de Gás, S.A.	12.654	11.079	-	918	-	638	19
Energin - Sociedade de Produção de Electricidade e Calor, S.A.	9.969	8.868	-	1.101	-	-	-
Gasoduto Extremadura, S.A.	8.513	7.625	-	-	-	-	888
Setgás Comercialização, S.A.	5.853	-	-	3.890	-	50	1.913
EMPL - Europe Magreb Pipeline, Ltd.	3.457	-	-	(3)	-	150	3.310
Sonangalp - Sociedade Distribuição e Comercialização de Combustíveis, Lda.	2.890	-	764	1.436	-	658	32
Empresa Nacional de Combustíveis - Enacol, S.A.R.L.	1.916	-	-	773	-	1.143	-
Terparque - Armazenagem de Combustíveis, Lda.	497	-	-	497	-	-	-
Gásfomento - Sistemas e Instalações de Gás, S.A.	177	-	-	180	-	(5)	2
Galp Energia Portugal Holdings B.V.	120	-	-	-	-	120	-
Metragaz, S.A.	23	-	-	(5)	-	-	28
Moçamgalp Agroenergias de Moçambique, S.A.	16	-	-	-	-	16	-
Brisa Access, S.A.	7	-	-	7	-	-	-
COMG-Comercialização de Gás, Lda.	4	-	-	-	-	4	-
	103.087	43.080	764	21.754	10.543	19.073	7.873
Empresas relacionadas							
Ventinveste Industrial, SGPS, S.A.	374	37	-	-	-	340	(3)
FINA - Petróleos de Angola, S.A.	148	-	-	-	-	-	148
Agene - Agência para a Energia, S.A.	91	90	-	1	-	-	-
Eni, S.p.A.	85	-	-	74	-	11	-
Cooperativa de Habitação da Petrogal, CRL	53	53	-	-	-	-	-
Italgás	8	-	-	-	-	9	-
PME Capital - Sociedade Portuguesa de Capital de Risco, S.A.	1	-	-	1	-	-	-
	760	180	-	76	-	360	145
	103.847	43.260	764	21.830	10.543	19.433	8.018

2007

	Total das entidades relacionadas	Não Corrente		Correntes		
		Empréstimos concedidos (Nota 15)	Outras Contas a Receber (Nota 15)	Clientes	Outras Contas a Receber (Nota 15)	Acréscimos e diferimentos (Nota 15)
Empresas associadas e participadas						
Setgás - Sociedade de Produção e Distribuição de Gás, S.A.	16.096	10.283	-	1.935	2.145	1.733
Gasoduto Al-Andaluz, S.A.	15.354	14.769	-	-	-	585
Energin - Sociedade de Produção de Electricidade e Calor, S.A.	12.464	9.976	-	2.479	-	9
Gasoduto Extremadura, S.A.	10.701	9.841	-	-	-	860
Tagusgás - Empresa de Gás do Vale do Tejo, S.A.	7.156	2.849	-	2.085	1.589	633
EMPL - Europe Magreb Pipeline, Ltd.	3.056	-	-	-	196	2.860
Sonangalp - Sociedade Distribuição e Comercialização de Combustíveis, Lda.	1.937	596	722	614	5	-
Empresa Nacional de Combustíveis - Enacol, S.A.R.L.	1.235	-	-	368	867	-
Outras empresas associadas e participadas	118	-	-	16	210	(108)
	68.117	48.314	722	7.497	5.012	6.572
Empresas relacionadas						
Eni, S.p.A.	7.097	-	-	1	19	7.077
Outras empresas relacionadas	(150)	143	-	5	42	(340)
	6.947	143	-	6	61	6.737
	75.064	48.457	722	7.503	5.073	13.309

(a) - Empresa não consolidada conforme descrito na nota 3 f)

Os empréstimos a empresas associadas de médio e longo prazo em 31 de Dezembro de 2008 respeitam essencialmente a empréstimos de financiamento concedidos pelas subsidiárias:

- Galp Gás Natural, S.A., aos Gasodutos Al Andaluz e Extremadura nos montantes de mEuros 12.450 e mEuros 7.625, respectivamente. Os juros relativos aos empréstimos acima referidos no exercício de 2008, os quais ascenderam a mEuros 1.376, sendo mEuros 546 relativos ao Gasoduto Extremadura e mEuros 830 relativos ao Gasoduto Al-Andaluz, foram capitalizados nesta rubrica.
- GDP - Gás de Portugal, SGPS, S.A., à Setgás - Sociedade de Produção e Distribuição de Gás, S.A. e à Tagusgás - Empresa Gás do Vale do Tejo, S.A. nos montantes de mEuros 8.303 e mEuros 3.058 respectivamente. Os juros relativos aos empréstimos acima referidos no exercício de 2008, ascenderam a mEuros 827 dos quais mEuros 618 relativos a Setgás - Sociedade de Produção e Distribuição de Gás, S.A. e mEuros 209 relativos à Tagusgás - Empresa Gás do Vale do Tejo, S.A., e foram capitalizados nesta rubrica.
- Petróleos de Portugal - Petrogal, S.A., à Setgás - Sociedade de Produção e Distribuição de Gás, S.A., no montante de mEuros 2.775. Os juros relativos aos empréstimos acima referidos no exercício de 2008, ascenderam a mEuros 209.
- Galp Power, SGPS, S.A. à Energin - Sociedade de Produção de Electricidade e Calor, S.A. no montante de mEuros 8.868. Os juros relativos aos empréstimos acima referidos no exercício de 2008, ascenderam a mEuros 587.

Estes empréstimos vencem juros à taxa normal de mercado e não tem prazo de reembolso definido.

Saldos passivos

2008

		2008			
	Total das entidades relacionadas	Não Corrente	Corrente		
		Empréstimos Obtidos (Nota 25)	Fornecedores	Outras Contas a Pagar (Nota 25)	Acréscimos e diferimentos
Empresas associadas e participadas					
EMPL - Europe Magreb Pipeline, Ltd.	12.076	-	12.076	-	-
Gasoduto Extremadura, S.A.	1.877	-	1.877	-	-
Gasoduto Al-Andaluz, S.A.	1.788	-	1.788	-	-
Setgás - Sociedade de Produção e Distribuição de Gás, S.A.	1.178	-	958	-	220
Tagusgás - Empresa de Gás do Vale do Tejo, S.A.	873	-	666	-	207
Gásfomento - Sistemas e Instalações de Gás, S.A.	369	-	51	318	-
Empresa Nacional de Combustíveis - Enacol, S.A.R.L.	316	-	302	14	-
Setgás Comercialização, S.A.	93	-	-	(2)	95
Sonangal - Sociedade Distribuição e Comercialização de Combustíveis, Lda.	34	-	1	33	-
Brisa Access, S.A.	24	-	23	1	-
Galp Comercialização Portugal, Lda.	8	-	8	-	-
	18.636	-	17.750	364	522
Empresas relacionadas					
Eni, S.p.A.	16.320	2.902	10.480	-	2.938
Central-E, S.A.	(84)	-	(84)	-	-
	16.236	2.902	10.396	-	2.938
	34.872	2.902	28.146	364	3.460

	Total das entidades relacionadas	2007			
		Não Corrente	Correntes		
		Empréstimos Obtidos (Nota 25)	Fornecedores	Outras Contas a Pagar (Nota 25)	Acréscimos e diferimentos
Empresas associadas e participadas					
EMPL - Europe Magreb Pipeline, Ltd.	12.666	-	12.666	-	-
Gasoduto Al-Andaluz, S.A.	889	-	889	-	-
Gasoduto Extremadura, S.A.	909	-	909	-	-
Empresa Nacional de Combustíveis - Enacol, S.A.R.L.	963	-	937	26	-
Setgás - Sociedade de Produção e Distribuição de Gás, S.A.	262	-	239	-	23
Tagusgás - Empresa de Gás do Vale do Tejo, S.A.	691	853	1.706	-	(1.868)
Outras empresas associadas e participadas	(42)	-	(73)	-	31
	16.338	853	17.273	26	(1.814)
Empresas relacionadas					
Eni, S.p.A.	4.331	2.903	246	-	1.182
	4.331	2.903	246	-	1.182
	20.669	3.756	17.519	26	(632)

O montante de mEuros 2.902 registado a médio e longo prazo a pagar à Eni, S.p.A. respeita a suprimentos obtidos pela subsidiária Lusitaniagás - Companhia de Gás do Centro, S.A., os quais vencem juros à taxa de mercado e não possuem prazo de reembolso definido.

Transacções

	2008			
	Custos Operacionais	Proveitos Operacionais	Custos Financeiros (Nota 9)	Proveitos Financeiros (Nota 9)
Empresas associadas e participadas				
Moçamgalp Agroenergias de Moçambique, S.A.	-	(16)	-	-
Galp Comercialização Portugal, Lda.	39	(20.631)	-	(85)
Brisa Access, S.A.	232	(108)	-	-
Ecogen - Serviços de Energia Descentralizada, S.A.	-	(1)	-	-
EMPL - Europe Magreb Pipeline, Ltd.	-	(2.849)	-	-
Energin - Sociedade de Produção de Electricidade e Calor, S.A.	-	(24.246)	-	(587)
Gásfomento - Sistemas e Instalações de Gás, S.A.	23	(166)	-	-
Gasoduto Al-Andaluz, S.A.	-	(70)	-	(830)
Gasoduto Extremadura, S.A.	-	(27)	-	(546)
Metragaz, S.A.	-	(456)	-	-
Empresa Nacional de Combustíveis - Enacol, S.A.R.L.	2	6.796	-	(149)
Sonangalp - Sociedade Distribuição e Comercialização de Combustíveis, Lda.	-	(41)	-	-
Setgás Comercialização, S.A.	95	(20.209)	-	-
Setgás - Sociedade de Produção e Distribuição de Gás, S.A.	3.345	(1.953)	-	(827)
Tagusgás - Empresa de Gás do Vale do Tejo, S.A.	1.514	(8.924)	-	(260)
Terparque - Armazenagem de Combustíveis, Lda.	-	(443)	-	-
	5.250	(73.344)	-	(3.284)
Empresas relacionadas				
Agene - Agência para a Energia, S.A.	-	(7)	-	-
Central-E, S.A.	164	(3)	-	-
Eni, S.p.A.	1.865	(90.415)	233	-
PME Capital - Sociedade Portuguesa de Capital de Risco, S.A.	-	(34)	-	-
PME Investimentos - Sociedade de Investimento, S.A.	-	(3)	-	-
	2.029	(90.462)	233	-
	7.279	(163.806)	233	(3.284)

	2007			
	Custos Operacionais	Proveitos Operacionais	Custos Financeiros (Nota 9)	Proveitos Financeiros (Nota 9)
Empresas associadas e participadas				
Brisa Access, S.A.	205	-	-	-
Ecogen - Serviços de Energia Descentralizada, S.A.	-	(6)	-	-
EMPL - Europe Magreb Pipeline, Ltd.	-	(3.094)	-	(904)
Energin - Sociedade de Produção de Electricidade e Calor, S.A.	-	(25.075)	-	(521)
Gásfomento - Sistemas e Instalações de Gás, S.A.	(22)	-	-	-
Gasoduto Al-Andaluz, S.A.	-	556	-	(886)
Gasoduto Extremadura, S.A.	-	792	-	(618)
Metragaz, S.A.	-	(414)	-	-
Empresa Nacional de Combustíveis - Enacol, S.A.R.L.	-	1.816	-	-
Sonangal - Sociedade Distribuição e Comercialização de Combustíveis, Lda.	-	(1.752)	-	-
Setgás - Sociedade de Produção e Distribuição de Gás, S.A.	94	(16.559)	-	(697)
Tagusgás - Empresa de Gás do Vale do Tejo, S.A.	176	(7.611)	-	(194)
Terparque - Armazenagem de Combustíveis, Lda.	11	(6)	-	-
	464	(51.353)	-	(3.820)
Empresas relacionadas				
Eni, S.p.a.	1.966	(117.268)	210	-
	1.966	(117.268)	210	-
	2.430	(168.621)	210	(3.820)

O montante de mEuros 73.344 na rubrica de proveitos operacionais refere-se essencialmente a vendas e prestações de serviço.

O montante de mEuros 90.415 na rubrica de proveitos operacionais com a empresa Eni, S.p.A., refere-se essencialmente a vendas de gás natural.

Remuneração dos órgãos sociais

A remuneração dos Administradores da Galp Energia para os anos de 2007 e 2008 foi de mEuros 5.526 e mEuros 5.827, respectivamente, da qual mEuros 3.562 e mEuros 3.762 corresponde a remuneração base, mEuros 1.255 e mEuros 1.265 a gratificações/prémios, mEuros 501 e mEuros 592 a pagamentos para os fundos de pensões no âmbito de um plano de contribuições definidas e mEuros 208 e mEuros 209 a outros benefícios, respectivamente (Nota 7).

As remunerações pagas aos Administradores da Galp Energia designados pelos accionistas Eni, S.p.A., Amorim Energia, B.V. e Iberdrola, S.A., estão incluídas na rubrica de fornecimentos e serviços externos. Em 31 de Dezembro de 2007 e 31 de Dezembro de 2008 ascendem a mEuros 1.711 e mEuros 1.864 respectivamente.

Ao abrigo da política actualmente adoptada, a remuneração dos administradores da Galp Energia inclui todas as remunerações devidas pelo exercício de cargos em sociedades do Grupo Galp Energia.

30. Dividendos

Os dividendos por conta do resultado líquido do exercício de 2007 atribuídos aos accionistas do Grupo ascenderam a mEuros 265.360, de acordo com a deliberação da Assembleia Geral datada de 6 de Maio de 2008, tendo sido distribuídos e liquidados dividendos antecipados no montante de mEuros 126.046 durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2007 e liquidados no exercício findo em 31 de Dezembro de 2008 o restante montante de mEuros 139.314.

Adicionalmente, por deliberação em reunião do Conselho de Administração datada de 24 de Setembro de 2008, foram distribuídos dividendos antecipados por conta do resultado líquido de 2008 no montante de mEuros 124.095.

No decurso do exercício findo em 31 de Dezembro de 2008 foram liquidados mEuros 594 dos quais mEuros 57 na esfera das subsidiárias do grupo Petrogal e mEuros 537 na esfera das subsidiárias do grupo Galp Power.

Como consequência anteriormente referido, no decurso do exercício findo em 31 de Dezembro de 2008, o Grupo pagou dividendos no total de mEuros 264.003.

31. Reservas petrolíferas

As reservas petrolíferas da Galp são objecto de avaliação independente, por empresa devidamente qualificada sendo a metodologia adoptada estabelecida de acordo com o Petroleum Resources Management System ("PMRS"), aprovado em Março de 2007 pela Society of Petroleum Engineers ("SPE"), o World Petroleum Council, American Association of Petroleum Geologists e a Society of Petroleum Evaluation Engineers. Desta forma, as reservas reportadas no presente relatório e utilizadas para fins contabilísticos são o resultado do estudo de avaliação desenvolvido pela empresa DeGolyer and MacNaughton a 31 de Dezembro de 2008.

As reservas podem estar associadas a contratos de concessão ou a contratos de partilha de produção ("PSA" na sigla inglesa). Presentemente, a totalidade das reservas da Galp está ainda associada a um único PSA, em Angola.

De acordo com as regras estabelecidas no mercado e aprovadas pelas entidades atrás referidas, o preço de referência utilizado para projectar os rendimentos futuros, a partir dos quais se estimam as reservas *net entitlement*, deve ser o preço médio do ano findo. Em 2008 o preço médio de referência foi um Brent de \$97,0/bbl tendo, em consequência, sido esse o preço utilizado para avaliação das reservas da Galp. Por esse facto, as reservas da Galp sofreram uma diminuição decorrente do aumento do preço do petróleo relativamente ao ano anterior.

A 31 de Dezembro de 2008 e 2007 as reservas *net entitlement* provadas desenvolvidas e não desenvolvidas, bem como o preço médio de referência para o seu apuramento podem-se resumir conforme segue:

	valores em Mbbl	
Reservas Provadas:	2008	2007
Desenvolvidas	6.891	8.311
Não desenvolvidas	12.911	14.804
Reservas provadas Totais	19.802	23.115
Preço por Barril em USD	\$97	\$72,30

A variação das reservas petrolíferas aprovadas entre períodos resulta da produção do ano, das variações das estimativas, de novas descobertas em resultado de investimentos efectuados e da variação do preço de venda do barril de petróleo.

Esta diminuição de reservas teve um impacto directo no volume de amortizações, cuja contabilização de acordo com o método das unidades-de-produção é descrita na Nota 2.3.

32. Gestão de riscos financeiros

Gestão do Risco

A Galp Energia encontra-se exposta a vários tipos de risco de mercado (risco de preço, risco de taxa de câmbio e risco de taxa de juro) inerentes à indústria do petróleo e do gás natural, que influenciam os resultados financeiros do Grupo. Os principais riscos mercado resultam da flutuação do preço do petróleo bruto e seus derivados e da taxa de câmbio.

Riscos de Mercado

a) Risco do preço das commodities

Devido à natureza do seu negócio, a Galp Energia está exposta ao risco da volatilidade dos preços internacionais do crude, dos seus derivados e do gás natural. As constantes alterações dos preços do crude e dos produtos refinados geram incerteza e têm um impacto importante nos resultados operacionais.

A Empresa controla e gere este risco através do mercado derivados de petróleo, para proteger a margem de refinação e os *stocks*, de movimentos adversos do mercado.

Quanto à actividade de gás natural, o Grupo controla e gere este risco através do estabelecimento de contratos de compra e venda de gás natural com indexantes semelhantes, para proteger a margem do negócio de movimentos adversos do mercado.

b) Risco de taxa de câmbio

O Dólar dos Estados Unidos da América (USD) é a moeda utilizada para o preço de referência nos mercados petrolíferos e de gás natural. Uma vez que a Galp Energia reporta as suas contas em euros, este factor, entre outros, expõe a sua actividade a um risco de câmbio. Dado que a margem das operações se encontra relacionada principalmente com o USD, a Empresa está exposta a flutuações das taxas de câmbio, que podem originar uma contribuição positiva ou negativa nas receitas e margens.

Tratando-se de um risco de denominação associado a outras variáveis, como os preços do petróleo e do gás natural, a Empresa tem uma abordagem cautelosa na cobertura deste risco, uma vez que existem coberturas naturais entre o balanço e os *"cash-flows"*. O nível de exposição dos *"cash-flows"* e especialmente do balanço é função dos níveis de preços do petróleo e do gás natural.

Face ao exposto, a Galp Energia controla a sua exposição cambial de uma forma integrada em vez de o fazer em cada operação em que está exposta aos riscos cambiais. O objectivo da gestão de risco cambial é limitar a incerteza originada por variações das taxas de câmbio. A cobertura de créditos e débitos com base em especulação de mercado não é permitida. A 31 de Dezembro de 2008, não se encontravam em vigor quaisquer contratos de cobertura de risco de câmbio.

c) Risco de taxa de juro

A posição total de taxa de juro é gerida de forma centralizada. A exposição à taxa de juro encontra-se relacionada principalmente com dívida bancária que vence juros. O objectivo da gestão do risco de taxas de juro é reduzir a volatilidade dos custos financeiros na demonstração dos resultados. A política de gestão do risco da taxa de juro visa reduzir a exposição às taxas variáveis através da fixação do risco de taxa de juro da dívida, utilizando instrumentos derivados simples, tais como *"swaps"*.

d) Análise de sensibilidade aos riscos de mercado resultantes dos instrumentos financeiros, conforme requerido pelo normativo IFRS 7

A análise elaborada pelo Grupo, em conformidade com o exigido pelo normativo IFRS 7, pretende ilustrar a sensibilidade do resultado antes de impostos e capital próprio a variações potenciais, nos preços do barril do Brent, taxas de câmbio e taxas de juro de instrumentos financeiros, definidos no âmbito do normativo IAS 32, tais como activos e passivos financeiros e derivados financeiros registados no balanço a 31 de Dezembro de 2008 e 2007. Os instrumentos financeiros afectados pelos riscos de mercado acima mencionados, incluem saldos com Clientes, Outros Devedores, Fornecedores, Outros Credores, Empréstimos, Disponibilidades e Derivados financeiros. Quando for aplicado cobertura de fluxos de caixa, o justo valor é registado na rubrica de reservas de cobertura, no Capital Próprio, somente se for demonstrado que a cobertura é eficiente.

Podem existir instrumentos financeiros com mais do que um risco de mercado, efectuando-se nesse caso a análise de sensibilidade a uma variável de cada vez, mantendo as outras constantes, ignorando-se desse modo quaisquer correlações entre as mesmas, o que dificilmente se verifica.

As participações em moeda estrangeira não foram incluídas na análise, dado que o grupo, não contabiliza as mesmas pelo justo valor como definido no IAS 39.

Consequentemente, a análise de sensibilidade é exemplificativa e não representa perda ou ganho real presente, nem outras variações reais no Capital Próprio.

Foram consideradas as seguintes suposições na análise de sensibilidade do preço da *"commodity"*:

- Variação do preço de +/- 10% sobre o preço da *"commodity"*;
- Ignora-se correlações entre riscos de mercado;
- A análise de sensibilidade foi feita para os saldos no âmbito dos derivados financeiros sobre *"commodities"*.

Não foi calculado o efeito de alteração das reservas de petróleo provadas em face da alteração do preço do barril de Brent.

Foram consideradas as seguintes suposições na análise de sensibilidade das taxas de câmbio:

- Variação de taxas de câmbio de +/-10%;
- A análise de sensibilidade inclui saldos materiais em moeda estrangeira com Clientes, Outros devedores, Fornecedores, Outros Credores, Empréstimos, derivados financeiros e disponibilidades.

Foram consideradas as seguintes suposições na análise de sensibilidade das taxas de juro:

- Deslocação paralela de 0,50% na estrutura temporal das taxas de juro;
- A análise do risco de taxa de juro inclui empréstimos a taxa variável e derivados financeiros de taxa de juro;
- O resultado antes de impostos é afectado pela análise de sensibilidade do risco de taxa de juro, com excepção dos derivados financeiros de taxa de juro classificados como cobertura de fluxos de caixa, cuja análise de sensibilidade, se dentro dos parâmetros de eficiência exigida, afectará o Capital Próprio.

Apresenta-se um quadro resumo da análise de sensibilidade efectuada aos instrumentos financeiros, registados no Balanço:

Análise de sensibilidade

		2008		2007	
		Demonstração de Resultados	Capital Próprio	Demonstração de Resultados	Capital Próprio
+/-1 USD/BBL variação no Brent	mEUR	n.a		-/+325	
+/-10% variação no preço do subjacente dos derivados sobre commodities	mEUR	-724/-1.940		n.d.	
+/-10% variação em USD/EUR	mEUR	-/+3.032		-/+12.353	
+/-0,5% deslocação paralela na taxa de juro	mEUR	-/+4.694	+3.991/-3.567	-2.115/+2.393	+611/-506

Nota: USD/BBL - Dólar norte-americano/Barril de Brent

n.a. - não aplicável para o ano de 2008

n.d. - não disponível para o ano de 2007

Risco de Liquidez

O risco de liquidez é definido como o montante pelo qual os lucros e/ou *cash-flows* do negócio são afectados em resultado da maior ou menor dificuldade do Grupo em obter os recursos financeiros necessários para fazer face aos seus compromissos de exploração e investimentos.

O grupo Galp Energia financia-se através dos *cash-flows* gerados pela sua actividade e adicionalmente mantém um perfil diversificado nos financiamentos. O Grupo tem acesso a facilidades de crédito (*plafond*), montantes que não utiliza na totalidade, mas que se encontram à sua disponibilidade. Essas facilidades de crédito podem cobrir todos os empréstimos que são exigíveis a 12 meses. Os *plafonds* de crédito disponíveis de curto prazo e médio longo prazo mas não utilizados são suficientes para satisfazer quaisquer exigências imediatas.

Risco de crédito

O risco de crédito surge do potencial incumprimento, por uma das partes, da obrigação contratual de pagamento pelo que, o nível de risco depende da credibilidade financeira da contraparte. Além disso, o risco da contraparte surge em conjunto com os investimentos de natureza monetária e com instrumentos de cobertura. Os limites do risco de crédito são fixados ao nível da Galp Energia e implementados nos vários segmentos de negócio. Os limites da posição de risco de crédito são definidos e documentados e os limites de crédito para determinadas contrapartes baseiam-se na respectiva notação de *rating* de crédito, prazo da exposição e montante monetário da exposição ao risco de crédito.

33. Activos e responsabilidades contingentes

Activos contingentes

Na sequência da venda realizada no exercício contabilístico de 1999 de 40% do capital social da OPTEP SGPS, S.A., representada por 440.000 acções com valor nominal por acção de 5 Euros, foi estabelecido contratualmente o preço base de venda de mEuros 189.544 tendo sido atribuído um valor de mEuros 74.818 ao segmento da 093X e um valor de mEuros 114.726 ao segmento E3G/Edinet.

A venda celebrada por parte da GDP, SGPS, S.A. (actualmente designada Galp Energia, SGPS, S.A. por efeitos da fusão ocorrida no exercício de 2008) e Transgás, S.A. (actualmente designada Galp Gás Natural, S.A.) à EDP, S.A., foi estabelecida com o condicionalismo de caso a OPTEP SGPS, S.A. a 093X ou qualquer entidade directa ou indirectamente controlada ou participada pela EDP viesse a vender ou por qualquer modo alienar a terceiros uma participação equivalente a 5% da Optimus, ou seja, 450.000 acções de valor nominal de 5 Euros cada, no prazo de três anos a contar da assinatura do acordo (24 de Junho de 1999), a diferença entre o valor de mEuros 74.818 e o valor dessa alienação seria repartida entre as partes no seguinte modo:

mEuros por cada 220.000 acções	EDP	Grupo GDP
Entre 37.409 e 42.397	0%	100%
Entre 42.397 e 52.373	25%	75%
Mais de 52.373	75%	25%

Este acordo foi objecto de um aditamento em 28 de Setembro de 2000 entre as partes: GDP, SGPS, S.A., Transgás, SGPS, S.A. (actualmente designada GDP Distribuição, SGPS, S.A. por efeitos da fusão ocorrida no exercício de 2006), Transgás, S.A. e EDP, S.A., tendo sido prorrogado o prazo de repartição da eventual mais-valia obtida com a venda futura das acções da Optimus até 31 de Dezembro de 2003.

Em 22 de Março de 2002, a EDP anunciou a venda, da participação detida na OPTEP SGPS, S.A., empresa que detém 25,49% do capital da Optimus, S.A. à Thorn Finance, S.A. O preço de venda foi estipulado em mEuros 315.000, o que significa que a Thorn Finance valorizou a Optimus em mEuros 1.235.779, portanto, acima do valor estipulado entre as partes, que foi de mEuros 748.197. Assim, haverá lugar a um *upside* para estas empresas, a pagar pela EDP, S.A. no montante de mEuros 30.253, a repartir em partes iguais entre a GDP, SGPS, S.A. (fundida na Galp Energia, SGPS, S.A. com efeitos a 1 de Janeiro de 2008) e a Transgás, SGPS, S.A. (actualmente designada GDP Distribuição SGPS, S.A. por efeitos da fusão ocorrida no exercício de 2006).

Uma vez que a EDP não deu o seu acordo a estas expectativas do Grupo, não foi efectuado o registo contabilístico desta conta a receber.

Responsabilidades contingentes

Em 31 de Dezembro de 2008 a Empresa e as suas subsidiárias tinham as seguintes responsabilidades contingentes:

- (i) Em 31 de Dezembro de 2008, o Grupo tinha uma responsabilidade contingente relacionado com um processo judicial em curso, relativamente ao processo de reprivatização da Driftal, liquidada no decurso do exercício findo em 31 de Dezembro de 2008 (Nota 3 b), envolvendo um pedido de indemnização de mEuros 19.952. O Conselho de Administração da Empresa, suportado por opinião de advogado, considera que decorrente deste processo não resultará qualquer encargo para a Empresa, pelo que não foi constituída qualquer provisão para o referido efeito, encontrando-se contudo prestada nesta data uma garantia bancária naquele montante;
- (ii) Diversas autarquias locais exigem pagamentos (liquidações e execuções) respeitantes a licença de subsolo com tubagens de gás existentes, por parte das empresas concessionárias da distribuição e comercialização de gás natural, no montante total de mEuros 31.188. Por não concordarem com as autarquias as empresas do Grupo impugnaram/opuseram-se às liquidações efectuadas, encontrando-se a maioria em processos judiciais em curso. Para este efeito foram constituídas garantias;
Acresce referir que, no decurso das negociações do Contrato de Concessão entre a Direcção Geral de Energia e Geologia e as empresas concessionárias do Grupo, foi acordado, entre outros assuntos, ser reconhecido à Concessionária o direito de repercutir, para as entidades comercializadoras de gás natural e para os consumidores finais, o valor integral das taxas de ocupação do subsolo liquidado pelas autarquias locais que integram a área de concessão na vigência do anterior contrato de concessão mas ainda não pago ou impugnado judicialmente pela Concessionária, caso tal pagamento venha a ser considerado obrigatório pelo órgão judicial competente, após transito em julgado da respectiva sentença, ou após consentimento prévio e expresso do Concedente. Os valores que vierem a ser pagos pela Concessionária em cada ano civil, relativos às taxas de ocupação de subsolo, serão repercutidos sobre as entidades comercializadoras utilizadoras da infra-estruturas ou sobre os consumidores finais servidos pelas mesmas, durante os exercícios seguintes, nos termos a definir pela ERSE. Esta repercussão das taxas de ocupação de subsolo será ainda realizada por município, tendo por base o valor efectivamente liquidado pelo mesmo;
- (iii) O processo de reclamação da Nigéria Liquefied Natural Gas Limited ("NLNG") que se encontra em arbitragem (Nota 26);
- (iv) Em 31 de Dezembro de 2008, o Grupo tinha uma responsabilidade contingente relacionada com um processo arbitral entre a subsidiária CLCM e a MASA, no qual aquele fornecedor de mobilizado reclama um montante total de mEuros 22.861. O Conselho de Administração daquela subsidiária, baseado em parecer jurídico dos seus advogados, considera que deste processo não resultará qualquer encargo para a CLCM, para além do montante de mEuros 150 incluído na rubrica de provisões;
- (v) Processos de liquidações adicionais de IRC no montante total de mEuros 23.148 (Nota 10);
- (vi) Processos de liquidações adicionais de IRP em Angola no montante total de mEuros 15.430 correspondente ao montante de mUSD 21.474 (Nota 10).

Outros compromissos financeiros

Os compromissos financeiros assumidos pelo Grupo e não incluídos no balanço em 31 de Dezembro de 2008 são:

- mEuros 29.911 relacionados com encomendas não satisfeitas de activos fixos tangíveis;
- mEuros 1.084 relacionados com letras a receber descontadas no sistema bancário e não vencidas;
- mEuros 302.572, mEuros 5.963, mEuros 609 e mEuros 23.722 de responsabilidades cobertas pelos Fundos de Pensões Petrogal, Sacor Marítima, Saaga e Grupo GDP, respectivamente (Nota 24);
- mEuros 40.855 e mEuros 1.860 de responsabilidades do grupo Petrogal com o Plano de pensões, (Nota 24), respectivamente, não registados nas demonstrações financeiras por estarem dentro dos limites do "corredor" de 10% (Nota 2.10 e 2.11) ou por corresponderem a excesso de "corredor" ainda não reconhecido na demonstração de resultados;
- mEuros 2.780 de responsabilidades do grupo GDP com o Plano de pensões, (Nota 24), respectivamente, não registados nas demonstrações financeiras por estarem dentro dos limites do "corredor" de 10% (Nota 2.10 e 2.11) ou por corresponderem a excesso de "corredor" ainda não reconhecido na demonstração de resultados;
- Durante o ano de 2008 prosseguiu a utilização do designado biodiesel de 1.ª geração (FAME), obtido por transesterificação dos óleos vegetais, como componente do gasóleo rodoviário. Considerando que a partir de Janeiro 2010 se torna obrigatório incorporar 5,75% (v/v) de biodiesel no gasóleo e, tendo em atenção que o designado FAME apresenta algumas propriedades físicas-químicas que prejudicam a sua aptidão como componente de gasóleo, a Galp Energia arrancou com um projecto numa instalação de produção de biodiesel de 2.ª geração (Greendiesel) adquirindo à UOP/ENI a licença de processo Ecofining, o qual compreende um tratamento combinado de hidrogenação e isomerização que permite, a partir das gorduras animais e vegetais, obter um biodiesel com excelentes características físico-químicas. O projecto em curso, visa a produção de 300.000 t/a de greendiesel, devendo estar concluído em 2011;
- A 18 de Setembro de 2007 foi celebrado um contrato entre a Ventinveste, S.A. e a Direcção Geral de Energia e Geologia (DGE) que tem como objecto a atribuição de capacidade de injeção de potência na Rede do Sistema Eléctrico de Serviço Público e a identificação dos Pontos de Recepção associados para energia eléctrica produzida nos Parques Eólicos.

O contrato estabelece as seguintes obrigações específicas, cuja valorização totaliza cerca de mEuros 619.776, excluindo o desconto à remuneração da energia eléctrica produzida nos parques eólicos:

- a) Construção e exploração de parques eólicos, em valor correspondente a mEuros 460.000;
- b) Prática de um desconto à remuneração da energia eléctrica produzida nos parques eólicos;
- c) Execução de projecto industrial correspondente a mEuros 27.150;
- d) A realização de investimento industrial indirecto correspondente a mEuros 39.206;
- e) Criação directa de 692 postos de trabalho no Projecto Industrial, correspondente a mEuros 16.733;
- f) Criação de 635 postos de trabalho induzidos relativo ao investimento industrial indirecto, correspondente a mEuros 15.354;
- g) Disponibilização de funcionalidades que permitam contribuir para a gestão técnica do sistema, correspondente a mEuros 19.500;
- h) Contribuição para a constituição de um Fundo de Incentivo à Inovação, correspondente a mEuros 41.833.

As obrigações contratuais estão salvaguardadas através de garantia bancária autónoma, incondicional e à primeira solicitação, no valor de mEuros 25.332 e por fiança prestada pelos accionistas Galp Power, Martifer e Enersis igualmente no mesmo valor e dividida em partes iguais, cujo total corresponde a cerca de 10% do Investimento Directo total, no montante de mEuros 50.665. O montante da caução será reduzido, em cada semestre, em função da fracção do investimento contratado que tenha sido concretizada no semestre anterior.

Para garantia do cumprimento das obrigações específicas relacionadas com o projecto industrial, o montante coberto pela garantia bancária nunca poderá ser inferior a mEuros 902, desde a data de entrada em exploração do projecto Industrial até à última das seguintes datas: (i) termo do prazo de 9 anos a contar da data de entrada em exploração do projecto Industrial; ou (ii) data em que seja atingido um Rácio Exportações/Vendas de 60% relativamente à produção verificada até ao momento, em que a garantia bancária será reduzida para um montante correspondente à multiplicação do número de anos que restem para cumprir o prazo mínimo de 17 anos para a vida útil do projecto Industrial, pelo valor de mEuros 113, sendo o montante máximo garantido progressivamente reduzido, em cada ano, no montante de mEuros 113 até ao termo do referido prazo de 17 anos.

Adicionalmente foi constituído um penhor sobre as acções da Ventinveste Eólica, SGPS, S.A. e Ventinveste Indústria, SGPS, S.A.

Não foram reconhecidos a totalidade dos Activos e Passivos resultantes deste contrato, visto que à data de 31 de Dezembro de 2008 não se encontravam concretizados todos esses investimentos e obrigações.

A Galp Power, SGPS, S.A. na qualidade de accionista da Ventinveste, S.A. tem como compromisso e responsabilidade, no âmbito do contrato e demais acordos celebrados com a DGE, o cumprimento integral e tempestivo de 1/3 das obrigações referentes ao projecto eólico, caracterizado pela promoção, construção e exploração dos Parques Eólicos.

Como garantia do empréstimo contraído pela Carriço Cogeração – Sociedade de Geração de Electricidade e Calor, S.A. foi constituída uma hipoteca a favor do BES Investimento e do BES, incidente sobre o direito de superfície de uma parcela de terreno no concelho de Pombal, adquirido pela Empresa pelo período de 15 anos, até ao montante máximo de mEuros 28.237.

A Galp Power SGPS, S.A. constituiu-se fiadora e principal pagadora de um crédito da sua subsidiária Carriço Cogeração - Sociedade de Geração de Electricidade e Calor, S.A.. O limite da fiança é de 65% que corresponde à participação social na empresa, atingido no seu máximo o montante de mEuros 11.700.

Garantias prestadas

Em 31 de Dezembro de 2008 as responsabilidades por garantias prestadas ascendiam a mEuros 138.132 e mUSD 78.284, sendo constituídos essencialmente por:

- Garantias no montante de mEuros 23.692 prestadas a favor da Direcção Geral dos Impostos;
- Garantia no montante de mEuros 19.952, constituída a favor do Tribunal da Comarca de Lisboa, 2.ª vara – 1.ª Secção, no âmbito do processo judicial em curso referente à reprivatização da Drifal;
- Garantias no montante de mEuros 6.652 constituídas a favor do Tribunal Administrativo Fiscal, anteriormente designado por Tributário de 1.ª Instância de Lisboa - 5.º juízo - 1.ª secção, destinada a servir de caução ao pagamento exigido pela Câmara Municipal de Lisboa, no âmbito de processos judiciais relativos às taxas de ocupação de subolos;
- Garantias no montante de mEuros 23.705 prestadas a Câmaras Municipais, no âmbito de processos judiciais relativos às taxas de ocupação do subsolo;
- Garantias no montante de mEuros 5.500 prestadas ao Estado Português destina-se a assegurar o bom cumprimento do contrato de concessão de distribuição de gás natural, da Lisboa Gás GDL - Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S.A., Lusitaniagás - Companhia de Gás do Centro, S.A. e Beiragás - Companhia de Gás das Beiras, S.A.;
- Garantias no montante de mEuros 1.478 constituídas a favor da Direcção Geral de Geologia e Energia destinam-se a garantir o integral cumprimento das obrigações assumidas pela Empresa no âmbito do plano de execução da construção das infra-estruturas, referente à exploração de redes locais autónomas de gás natural em Vila Real, Bragança e Chaves;
- Garantia no montante de mEuros 5.000 prestada ao Estado Português pelas obrigações e deveres emergentes do Contrato de Concessão de serviço público de armazenamento subterrâneo de gás natural a atribuir pelo Estado Português à Transgás Armazenagem, S.A.;
- Garantias prestadas a Tribunais no montante de mEuros 94 pela Caixa Geral de Depósitos devido a acções litigiosas relacionadas com servidões;
- Garantias de fiança relativamente a 27,4% (participação financeira da Galp Gás Natural, S.A.) dos seguintes créditos concedidos à EMPL - Europe Maghreb Pipeline, Limited:

	Tipo	Parte Galp Gás Natural mUSD
BEI	Bancária	56.364
ICO	Bancária	21.920
		78.284

- Garantia prestada no montante de mEuros 1.000 a favor da entidade MEFF Euroservices S.A.U., S.V. para a participação da Empresa no Leilão de Electricidade;
- Garantias prestadas no montante de mEuros 995 a favor do Instituto de Estradas de Portugal foram estabelecidas ao abrigo da alínea a) do art. 15.º do Dec. Lei 13/71 de 23/01 e têm como objectivo a licença para instalação de condutas de gás natural, paralelismos e atravessamentos de estradas;
- Em 31 de Dezembro de 2008, existiam garantias no montante de mEuros 47.110 a favor de terceiros por conta de empresas do grupo e associadas;
- Em 31 de Dezembro de 2008, existiam ainda outras garantias no montante de mEuros 2.948 constituídas a favor de terceiros para garantia da boa e integral execução e cumprimento das obrigações decorrentes de contratos celebrados entre as partes.

34. Informação sobre matérias ambientais

Na actividade de Refinação, apresentam-se como principais desafios, o cumprimento dos objectivos de redução de emissão de gases com efeitos de estufa para o período compreendido entre 2008 e 2012, definido pelo Protocolo de Quioto, a redução do teor de enxofre dos combustíveis utilizados nas instalações e o aumento da eficiência energética.

O Decreto-Lei n.º 233/2004, de 14 de Dezembro, com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 243-A/2004, de 31 de Dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 230/2005, de 29 de Dezembro, estabelece o regime do comércio de emissões de gases com efeito de estufa (Diploma CELE), e aplica-se às emissões provenientes das actividades industriais constantes no Anexo I do mesmo, na quais estão incluídas instalações do grupo Galp Energia.

Foi publicado em Diário da República o Despacho n.º 2836/2008, que aprova a lista de instalações existentes participantes no Comércio de Emissões, para o período 2008-2012, e a respectiva atribuição inicial de Licenças de Emissão ("LE"). O Grupo considera que a quantidade de licenças de emissão de gases com efeito de estufa (GEE) atribuídas aos sectores da refinação e da cogeração operado pelo Grupo, para o período 2008-2012, de acordo com o referido Despacho, será suficiente para cobrir as necessidades das instalações, actualmente em operação e considerando os perfis de produção previstos para o quinquénio.

No quadro abaixo apresentam-se as instalações actualmente operadas pelo Grupo, as respectivas licenças anuais de emissão atribuídas no âmbito do PNALE II (Plano Nacional de Alocação de Licenças de Emissão), bem como as quantidades de emissões de gases com efeito de estufa (Ton/CO₂) por instalação:

Empresa	Instalações	Licenças Ton/CO ₂ atribuídas PNALE II	Gases emitidos durante o ano de 2008 (a)	Licenças acumuladas Ton/CO ₂ em carteira
Petrogal	Refinaria de Sines	2.137.550	1.828.182	309.368
	Refinaria do Porto	1.098.025	1.121.765	(23.740)
		3.235.575	2.949.947	285.628
Carriço Cogeração	Cogeração	161.539	113.021	48.518
Powercer	Cogeração	47.192	39.419	7.773
		208.731	152.440	56.291
		3.444.306	3.102.387	341.919

(a) Valores pro-forma de Gases CO₂ emitidos, sujeitos a auditorias ambientais

As licenças acumuladas em carteira a 31 de Dezembro de 2007, e portanto respeitantes ao triénio 2005-2007 (PNALE I), foram utilizadas para satisfazer o montante das emissões com gases com efeito de estufa emitidos durante o ano de 2007. As licenças remanescentes em carteira que não foram utilizadas perderam a sua validade para o período 2008-2012.

O Grupo Galp Energia não reflecte nas suas demonstrações financeiras o reconhecimento de uma eventual valorização ou desvalorização de licenças atribuídas. Caso venha a adquirir ou vender licenças será efectuado o registo contabilístico.

Contudo, caso venha a ocorrer uma insuficiência de licenças serão constituídas as provisões adequadas, caso tal se revele o mais apropriado. Conforme supra indicado, e apenas no caso da instalação da refinaria do Porto, as licenças atribuídas revelam-se inferiores ao volume de gases emitidos estimados para o ano. Este défice, caso se venha a verificar, pode ser compensado entre instalações do grupo Galp Energia. Em 31 de Dezembro de 2008, as licenças atribuídas ao Grupo revelam-se superiores ao volume de gases emitidos, por conseguinte não foram constituídas provisões no exercício.

35. Eventos subsequentes

Os principais eventos subsequentes ocorridos após 31 de Dezembro de 2008 são como segue:

Incêndio na refinaria de Sines

No mês de Janeiro de 2009 ocorreu um incêndio na Fábrica de utilidades da refinaria de Sines que fornece energia à laboração da refinaria. Prevvia-se que a refinaria iria permanecer em paragem por um período até seis semanas, contudo iniciou a sua actividade no final de Fevereiro de 2009, alguns dias antes do prazo comunicado. Do incidente ocorrido não resultaram quaisquer danos pessoais ou ambientais. O programa de seguros da Galp Energia cobre os riscos de perda de exploração, danos materiais e responsabilidade civil. Até ao momento não existem valores quantificados.

Revogação do acordo com a Sonae Distribuição para exploração dos postos de abastecimento da rede Continente

O grupo Galp Energia revogou o acordo relativo à cessão de exploração de oito postos de abastecimento em funcionamento junto a hipermercados Continente. Este acordo, que incluía o conjunto de postos de abastecimento integrados pela Sonae Distribuição no âmbito da operação de aquisição do ex-Carrefour Portugal em Dezembro de 2007, foi celebrado em Fevereiro de 2008 e aguardava ainda decisão da Autoridade da Concorrência.

36. Aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 25 de Março de 2009, contudo as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de Accionistas nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal.

O técnico oficial de contas

Dr. Carlos Alberto Nunes Barata

O conselho de administração

Dr. Francisco Luís Murteira Nabo

Eng. Manuel Ferreira De Oliveira

Eng. Manuel Domingos Vicente

Dr. Fernando Manuel dos Santos Gomes

Eng. José António Marques Gonçalves

Dr. André Freire de Almeida Palmeiro Ribeiro

Eng. Carlos Nuno Gomes da Silva

Dr. Rui Paulo da Costa Cunha e Silva Gonçalves

Dr. João Pedro Leitão Pinheiro de Figueiredo Brito

Dr. Alberto Maria Chiarini

Dr. Claudio De Marco

Dr. Paolo Grossi

Eng. Camillo Gloria

Eng. Fabrizio Dassogno

Eng. Giuseppe Ricci

Eng. Luigi Piro

Prof. Doutor Joaquim José Borges Gouveia

Relatórios, opiniões e pareceres

Relatório de auditoria

Contas consolidadas

Introdução

1. Para os efeitos do artigo 245.º do Código dos Valores Mobiliários, apresentamos o Relatório de Auditoria sobre a informação financeira consolidada contida no Relatório Consolidado de Gestão e as demonstrações financeiras consolidadas anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2008 da Galp Energia, SGPS, S.A. e suas subsidiárias ("Grupo"), as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2008 que evidencia um total de 6.623.000 milhares de Euros e capitais próprios de 2.218.819 milhares de Euros, incluindo um resultado líquido consolidado de 116.971 milhares de Euros, as Demonstrações consolidadas dos resultados por naturezas, dos fluxos de caixa e das alterações no capital próprio do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração: (i) a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações, dos seus fluxos consolidados de caixa e das alterações no seu capital próprio; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados; (iv) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a actividade do conjunto das empresas incluídas na consolidação, a sua posição financeira ou os seus resultados.

3. A nossa responsabilidade consiste em examinar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, incluindo a verificação se, para os aspectos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão / Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a verificação das operações de consolidação e de terem sido apropriadamente examinadas as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações, a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas, e a apreciação, para os aspectos materialmente relevantes, se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do Relatório Consolidado de Gestão com os restantes documentos de prestação de contas consolidadas. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

5. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da Galp Energia, SGPS, S.A. e suas subsidiárias em 31 de Dezembro de 2008, o resultado consolidado das suas operações e os seus fluxos consolidados de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia aplicadas de forma consistente entre exercícios, com excepção da situação mencionada na Nota 2.24 do Anexo, e a informação nelas constante é, nos termos das definições incluídas nas directrizes mencionadas no parágrafo 4 acima, completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Lisboa, 25 de Março de 2009

Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por Jorge Carlos Batalha Duarte Catulo

Certificação legal das contas

Contas consolidadas

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas da Galp Energia, SGPS, S.A. (“Empresa”) do exercício findo em 31 de Dezembro de 2008, as quais compreendem o balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2008 (que evidencia um total de 6.623.000 milhares de Euros e um total do capital próprio de 2.218.819 milhares de Euros, incluindo um resultado consolidado líquido do exercício de 116.971 milhares de Euros), as demonstrações consolidadas dos resultados por naturezas, dos fluxos de caixa e das alterações no capital próprio para o exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo às demonstrações financeiras consolidadas. Estas demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (*International Financial Reporting Standards* (“IFRSs”)), tal como adoptadas na União Europeia.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações, os seus fluxos de caixa consolidados e as alterações no seu capital próprio, a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado, bem como a informação de quaisquer factos relevantes que tenham influenciado a actividade, a posição financeira ou os resultados das empresas incluídas no perímetro da consolidação.

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável de que as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto, o exame incluiu a verificação numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação, a verificação das operações de consolidação, a apreciação da adequação das políticas contabilísticas adoptadas, da sua aplicação uniforme e da sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade, e a apreciação da adequação, em termos globais, da apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório Consolidado de Gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da Galp Energia, SGPS, S.A. e suas subsidiárias em 31 de Dezembro de 2008, o resultado consolidado das suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (*International Financial Reporting Standards* (“IFRSs”)), tal como adoptadas na União Europeia, aplicados de forma consistente entre exercícios, com excepção da situação referida na Nota 2.24 do Anexo.

Lisboa, 25 de Março de 2009

P. Matos Silva, Garcia Jr., P. Caiado & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
representada por Dr. Pedro Matos Silva

Declaração de conformidade do conselho de administração

Nos termos do artigo 245.º n.º 1 alínea c) do CVM.

Tanto quanto é do seu conhecimento a informação prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 245.º do CVM para as contas individuais e consolidadas (i) foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da Galp Energia e das empresas incluídas no perímetro de consolidação, (ii) expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da Galp Energia e das empresas incluídas no perímetro de consolidação e (iii) contém uma descrição dos principais riscos com que a Galp Energia se defronta na sua actividade.

O conselho de administração

Presidente:

Dr. Francisco Luís Murteira Nabo

Vice-presidente

Eng. Manuel Ferreira De Oliveira

Vogais

Eng. Manuel Domingos Vicente

Dr. Fernando Manuel dos Santos Gomes

Eng. José António Marques Gonçalves

Dr. André Freire de Almeida Palmeiro Ribeiro

Eng. Carlos Nuno Gomes da Silva

Dr. Rui Paulo da Costa Cunha e Silva Gonçalves

Dr. João Pedro Leitão Pinheiro de Figueiredo Brito

Dr. Alberto Maria Chiarini

Dr. Claudio De Marco

Dr. Paolo Grossi

Eng. Camillo Gloria

Eng. Fabrizio Dassogno

Eng. Giuseppe Ricci

Eng. Luigi Piro

Prof. Doutor Joaquim José Borges Gouveia

Relatório e parecer do conselho fiscal

Contas consolidadas

Exmos. Senhores Accionistas

No exercício das suas atribuições referentes ao ano de 2008, o Conselho Fiscal teve oportunidade de acompanhar de forma circunstanciada o funcionamento da sociedade em todas as matérias do seu âmbito de competências, tendo contado com a colaboração de:

- Presidente do Conselho de Administração, Presidente da Comissão Executiva e Administrador, membro da Comissão Executiva, responsável pelas áreas de Finanças Corporativas e de Contabilidade e Tesouraria;
- Responsáveis operacionais pelos serviços de Auditoria Interna e de Contabilidade e Tesouraria;
- Revisor Oficial de Contas, nomeado na Assembleia Geral Anual realizada no dia 6 de Maio de 2008, em que os accionistas aprovaram um novo modelo de fiscalização da sociedade;
- Auditor Externo, função que, no que se refere a todas as sociedades maioritariamente participadas pela Galp Energia SGPS, S.A. continua a ser exercida em acumulação com a de Revisor Oficial de Contas.

Todas estas entidades responderam às questões que lhe foram sendo colocadas pelo Conselho Fiscal, nomeadamente no que se refere ao modo como exercem, concretamente, as suas funções de fiscalização e de controlo de riscos, e aos procedimentos associados.

Num ano como o de 2008, caracterizado, primeiro, pela extrema volatilidade das cotações do petróleo em bruto, e, depois, pelo agravamento de uma crise económica sem precedentes nas últimas décadas, com particular expressão no sector financeiro das economias, é grato ao Conselho Fiscal poder testemunhar o elevado grau de profissionalismo com que são exercidas todas as actividades atrás referidas, e a elevada preocupação dos seus responsáveis em adoptar as melhores práticas internacionais aplicáveis.

Num plano mais substantivo, é igualmente grato ao Conselho Fiscal poder testemunhar a continuidade do crescimento dos negócios societários, através da prossecução do plano de investimentos previamente acordado e do aproveitamento de oportunidades de aquisição.

Em final de exercício, o Conselho Fiscal debruçou-se com especial atenção sobre o modo como são tratadas, contabilisticamente, todas as situações de natureza patrimonial cuja avaliação poderá dar lugar a intervenções de índole mais discricionária ou menos objectiva. Confrontados, tanto os serviços internos responsáveis como o revisor oficial de contas, como o auditor externo, com um conjunto de questões pormenorizadas sobre o modo como foram tratadas estas situações, uma a uma, quer no balanço consolidado quer na demonstração consolidada dos resultados, as respostas obtidas foram consideradas inteiramente satisfatórias. Cabe realçar, a este respeito, como factor de conforto e segurança:

- o reforço, ao longo do ano, da actividade do serviço de auditoria interna;
- a forma conservadora como são contabilizadas as despesas efectuadas na actividade de exploração e produção de petróleo;
- a forma conservadora como, no final do ano, são constituídas as provisões e os ajustamentos às contas, e avaliadas as potenciais contingências;
- o grau de detalhe do anexo às demonstrações financeiras consolidadas, cujas explicações foram, em todos os casos, consideradas satisfatórias.

Senhores Accionistas

Tendo tomado conhecimento do conteúdo da Certificação Legal das Contas consolidadas emitida, nos termos da legislação em vigor, pelo revisor oficial de contas, com o qual concordamos, somos de Parecer que:

- seja aprovado o Relatório de Gestão Consolidado relativo ao exercício de 2008 e bem assim o Relatório de Governo e o Relatório de Sustentabilidade que o acompanham;
- sejam aprovadas as Contas Consolidadas (Balanço Consolidado, Demonstração dos Resultados Consolidados por naturezas, Demonstração dos fluxos de caixa consolidados, Demonstração Consolidada das alterações no capital próprio e correspondentes anexos) relativas ao exercício de 2008.

O Conselho Fiscal declara ainda que tanto quanto é do seu conhecimento a informação prevista na alínea a) do nº 1 do artigo 245.º do Código dos Valores Mobiliários para as contas consolidadas (i) foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da Galp Energia e das empresas incluídas no perímetro de consolidação, (ii) expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da Galp Energia e das empresas incluídas no perímetro de consolidação e (iii) contém uma descrição dos principais riscos com que a Galp Energia se defronta na sua actividade.

O Conselho Fiscal entende, por último, manifestar o seu agradecimento tanto ao Conselho de Administração como à Comissão Executiva da Galp Energia SGPS, S.A., cuja colaboração sempre simplificou, em muito, o exercício das suas funções.

Lisboa, 6 de Abril de 2009

Presidente - Daniel Bessa Fernandes Coelho

Vogal - José Gomes Honorato Ferreira

Vogal - José Maria Rego Ribeiro da Cunha

Glossário e abreviaturas

Glossário

Aromáticos

Hidrocarbonetos cíclicos insaturados caracterizados por terem pelo menos um anel de benzeno. São conhecidos por aromáticos pelo seu aroma doce. Os aromáticos mais comuns são o benzeno, o tolueno e o xileno.

Barril de petróleo (bbl)

Unidade de volume utilizada na indústria petrolífera que equivale a 0,15891 m³ de petróleo bruto a 60°F (15,6°C).

Betume

Mistura de hidrocarbonetos sólidos, semi-sólidos ou viscosos, obtido através da destilação primária de petróleo bruto ou pela destilação no vácuo do resíduo da destilação atmosférica. Tem propriedades adesivas e isolantes e é sobretudo utilizado na pavimentação de estradas, podendo também servir para fins industriais.

Biocombustíveis

Combustíveis como o álcool carburante, o bioetanol e o biodiesel produzidos a partir da biomassa.

Biodiesel

Combustível diesel que contém componentes derivados de matérias-primas tais como óleos vegetais e gordura animal.

Brent

Petróleo bruto leve do Mar do Norte que passou, a partir de Julho de 2006, a incorporar as ramas Fortis e Oseberg. Este cabaz de crude tem uma densidade API média aproximada de 38,9°.

Brent *Dated*

Preço de remessas de Brent conforme anunciado pelas agências de fixação de preços. É o preço de referência para a grande maioria dos petróleos brutos vendidos na Europa, na África e no Médio Oriente e uma das referências mais importantes para os preços do mercado *spot*.

CO₂

Dióxido de carbono, gás incolor e mais pesado que o ar, do qual é um dos seus componentes naturais. É produzido por certos processos naturais como o ciclo do carbono e pela combustão completa do carbono contido nos combustíveis fósseis.

Cogeração

Tecnologia de geração de energia que permite a produção combinada de electricidade e de calor. A vantagem da cogeração é a sua capacidade de captar o calor produzido pela queima do combustível, enquanto que na geração tradicional de electricidade este calor é perdido. Este processo permite também que a mesma instalação satisfaça as necessidades de calor (água quente ou vapor) e de electricidade tanto de clientes industriais como de aglomerações urbanas. Este sistema melhora a eficiência energética do processo de geração e reduz a utilização de combustível.

Combined Cycle Gas Turbine (CCGT)

Central de geração de electricidade que normalmente integra duas turbinas, uma a gás natural e outra a vapor. As CCGTs combinam um turbo-gerador a gás natural – que gera electricidade através da combustão do gás natural – com um turbo-gerador a vapor. Neste processo, os gases de escape (calor) produzidos pelo turbo-gerador a gás natural são aproveitados para alimentar a caldeira do turbo-gerador a vapor para produzir mais electricidade.

Complexidade

Medida relativa utilizada na indústria da refinação que procura medir a capacidade de uma refinaria processar petróleo bruto e outras matérias-primas, tais como transformar petróleo bruto mais pesado e com um teor de enxofre mais elevado em produtos de valor acrescentado. Tipicamente, quanto mais elevada a complexidade e mais flexível a utilização de diferentes tipos de matérias-primas, melhor posicionada se encontra a refinaria para tirar partido da utilização de diferentes tipos de petróleo bruto que em determinado momento sejam mais vantajosos em termos de custo, e desta forma aproveitar oportunidades de incremento da margem bruta. A complexidade de uma refinaria é medida por um “índice de complexidade”, que é calculado separadamente por diferentes organizações do sector, como os consultores para o sector da energia Solomon Associates e Nelson. O índice de complexidade de uma refinaria é calculado através da atribuição de um factor de complexidade a cada uma das unidades da refinaria, com base principalmente no nível de tecnologia utilizado na construção da unidade e tomando como referência uma instalação de destilação primária de petróleo bruto a que é atribuído um factor de complexidade de 1,0. O índice de complexidade de cada unidade é calculado através da multiplicação do factor de complexidade da unidade pela capacidade da unidade. A complexidade de uma refinaria é equivalente à média ponderada do índice de complexidade de cada uma das suas unidades, incluindo a unidade de destilação. Uma refinaria com um índice de complexidade de 10,0 é considerada dez vezes mais “complexa” do que uma refinaria equipada apenas com destilação atmosférica de petróleo bruto, para a mesma quantidade de produto processado.

Condensados

Hidrocarbonetos que, armazenados nas suas jazidas, se encontram no estado gasoso, mas que à superfície se tornam líquidos em condições normais de pressão e temperatura. Trata-se essencialmente de pentano e de outros produtos mais pesados.

Conversão

Conjunto de vários tratamentos (catalíticos ou térmicos) cuja reacção principal se efectua sobre as ligações de carbono, podendo ser mais ou menos profunda em função das condições impostas. Este processo está associado, tipicamente à conversão do fuelóleo em frações mais leves (gasóleos, gasolinas e gases) e que são mais nobres do ponto de vista da sua utilização. Numa refinaria moderna, estes processos têm uma importância crescente.

Coque

Resíduo sólido, com elevado conteúdo de carbono, que resulta da decomposição térmica dos resíduos de refinação do petróleo.

Crack spreads

Diferença entre o preço de um produto final e o preço do petróleo bruto.

Cracking

Transformação por ruptura das moléculas de hidrocarbonetos de cadeias longas com o objectivo de se obterem moléculas de cadeias mais curtas, aumentando desta maneira a proporção dos produtos mais leves e voláteis. Distinguem-se o *cracking* térmico e o *cracking* catalítico. O *cracking* térmico é realizado apenas pela acção do calor e da pressão. O *cracking* catalítico utiliza catalisadores que permitem, a igual temperatura, a transformação mais profunda e mais selectiva de frações que podem ser mais pesadas.

Densidade API

Densidade expressa em graus API, definida pelo American Petroleum Institute, pela fórmula:

$API^{\circ} = (141,5/g) - 131,5$ em que g é a densidade do petróleo a 60°F (15,6°C). É utilizada internacionalmente para determinar a densidade do petróleo bruto. Quanto maior for a densidade API, mais leve será o petróleo bruto.

Dessulfuração

Processo de purificação que consiste em eliminar o enxofre e simultaneamente o azoto, o oxigénio e os metais presentes nos produtos semi-acabados obtidos a partir do petróleo bruto. A dessulfuração pode fazer-se por processos catalíticos ou químicos.

Destilação

Método de separação de substâncias (líquidas ou sólidas) por vaporização seguida de condensação. A destilação pode ser efectuada à pressão atmosférica ou no vácuo, consoante o produto final.

Destilação atmosférica

Destilação do petróleo bruto efectuada à pressão atmosférica da qual resultam fracções petrolíferas (gasolina leve, gasolina pesada, gasóleos e produtos pesados, por exemplo). Após tratamento adequado, estas fracções, são os componentes dos produtos acabados.

Destilação no vácuo

Destilação que se realiza numa coluna de fraccionamento a uma pressão inferior à pressão atmosférica. À destilação no vácuo são submetidos os resíduos (fracção mais pesada) obtidos por destilação atmosférica. A redução da pressão baixa o ponto de ebulição das fracções pesadas e permite separá-las dos resíduos a uma temperatura que não corre o risco de os decompor. Aplica-se, por exemplo, no início da cadeia de fabrico dos óleos base.

Destilados

Qualquer tipo de produto produzido através da destilação do petróleo bruto.

Efeito de estufa

Efeito pelo qual a radiação infravermelha ambiente é retida num espaço fechado. O efeito de estufa produzido pelo dióxido de carbono atmosférico, entre outros gases, tem como consequência possível o aquecimento da superfície terrestre.

Emissões

Libertação de gases para a atmosfera. No contexto das alterações climáticas globais, os gases libertados incluem gases capazes de alterar o clima, os chamados GEE. Um exemplo típico de emissão é a libertação de dióxido de carbono durante a queima de combustível.

Energia eólica

Energia cinética – isto é, relacionada com o movimento – que se obtém da deslocação do ar, ou seja, do vento. Pode ser convertida em energia mecânica para o accionamento de bombas, de moinhos e de geradores de energia eléctrica.

Energia renovável

Energia disponível a partir de processos de conversão energética permanentes e naturais e economicamente exploráveis nas condições actuais ou num futuro previsível.

Exploração offshore

Exploração de petróleo que tem lugar no mar podendo ser dividida em três tipos, águas rasas, águas, profunda e águas ultra-profundas, consoante a exploração ocorra a uma profundidade menos de 1.000 pés, entre 1.000 e 5.000 pés, ou acima de 5.000, respectivamente.

Exploração onshore

Exploração de petróleo que tem lugar em terra.

Fatty acid methyl ester (FAME)

Biodiesel de primeira geração obtido por trans-esterificação.

Fluid catalytic cracking (FCC)

Processo de *cracking* em que o catalisador se encontra fluidificado e é continuamente regenerado. É um processo eficaz para aumentar a taxa de produção de gasolina a partir do petróleo bruto.

Free-float

Porcentagem das acções de uma sociedade cotada que é livremente transaccionada no mercado, ou seja, que não é detida por investidores estratégicos.

Fuelóleo

Mistura de hidrocarbonetos destinada à produção de calor em instalações térmicas. Há vários tipos de fuelóleo em função da viscosidade, que condiciona a sua utilização.

Gás de Petróleo Liquefeito (GPL)

Hidrocarbonetos gasosos, nas condições normais de temperatura e de pressão e líquidos por elevação da pressão ou por redução da temperatura, permitindo o transporte e o armazenamento. Os mais comuns são o propano e o butano.

Gás Natural Liquefeito (GNL)

Gás natural que é passado para o estado líquido para facilitar o transporte. A liquefacção é operada por redução da temperatura do gás, à pressão atmosférica, para valores inferiores a -160°C . O volume do GNL é de aproximadamente 1/600 do volume do gás natural.

Gasóleo

Mistura de hidrocarbonetos líquidos destinada à alimentação dos motores de ignição por compressão (ciclo Diesel). O comportamento do gasóleo depende das temperaturas a que é utilizado.

Gasolina

Combustível para automóveis equipados com motores que utilizam o “ciclo Otto”. Deve satisfazer especificações precisas quanto às suas características físicas e químicas, das quais a mais importante é a resistência à auto-inflamação.

Geração

Processo de produção de energia eléctrica através da transformação de outras formas de energia. A energia pode ser expressa em joules, quilowatts-hora, calorias ou unidades térmicas britânicas. Estas unidades podem ser aplicadas a qualquer tipo de energia, independentemente da sua origem.

Hedge funds

Carteiras de investimentos geridas com estratégias avançadas e de risco – que incluem a venda de activos a descoberto e a utilização de instrumentos derivados – com o objectivo de obter taxas de rendimento elevadas tipicamente para um círculo restrito de investidores profissionais. Estas carteiras são normalmente compostas por activos financeiros.

Henry Hub

Preço de referência mensal para o gás natural nos Estados Unidos. Os Estados Unidos têm diversos mercados – *spot* e de futuros – para o gás natural. Os futuros de gás natural são negociados na Bolsa de Mercadorias de Nova Iorque (NYMEX). O *Henry Hub* é o preço do gás natural mais utilizado nos Estados Unidos. O contrato de gás natural do NYMEX obriga à entrega num local no estado da Louisiana chamado *Henry Hub*. No entanto, menos de 1% dos contratos de futuros chegam ao vencimento. O contrato de gás natural cotado na NYMEX serve de valor de referência para a fixação mensal do *Henry Hub*.

Hydrocracking

Processo de *cracking* com a utilização de hidrogénio e sob a acção de catalisadores que permite converter fracções petrolíferas com elevado ponto de ebulição e pouco valorizadas em fracções leves e mais valorizadas. O hidrogénio permite trabalhar a temperaturas inferiores e com maior selectividade e, portanto, com melhores rendimentos. Os produtos da reacção são compostos saturados, o que lhes confere características importantes de estabilidade.

Índice de octano

Escala convencional utilizada para caracterizar, em valor numérico, as propriedades antidetonantes de uma gasolina para motor de combustão do ciclo Otto. Quanto mais elevado, melhores são as características antidetonantes do combustível.

Isomerização

Transformação de hidrocarbonetos parafínicos de cadeia linear ou pouco ramificada em hidrocarbonetos parafínicos de cadeia muito ramificada. Esta reacção dá-se na presença de um catalisador e de hidrogénio. Tem como principal aplicação a obtenção de uma fracção leve e com elevado índice de octano, muito importante na composição das gasolinas.

Jet fuel

Combustível para motores a jacto utilizados na aviação.

Lubrificantes

Produtos obtidos por mistura de um ou mais óleos base e aditivos. Este processo obedece a formulações específicas, em função da utilização do lubrificante. A percentagem de aditivos nos óleos lubrificantes chega a atingir 40%. Os óleos lubrificantes têm três grandes utilizações: automóveis, indústria e marinha.

Margem de refinação de Roterdão ou benchmark de Roterdão

Margem de refinação mais utilizada como referência na Europa. As margens de refinação são normalmente comparadas com as margens de referência dos três principais centros de refinação do mundo: a Costa do Golfo Americana (USGC), a Europa do Noroeste (NWE – Roterdão) e Singapura. Em cada um destes casos, as margens baseiam-se num tipo único de petróleo bruto próprio da região e num conjunto otimizado de produtos com base numa configuração genérica da refinaria, também própria dessa região. As margens são estabelecidas numa base semi-variável, ou seja, margens deduzidas de todos os custos variáveis e dos custos fixos de energia. A margem de refinação da Europa do Noroeste é determinada pela utilização, como referência, dos preços formados na refinação de produtos na região de Antuérpia – Roterdão – Amesterdão.

Matéria-prima

É definida como um produto de elevada homogeneidade, produzido em larga escala por muitos produtores diferentes. Exemplos de matérias-primas são o petróleo, os cereais e os metais.

Mercado spot

Relativamente a mercadorias como o petróleo, designação utilizada para descrever o comércio internacional em cargas únicas de expedição de mercadorias, tais como o petróleo bruto, cujos preços acompanham de perto a respectiva procura e disponibilidade.

MTBE

Éter butílico terciário de metilo, componente oxigenado (aumenta o rendimento dos combustíveis), utilizado na produção de gasolina.

Nafta

Fracção petrolífera que se situa entre os gases e o petróleo. É também uma matéria-prima da indústria petroquímica, cujo *cracking* fornece uma grande variedade de produtos. Pode ainda entrar na composição das gasolinas para motor (nafta leve) ou servir, no caso da nafta pesada, de matéria-prima para a produção de reformado.

Óleo base

Componente principal de misturas para lubrificantes, obtido a partir de destilados, depois de submetidos a várias operações.

Parque de armazenagem

Instalação utilizada por empresas de oleodutos principais e colectores, produtores de crude e operadores de terminais (excepto refinarias) para armazenamento de crude e de produtos petrolíferos.

Parque eólico

Conjunto de aerogeradores para produção de energia eléctrica interligados a um sistema de rede comum através de um sistema de transformadores, linhas de distribuição e, habitualmente, uma subestação. As funções de exploração, controlo e manutenção são normalmente centralizadas através de um sistema informático de monitorização, complementado por inspecção visual.

Pé

É uma unidade de medida de comprimento. Um pé equivale a 30,48 centímetros.

Petroquímicos

Produto intermédio da refinação do petróleo bruto que é utilizado como matéria-prima para polímeros e outros produtos químicos.

Produção net entitlement

Percentagem da produção detida sobre os direitos de exploração e produção de hidrocarbonetos de determinada concessão, após o efeito dos contratos de partilha de produção.

Produção working interest

Percentagem da produção detida sobre os direitos de exploração e produção hidrocarbonetos de determinada concessão, antes do efeito dos contratos de partilha de produção.

Querosene

Combustível destinado à alimentação de motores de reacção, por exemplo na aviação, ou para iluminação e aquecimento. Contém aditivos que lhe conferem as características de segurança necessárias para a sua utilização.

Refinaria

Instalação onde se realizam os processos industriais destinados a transformar o petróleo bruto em produtos adaptados às necessidades dos consumidores (combustíveis, lubrificantes, betumes, etc.) ou em matérias-primas para outras indústrias, ditas de “segunda geração” (por exemplo indústria petroquímica).

Reformação catalítica ou *platforming*

Transformação de uma fracção leve de petróleo bruto (por exemplo gasolina pesada), obtida por destilação primária, numa fracção mais pesada à base de hidrocarbonetos aromáticos (reformado), caracterizada por um elevado índice de octano e que constitui um dos principais componentes das gasolinas para motores. As reacções libertam hidrogénio no seu conjunto e dão-se na presença de um catalisador à base de platina. O reformado constitui também a principal matéria-prima da petroquímica de base (produção de benzeno, tolueno e xilenos).

Regaseificação

Processo de passagem do gás natural liquefeito ao estado gasoso por permuta térmica, com água ou ar atmosférico.

Recursos contingentes

Quantidades de petróleo estimadas, numa determinada data, como sendo potencialmente recuperáveis a partir de jazidas conhecidas, mas que ainda não são comercialmente recuperáveis. Isto pode verificar-se por várias razões, como, por exemplo, as relacionadas com a maturidade do projecto (a descoberta precisa de mais avaliações no sentido de suportar o plano de desenvolvimento), as tecnológicas (é necessário desenvolver e testar nova tecnologia que permita explorar comercialmente as quantidades), ou as de mercado (os contratos de venda ainda não estão em vigor ou é necessário instalar infra-estruturas para levar o produto até aos clientes). As quantidades classificadas nesta categoria não podem ser consideradas reservas.

Recursos prospectivos

Recursos prospectivos referem-se a quantidades de petróleo estimadas, numa determinada data, como sendo potencialmente recuperáveis a partir de jazidas desconhecidas, pela aplicação de projectos de desenvolvimento futuro. A estimativa dos volumes de determinado prospecto está sujeita a incertezas comerciais e tecnológicas. As quantidades classificadas nesta categoria não podem ser classificadas reservas nem recursos contingentes.

Reservas provadas (P90)

De acordo com as definições aprovadas pela SPE e pelo WPC, as reservas provadas são as quantidades de petróleo que, por análise dos dados geológicos e de engenharia, podem ser estimadas com certeza razoável como sendo, a partir de uma determinada data, comercialmente recuperáveis de jazidas conhecidas e nas actuais condições económicas, métodos operacionais e regulamentos governamentais. No caso de ser utilizada metodologia determinística, o termo “certeza razoável” destina-se a exprimir um elevado grau de confiança de que as quantidades serão recuperadas. No caso de ser utilizada metodologia probabilística, deverá existir uma probabilidade mínima de 90% de as quantidades recuperadas de facto serem iguais à estimativa ou excederem-na. A definição das condições económicas actuais deve incluir preços históricos do petróleo e os custos associados. Normalmente, as reservas são consideradas provadas se a capacidade de produção da jazida for suportada pela produção actual ou por testes de formação. Neste contexto, o termo “provada” refere-se às quantidades reais de reservas de petróleo e não apenas à produtividade do poço ou jazida. A área da jazida considerada como provada inclui (1) a área delimitada por perfuração e definida por contactos fluidos, se aplicável, e (2) as partes não perfuradas de reservatório que podem ser razoavelmente consideradas comercialmente produtivas com base nos dados geológicos e de engenharia disponíveis. As reservas podem ser classificadas como provadas se as instalações de processamento e transporte dessas reservas para o mercado se encontrarem operacionais no momento da estimativa, ou se houver uma expectativa razoável de essas instalações virem a ser criadas.

Reservas prováveis (P50)

De acordo com as definições aprovadas pela SPE e pelo WPC, as reservas prováveis são uma categoria de reservas não provadas. As reservas não provadas baseiam-se em dados geológicos ou de engenharia semelhantes aos utilizados nos cálculos das reservas provadas, mas em relação aos quais incertezas técnicas, contratuais, económicas, ou reguladoras impedem que essas reservas sejam classificadas como provadas.

Resultados a replacement cost (RC)

Por as demonstrações financeiras serem elaboradas de acordo com as IFRS, o custo das mercadorias vendidas e matérias-primas consumidas é valorizado a CMP, o que pode originar uma grande volatilidade nos resultados em momentos em que existem grandes oscilações nos preços das mercadorias e das matérias-primas, através de ganhos ou perdas de *stocks* que podem não traduzir o desempenho operacional da empresa, a que chamamos efeito *stock*. De acordo com esta metodologia, o custo da mercadoria vendida e matéria-prima consumida é valorizado ao *replacement cost*, i.e., à média do custo das matérias-primas no mês em que as vendas se realizam e independentemente das existências detidas no início ou fim dos períodos. O *replacement cost* não é um critério aceite pelas normas de contabilidade (POC e IFRS), não sendo consequentemente adoptado para efeitos da valorização de existências e não reflecte o custo de substituição de outros activos.

Resultados replacement cost ajustado (RCA)

Para além da utilização da metodologia *replacement cost*, os resultados ajustados excluem determinados eventos de carácter não recorrente, tais como ganhos ou perdas na alienação de activos, imparidades ou reposições de imobilizado e provisões ambientais ou de reestruturação, que podem afectar a análise dos resultados da empresa, e que não traduz o seu desempenho operacional.

Take or pay

Cláusula utilizada em contratos de fornecimento de gás natural, que obriga uma parte a comprar quantidades acordadas, independentemente de a entrega ter lugar.

Taxa de utilização de crude

Rácio da quantidade total de crude processado nas unidades de destilação de crude em relação à capacidade máxima de exploração dessas unidades.

Abreviaturas

Amorim Energia: Amorim Energia, B.V.

ANP: Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustível

AQS: Ambiente, Qualidade e Segurança

ARL: Aprovisionamento, Refinação e Logística

bbbl: barril de petróleo

BBLT: Benguela-Belize-Lobito-Tomboco

BCE: Banco Central Europeu

bcm: mil milhões de m³

boe: barris de petróleo equivalente

boepd: barris de petróleo equivalente por dia

bopd: barris de petróleo por dia

CCGT: *Combined cycle gas turbine*, centrais de ciclo combinado a gás natural

CDP: *Conceptual Development Plan*

cf: confira

CGD: Caixa Geral de Depósitos, S.A.

CMP: Custo Médio Ponderado

CO's: *Company Operated*

CPT: *Compliant Piled Tower*

CSC: Código das Sociedades Comerciais

CSE: *Center South East*

CURR: Comercialização de Último Recurso Retalhista

CVM: Código dos Valores Mobiliários

DEMAC: *Degolyer and Macnaughton*

DO's: *Dealer Operated*

E&P: Exploração & Produção

EIA: *Energy Information Administration*

EMPL: *Europe Magrebe Pipeline*

ENH: Empresa Nacional de Hidrocarbonetos

Eni: Eni, S.p.A.

EPC: *Engineering, Procurement and Construction*

EPCI: *Engineering, Procurement, Construction and Installation*

EPS: *Earnings per share*, Resultado líquido por acção

ERSE: Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos

ETAR: Estação de Tratamento de Águas Residuais

EUA: Estados Unidos da América

€: euro

FCC: *Fluid Catalytic Cracking*

FED: Reserva Federal Americana

FEED: *Front-End Engineering & Design*

FIFO: *First in, First Out*

FPSO: *Floating, Production, Storage and Offloading*

G&P: Gas & Power

Galp Energia: Galp Energia, SGPS, S.A., Empresa, Grupo ou Sociedade

GBP: Libra esterlina

GEE: Gases com efeito estufa

GNL: Gás Natural Liquefeito

GPL: Gás de Petróleo Liquefeito

IBAMA: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IEA: *International Energy Agency*

INEGI: Instituto Nacional de Engenharia e Gestão Industrial

INETI: Instituto Nacional de Engenharia, Tecnologia e Inovação

IOC's: *International Oil Companies*

ISC: *Interstate Committee*

I&D: Investigação e Desenvolvimento

JPY: Ienes Japoneses

LCA: *Life Cycle Analysis*

M€: milhões de euros

m³: metro cúbico

Mbbl: Milhões de barris

mboepd: mil barris de petróleo equivalente por dia

mbopd: mil barris de petróleo por dia

Mbopd: milhões de barris de petróleo por dia

mmbtu: milhares de unidades térmicas britânicas

Mton: Milhões de toneladas

NOC's: *National Oil Companies*

O&M: Operação e Manutenção

OCDE: Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

OMIP: Operador do Mercado Ibérico de Energia

OPEP: Organização dos Países Exportadores de Petróleo

Opex: Custos operacionais

OTC: *over-the-counter markets*

PDVSA: Petróleos de Venezuela, S.A.

PIB: Produto Interno Bruto

PSA: Contrato de Partilha de Produção

R&D: Refinação & Distribuição

RAB: *Regulated Asset Base*, Base de activos regulados

RCA: *Replacement cost* ajustado

REN: Rede Eléctrica Nacional, S.A.

SPE: *Society of Petroleum Engineers*

SROC: Sociedade de revisores oficiais de contas

SXEP: Índice DJ Europe STOXX Oil & Gas

TGL: Terminal de Granéis Líquidos

TAN: *Total Acid Number*

TL: Tombua-Lândana

ton: tonelada

Usd: dólar americano

URSS: União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

VGO: Gasóleo de vácuo

VR: *Vented Riser*

VSS: *Vortex Separation System*

WPC: *World Petroleum Council*

Disclaimer

Este Relatório & Contas contém declarações prospectivas ("*forward looking statements*"), no que diz respeito aos resultados das operações e às actividades da Galp Energia, bem como alguns planos e objectivos da empresa face a estas questões. Os termos "antecipa", "acredita", "estima", "espera", "prevê", "pretende", "planeia", e outros termos similares, visam identificar tais *forward looking statements*. Os *forward looking statements* envolvem, por natureza, riscos e incertezas, em virtude de estarem associados a eventos e a circunstâncias susceptíveis de ocorrerem no futuro. Os resultados e desenvolvimentos reais poderão diferir significativamente dos resultados expressos ou implícitos nas declarações em virtude de diferentes factores. Estes incluem, mas não se limitam, a mudanças ao nível dos custos, alterações ao nível de condições económicas e alterações a nível regulamentar.

Os *forward looking statements* reportam-se apenas à data em que são feitos, não assumindo a Galp Energia qualquer obrigação de os actualizar à luz de novas informações ou desenvolvimentos futuros, nem de explicar as razões porque os resultados efectivamente verificados são eventualmente diferentes.

+ Edição e revisão de texto



+ Conselho editorial



+ Design e concepção



+ Fotografias não identificadas

Manuel Aguiar e Banco de Imagens



Galp Energia, SGPS, S.A.
Sociedade Aberta
Direcção de Relações com Investidores e Comunicação Externa

Rua Tomás da Fonseca, Torre C
1600-209 Lisboa
Telefone: +351 217 240 866
Fax: +351 217 242 965
e-mail: investor.relations@galpenergia.com
www.galpenergia.com